

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CAPITAL SOCIAL E LUTA SIMBÓLICA –
O CASO DA *RED PUNA*: UMA EXPERIÊNCIA TERRITORIAL DE ARTICULAÇÃO
SOCIAL NA PROVÍNCIA DE JUJUY, ARGENTINA.**

Carlos Javier Cowan Ros

**Porto Alegre
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CAPITAL SOCIAL E LUTA SIMBÓLICA –
O CASO DA *RED PUNA*: UMA EXPERIÊNCIA TERRITORIAL DE ARTICULAÇÃO
SOCIAL NA PROVÍNCIA DE JUJUY, ARGENTINA.**

Carlos Javier Cowan Ros

Orientador Prof. Dr. Sergio Schneider

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Série PGDR - Dissertação n.º 0xx
Porto Alegre
2003

Agradecimentos

Gostaria de agradecer especialmente a algumas instituições e pessoas pelo apoio que me brindaram e a possibilidade que me ofereceram, de realizar um curso de pós-graduação e de experimentar uma vivência inesquecível em Porto Alegre:

- a Sergio Schneider, por sua orientação e apoio;
- aos colegas, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural;
- aos membros da *Red Puna*;
- aos funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- a CAPES (PEC-PG) e ao CNPq, pelo apoio financeiro que me ofereceram,;
- e, em particular, ao povo brasileiro.

A todos, muito obrigado.

SUMÁRIO

<i>Lista de Figuras</i>	<i>i</i>
<i>Lista de Gráficos</i>	<i>ii</i>
<i>Lista de Quadros</i>	<i>iii</i>
<i>Lista de Mapas</i>	<i>iv</i>
<i>Lista de Tabelas</i>	<i>v</i>
<i>Lista de siglas e abreviaturas</i>	<i>vi</i>
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 CAPITAL SOCIAL: UM NOVO CONCEITO NA TEORIA SOCIAL	11
1.1 As origens de uma nova noção no âmbito acadêmico	11
1.2 A disputa teórica: o capital social para a “eficiência da sociedade” ou para a “luta simbólica”?	16
1.3 O capital social na teoria social de Bourdieu	22
1.3.1 Espaço social e dominação simbólica	22
1.3.2 O <i>habitus</i> como fundamento da ação	26
1.3.3 Luta simbólica: reprodução ou subversão da ordem?	27
2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	34
2.1 Caracterização geográfica e ambiental	34
2.1.1 Localização e regiões geográficas	34
2.1.2 Clima	38
2.2 Configuração histórica do território	39
2.2.1 As sociedades originárias [até 1600]: a comunidade como forma de organização político-econômica	39
2.2.2 A colonização [1600-1810]: submissão e desarticulação das sociedades originárias	40
2.2.3 O Estado-nação [1810-1880]: institucionalização da dominação em um estado de direito	41
2.2.4 Integração periférica [1880-1945]: a migração e o trabalho assalariado como parte da estratégia de reprodução social dos nativos	43
2.2.5 Expansão e crise do modelo econômico [1950-2002]: crise das estratégias de reprodução social e retorno ao território	48
2.3 O território: estruturas e transformações recentes	52
2.3.1 A realidade social como condição de vida	52
2.3.1.1 Crise econômica e mudanças nos padrões migratórios	55
2.3.1.2 A qualidade de vida como geradora de estigmas	59
2.3.2 A economia territorial e as estratégias de reprodução social dos produtores familiares	61
2.3.2.1 A mineração e a agropecuária como principais atividades econômicas no âmbito rural	62

2.3.2.2	A produção familiar como base da estrutura agrária	63
2.3.2.3	A pluriatividade na estratégia de reprodução social	67
2.4	Etnicidade e dominação simbólica	69
2.5	Espaço social e classes sociais	77
3	O SURGIMENTO DA RED PUNA NO CONTEXTO DA AMPLIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO	82
3.1	A operacionalização do capital social	82
3.2	1970-1990: persistência das lógicas comunitárias e intensificação de relações clientelísticas	85
3.2.1	Capital social individual	86
3.2.2	Capital social grupal	90
3.2.3	Capital social comunitário	93
3.2.4	Capital social externo	95
3.2.5	Erosão do capital social contido nas relações sociais comunitárias	99
3.3	1990-2002: ampliação do capital social do território	102
3.3.1	Transformações sociais e institucionais no território	103
3.3.1.1	Mudanças nos padrões de migração	103
3.3.1.2	Modificação nas estratégias de reprodução social	103
3.3.1.3	Novos mediadores no âmbito da promoção social	104
3.3.1.4	Novo marco legislativo para o acesso a propriedade da terra das comunidades indígenas	108
3.3.2	Fortalecimento das relações sociais que envolvem capital social	110
3.3.3	Novos âmbitos nos quais se expressa o capital social	113
4	Red Puna: a institucionalização das relações de cooperação	117
4	RED PUNA: A CONSTITUIÇÃO DE UM AGENTE SOCIAL COLETIVO	128
4.1	Agentes sociais e estrutura de poder	128
4.1.1	As bases: composição social e trajetória	129
4.1.2	Os dirigentes, a palavra e a experiência em organizações como aspectos diferenciadores	132
4.1.3	Os técnicos, o capital cultural como legitimador do papel de <i>capacitador</i>	135
4.2	Motivações e representações que estão em jogo na Red Puna	137
4.2.1	Red Puna como um agente externo	138
4.2.2	Red Puna como organização de base	143
4.3	A abertura de uma “arena de disputas”	150
4.3.1	Percepções sobre o papel que deve assumir a Red Puna no território	153
4.3.2	A “renegociação” da aliança com os técnicos	164
5	TERRITÓRIO, CAPITAL SOCIAL E LUTA SIMBÓLICA	173
5.1	A construção da identidade	173
5.1.1	O Auto-reconhecimento	174
5.1.2	A manifestação pública: “Red Puna, un proyecto de todos”	179
5.2	A mediação como objeto de disputa	184
5.2.1	As representações da Red Puna nos discursos dos políticos	186
5.2.1.1	Red Puna como aliada	190
5.2.1.2	Red Puna como ameaça	191

5.2.2	As organizações da sociedade civil, na disputa pela mediação	195
5.3	A luta simbólica: “Queremos deixar de sobreviver, queremos viver com dignidade em nossa terra”	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS		224
<i>Bibliografia</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>	
ANEXO A	Roteiro de entrevistas	247
ANEXO B	Contexto regional	251
ANEXO C	Práticas comunitárias	253
ANEXO D	Organizações membros da Red Puna	257
ANEXO E	Trajetória dos dirigentes da Red Puna	260
ANEXO F	Identidade e luta simbólica	262

Lista de Figuras

<i>Figura 1</i>	<i>Espaço social no qual interagem os membros da Red Puna</i>	<i>78</i>
<i>Figura 2</i>	<i>Organograma institucional da Red Puna</i>	<i>121</i>
<i>Figura 3</i> <i>microrrede</i>	<i>Comunidades integrantes da Red Puna segundo a sua distribuição por</i> _____	<i>122</i>
<i>Figura 4</i>	<i>Emblema da Red Puna</i>	<i>263</i>

Lista de Gráficos

Gráfico 1	<i>Composição do Produto Bruto Interno de Jujuy por setores. 1960-2000</i>	49
Gráfico 2	<i>Taxa média anual de crescimento da população por zona. 1960-2001</i>	56
Gráfico 3	<i>Porcentagem de população urbana por zona 1960-2001</i>	58

Lista de Quadros

Quadro 1	<i>Momentos nos quais se expressa o capital social dos agentes do território. 1970-90</i>	100
Quadro 2	<i>ONGs e programas de promoção social que intervieram com assistência técnica no território nos 90'.</i>	106
Quadro 5	<i>Representação, identidade e motivações dos agentes na sua vinculação com a Red Puna</i>	138
Quadro 6	<i>Autodenominações da Red Puna</i>	175
Quadro 3	<i>Organizações sociais integrantes da Red Puna no período 1995-2002</i>	257
Quadro 4	<i>Alguns aspectos da trajetória de dirigentes da Red Puna</i>	260

Lista de Mapas

<i>Mapa 1</i>	<i>Situação geográfica da Província de Jujuy na América do Sul</i>	36
<i>Mapa 2</i>	<i>Regiões geográficas e divisão política da província de Jujuy</i>	37
<i>Mapa 3</i>	<i>Principais cidades e vias de comunicação na província de Jujuy</i>	54

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1</i>	<i>Temperatura e período livre de geadas da Província de Jujuy, por regiões</i>	38
<i>Tabela 2</i>	<i>Precipitações e umidade relativa da província de Jujuy, por regiões.</i>	38
<i>Tabela 3</i>	<i>Povoação da Puna e Quebrada de Humahuaca por departamento. 2001</i>	52
<i>Tabela 4</i>	<i>Centros Urbanos da Quebrada de Humahuaca e da Puna. 2001</i>	53
<i>Tabela 5</i>	<i>Distribuição relativa da população por grupos de idades selecionadas por zona 1991</i>	55
<i>Tabela 6</i>	<i>Povoação com necessidades básicas insatisfeitas -NBI-. 1991</i>	60
<i>Tabela 7</i>	<i>Distribuição das unidades produtivas em função da superfície. Departamentos de Humahuaca, Tilcara y Tumbaya. 1988.</i>	65

Lista de siglas e abreviaturas

Sigla	Significado
AAAQUE	Asociación Agroganadera y Aborigen de Quebraleña
API	Asociación para la Promoción Integral
APPP	Asociación de Pequeños Productores de la Puna
APRODECA	Asociación de Promotores en Desarrollo de Comunidades Aborígenes
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRF	Banco Internacional de Reconstrução e Fomento
CADIF	Centro Andino de Desarrollo, Investigación y Formación
CEDEA	Centro de Desarrollo Aborigen
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
COAJ	Consejo de Organizaciones Aborígenes de Jujuy
Cooperativa PUNHA	Cooperativa Por un Nuevo Hombre Americano
CV	Centro de Vizinhança
EFD	Escola de Formação de Dirigentes
GTZ	Agencia Alemã de Cooperação Técnica
Ha.	Hectare
Hab.	Habitantes
ICOS	Instituto de Capacitación y Organización Social
INAI	Instituto Nacional de Acción Indígena
INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
INTA	Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria
Km.	Kilómetros
m.s.n.m.	Metros sobre o nível do mar
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
OB	Organização de Base
OCA	Organización Comunitaria Aborigen
OCLADE	Organización Claretiana de Desarrollo
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PBP	Produto Bruto Provincial
PJ	Partido Justicialista
PJJHD	Programa Jefes y Jefas de Hogares Desocupados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSA	Programas Social Agropecuario
Quebrada	Quebrada de Humahuaca
<i>Red</i>	Red Puna, Quebrada y Valles
<i>Red Puna</i>	Red Puna, Quebrada y Valles
RN 9	Ruta Nacional 9
S. S. de Jujuy	San Salvador de Jujuy
UBA	Universidad de Buenos Aires
UCR	Unión Cívica Radical
Unidad de Minifundio	Unidad de Planes y Proyectos de Investigación y Extensión para Pequeños Productores

RESUMO

Na década de 1990 a noção de capital social alcançou ampla influência no âmbito das políticas públicas, aparecendo como uma nova alternativa para a promoção do desenvolvimento. Na esfera acadêmica, contudo, ainda não existe consenso sobre a conceitualização e as implicações desta nova noção nos processos sociais em geral. Por um lado, encontra-se a abordagem *normativista*, inspirada nos trabalhos de Putnam, que vê o capital social como um recurso utilizado pelas sociedades que contribui para melhorar a sua eficiência, promovendo o desenvolvimento econômico e melhorando o desempenho institucional e, conseqüentemente, ampliando o bem-estar social. Por outro lado, Bourdieu entende o capital social como uma das formas em que se expressa o poder, o qual é utilizado pelos agentes nas suas estratégias de reprodução. Este trabalho adota a perspectiva teórica de Bourdieu e tem por objetivo estudar o papel do capital social no processo de formação de uma organização social. Para isto, estuda-se a formação da *Red Puna* que é uma organização de segundo grau que articula diferentes organizações sociais nas regiões de Puna e Quebrada de Humahuaca, situadas no norte da Argentina. O método de pesquisa adotado é o qualitativo, sendo a técnica utilizada o de estudo de caso. Entre as principais conclusões da pesquisa salienta-se a diversidade de usos que os agentes fazem do capital social, constituindo-se em aspecto-chave nas estratégias de reprodução social adotadas e nas relações de poder utilizadas nas suas lutas simbólicas.

ABSTRACT

In the last decade the concept of social capital has been adopted as a new panacea for development promotion by the public policies sector. However, in the academic spheres no consensus regarding social capital conceptualization and its implications acting in social processes has been achieved. On the one hand, the *normative* approach, inspired on Putnam's works, postulates social capital as a resource of the society contributing to its efficiency improvement. On the other hand, Bourdieu conceives social capital as one of the ways of power expression used by agents for their social reproduction strategies. This research adopted the latter theoretical perspective and it aims to analyze the role of social capital within the organization process of a corporation. The selected study object was the organization process of the *Red Puna*. This corporation, a second degree organization, comprises several social organizations of the Puna and Quebrada de Humahuaca regions which are located in the North of Argentina. Qualitative research method was selected and the used technique has been the case study. Conclusions are focused on the diverse uses that agents make of their social capital. Finally, it has been analyzed how social capital contributes to agent's social reproduction strategies and to their empowerment within symbolic struggles.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o sistema capitalista vem sendo submetido a uma série de transformações econômicas, sociais e culturais. Para alguns autores existe um consenso acerca dos principais processos de mudança que estão ocorrendo, entre os quais se destacam: a crescente liberalização do comércio mundial; a flexibilização nos padrões de contratação de mão-de-obra, de produção e de consumo; a perda de autonomia dos estados nação na periferia, a crise das estruturas tradicionais de representação (partidos políticos e sindicatos); a retração do Estado no seu papel social e, em contraposição, o fortalecimento das organizações da sociedade civil que começam a assumir parte das funções sociais que o primeiro realizava (BONANNO, 1999; HARVEY, 1989 e HOBSBAWM, 1994).

No espaço rural, estes diferentes processos de transformação social também têm gerado uma série de impactos, tais como a crescente flexibilidade nas modalidades de organização da produção e do consumo; a mercantilização de novos produtos rurais; a crescente importância que estão adquirindo os setores secundários e terciários e as mudanças nos padrões tradicionais de migração (MARSDEN, 1989 e SARACENO, 1994).

Este conjunto de transformações encontrou um terreno fértil de manifestação no âmbito dos países latino-americanos fato que foi favorecido pelos programas de ajuste patrocinados pelas “organizações multilaterais de financiamento”, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID-, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD-, o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento -BIRF-, entre outros, além dos respectivos governos nacionais. Inspirados nas políticas de corte neoliberal (liberalização econômica, estabilização e privatização de empresas públicas), as quais surgiram como propostas no Consenso de Washington, estes governos vêm executando diversos programas com vistas à “promoção do desenvolvimento” e implementando mudanças estruturais nas sociedades latino-americanas. No entanto, a situação econômica e social em que se encontra a maioria

dos países latino-americanos induz a considerar como não exitosas estas “políticas de desenvolvimento” (KLISKSBERG, 2000).

Esta visão pessimista também foi compartilhada pela própria CEPAL, que no seu relatório “*Panorama Social de América Latina. 2001-2002*” (2002), manifesta que

“ (...) o crescimento econômico da América Latina em seu conjunto vem-se caracterizando por um baixo dinamismo e a instabilidade que obedece, em parte, ao cambiante contexto internacional. Assim, após a crise asiática, no ano 2002 completar-se-á meia década perdida, com uma redução da ordem de 2% do produto por habitante em comparação ao nível registrado no ano 1997. Esta cifra tem-se traduzido não só em deterioração da situação social e em um aumento da pobreza, em especial durante o último biênio, como também tem comprometido as possibilidades da região de gerar nos próximos anos condições que permitam um melhoramento substancial dos níveis de vida da população¹” (CEPAL, 2002 p.35).

Em face destes resultados, tanto as estratégias de intervenção nos países em desenvolvimento como também a própria idéia de desenvolvimento entraram novamente em crise. De fato, isto se evidencia nas contínuas reformulações que a noção de desenvolvimento tem sofrido. Diante da crescente degradação ambiental, na década de 1970 incorporou-se à noção de desenvolvimento a dimensão ecológica. Nos anos 90, o “social” e o “cultural” incorporaram-se também como novas dimensões, o que se evidencia nas diferentes denominações que têm surgido nos últimos anos, por exemplo, “desenvolvimento humano”, “etno-desenvolvimento”, “desenvolvimento cultural”, “desenvolvimento social”, entre outras.

Esta necessidade de incorporar a dimensão cultural e a social à idéia de desenvolvimento evidencia a necessidade de libertá-lo da sua conotação estritamente econômica. Esta última tem sido dominante na idéia de desenvolvimento, desde seus inícios; contudo, na atualidade, devido ao fracasso das políticas de ajuste econômico, tem sido fortemente questionada.

No âmbito das ciências econômicas, o interesse em incorporar a dimensão social e cultural à noção de desenvolvimento econômico origina-se na dificuldade que a própria teoria neoclássica vinha encontrando para explicar os processos de crescimento econômico. Contudo, mais recentemente, os estudiosos desta vertente teórica vêm afirmando a necessidade de acrescentar aos fatores tradicionais de produção (terra, trabalho e capital) outros dois fatores: o capital humano e o capital social. A partir da década de 1990, o capital social passou a ser entendido como as relações sociais que envolvem confiança, reciprocidade

¹ Tradução livre.

e cooperação, que contribuem para explicar o desempenho econômico de qualquer unidade de produção.

Segundo Kliksberg (2000), esta incorporação do “social” e do “cultural” nas novas perspectivas de desenvolvimento está vinculada a uma mudança radical na forma de ver e conceber o desenvolvimento. Em contraposição, Rist (2000) visualiza nestas perspectivas uma utilização instrumental da cultura e das relações sociais, para canalizar as transformações econômicas que, segundo as perspectivas das organizações preocupadas com a questão do “desenvolvimento”, são necessárias para melhorar os níveis de qualidade de vida em uma determinada comunidade. Assim, os aspectos cultural e social começam a ser utilizados como meios para facilitar as transformações econômicas nos países “subdesenvolvidos” e não por seu interesse intrínseco.

Além do debate e das mudanças que está sofrendo a idéia de desenvolvimento, constata-se que nos últimos anos a promoção do capital social e da cultura tem feito parte das recomendações das organizações internacionais de financiamento e encontra-se na maior parte dos projetos que são financiados por estas organizações para ser executados nos países da periferia. Estas organizações encontram os seus fundamentos teóricos na pesquisa realizada por Putnam et al. (1996) na Itália, na qual o autor concluiu que o capital social promove o desenvolvimento econômico e é responsável pelo bom desempenho institucional, o que redundava em uma maior “eficiência da sociedade”. Esta perspectiva levou vários pesquisadores e consultores de organizações envolvidas com a questão social a considerar o capital social como a nova “panacéia” (a solução “mágica”) do desenvolvimento.

Entre os organismos internacionais e mesmo entre uma parcela significativa do pensamento acadêmico, a perspectiva de análise de Putnam goza de amplo consenso. A partir da sua publicação, numerosas pesquisas foram realizadas em diferentes partes do mundo com o objetivo de medir “a dotação de capital social” que diferentes sociedades possuem e analisar que tipo de relação se estabelece com diferentes aspectos da vida cotidiana. Na Argentina, em particular, o PNUD e o BID, desde fins da década de 1990, estão trabalhando na construção de um “índice de desenvolvimento da sociedade civil da Argentina” (PNUD e BID, 1998 e 2000), tendo por referência o capital social.

No entanto, os autores que participam desta perspectiva de análise do capital social têm-se preocupado mais em quantificar a dotação deste tipo de capital e estabelecer relações com

diferentes aspectos das sociedades do que em analisar por meio de que processos os agentes estabelecem e ampliam as relações sociais que contêm capital social e quais são os interesses que estes almejam no seu envolvimento neste tipo de relações.

Por outro lado, alguns pesquisadores questionaram diferentes aspectos contidos na proposta teórica de Putnam. Entre outros aspectos, Portes (1998) questiona a ordem epistemológica e a conceitualização que Putnam faz do capital social; Durston (1998), por sua vez, critica o determinismo histórico contido na sua teoria; e Siisiäinen (2000) discute os pressupostos teóricos de corte funcionalista nos quais se baseia a teoria de Putnam. Estes questionamentos têm gerado um importante debate em torno da perspectiva de análise proposta por Putnam assim como as conclusões do seu trabalho.

Apesar da crescente difusão e utilização da noção de capital social, tanto no âmbito acadêmico como no das políticas públicas, ainda existem vazios conceituais a serem preenchidos para construir uma “teoria do capital social”. Não obstante, pode-se dizer que existe um consenso no âmbito acadêmico em visualizar o capital social como um recurso ou poder que está à disposição dos agentes e que serve para alcançar determinados objetivos.

Na tentativa de oferecer alguma contribuição ao debate teórico em torno do capital social, considera-se de fundamental importância a realização de estudos empíricos que possam, efetivamente, demonstrar as virtualidades ou as incongruências deste conceito. Neste sentido, esta dissertação analisa o processo reorganização social e articulação institucional produzido por um conjunto de pequenas organizações de base - tais como associações de produtores agropecuários, grupos de artesãs, clubes esportivos, entre outras- com o objetivo de criar uma organização social de segundo grau, denominada *Red Puna*.

Esta organização formou-se em 1995 a partir da confluência de sete organizações sociais que vinham trabalhando desde fins dos anos 1980 em diferentes aspectos que contribuem para a promoção da melhora da qualidade de vida dos habitantes das regiões de Puna e Quebrada de Humahuaca, localizadas ao norte da província de Jujuy, extremo norte da Argentina.

Estas regiões caracterizam-se por ter um clima árido, frio e localizam-se a grandes altitudes. Historicamente têm-se vinculado de forma marginal e periférica ao resto da província e do país, sendo suas principais atividades econômicas a extração de minerais, o

comércio local e fronteiro com a Bolívia e uma produção agropecuária eminentemente de subsistência.

A população que habita a zona de estudo é de origem indígena e está espacialmente distribuída em comunidades rurais e em quatro pequenas cidades que formam os centros urbanos da região.

Diante de determinadas circunstâncias históricas e a falta de oportunidades de trabalho no território, uma parte significativa dos habitantes procurou sua fonte de renda na venda temporária de mão-de-obra na safra de cana-de-açúcar ou de outros cultivos que se desenvolvem ao sul da província. Esta fonte de renda era complementada com a produção agropecuária, nos meses em que os agentes estavam em suas comunidades, a qual era destinada ao consumo familiar, vendendo-se os excedentes no mercado local. No entanto, as atividades agrícolas estão limitadas pela escassez de água e pelas baixas temperaturas que existem no território, motivo pelo qual o período agrícola reduz-se aos meses de verão.

Diferentemente dos habitantes que vendiam mão-de-obra na safra, outras famílias do território obtinham sua fonte de renda por meio da venda de mão-de-obra nos complexos mineradores. Tanto a venda de mão-de-obra nas safras como nas minas implicou a emigração, de maneira temporária ou permanente, de uma parte dos habitantes do território. Isto se converteu em uma das características distintivas da zona.

Esta integração periférica do território ao resto da economia nacional tem contribuído para que a população local apresente um dos índices mais críticos de qualidade de vida da província e do país. Esta situação foi agravada durante a década de 1990, a partir do estancamento da economia argentina, do fechamento de complexos mineiros e da mecanização da colheita de diversas culturas, limitando a possibilidade dos moradores do território de venderem mão-de-obra fora da propriedade.

Neste contexto, as diferentes ONGs que integravam a *Red Puna* tiveram um papel relevante no apoio aos habitantes locais por meio da assistência técnica e financeira aos produtores familiares. Isto contribuiu para que os habitantes locais pudessem encontrar novas alternativas produtivas geradoras de renda.

A partir do trabalho destas ONGs, formaram-se organizações sociais no território que posteriormente integraram a *Red Puna*. Deste modo, em um primeiro momento a *Red Puna*

opera como uma rede de ONGs que procura articular e promover o trabalho destas organizações no território, em um segundo momento, quando ocorre o ingresso de organizações de produtores, a *Red* transforma-se em uma organização de segundo grau, congregando organizações de base e ONGs de apoio.

Atualmente, a *Red Puna* é constituída por 30 organizações de base cujos participantes somam 1.200 famílias de 70 comunidades do território e uma equipe de 15 técnicos. Uma característica distintiva desta organização é sua formação multissetorial. De fato, entre as organizações que a integram, encontram-se associações de produtores agropecuários, grupos de vizinhança, organizações aborígenes, clubes desportivos, associações de pais e mestres, grupos de jovens e cooperativas de trabalho. Outra característica que lhe imprime uma particularidade é o fato de algumas organizações estarem localizadas no âmbito urbano, enquanto outras estão sediadas no espaço rural.

Em linhas gerais, as organizações que integram a *Red Puna* têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos seus membros. Entre os projetos implementados com apoio da *Red Puna*, encontram-se ações dirigidas a melhorar a renda familiar, a promoção de uma economia solidária (realizada por meio da troca de produtos entre seus integrantes), a realização de empreendimentos coletivos (artesanato e agropecuários) e a comercialização conjunta dentro e fora do território. Também estão em execução projetos que procuram melhorar a saúde reprodutiva das mulheres; re-valorizar a cultura originária; ampliar a oferta educativa no território; reverter as relações desiguais entre gênero e faixa etária; fortalecer a capacidade de organização dos habitantes; oferecer cursos de formação de lideranças; entre outros aspectos. Estes projetos são realizados a partir do financiamento que a *Red Puna* recebe de organizações internacionais de cooperação e do próprio estado nacional.

Este trajeto percorrido pela *Red Puna* não apenas se reveste de fundamental importância social para as populações com baixa renda do território mas também desperta interesse pelo fato de estimular a ampliação das relações sociais de solidariedade e cooperação de um segmento significativo dos habitantes locais.

Neste sentido, a presente investigação tem como objetivo analisar o processo de formação da *Red Puna*, entendido como um processo de ampliação de capital social. Buscar-se-á identificar os interesses que almejam seus membros na articulação com este espaço e como é usado o poder que se gera a partir da formação desta organização.

Para os fins desta pesquisa, entende-se por capital social a soma dos capitais e poderes contidos em certas relações sociais que incorporam atitudes de confiança e comportamentos de reciprocidade e cooperação.

Assim descrito, pode-se afirmar que o objeto de estudo desta pesquisa define-se pela análise do processo de produção e ampliação do capital social gerado pelos membros da *Red Puna* bem com os interesses que estão envolvidos no mesmo. Este objeto de estudo será desdobrado em três problemas de pesquisa que podem ser resumidos nas seguintes indagações: *Quais fatores intervieram na formação da Red Puna? Quais interesses almejam os agentes no seu engajamento com este espaço? Que disputas se dão, tanto no interior da Red Puna como em nível territorial, como consequência do surgimento deste novo agente coletivo?*

As hipóteses que orientam o presente estudo estão intimamente ligadas a cada um dos problemas de pesquisa acima formulados. Para o primeiro problema de pesquisa propõe-se que a formação da *Red Puna* seja produto da convergência de diferentes processos sociais que ocorreram no território. Por um lado, as transformações sociais e estruturais que ocorreram nas últimas décadas na Argentina, e em particular no território onde se localiza o objeto de estudo, afetaram nas estratégias de reprodução social dos habitantes do território. Estes, frente à dificuldade para vender mão-de-obra, tiveram que redefinir suas fontes de renda; tendo as relações sociais que envolvem capital social um papel significativo na identificação de novas atividades produtivas.

Por outro lado, a presença de ONGs que promoveram a articulação social no interior das comunidades e entre elas, como também a disposição para o trabalho coletivo que está inscrita no *habitus* dos habitantes do território, converteram-se em elementos que contribuíram para que a *Red Puna* pudesse emergir.

Como segundo problema de pesquisa, estabelece-se a hipótese que os membros da *Red Puna* articulam-se com a organização com o objetivo de acessar as fontes de financiamento, capacitação técnica, assim como para obterem melhores condições (no que se refere a relações de poder) para negociar com os políticos locais e provinciais. Em outras palavras, o engajamento dos agentes com a organização faz parte das mudanças em suas estratégias de reprodução social, que ocorreram como produto das recentes transformações sociais no território.

Finalmente, para o último problema de pesquisa, propõe-se a hipótese de que tanto no interior da *Red Puna* como em nível territorial, os agentes estabelecem disputas para impor a sua visão de mundo. No âmbito territorial, os membros da *Red Puna* responsabilizam os políticos pela precária qualidade de vida dos habitantes do território e estabelecem uma luta simbólica para subverter a forma que historicamente se concebeu e construiu o território.

Na presente pesquisa utilizou-se o método qualitativo, já que, conforme Neves, C. (1998), os dados coletados a partir deste método permitem a compreensão e reconstrução da realidade social, em especial a reconstrução dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações e dos *milleus* sociais além da reconstituição de estruturas de ação.

Em relação à utilização de técnicas de pesquisa, recorreu-se ao estudo de caso por ser uma técnica útil na análise dos fatos empíricos, em particular de movimentos sociais e instituições, permitindo coletar uma ampla quantidade de informações específicas do objeto de estudo. Adicionalmente, também permite identificar respostas ao “por que” e ao “como” tomam lugar os acontecimentos observados a partir de um quadro teórico mais amplo (ROESE, 1998).

As fontes de informação utilizadas foram tanto as primárias como as secundárias. A coleta da informação primária realizou-se a partir de um trabalho de campo, que foi feito em duas etapas, a primeira realizada no mês de janeiro do 2002 e a segunda entre os meses de maio e junho do mesmo ano. No trabalho de campo, as unidades de observação foram os agentes integrantes da *Red Puna* e agentes que não participavam desta organização.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram as entrevistas semi-estruturadas e a observação participante e não participante. Em cada caso, as variáveis foram selecionadas em função dos agentes entrevistados ou da unidade de observação (ver Anexo A).

No que se refere aos integrantes da *Red Puna*, realizaram-se sete entrevistas grupais com membros de comunidades rurais ou de organizações sociais e 28 entrevistas individuais com integrantes da *Red Puna*.

Entre os critérios seguidos para entrevistar os integrantes da *Red Puna*, levou-se em conta a heterogeneidade dos indivíduos a partir da consideração das seguintes variáveis: idade (jovem ou adulto/velho), sexo, tipo de organização a qual pertence, papel assumido pelo

agente na sua organização e na *Red Puna* (base, dirigente ou técnico), âmbito onde vive (rural ou urbano) e *microrred* da qual participa (Puna norte, Puna sul, Puna centro, ou Quebrada).

Assim sendo, as perguntas de cada entrevista foram formuladas em função da particularidade do entrevistado. No caso das entrevistas realizadas a agentes individuais, as mesmas contemplaram, em todos os casos, a coleta de informação vinculada à posição social e a trajetória do entrevistado, com o objetivo de ter uma maior compreensão analítica do depoimento.

Em relação aos agentes que não integram a *Red Puna*, realizaram-se, no total, dez entrevistas. Entre os agentes entrevistados, encontram-se duas entrevistas grupais com organizações sociais do âmbito urbano do território e oito entrevistas individuais com as seguintes pessoas: um dirigente de uma organização de base do âmbito rural, uma dirigente de uma ONG da Puna, um representante da Igreja Católica local, um engenheiro agrônomo que trabalha (em instituições públicas e privadas) na região de Quebrada de Humahuaca desde 1991 e, por último, também foram entrevistados dois prefeitos de Puna e dois de Quebrada de Humahuaca.

Em relação à coleta de dados por meio da observação, participou-se de doze eventos planejados e organizados pela *Red Puna*, dentre os quais se destacam as visitas de técnicos a comunidades, eventos de capacitação das organizações de base, reuniões comunitárias, reuniões de microrred, inauguração da *Feria Campesina de El Volcán* e o *II Encuentro de Jóvenes Latinoamericanos*.

Adicionalmente, contou-se com a valiosa vivência que o pesquisador teve em anos anteriores na realização de um estágio no território em 1993 e em duas visitas realizadas nos anos 1997 e 1998 com motivo da realização de uma pesquisa. Nestas estadias na região compartilharam-se vivências nas comunidades e participou-se de *mingas*, *señaladas*, festas comunitárias, entre outros momentos da vida comunitária, que na presente pesquisa são consideradas como eventos nos quais se expressa o capital social.

No que se refere às fontes secundárias de informação, utilizaram-se publicações científicas de pesquisas, jornais provinciais e nacionais, e material de difusão da *Red Puna* e das organizações que participam da mesma.

Esta dissertação está estruturada em seis partes, iniciando pela presente introdução, cinco capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, apresenta-se o marco teórico de referência utilizado na pesquisa. No segundo capítulo, analisa-se o contexto socioeconômico e simbólico no qual surge a *Red Puna*.

No terceiro capítulo, identificam-se as diferentes formas nas quais se expressa o capital social no território e as mudanças que aconteceram na última década, a partir das transformações sociais e institucionais que ocorreram na Argentina e no território onde se localiza a *Red Puna*. Finalmente apresenta-se como surge a organização, sua estrutura e quais são as principais ações que está executando.

No quarto capítulo, identificam-se os diferentes interesses que almejam os agentes em sua participação na *Red Puna* e as disputas que se estabelecem entre eles.

No quinto capítulo, analisa-se como a *Red Puna*, a partir do momento em que se transformou em um novo agente coletivo no território, começa a conduzir disputas com outros agentes do território (políticos e organizações sociais).

Finalmente, nas considerações finais retomam-se as conclusões alcançadas neste estudo e apresenta-se uma síntese das principais idéias desenvolvidas em cada capítulo, contrastando-las com as hipóteses propostas nesta introdução. Por fim, propõem-se algumas reflexões sobre as contribuições que o conceito capital social, entendido como poder, oferece para estudar as relações e os processos de mudança social, além de avançar algumas interrogações que poderão orientar pesquisas futuras.

1 CAPITAL SOCIAL: UM NOVO CONCEITO NA TEORIA SOCIAL

1.1 As origens de uma nova noção no âmbito acadêmico

Na década de 1990, ocorreu uma impressionante profusão do uso da noção de capital social. A crescente difusão deste novo conceito é produto de sua incorporação nas políticas públicas, em particular, as destinadas à promoção do “desenvolvimento”, e sua aceitação como um novo conceito teórico por uma parcela significativa de membros do âmbito acadêmico. Porém, ainda existe um amplo debate em relação a sua conceitualização e de suas implicações nos processos sociais, em particular no que se refere ao desenvolvimento.

Na verdade, a utilização do capital social como um conceito que se refere às relações de reciprocidade e cooperação no interior de determinados grupos sociais não representa exatamente uma novidade, pois se trata de uma dimensão dos estudos sociológicos que remonta à época de Durkheim, o fundador desta disciplina, que foi no período do final do século XIX. Mais recentemente, a sua contribuição teórica fundamenta-se, em abordar estas relações, não pelas suas características intrínsecas, mas sim pelo seu valor como capital; ou seja, como recurso dos agentes para cumprir determinados fins. Por outro lado, este conceito possibilita a articulação da perspectiva micro e macro sociológica, desafio que se tem apresentado aos pesquisadores a partir da crise das grandes teorias sociais na década de 1980.

Entre os sociólogos contemporâneos, deve-se a Bourdieu a introdução desta noção, a partir da sociologia francesa no começo dos anos 80. O autor, interessado na construção de uma teoria social geral, identifica diferentes tipos de capitais (econômico, cultural e social), que são acumulados pelos agentes e que representam o poder que eles possuem. Neste marco, o autor manifesta,

“Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a credential which entitles them to credit, in the various senses of the word” (1986 p. 249).

Neste sentido, os distintos agentes, por meio da acumulação de capital, passam a disputar a concepção da ordem social e estabelecem lutas para escalar posições na hierarquia social.

Coleman, em 1988, a partir da corrente sociológica anglo-saxônica, introduz esta noção como recurso teórico para incorporar a estrutura social na teoria da ação racional (*rational choice theory*). Com este conceito, o autor procura evitar a sobre-dimensão que esta vertente teórica faz da perspectiva individual e ampliar a sua aplicação a outros sistemas sociais além do econômico. É assim que Coleman enuncia,

“Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors –whether persons or corporate actors- within the structure. Like other forms of capital (financial, physical and human) social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible” (1988 p. 98).

Ainda que o autor não explicita uma definição do conceito, ele avança na identificação das suas propriedades como, por exemplo, sua produtividade e sua intangibilidade em comparação com o capital físico, pois o capital social reside nas relações sociais. O autor ressalta que,

“A property shared by most forms of social capital that differentiates it from other forms of capital is its public good aspect: the actor who generate social capital ordinarily capture only a small part of its benefits, a fact that leads to underinvestment in social capital” (1988 p. 119).

Esta perspectiva identifica três formas nas quais se manifesta este recurso, i) nas *obrigações e expectativas* que se estabelecem entre dois atores quando se trocam favores (relações de reciprocidade), ii) nos *canais de informação* que existem nas relações sociais, que, ao mesmo tempo, são um insumo para a ação e iii) nas *normas e sanções sociais* que facilitam algumas ações e sancionam outras. Finalmente, Coleman sugere que existe uma relação entre o capital social, o capital humano e o capital econômico, onde a preexistência do primeiro facilita a geração dos outros.

Não obstante, a retomada e a grande profusão da noção de capital social deve-se ao trabalho: *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, publicado por Robert Putnam et al., em 1993. Este autor estuda o caso italiano, no qual, nos anos 1970 fez-se uma reforma política e institucional, no sentido da descentralização, tendo depois de duas décadas, o melhor desempenho institucional o norte do país. Diante deste fato, o autor se pergunta

quais são as condições institucionais necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes. A sua hipótese sugere que existe uma relação positiva entre desempenho institucional, modernidade socioeconômica de uma região, participação cívica e vida coletiva (PUTNAM et al. 1996).

Putnam, concordando com o pensamento de Tocqueville, manifesta como pré-requisito para a consolidação de uma “democracia forte”, a existência de uma comunidade cívica e um bom desempenho institucional². Segundo esta corrente do pensamento, “na comunidade cívica os cidadãos buscam o que Tocqueville chamava *interesse próprio corretamente entendido*, isto é, o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é “esclarecido” e não “míope”, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros” (TOCQUEVILLE, 1969 apud PUTNAM, 1996). Assim, o autor manifesta:

“Os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. A comunidade cívica não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes (...) Como comentou Gianfranco Poggi (1972) acerca da teoria da governança democrática de Tocqueville: “a confiança mútua é talvez o preceito moral que mais necessita ser difundido entre as pessoas, caso se pretenda manter a sociedade republicana” (PUTNAM, 1996 p.102)

Neste sentido, entende-se que “as associações civis contribuem para a eficácia e estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos internos sobre o indivíduo (estas inculcam a seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público) mas também por causa de seus efeitos externos sobre a sociedade (articulação e agregação de interesses que promove a colaboração social e contribui para um governo democrático e eficaz” (PUTNAM, 1996 p.103). Desta forma, tender-se-ia a fortalecer o consenso baseando-se na pluralidade e promovendo o bem-estar geral sobre o interesse individual.

Não obstante, surge a questão de por que na realidade social não se dá sempre esta premissa? De fato, em seu objeto de estudo, apresenta-se o menor desempenho institucional do sul da Itália em comparação com o norte. O autor manifesta que esta questão está contida

² Putnam entende por comunidade cívica a “os padrões de participação cívica e solidariedade social” (1996 p. 97) definindo-a em forma operativa “pela densidade da malha de associações culturais e recreativas locais. Tal definição exclui, porém, três afiliações (...) os sindicatos, a Igreja e os partidos políticos” (1996 p. 119). Segundo o autor, o desempenho institucional está associado ao grau em que os governos respondem às demandas sociais.

no *dilema da ação coletiva*, que interroga: por que, nas situações em que a cooperação recíproca resulta em benefício mútuo, as pessoas não se ajudam e optam por agir sozinhas?

O autor tenta responder esta pergunta a partir da *teoria dos jogos* e da *teoria da ação racional*, propondo que não é irracionalidade nem a ignorância dos atores o que determina que as pessoas ajam individualmente, senão a falta de confiança. Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, como também crer que se goza da confiança dos outros, já que, se não existe confiança, cooperar é irracional. Neste sentido, o desafio seria saber em que situações gera-se a confiança. O autor recorre a Ostrom (1990 apud PUTNAM, et. al. 1996), que a partir da vertente teórica denominada *novo institucionalismo*, propõe que se pode superar este dilema quando existem instituições formais que tenham claramente definidos os seus limites, quando as partes interessadas participam na definição das regras, quando existem punições aos transgressores e quando existem mecanismos poucos onerosos para a solução de conflitos.

Finalmente, Putnam introduz a noção de capital social proposta por Coleman, para explicar as condições nas quais se favorece o surgimento destas instituições formais.

“A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1996 p. 177).

A confiança é entendida como um recurso moral, que implica uma previsão do comportamento de um ator independente. A confiança individual é a precursora da confiança social, que nas sociedades modernas origina-se nas regras de reciprocidade e nos sistemas de participação cívica. Neste sentido, Putnam manifesta que tudo o que envolve sistemas verticais de organização e relações clientelísticas, por um lado, não estimulam a confiança e por outro lado, não permitem a existência das normas de punições sociais, já que atentam contra o capital social.

Finalmente Putnam chega a sua principal conclusão, na qual sugere que “o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte, sociedade forte, Estado forte” (1996, p. 186).

Esta relação positiva entre capital social e desenvolvimento econômico, interroga acerca da possibilidade de gerar o primeiro nas sociedades com problemas de desenvolvimento. Putnam é cético ao dar uma resposta e se apóia na teoria da *path dependence*³ (subordinação à trajetória) para responder:

“Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano (...) criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar” (1996 p. 192).

A incorporação da teoria da *path dependence* na formulação de uma teoria do capital social tem levado o autor a visualizar este tipo de capital como um recurso que se origina na cultura de uma dada sociedade, o que, por sua vez, circunscreve a possibilidade de sua ampliação ou geração aos limites impostos pela própria cultura.

Após a divulgação dos seus estudos na Itália, Putnam centrou-se no estudo da evolução do capital social nos Estados Unidos, nos últimos cinquenta anos. O método de pesquisa, foi o mesmo utilizado na experiência italiana, (o quantitativo), no qual, a partir de uma série de indicadores, o autor mediu a “dotação do capital social” da sociedade norte-americana e a sua evolução ao longo do tempo.

Putnam conclui que o capital social dos norte-americanos e o engajamento cívico têm se degradado, nas últimas décadas⁴. Ante este fato empírico, ele estuda a existência da correlação positiva entre o capital social e um número de variáveis, chegando à conclusão de que os norte-americanos têm aumentado, o número de horas que passam ante o televisor, nas últimas décadas⁵. Em contraposição, as horas destinadas à participação em organizações sociais têm diminuído. Putnam (1995) conclui com um prognóstico pessimista, afirmando que o fato tende a aumentar com o passar do tempo.

³ Esta teoria sugere que momentos históricos determinam características nas sociedades que se incorporam à cultura e se estendem no tempo. O lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está. Isto fundamenta North, ao dizer, “quase sempre é mais fácil para um agente individual adaptar-se às regras do jogo vigentes do que tentar modificá-las. Na verdade, tais regras costumam induzir à formação de organizações e grupos interessados em suas imperfeições, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória” (NORTH, D. 1990 apud. PUTNAM, P. et al. 1996 p. 189).

⁴ Para, Putnam “civic engagement: refers to people’s connections with the life of their communities, not only with politics” (PUTNAM, 1996).

⁵ Entre as variáveis utilizadas pelo autor encontram-se: i) o incremento da ocupação e a menor disponibilidade de tempo nos cidadãos, ii) a crescente mobilidade residencial, iii) a sub-urbanização, iv) a crescente participação da mulher no mercado de trabalho e o maior estresse que produz essa situação v) a desintegração da família tradicional e os vínculos familiares vi) as mudanças na estrutura econômica da sociedade norte-americana, vii) o impacto na sociedade norte-americana originados nos acontecimentos dos anos 60’ viii) o crescimento do estado de bem-estar, ix) a revolução dos direitos civis, x) a crise econômica atual, xi) a televisão, a revolução eletrônica e outras mudanças tecnológicas. (PUTNAM, 1995).

Os trabalhos de Putnam têm levantado diversos questionamentos e controvérsias, não só pelas suas conclusões, como também pelo seu método de pesquisa e pelo seu marco teórico de referência, porém, não há dúvidas de que a sua produção científica tem influenciado notavelmente o debate em torno deste novo conceito (o capital social), que se instala no âmbito acadêmico a partir dos anos 1990.

1.2 A disputa teórica: o capital social para a “eficiência da sociedade” ou para a “luta simbólica”?

Apesar de ser Bourdieu quem introduz a noção de capital social no âmbito acadêmico, este conceito só ganha ampla difusão a partir do trabalho de Putnam, provavelmente porque este autor é o primeiro a apresentar uma operacionalização para a sua análise e estabelecer a sua relação com o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional. De fato, a partir da publicação das suas pesquisas, diferentes autores têm realizado estudos com o objetivo de identificar a relação que existe entre o capital social e os diferentes aspectos da vida social, como ser saúde, educação, economia e, em particular, o desenvolvimento⁶.

Em parte, a perspectiva de Putnam ganhou uma significativa repercussão a partir da *Social Capital Initiative*, criada dentro da estrutura do BIRF, e de outras organizações como o BID, a CEPAL e o PNUD, que passaram a adotar esta abordagem, tanto na realização de pesquisas, como nas recomendações que fazem para a formulação de programas de desenvolvimento.

Não é de se estranhar que a aceitação de grande parte das idéias de Putnam pelas organizações multilaterais, preocupadas com a promoção do desenvolvimento, se dá em um contexto de crise paradigmática no que diz respeito às teorias do desenvolvimento perante o fracasso dos programas que se executaram nos países do “terceiro mundo” nas últimas décadas.

Não obstante, a tese de Putnam não foi aceita na sua totalidade pelas organizações preocupadas com a questão social. De fato, o determinismo histórico contido na noção de

⁶ Na área do desenvolvimento rural encontram-se: Bebbington e Carroll, (2000) que estudam a relação entre a pobreza e as formas de organização dos pobres e Uphoff, (2000) estuda as contribuições do capital social para o desenvolvimento de comunidades rurais de Sri Lanka. Por outro lado, Krishna (2000) e Grootaert (2001) concentraram-se na realização de um marco teórico para analisar as formas nas quais se expressa o capital social e promover o seu incremento.

path dependence, como é lógico supor, condiciona a possibilidade de gerar capital social apenas naquelas “sociedades virtuosas” que têm nas suas pautas culturais os “recursos morais” referentes à “confiança generalizada” e ao “espírito cívico”. Assim, esta premissa da teoria de Putnam rejeita a possibilidade de gerar capital social em sociedades subdesenvolvidas, portanto não foi levado em consideração por estas organizações. Mas, sim se considerou à geração de capital social como precursor do desenvolvimento econômico.

Dessa forma, os economistas passam a adicionar ao capital econômico e ao humano, o capital social, para fortalecer as teorias que tentam explicar o funcionamento da economia, proposta que, por sua vez, passa a ser compatível com a perspectiva neoliberal de “estado mínimo e sociedade civil forte” que foi dominante nos anos 90. Assim, a noção de capital social ganha força e passa a converter-se na nova “panacéia” do desenvolvimento.

Esta perspectiva tem sido denominada como *utilitarista* por alguns autores, entre os quais se destaca Rist (2000), por valorizar o capital social e a cultura nas estratégias de desenvolvimento não pelo seu valor intrínseco, mas pela sua utilidade em canalizar as transformações econômicas que as organizações multinacionais acreditam que levam ao desenvolvimento das sociedades do “terceiro mundo”.

Outro fator que contribuiu para a difusão da noção de capital social foi a polêmica que se gerou, no âmbito acadêmico, a partir das propostas teóricas de Putnam.

Um dos primeiros debates que se instaurou foi entre os autores pertencentes à corrente *neoinstitucional*, representados por Evans, e a interpretação *culturalista* de Putnam em torno do papel que joga o Estado e a cultura no desempenho das instituições públicas e como isto repercute no bem-estar coletivo. Enquanto Putnam vê na cultura política e na história as origens da confiança social que a sua vez é geradora do desempenho institucional, Evans, por sua vez, propõe que assim como o Estado por meio das regras que estabelece e reforça pode ter um papel fundamental na mobilização dos recursos sociais e em conseqüência promover o desempenho das instituições, também pode desmobilizar os recursos sociais como prejudicar o desempenho institucional. Uma revisão bibliográfica interessante deste debate é apresentada por Abu-El-Haj (1999).

Por sua vez, Durston (2000), desde a perspectiva antropológica, contesta o determinismo histórico da teoria da *path dependence* utilizada por Putnam e North, dizendo que,

“hay una cierta imagen algo mecánico del rol de la cultura en la visión de estos fundadores del capital social, en que las normas constituyen una estructura fija, primaria e inmutable. Sin embargo, (...) las poblaciones humanas se organizan en sistemas totales que operan en diversos planos en forma simultánea y complementaria: i) el plano material, ii) el plano organizacional y iii) el plano ideacional y simbólico. Puesto que los marcos valóricos y normativos constituyen uno de los tres planos que se cruzan y se complementan en un sistema total, los cambios en los otros planos pueden llevar a cambios en el componente valórico del capital social” (2000 p. 11).

Woolcock (1998), por outro lado, afirma que diversos autores italianos têm questionado a leitura que Putnam faz da história social e política italiana, que à luz da teoria da *path dependence* converte-se em um dos pressupostos teóricos a partir do qual o autor tira suas conclusões.

Não obstante, para os fins da presente pesquisa, não interessa tanto discutir as implicações do capital social, mas a sua conceitualização e abordagem de análise para responder aos problemas de pesquisas colocados.

Sendo assim, os primeiros questionamentos em torno da definição e conceitualização desta nova noção foram levantados por Portes (1998), quem questiona a Coleman sobre a introdução de uma tautologia na conceitualização do capital social, que é reproduzida por Putnam, ao confundir as fontes de capital social com os benefícios derivados deste e ao associar esta noção só com efeitos positivos. Isto conduz a raciocínios redundantes, pois a presença de capital social é sempre inferida pelos bens que um indivíduo ou grupo adquire. O autor diz que o erro de Putnam está em analisar o sucesso ou o fracasso de uma comunidade pela presença ou ausência de capital social, sem avaliar outras variáveis. Para evitar este erro Portes sugere:

“the analyst of social capital must observe certain logical cautions: first, separating the definition of the concept, theoretically and empirically, from its alleged effect; second, establishing some controls for directionality so that the presence of social capital is demonstrably prior to the outcomes that it is expected to produce; third, controlling for presence of other factors than can account for both social capital and its alleged effects; fourth, identifying the historical origins of community social capital in a systematic manner” (1998 p. 20).

Portes ainda questiona ao âmbito científico e a Putnam em particular, por terem focalizado apenas nos aspectos “positivos” do capital social e não terem reparado nas consequências “negativas” que este pode implicar. Segundo o autor, isto tem levado a alguns pesquisadores a incorporar uma análise das relações sociais, a partir de uma perspectiva moral, e não rigorosamente científica. Desse modo, Portes da conta de quatro conotações “negativas” que pode ter o capital social: i) exclusão dos estranhos, diferentes, ou os que não

estão identificados com um grupo ou comunidade de referência (isto se dá nos casos de racismo, etc.); ii) quando se vê restringida a liberdade de um membro de um grupo devido ao excesso de demandas dos seus parceiros (apresenta-se nos casos que o crescimento econômico de um agente é afetado pelas contínuas demandas de apoio dos demais membros); iii) restrições na liberdade individual naquelas comunidades onde as normas sociais são muito rígidas e iv) normas que se estabelecem entre grupos mafiosos ou clandestinos (PORTES, 1996 e 1998).

Embora Putnam em sua pesquisa na Itália tenha concentrado apenas nos “efeitos positivos” do capital social, em um artigo publicado posteriormente o autor manifesta que o capital social também pode implicar “efeitos negativos” (PUTNAM, 1993). Porém, tanto suas pesquisas como as dos pesquisadores que aderem a sua proposta teoria, tem-se concentrado em identificar “os benefícios” que traz para a sociedade uma boa dotação de capital social⁷.

Portes faz uma importante contribuição para a conceitualização do capital social ao salientar o “positivismo” contido na abordagem teórica de Putnam. Mas, paradoxalmente, o autor ao classificar as conseqüências do capital social em “positivas” e “negativas”, cai novamente em uma análise valorativa afastando-se de uma análise sociológica, já que o que determina a classificação dos efeitos é a subjetividade do pesquisador. Em contraposição uma análise sociológica concentrar-se-ia nos interesses que estão em jogo e as disputas que se estabelecem, sem entrar em julgamentos de valores relacionados à “bondade” ou à “perversidade” do capital social como um todo. Não obstante é pertinente analisar em que medida as relações entabuladas entre os agentes correspondem ou não aos interesses das partes envolvidas.

⁷ De fato, em um artigo publicado em uma revista o autor manifesta “We also need to ask about the negative effects of social capital, for like human and physical capital, social capital can be put to bad purposes. (...) We have not always reckoned with the indirect social costs of our policies, but we were often right to be worried about the power of private associations. Social inequalities may be embedded in social capital. Norms and networks that serve some groups may obstruct others, particularly if the norms are discriminatory or the networks socially segregated. Recognizing the importance of social capital in sustaining community life does not exempt us from the need to worry about how that community is defined –who is inside and thus benefits from social capital, and who is outside and does not. Some forms of social capital can impair individual liberties, as critics of communitarianism warn. Many of the Founders’ fear about the “mischiefs of faction” apply to social capital. Before totting up the balance sheet for social capital in its various forms, we need to weigh costs as well as benefits. This challenge still awaits” (PUTNAM, 1993. p. 7). Nesta reflexão novamente observa-se o uso normativo do capital social, pois este recurso sempre é avaliado segundo a sua “utilidade” para fortalecer ou vulnerar um “tipo ideal de sociedade” o qual envolve a noção de bem-estar social e um objetivo comum compartilhado pelos diferentes grupos ou classes sociais.

Não obstante, é Siisiäinen (2000), que em um trabalho intitulado “*Two concepts of Social Capital: Bourdieu vs Putnam*” recoloca os termos da disputa teórica, ao dizer que as diferenças não se originam na conceitualização desta noção, são mais profundas e devem-se buscar na teoria social à que adere cada autor. Neste sentido, o trabalho de Putnam é uma extensão da *teoria americana do pluralismo*, a qual é um remanescente da concepção funcionalista da integração social. Em contraposição, Bourdieu, desde a *teoria sociológica do conflito*, retoma a idéia de classe social e incorpora a noção de capital social como um recurso que é utilizado nas lutas sociais.

A geração de uma “democracia forte” que contribui à “eficiência da sociedade”, na perspectiva de Putnam ganha ênfase e transforma-se em um objetivo ou fim em si mesmo. Em outras palavras, na medida em que se fortalecem as instituições atinge-se o bem-estar. Esta perspectiva vai de encontro à coesão e integração social, o que pressupõe a possibilidade de que as classes sociais ou as diferentes categorias sociais compartilhem interesses comuns. Nesta perspectiva, as instituições que dão forma ao sistema democrático, são consideradas como a melhor forma de organização social e como tal não entram em questionamento. O autor não focaliza a sua análise no conflito social, já que este último está contido e canalizado dentro do marco institucional democrático o qual lhe dá uma resposta. Desse modo, todo questionamento que não está canalizado pelas instituições democráticas, isto é, que não respeitem a ordem social, é gerado por condutas ruins ou amorais. Estes pressupostos teóricos, de caráter positivista, têm levado ao autor a tomar como objeto de estudo as sociedades, e não aos agentes individuais ou coletivos, perdendo-se desta forma os interesses que almejam os agentes e os conflitos que se desencadeiam como produto de interesses contrapostos.

Em contraposição, na visão de Bourdieu, o “sistema democrático” e a sua “institucionalidade” fariam parte de um arbitrário histórico, que, como tal representa a visão de mundo e os interesses dos setores dominantes e por sua vez, contribui para reproduzir a ordem social. Sendo assim, os agentes estabeleceriam lutas para manter ou subverter a ordem social, tentando impor a sua visão de mundo. Desta forma, o conflito social ganha relevância e se converte no eixo da sua análise, já que não se concebem relações sociais sem disputa pelo poder e portanto sem dominação.

Levando em conta o exposto no parágrafo anterior, surge a questão de que lugar ocupa na abordagem de Putnam, as organizações sociais que questionam ou lutam por subverter a

ordem social. De fato, o autor em seus trabalhos desaprecia estas organizações no momento de analisar o capital social e centra-se principalmente, naquelas organizações comunitárias ou assistencialistas como a Cruz Vermelha, grupos corais, associações esportivas, entre outras, que contribuem para o “bem-estar geral” o que implica não questionar a ordem social. Sob esta perspectiva, o autor chega facilmente a correlacionar associações voluntárias como geradoras de confiança social, e estas, de bem-estar social. Neste ponto, Siisiäinen, salienta,

“Putnam’s central problem, is that in practice he reduces the concept of civil society to voluntary associations of a specific type (sports clubs, cultural associations). (...) His ideas about the relationship between voluntary associations continue the long line of studies from Tocqueville’s “Democracy in America”. In this tradition social interests were identified with organized interests in the form of voluntary associations. A plurality of crosscutting voluntary associations was understood as the main precondition for a stable democracy. Conflicting interests and the problem of non-organized interests were not included in the approach. (...) A theory about conflicting interest presupposes different types of trust (and distrust) and different types of association. Some of these associations create trust only among their own members, and distrust of other (hegemonic) organizations. (...) He neglects too, the vertical dimension of voluntary associations and the power relations that are inherent in all modern associations: within the association (domination exercised by the leadership upon rank-and-file members) and, second, in relation to the outside world (by the organization towards the outsider” (2000 p. 4-5).

Diferentemente de Putnam, Bourdieu na sua conceitualização do capital social, enfatiza que este é propriedade dos agentes individuais, e não das sociedades. Não obstante, o autor explicita a possibilidade de expandir ou institucionalizar o capital social a grupos ou classes sociais que o utilizam para alcançar determinados fins. Estes últimos variam em função da posição que ocupam os agentes no espaço social.

Em outras palavras, Bourdieu vê nos diferentes tipos de capitais como se compõe o poder que têm os agentes para levar a cabo a suas lutas no interior da sociedade e impor a sua visão de mundo. Putnam por sua vez, centra-se em estudar qual é a dotação e evolução do capital social de uma dada comunidade, e por meio de quais mecanismos pode-se fortalecê-lo para afirmar e fazer mais eficiente a ordem social, já que se parte do princípio de que o capital social é um precursor do desenvolvimento econômico e da eficácia governamental.

Outra diferença que existe entre estes autores, é em relação à perspectiva teórica que utilizam para explicar o agir dos indivíduos biológicos. Putnam (1996) recorre à *teoria da ação racional*, a qual tem por pressupostos que os atores agem racionalmente buscando a otimização dos seus interesses, ou seja, maximizando seus benefícios e minimizando os custos, o que implica uma racionalidade econômica.

Bourdieu (1995) discorda da teoria da ação racional porque esta perspectiva teórica considerara a existência de uma racionalidade universal em todos os indivíduos. Em contraposição o autor propõe que o interesse, longe de ser uma invariável antropológica é uma arbitrariedade histórica, e como tal está social e economicamente condicionada. Por outro lado, dificilmente o agente tem o tempo e a informação necessária para realizar este tipo de avaliação racional, motivo pelo qual as explicações sociológicas baseadas nesta teoria refletem mais o raciocínio do pesquisador do que o do agente.

Para Siisiäinen,

“(...) the choice between Putnam and Bourdieu depends, first, on what problems we are interested in and, second, on our position concerning the dispute between the sociology of integration and the sociology of conflict” (2002 p. 18).

De certo modo, este debate teórico tem influenciado na definição do objeto de estudo, como também na formulação dos problemas da presente pesquisa. De fato, este trabalho não pretende contribuir com uma pesquisa empírica a mais para reforçar uma perspectiva sociológica que busca fundamentos teóricos para a “coesão” e “integração social”. Em contraposição optou-se por realizar uma contribuição teórica à noção de capital social, por meio da análise de um fato empírico, a partir de uma sociologia crítica, para entender por meio de que processos se estabelecem relações sociais que envolvem capital social e que sentido ganha isto para os agentes, aspectos estes, poucos estudados no âmbito acadêmico.

1.3 O capital social na teoria social de Bourdieu

1.3.1 Espaço social e dominação simbólica

Bourdieu, em sua análise da realidade social entende a sociedade como um campo de disputas, no qual diferentes agentes que possuem diferentes pontos de vista, envolvem-se em lutas simbólicas para impor a sua visão de mundo. Neste sentido, a sociedade é um mundo de lutas e conflitos onde as relações de dominação (de imposição dos pontos de vistas) são inerentes a toda relação humana, o que implica a existência de agentes em posições dominantes e outros em posições de dominados. Mas, estas disputas não se dão em um vazio social, e sim se estabelecem em um espaço social, que possui uma ordem, que é estruturado pelos agentes e, por sua vez, também é estruturante das diferentes práticas e visões deles. Desse modo, o autor recorre à noção de espaço social definindo-o como:

“un espacio pluridimensional de posiciones tal que toda posición actual puede ser definida en función de un sistema pluridimensional de coordenadas cuyos valores corresponden a los de las diferentes variables pertinentes: los agentes se distribuyen en él, en una primera dimensión, según el volumen global de capital que poseen y, en una segunda, según la composición de su capital; es decir según el peso relativo de las diferentes especies en conjunto de sus posesiones” (1985 p.197)

Como se deduz desta definição, na configuração do espaço social ganha relevância a dotação de capital que possuem os agentes, o qual se traduz em poder. Para Bourdieu,

“Capital is accumulated labor (in its materialized form or its “incorporated”, embodied form) which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor. It is a *vis insita*, a force inscribed in objective or subjective structures, but it is also a *lex insita*, the principle underlying the immanent regularities of the social world” (1986. p 241).

Nesta conceitualização de capital, liberta-se a esta noção da sua conotação estritamente econômica. Assim, a noção de capital estende-se a qualquer tipo de bem suscetível de acumulação, em torno do qual se pode constituir um processo de produção, distribuição e consumo e, portanto de mercado (GUTIÉRREZ, 1995).

Neste sentido, Bourdieu identifica três tipos de capitais: o econômico (em suas diferentes formas), o cultural e o social.

“Cultural capital can exist in three forms: in the *embodied state*, i.e., in the form of long-lasting dispositions of the mind and body; in the *objectified state*, in the form of cultural goods (pictures, books, dictionaries, instruments, machines, etc.), which are the trace or realization of theories or critiques of these theories, problematics, etc.; and in the *institutionalized state*, a form of objectification which must be set apart because it confers entirely original properties on the cultural capital which it is presumed to guarantee” (1984 p.243).

O capital social, como foi definido anteriormente é a soma dos capitais e poderes contidos nas relações sociais estabelecidas por um grupo de agentes. Sendo assim,

“These relationships may exist only in the practical state, in material and/or symbolic exchanges which help to maintain them. They may also be socially instituted and guaranteed by the application of a common name (the family, a class, or a tribe or a school, a party, etc.) and by a whole set of instituting acts designed simultaneously to form and inform those who undergo them; in this case, they are more or less really enacted and so maintained and reinforced, in exchanges. Being based on indissolubly material and symbolic exchanges, the establishment and maintenance of which presuppose reacknowledgment of proximity, they are also partially irreducible to objective relations of proximity in physical (geographical) space or even in economic and social space” (BOURDIEU, 1986 p.249).

Uma característica do capital social, é o seu embasamento no conhecimento e reconhecimento mútuo. Desta maneira, ele adquire um caráter simbólico que, por sua vez, é

factível de ser transformado em capital simbólico. Neste sentido, Bourdieu manifesta que uma das propriedades do capital é sua possibilidade de conversão de uma forma para outra.

“The different types of capital can be derived from economic capital, but only at the cost of a more or less great effort of transformation which is needed to produce the type of power effective in the field in question (...) so that it has to be posited simultaneously that economic capital is at the root of all the other types of capital and that these transformed, disguised forms of economic capital, never entirely reducible to that definition, produce their most specific effects only to the extent that they conceal (...) the fact that economic capital is at their root, in other words at the root of their effects” (1986 p. 249).

Finalmente, encontra-se o capital simbólico, comumente chamado prestígio, reputação, renome, etc., que não é senão o capital, de qualquer espécie, quando é percebido por um agente dotado de categorias de percepção que provieram da incorporação da estrutura da sua distribuição, isto é, quando é conhecido e reconhecido como natural (BOURDIEU, 1984).

O fato de que os agentes possuem diferentes dotações de capital determina que cada agente ocupe uma e apenas uma posição no espaço social. Esta posição fornece ao investigador informação sobre as propriedades intrínsecas e relacionais ou de posição dos agentes.

Assim, mediante as propriedades e as suas distribuições o mundo social acede, na objetividade mesma, ao estatuto de *sistema simbólico*, o qual, como um sistema de fonemas organiza-se segundo a lógica da diferença, da separação diferencial, desta maneira constituída como distinção significativa. O espaço social e as diferenças que nele se traçam espontaneamente tendem a funcionar, simbolicamente, como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes (BOURDIEU, 1985).

O fato de que no espaço social existam agentes que ocupam diferentes posições, significa que uma de suas propriedades intrínsecas é a existência de uma ordem, a qual se fundamenta em uma hierarquia social. Esta hierarquia é produto de uma construção social histórica ou, em outras palavras, é produto das diferentes lutas simbólicas que os agentes estabeleceram no passado para impor a sua visão de mundo, o que implica que a ordem hegemônica atual é reflexo da visão de mundo dominante, isto é, dos agentes que conseguiram impor a sua visão de mundo e portanto ocupam as posições dominantes.

As distâncias espaciais sobre o papel equivalem a distâncias sociais e sobre a base do conhecimento do espaço das posições pode-se recortar classes entendidas como,

“ (...) conjuntos de agentes que ocupan posiciones semejantes y que sometidos a condicionamientos semejantes, tienen todas las probabilidades de tener disposiciones e intereses semejantes y de producir por lo tanto prácticas y tomadas de posiciones semejantes” (BOURDIEU, 1985 p. 284)

Bourdieu é categórico ao diferenciar sua concepção de classe, da perspectiva marxista, pois segundo o autor a classe no papel tem a existência teórica própria das teorias, na medida em que é produto de uma classificação explicativa permite analisar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas e, as condutas das reuniões. Não é na realidade uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; em rigor poderíamos falar de classe provável, em tanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às empresas de mobilização que qualquer outro conjunto de agentes. Neste sentido, só por meio do trabalho político, esta classe, no papel, poderia converter-se em classe mobilizada (BOURDIEU, 1984).

Por outro lado, na área de estudo da geografia, alguns pesquisadores vinculados à perspectiva teórica da “*social theory and geography movement*” –STGM- têm proposto uma conceitualização do território diferente da tradicional, que se transforma em um conceito de utilidade para incorporar a dimensão física ou geográfica à noção de espaço social. Neste sentido, Cox sugere,

“Two aspects of this new use of the concept of territory stand out. In the first place it does indeed have to do with ‘power’: but not necessary power in the sense of having to do with the state. Rather it is a matter of its chronic implication in social relations such obvious cases as those of class, gender and race. (...) The second meaning of territorial (...) is to conceive of territory not simply in terms of the legal demarcations of jurisdictional boundaries but in a broader sense: bounds as zones, of which the jurisdictional boundary is a limiting case. It clearly accords with the idea of political as an essential moment of any social relation and so not necessarily limited to the state. To pose the issue of territorial bounds in this way is also to pose the question of what is being bounded: this is not mere territorial extent but some set of social relations which are for some reason or another, localized. Combining this with the earlier –broader- definition of the political, territory emerges as an arena for conflicts (...) In other words the concept of territory as emerging in STGM, seems ultimately to point in the direction of bounded areas or *arenas* within which conflict occurs. Territories (...) are obviously not islands. In fighting it out, local organizations, local branches of the state, firms, etc., try to mobilize extra-local sources of power. (...) This poses the question of the articulation of social relations, localized within ‘territories’ with those elsewhere or with networks of social relation defined at much broader scales” (1991 p. 5-7).

Esta abordagem do território complementa a noção de espaço social, pois permite realizar recortes espaciais, onde surgem diferentes disputas entre agentes que ocupam diferentes posições no espaço social. Este recorte espacial permite analisar a mobilização de recursos ou capitais, em particular os sociais, no espaço, tanto para o interior do território como para o exterior, que os agentes realizam para estabelecer as suas lutas simbólicas.

1.3.2 O *habitus* como fundamento da ação

Na sua concepção do agente, Bourdieu rejeita o sujeito universal considerado pela *fenomenologia* e pela *teoria da ação racional*, já que, apesar dos agentes construírem a sua visão de mundo, não o fazem livremente, pois estão condicionados pelas estruturas, tanto externas como as internas, estas últimas corporizadas nas estruturas cognitivas. Neste sentido, o autor manifesta que os pontos de vista dos agentes, são visões tomadas a partir de um ponto, isto é, de uma posição determinada no espaço social (BOURDIEU, 1993). Desta maneira, recorre-se à noção de *habitus* para entender o agir dos agentes, o qual é entendido como,

“as estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio de nossas primeiras experiências (*habitus* primário), e depois, de nossa vida adulta (*habitus* secundário). É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e em nossos corpos pela interiorização da exterioridade. É um sistema de disposições duráveis e transponíveis”⁸ (CURCUFF, 2001, p. 50).

Na noção de *habitus*, a unidade de continuidade da pessoa não é carregada pelo agente de forma consciente, mas inconscientemente. Adicionalmente, existe ainda um *habitus* individual e um *habitus* de classe, sobre os quais Bourdieu explica,

“Todo agente econômico age em função de um sistema de preferências que lhe é próprio, mas que se distingue somente por diferenças secundárias dos sistemas de preferências comuns a todos os agentes colocados em condições econômicas e sociais equivalentes. As diferentes classes de sistema de preferências correspondem a classes de condições de existência, logo, de condicionamentos econômicos e sociais que impõem esquemas de percepção, apreciação e ação diferentes. Os *habitus* individuais são produto da interseção de séries causais parcialmente independentes” (BOURDIEU, 1990 p. 131).

Não obstante, a teoria do *habitus* não elimina a possibilidade da eleição estratégica e consciente. De fato, segundo o autor,

“las orientaciones sugeridas por el *habitus* pueden acompañarse de cálculos estratégicos de los costos y beneficios tendientes a llevar a nivel de la conciencia aquellas operaciones que el *habitus* efectúa conforme a su propia lógica. En especial en los períodos de crisis, y más aún cuando ocurren procesos de cambio de las estructuras objetivas, es decir en los cuales los ajustes rutinarios de las estructuras subjetivas y objetivas son brutalmente trastornados, constituyen una clase de circunstancias donde la elección racional puede predominar, por lo menos entre aquellos agentes que pueden darse el lujo de ser racionales” (BOURDIEU, 1995 p. 91).

⁸ “Disposições, isto é, inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar de uma certa maneira, interiorizadas e incorporadas, geralmente de maneira inconsciente, para cada indivíduo, decorrentes de suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social. Duráveis, pois se estas disposições podem se modificar no curso de nossas experiências, elas são, no entanto, fortemente enraizadas em nós e tendem, por isso, a resistir à mudança, marcando assim uma certa continuidade na vida de uma pessoa. Transponíveis, pois disposições adquiridas ao longo de certas experiências (familiares, por exemplo) têm efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo) é o primeiro elemento de unidade da pessoa”. (CORCUFF, 2001, p. 51).

Desta forma, o autor introduz a noção de estratégia, entendendo-a como produto do sentido prático, como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância participando das atividades sociais. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para adaptar-se às situações indefinidamente variáveis, nunca perfeitamente idênticas. Não obstante, essa liberdade de invenção, de improvisação, que permite produzir a infinidade de lances possibilitados pelo jogo, tem os mesmos limites do jogo. O *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir uma infinidade de jogadas que estão inscritas no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências de jogo, apesar de não estarem reunidas em um código de regras, impõem-se àqueles que, por compreenderem o sentido do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las (BOURDIEU, 1990).

Neste sentido, pode-se identificar um sistema de estratégias de reprodução, “através das quais a família visa a se reproduzir biologicamente e sobretudo socialmente, isto é, reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado” (BOURDIEU, 1990 p. 87). Nas estratégias, os capitais que possuem os agentes ganham relevância,

“The convertibility of the different types of capital is the basis of the strategies aimed at ensuring the reproduction of capital (and the position occupied in social space) by means of the conversions least costly in terms of conversion work and of the losses inherent in the conversion itself (in a given state of the social power relations)” (BOURDIEU, 1986, p. 253).

Desta forma, a dotação de capitais que possuem os agentes, em particular, o capital social naqueles agentes que se encontram na base da hierarquia social e que apresentam grandes possibilidades de possuir baixa dotação de capital econômico e cultural, convertem-se em objeto de análise de interesse para entender as estratégias de reprodução social, que implementam os agentes.

1.3.3 Luta simbólica: reprodução ou subversão da ordem?

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social (da forma de ver e construir o mundo, isto é, impor uma ordem social) os agentes possuem um poder proporcional a seu capital simbólico (BOURDIEU, 2000).

O capital simbólico é poder simbólico, é a força particular de que dispõem certos agentes que exercem o que o autor chama de violência simbólica, a qual se põe em marcha

sobre um agente ou grupo de agentes, com sua própria cumplicidade. Trata-se de uma violência eufemizada e por eles socialmente aceita, desconhecida como arbitrária e com isso reconhecida, na medida em que se fundamenta no desconhecimento dos mecanismos do seu exercício⁹ (GUTIÉRREZ, 1995).

Para Bourdieu, o poder simbólico que possui um agente é a resultante dos diferentes tipos e subtipos de capitais que tem acumulado. Neste sentido,

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo a ação sobre o mundo, e portanto, o próprio mundo, é um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se fosse reconhecido, isto é, ignorado como arbitrário. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, conseguir manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia. É neste sentido que o poder simbólico cumpre com sua função política de imposição ou legitimação da dominação, que contribui para a dominação de uma classe sobre outra” (BOURDIEU, 2000. pg 14).

Os sistemas simbólicos (mito, língua, arte, ciência, etc.) são instrumentos de conhecimento, de comunicação e de construção do mundo dos objetos como formas simbólicas que exercem um poder estruturante, justamente porque são estruturados. Bourdieu destaca que,

“... os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral” (2000 p. 10).

Assim, as ideologias são um produto coletivo e coletivamente apropriado, que servem aos interesses particulares e estes tendem a apresentar-se como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (...) para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une é também a cultura que separa e que *legítima* as distinções compelindo todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 2000. p. 10).

⁹ Bourdieu tomou de Marx o fato de que a realidade social é um conjunto de relações de forças entre classes historicamente em luta e da obra de Weber o fato de que essa mesma realidade é também um conjunto de relações de sentido. Com eles, toda dominação social, a menos de recorrer à força física constantemente, deve ser reconhecida, aceita como legítima. Deve ter um sentido de maneira que os dominados adiram ao princípio da sua própria dominação e se sintam solidários aos dominantes em um mesmo consenso sobre a ordem estabelecida (BOURDIEU e WAQUANT, 1992 apud GUTIERREZ, 1995).

As categorias de percepção do mundo social (que conformam a estrutura cognitiva de cada agente) são basicamente o produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, induzem aos agentes a tomarem o mundo social tal qual é, a aceitá-lo como natural, ao invés de revelar-se contra ele, opor-lhe mundos possíveis, diferentes e ainda antagônicos: o sentido de posição, como sentido “do que a gente pode ou não se permitir” implica uma aceitação tácita da própria posição, um sentido dos limites (“isto é para nós”), ou o que vem a ser o mesmo, um sentido das distâncias que se devem marcar ou manter, respeitar ou fazer respeitar. Tudo isso se manifesta com uma força tanto maior quanto mais penosas forem as condições de existência e mais rigorosamente for imposto o princípio de realidade (daí o profundo realismo que comumente caracteriza a visão de mundo dos dominados e que, ao funcionar como uma espécie de instinto de conservação socialmente construído, só pode parecer conservador por referência a uma representação exterior, e portanto normativa, do interesse objetivo daqueles a quem ajuda a viver ou a sobreviver) (BOURDIEU, 1985).

A luta pelo poder simbólico (e, portanto, pelo mantimento ou subversão da ordem vigente) se dá nos diferentes *campos sociais*¹⁰ que constituem o espaço social. Não obstante, em relação às produções simbólicas, dentro de cada campo se dá uma divisão do trabalho, e apenas aqueles que se encontram nas posições dominantes estão legitimados (inclusive por aqueles que ocupam posições dominadas) para a produção simbólica (que estruturam a ordem social).

Neste ponto surge o desafio de explicar aquelas situações em que os agentes que se encontram nas posições dominadas passam a questionar a ordem social e a tentar subvertê-la. Bourdieu (1995) propõe que esta possibilidade pode ocorrer quando se apresentam ao agente situações desconhecidas ou inéditas, isto é, seu *habitus* não possui uma resposta ou direcionamento de como agir. Nestas situações o agente se vê obrigado a inovar e esta inovação não vai necessariamente, reproduzir a ordem.

A perspectiva do autor foi mudando ao longo da sua obra, pois, no princípio, Bourdieu entendia que o agente encontrava-se altamente condicionado pelas estruturas sociais, corporizadas no *habitus*. Esta visão foi flexibilizando-se, até chegar em um ponto em que o autor sugere a possibilidade de que o agente altere as disposições presentes no seu *habitus*.

¹⁰ A noção de *campus* converte-se em um recurso teórico para realizar um recorte da realidade a estudar. Esta noção refere-se ao “sistema de relações objetivas no qual as posições e as tomadas de posições se definem relacionalmente e que dominam, também, as lutas que visam transformá-lo” (BOURDIEU, 2000).

Neste sentido, Bourdieu reflete que

“os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram não produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura como as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico” (2000 p. 152).

A homologia de posição estaria dada, porque os intelectuais ocupam a posição de dominados dentro dos dominantes, e as classes populares de dominados, no espaço social. Nesta aliança que, como tal, é uma relação social entre dois agentes ou grupos, o que implica a existência de capital social, os que estão nas posições de dominados poderiam fazer uso dos capitais (neste caso, o capital cultural dos profissionais) e utilizá-los para a construção de símbolos que estariam ao serviço dos seus interesses.

O processo por meio do qual os intelectuais podem contribuir para que os que se encontram nas posições dominadas deixem de ver o mundo como natural, e passem a questionar a ordem estabelecida, e assim romper o círculo da reprodução simbólica, é denominado *auto-socioanálise* e envolve a objetivação das disposições do agente para começar a modificá-las. Neste sentido, o Bourdieu diz:

“Resulta difícil controlar la inclinación inicial del *habitus* pero el análisis reflexivo que nos enseña que nosotros mismos le damos a la situación parte del poder que ella tiene sobre nosotros, nos permite luchar por modificar nuestra percepción de la situación y con ello nuestra reacción. Nos vuelve capaces de dominar hasta cierto punto, algunas de las determinaciones que se ejercen a través de la relación de complicidad inmediata entre posición y disposición. (...) Esto significa que, si los agentes han de tener alguna oportunidad de convertirse en algo así como “sujetos”, ello sólo será en la medida en que dominen de manera consciente la relación que mantienen con sus propias disposiciones optando por dejarlas actuar o por el contrario inhibiéndolas o mejor sometiéndolas (...) y oponiendo una disposición a otra. Pero este trabajo de gestión de las propias disposiciones sólo es posible al precio de un esfuerzo constante y metódico de explicitación” (1995 p.94).

Bourdieu ao referir-se ao vínculo que se estabelece entre os agentes que ocupam as posições dominadas e os intelectuais, é intencionado ao falar de alianças, pois se está falando de agentes que ocupam diferentes posições e, portanto, têm diferentes pontos de vista. Neste sentido, o autor afirma que,

“Mas, o mais importante, do ponto de vista do problema da ruptura do círculo da reprodução simbólica, está em que, na base das homologias de posição no interior de campos diferentes (...) se podem instaurar alianças mais ou menos duradouras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente. A homologia de posição entre os intelectuais e os operários da indústria (...) está na origem de uma

aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objetivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados –organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc.” (2000 p.153).

Em outras palavras, os intelectuais ao passarem aos agentes que ocupam as posições dominadas os instrumentos para que construam a sua visão de mundo, passam também com estes a sua visão de mundo. Esta é construída desde a posição que ocupam os intelectuais no espaço social e dentro de um campo de produção, que não são os mesmos que ocupam os agentes que estão nas posições dominadas do espaço social.

É neste sentido que é válido analisar, no âmbito rural, o papel que assumem os profissionais que trabalham na promoção social (isto é, com o objetivo suposto de reverter a situação de “pobreza” e, portanto, de dominação na qual vivem alguns agentes) por intermédio de instituições públicas ou privadas. Estes agentes transformam-se em *mediadores* ao articular mundos sociais diferentes. Conforme Kuschnir o que lhes permite assumir o papel de mediadores é que, ao interagir ou transitar por diferentes mundos ou domínios sociais, adquirem a capacidade de “lidar com vários códigos e valores adaptando-os e traduzindo-os para promover a comunicação entre grupos” (KUSCHNIR, 2001 p. 139).

Não obstante, como afirma Neves,

“Os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação” (NEVES, D. 1998 p. 155).

De fato, os mediadores ao estabelecer comunicação entre grupos e categorias sociais distintas são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando assim a importância de seu estudo. Mas sem dúvida há mediações que simplesmente mantêm o *status quo*, em um mesmo processo de controle de informações e preservação de valores, isto é, da ordem social dominante (VELHO, 2001).

Os conceitos apresentados nesta seção constituem o marco teórico de referência a partir do qual se analisará o objeto de estudo.

Neste sentido, no capítulo 2 contextualizar-se-á o cenário no qual surge a *Red Puna*. Para não abordar a análise da realidade social como algo “natural” ou “circunstancial” realizar-se-á uma breve leitura histórica com o objetivo de recuperar aqueles acontecimentos

que tiveram maior influência na configuração econômica, social e política do território e nas visões de mundo dos agentes que existem atualmente. Isso permitirá analisar a realidade social como um arbitrário histórico, no qual uma visão de mundo é dominante.

Assim, a noção de espaço social permitirá identificar a posição social que ocupam na sociedade atual os integrantes da *Red Puna* e, de que maneira se relacionam com os outros agentes do território, ou seja, que tipos de relações existem e por meio de quais mecanismos se manifestam. A partir da distribuição espacial dos agentes no espaço social será possível fazer o recorte de classes ou grupos sociais, construindo desta maneira um modelo de como está estruturado o espaço social.

Por outro lado, a noção de estratégia de reprodução permitirá analisar a partir de quais lógicas os agentes tentavam garantir sua reprodução social nas décadas passadas e que transformações aconteceram recentemente.

Esta análise das relações social será delimitada espacialmente por meio da noção de território, que permite aprofundar o estudo no seu interior e analisar de que maneira se relacionam os agentes com o exterior.

No capítulo 3, a partir da noção de capital social, será possível identificar os momentos da vida social nos quais este se manifesta, as transformações que ocorreram nos últimos anos e quais fatores intervêm na formação da *Red Puna*. Nesta análise, a noção de *habitus* e a de estratégia de reprodução social serão dois conceitos de interesse, para analisar as lógicas de ação dos agentes.

No capítulo 4, aprofundar-se-á a análise nos interesses almejados pelos diferentes agentes ao participar na *Red Puna*. Neste sentido, os depoimentos dos agentes entrevistados serão analisados a partir da posição que ocupam no espaço social e na *Red Puna*, e a partir de alguns aspectos-chaves relacionados com a sua trajetória. A noção de estratégia de reprodução social possibilitará compreender o papel que desempenha nestas o engajamento dos agentes na *Red Puna* e o sentido que têm as disputas nas quais estes se envolvem no interior desta organização.

Por último, no capítulo 5, tomando a *Red Puna* como um grupo, serão analisadas as disputas que este novo agente coletivo estabelece com outros agentes do território. Para isto

recorrer-se-á à noção de luta simbólica, já que permitirá identificar as visões de mundo que se estão contrapondo e quais são os interesses que estão em jogo nestas.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A *Red Puna* como um novo agente coletivo não surge em um vazio social, mas origina-se em um território que foi historicamente estruturado, onde seus integrantes estão dotados de disposições, representações e visões de mundo que foram moldadas pela história de lutas simbólicas que ocorreram nele.

No presente capítulo, realizar-se-á uma resumida caracterização ambiental, econômica e social da província de Jujuy e, em particular, do território onde se localiza o objeto de estudo. Nesta caracterização, recuperar-se-ão os processos históricos que tiveram maior relevância na configuração atual do território para, posteriormente, analisar como se estrutura sua realidade social na atualidade e, por último, identificar as transformações sociais que têm acontecido na última década.

2.1 Caracterização geográfica e ambiental

Nesta seção apresentar-se-ão, de maneira resumida, as principais características físicas e ambientais do território. Esta descrição tem por objetivo, por um lado, inserir o leitor na realidade geográfica e ambiental onde se localiza o objeto de estudo e, por outro lado, apresentar informação objetiva para, nos próximos capítulos, analisar como os agentes sociais constroem diferentes representações a partir da mesma realidade ambiental, as quais acabam influenciando na visão de mundo que eles têm do território.

2.1.1 Localização e regiões geográficas

A província de Jujuy encontra-se no extremo norte da Argentina, entre os 21° 48' e 24° 36' de latitude sul, localizando-se ao oeste da *Cordillera de los Andes*, a qual delimita a fronteira com o Chile; ao norte faz divisa com a Bolívia e ao sul e ao leste com a província de Salta (ver Mapa 1). A sua superfície territorial é de 52.219 km² que, por sua vez, representa

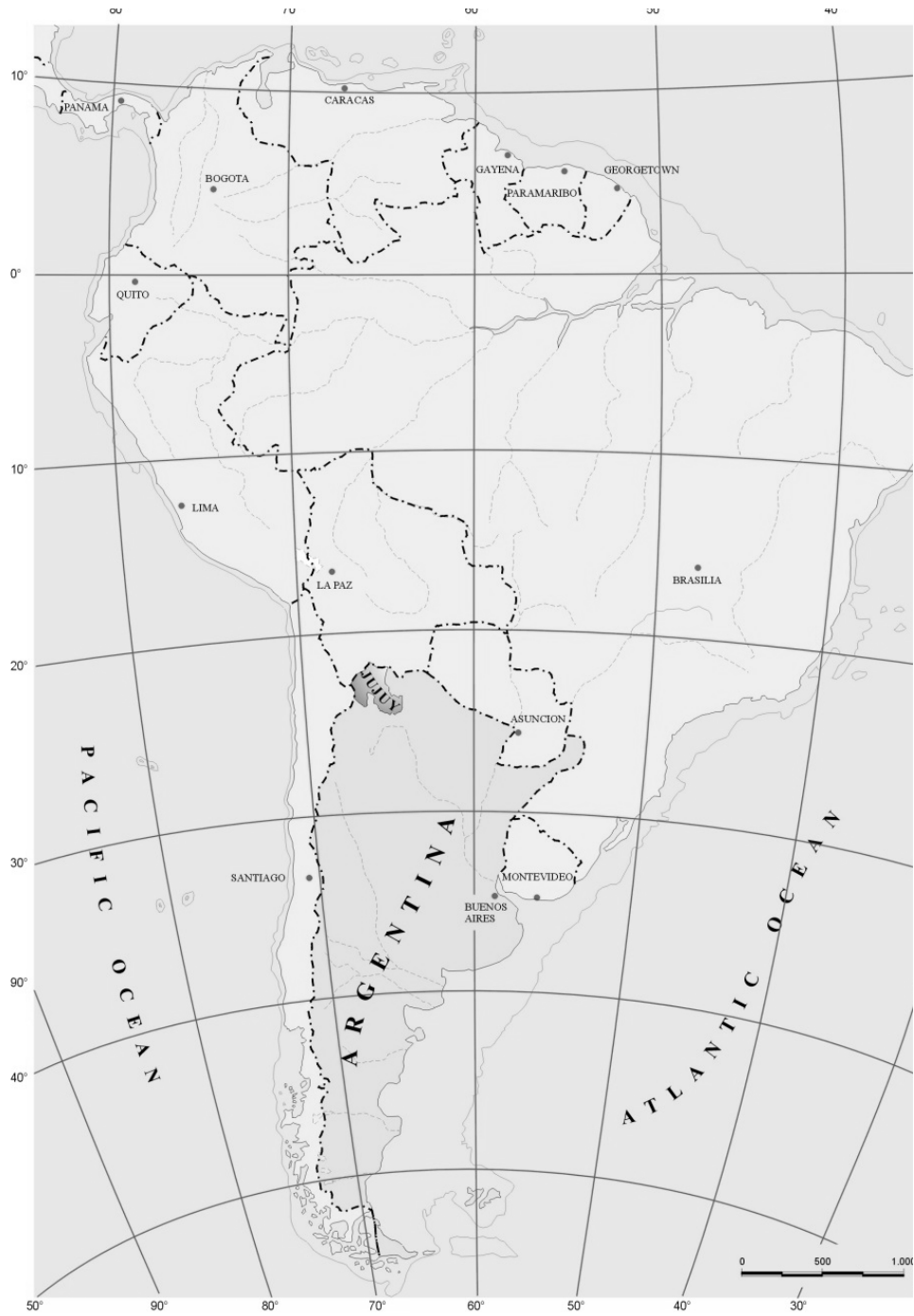
1.9% da superfície continental da Argentina. A província de Jujuy, no seu interior, é dividida em 16 jurisdições denominadas departamentos.

Em Jujuy distinguem-se quatro regiões geográficas: i) *Valles*, ii) *Ramal*, iii) *Quebrada de Humahuaca* e iv) *Puna* (ver Mapa 2). As duas primeiras regiões são localizadas ao sul e constituem as terras de menor altitude da província. A região de *Ramal*, compreende os *Valles del río San Francisco* e o de *Lavayén*, cuja altitude desenvolve-se entre os 350 e 900 m.s.n.m., constituindo as zonas mais planas da província.

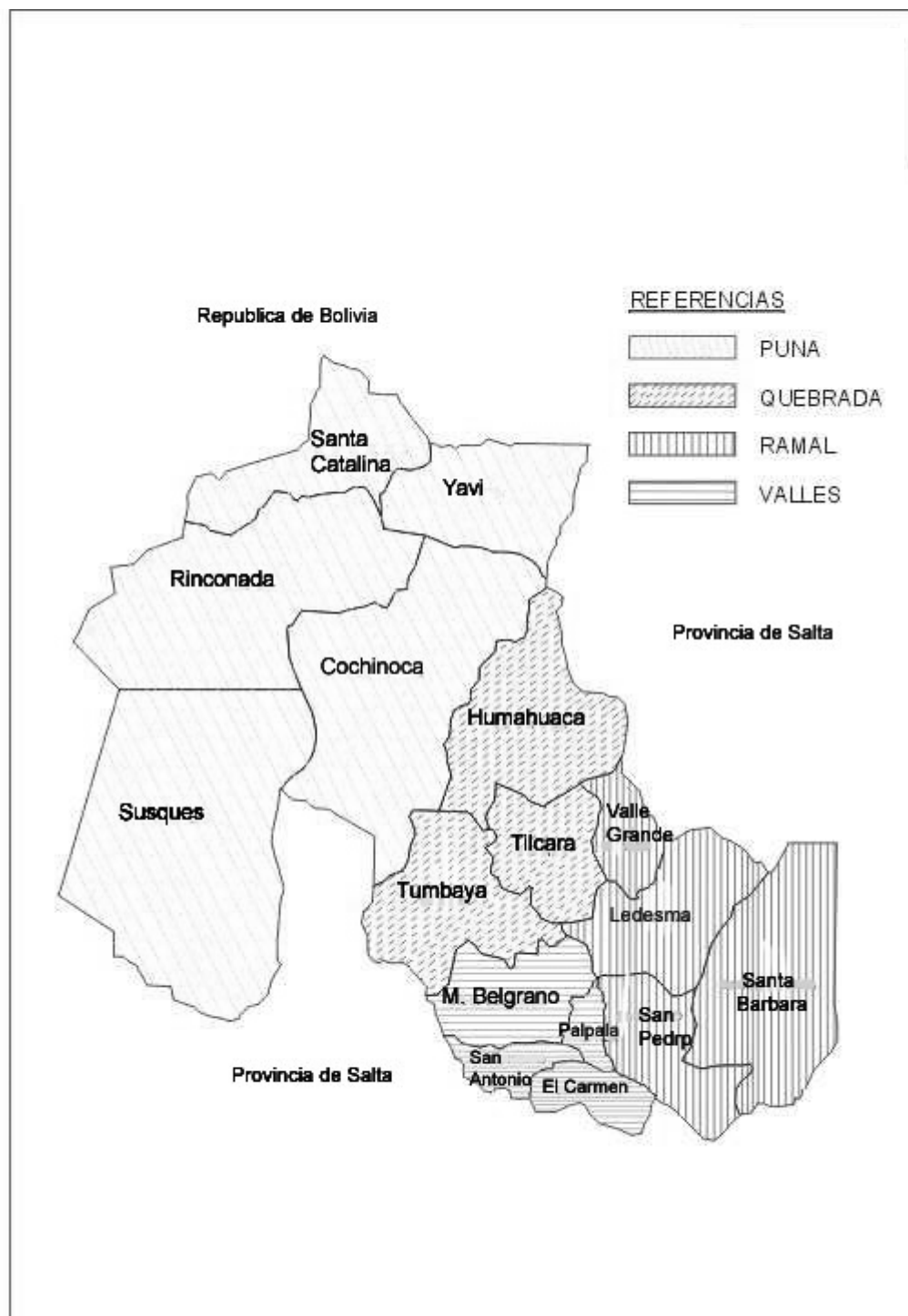
A *Quebrada de Humahuaca* é um vale fluvial de altura, de 120 km. de comprimento e sua largura varia de 1 a 10 km. Ela é cortada pelo rio Grande e constitui-se em uma zona de transição entre a *Puna* (as “terras altas”) o sul da província (as “terras baixas”). A sua altitude varia desde os 600 m.s.n.m. até os 3700 m.s.n.m., em *Tres Cruces*, extremo norte do vale. O vale da *Quebrada* é atravessado longitudinalmente pela *Ruta Nacional 9 –RN9–*, que é a principal via de comunicação entre o norte e o sul da província.

A *Puna* é uma planície árida de 3000 a 4000 metros de altura sobre o nível do mar, rodeada por uma coroa de montanhas que impedem a drenagem dos rios para fora. Ocupa aproximadamente 60% da superfície do território provincial.

Mapa 1 Situação geográfica da Província de Jujuy na América do Sul



Fonte: www.jujuy.gov.ar

Mapa 2 Regiões geográficas e divisão política da província de Jujuy

JUJUY EN CIFRAS - 13

Fonte: www.jujuy.gov.ar

2.1.2 Clima

O território provincial está sujeito à influência do Ciclone do Amazonas e do Anticiclone do Pacífico, o que gera um regime de precipitações monzônico. Não obstante, as grandes diferenças de altitude e a disposição orográfica determinam importantes variações climáticas entre as regiões (ver Tabela 1).

Tabela 1 Temperatura e período livre de geadas da Província de Jujuy, por regiões

Região	Temperatura (em C°)				Geadas		
	Média anual	Máxima média	Mínima média	Amplitude média anual	Data média da última geada	Data média da primeira geada	% anos com geadas
Puna	8,1	18,9	0,9	18,0	19-nov	24-mar	100
Quebrada	13,2	22,5	2,9	19,6	30-sep	6-mai	100
Valle	17,5	24,7	11,7	13,0	25-jul	2-jul	75
Ramal	20,6	30,4	15,5	14,9	23-jul	6-jul	72

Fonte: Buitrago et al. (1994)

As precipitações são escassas e bastante variáveis no território, sendo maiores no sul (aproximadamente 400 mm anuais, na localidade de El Volcán) e menores no norte (300 mm anuais em La Quiaca) (ver Tabela 2 e Mapa 3). A cobertura vegetal é escassa e é formada por uma estepe baixa com pastagens de altura.

Tabela 2 Precipitações e umidade relativa da província de Jujuy, por regiões.

Região	Umidade relativa (em %)	Precipitação anual (em mm)		
		Valor mínimo	Valor máximo	Valor médio
Puna	47	155	464	303
Quebrada	53	112	356	223
Valle	74	543	1257	825
Ramal	66	541	1384	724

Fonte: Buitrago et. al (1994)

Os solos são poucos desenvolvidos, constituídos por areias e *gravas* de diversos tamanhos e muito suscetíveis à degradação por atividades produtivas inadequadas. Só nos vales, pela ação natural e do homem, encontram-se solos um pouco mais desenvolvidos que tornam viável a agricultura. Estas condições climáticas geraram um ecossistema frágil e de

baixa diversidade. A água é a principal limitante tanto para a instalação humana como para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Os membros da *Red Puna* habitam e desenvolvem a maior parte de suas ações nas regiões de Puna e de Quebrada de Humahuaca. Para os fins do presente trabalho se realizará um recorte espacial destas regiões que definirá o *território* no qual será analisado o objeto de estudo.

2.2 Configuração histórica do território

A realidade socioeconômica do território é produto de sua integração histórica, subordinada e periférica às sucessivas unidades de organização administrativas superiores. Nesta seção será realizada uma descrição resumida deste processo histórico, sendo analisado em cinco etapas, onde se destacam as principais características que ficaram impressas na configuração atual do território e que contribuem à análise do objeto de estudo.

2.2.1 As sociedades originárias [até 1600]: a comunidade como forma de organização político-econômica

O território foi povoado por sociedades caçadoras e coletoras que lentamente se transformaram em uma cultura de base agropecuária. Na *Puna*, estavam os *Cochinocas* e os *Apatamás* e na Quebrada de Humahuaca os *Omaguacas* e os *Ocloyas*. As desvantagens do meio ambiente andino foram superadas pela organização social e econômica, caracterizada pela verticalidade do modelo de controle dos recursos, tendo a reciprocidade e a redistribuição como princípios fundamentais da produção e circulação de bens (KARASIK, 1984).

A partir da formação e expansão do Império Inca, no século XV, estas sociedades foram anexadas e subordinadas a ele, gerando-se uma integração econômica, social e cultural com as sociedades dos Andes Centrais (na atualidade Perú e a Bolívia) (REBORATTI, 1994).

Para os fins da presente pesquisa, esta etapa ganha relevância pelas características que as populações originárias lhe imprimem ao território tanto nas características raciais como nas pautas culturais, muitas das quais se perpetuam até a atualidade.

Isla (1992) afirma que nesta etapa se configura um sistema de organização sociopolítico comunitário denominado *ayllu* ou *comunidad*. Cada *comunidad*, organizava-se em torno de uma assembléia, que, entre outras funções, planejava o uso da terra, da água e do trabalho, resolvia os conflitos comunitários e articulava-se com outras comunidades¹¹.

2.2.2 A colonização [1600-1810]: submissão e desarticulação das sociedades originárias

A partir da chegada dos espanhóis ao Peru, no começo do século XVI, iniciou-se a colonização dos *Andes Centrales* que posteriormente se estendeu para o sul. A conquista do território ocorreu na primeira metade do século XVI, submetendo-se às diferentes sociedades existentes, que a partir desse momento passam a ser denominadas pelos espanhóis como *coyas*. Assim, construiu-se a identidade do “indígena” e “não indígena” (isto é, “o ocidental”), perdendo-se a identidade específica de cada cultura originária. Este foi o início da dominação simbólica do homem ocidental, isto é de origem européia, sobre os povos originários do território.

Com a colonização dos *Andes Centrales*, o centro econômico passou a localizar-se nas minas de prata de Potosí e no porto de Lima. As regiões periféricas localizadas no sul, começaram a organizar sua economia voltando-se à provisão de alimentos, tecidos e animais de carga para os pólos econômicos do norte, atravessando a rota comercial da Quebrada de Humahuaca e da Puna.

Em nível territorial, distribuíram-se as terras entre os conquistadores sob a pessoa jurídica de *mercedes reales*¹². Por outro lado, institucionalizou-se a *encomienda* que era a concessão de direitos de vassalagem sobre grupos indígenas aos beneficiários de uma *merced real* e que, com a justificativa da necessidade de evangelização, eram submetidos ao controle

¹¹ Segundo Isla, comunidade é “una unidad político productiva de grandes dimensiones que ocupa un espacio delimitado, verificándose intrincadas relaciones de parentesco y de reciprocidad que multiplican las obligaciones internas. La centralidad de lo político es constituida por el funcionamiento de una asamblea con carácter deliberativo-ejecutivo, regulada en su práctica anual por un cronograma fijo de reuniones ordinarias; que legitima en un amplio consenso sobre la ley consuetudinaria aymara” (ISLA, 1992 p. 173). Por outro lado, Isla dá conta que no plano econômico e no social a comunidade regia-se por cinco critérios: i) o controle comunal do médio de produção estratégico, ii) a maximização das atividades produtivas, iii) o controle da diferenciação interna, mediante mecanismos de reciprocidade, iv) a dupla racionalidade simultânea, uma orientada ao consumo baseada em uma produção de subsistência e outra orientada ao mercado visando ampliar a renda doméstica e v) a procura, por cada unidade doméstica, do excedente.

¹² As *mercedes reales* superavam o milhão de hectares e por meio destas cedia-se o direito de uso das terras da Coroa Espanhola aos conquistadores (REBORATTI, 1997).

social e obrigados a trabalhar para seus *encomendadores* (REBORATTI, 1997). Por sua vez, Madrazo, afirma que:

“Después de la conquista, los grupos indígenas sobrevivientes pasaron a constituir una subestructura socioeconómica dependiente dentro de la sociedad global (...) En el orden interno de las comunidades, los traslados desmembraron a muchos grupos y acrecentaron continuamente el número de naturales sin tierras, los cuales o bien fueron agregados a comunidades de las que no eran originarios o bien quedaron desligados de todo vínculo comunitario, en cuyo caso pasaron a integrar los niveles más carenciados del campesinado criollo-mestizo, quedando incorporados a las haciendas en una situación de servidumbre personal directa. Pocas veces las comunidades permanecieron más o menos intactas, instaladas en sus antiguos territorios con la posesión de una parte sustancial de sus tierras comunales (...). Cuando ocurría así, el indigenado mantenía su carácter de segmento rural étnicamente diferenciado, sometido a la encomienda de tributos y a la mita. De estas comunidades indígenas sobrevivientes derivó, en el período nacional, el campesinado de filiación indígena” (1981p. 215).

Nesse momento, configuram-se as características econômicas e sociais sobre as quais estruturar-se-á o território até a atualidade. Entre as mais relevantes destacam-se: a apropriação da terra em grandes latifúndios, a formação de uma oligarquia latifundiária, a escravidão e a exploração da mão-de-obra indígena, a integração econômica periférica, o processo da imposição da cultura ocidental, caracterizado pela evangelização e a introdução de novas formas de produção e organização social.

2.2.3 O Estado-nação [1810-1880]: institucionalização da dominação em um estado de direito

A partir da desvinculação das *Provincias Unidas del Río de la Plata* da administração da Coroa Espanhola, iniciou-se um processo de reestruturação econômica, política e social nas sociedades do *ex- Virreinato del Río de la Plata*. Uma das principais características deste processo foi o ciclo de guerras civis (1820-1880) que ocorreram no país. Nestes conflitos enfrentaram-se as oligarquias provinciais que disputavam o controle político e econômico do país.

Em nível territorial, o surgimento de limites fronteiriços com a Bolívia e o Chile gerou não só um lento processo de desarticulação econômica com estas regiões mas também uma gradual e não menos lenta integração com a nação que se estava formando. O centro econômico e comercial deslocou-se do norte (Lima-Potosi) para o sul (porto de Buenos Aires). Esta reestruturação econômica afetou, ainda mais, a economia da província de Jujuy,

que já fora enfraquecida pelos conflitos armados que ocorreram no norte do país durante a guerra pela independência, no início do século XIX.

Segundo Reboratti (1997), a mudança de uma administração colonial a um estado independente não transformou a situação dos indígenas, que aos poucos viraram camponeses, ao perderem sua língua, sua identidade étnica e ao se fragmentar social e culturalmente suas comunidades de origem. As *mercedes de tierras* foram reconhecidas pela nova administração e marcaram a institucionalização de *haciendas andinas señoriales*¹³.

A submissão dos indígenas deu-se tanto no âmbito econômico como no social e cultural. Madrazo (1981), fala a respeito da sanção de diferentes leis de inspiração liberal (em 1833, o fim do *cacicazgo* e, em 1839, o decreto da finalização da posse comunal de terras) que promoviam a dissolução do sistema de organização social comunitário, visando à imposição da concepção de cidadania da época e à concessão das terras sob o regime de propriedade privada.

Segundo Isla (1992), a forma de organização e reprodução social comunitária foi mantida na zona, pelo menos até 1870, e ainda na atualidade persistem certos vestígios que se observam –ainda que desintegrados entre si– nas relações de produção, distribuição e intercâmbio na sociedade *puneña* de hoje. Este aspecto será abordado no próximo capítulo, pois faz referência a lógicas e instituições comunitárias que envolvem relações sociais de reciprocidade e cooperação, fazendo parte das disposições dos nativos por estarem inscritas nos seus *habitus*.

Na Puna, a privatização da terra em grandes latifúndios deu aos proprietários o direito à cobrança de arrendamento às comunidades indígenas localizadas na sua jurisdição. Para compensar a sua frágil situação econômica, os latifundiários optaram pelo incremento dos arrendamentos e pela sua cobrança forçada, fato que provocou uma revolta entre os habitantes e culminou na *Rebelión campesina de Quera* (1872/75), na qual os indígenas reivindicavam a restituição das suas terras. Nesta rebelião os insurgentes foram derrotados pelo exército provincial apoiado pelo nacional, depois de vários confrontos (RUTLEDGE, 1987). Com esta rebelião iniciaram-se as disputas pelas terras na era do Estado-nação. Este fato evidencia o

¹³ Reboratti, em um estudo realizado no *departamento* de Yavi (Puna *jujeña*) e no *departamento* limítrofe de Santa Victoria (província de Salta), afirma que se conformou no século XIX o *Marquesado de Tojo*, latifúndio de quase 2 milhões de hectares que chegou a transformar-se em um “sistema de vasallaje fundado en la absoluta sumisión de los habitantes al poder del marqués de Yavi: el latifundio más que una explotación económica es una forma de dominación social” (REBORATTI, 1974 p.493).

alto grau de resistência que opuseram os indígenas diante da dominação econômica e cultural que ocorreu no território.

Em nível provincial, foi surgindo uma diferenciação regional, as cidades mais importantes e o pólo econômico de base agropecuária localizaram-se nas terras baixas da província (no *Ramal* e nos *Valles*), sendo frágil sua integração com as regiões do norte, situadas, nesta etapa, fora das rotas comerciais e sem uma “funcionalidade econômica” segundo a visão da oligarquia *jujeña*.

2.2.4 Integração periférica [1880-1945]: a migração e o trabalho assalariado como parte da estratégia de reprodução social dos nativos

Superado o ciclo das guerras civis, o governo nacional direcionou as políticas a fim de atingir a integração do país. A economia nacional baseou-se na exportação de cereais e gado provenientes da região *pampeana* e as regiões *extra-pampeanas* (periféricas) dedicaram-se ao abastecimento do mercado interno e a exportação de excedentes. No âmbito político, a oligarquia latifundiária da região *pampeana* assumiu um papel hegemônico em nível nacional, sendo seus parceiros na periferia, as oligarquias das províncias.

Neste contexto, algumas províncias do noroeste argentino (Jujuy, Salta e Tucumán) especializaram-se na produção açucareira. A aliança existente entre os setores dominantes das províncias e o de Buenos Aires levou este último a favorecer o desenvolvimento da atividade açucareira. Isto foi realizado por meio da sanção de medidas protecionistas, como a concessão de créditos para a modernização dos engenhos e a extensão das vias férreas, que chegaram, em 1891, a San Salvador de Jujuy (capital da província), visando favorecer a integração econômica do noroeste com o resto do país¹⁴ (RUTLEDGE, 1987).

Em Jujuy, a atividade açucareira desenvolveu-se no sul, no *Valle de San Francisco* (região do Ramal), e a unidade produtiva constituiu-se em um complexo denominado “*ingenio*” (engenho), que era composto por fábrica e plantação e administrado como uma empresa centralizada. O setor açucareiro *jujeño* restringiu-se a três engenhos: *Ledesma*, *La Esperanza* e *La Mendieta*, que eram propriedades das oligarquias locais e, em alguns casos, em parceria com capitais britânicos.

¹⁴ Isto se traduziu em um aumento exponencial da produção de açúcar nacional que passou de 9 mil toneladas métricas em 1880 a 163 mil em 1996, sendo o consumo interno nacional de 75 mil toneladas (RUTLEDGE, 1987).

Paralelamente, sob o apoio do governo, empresários *jujeños* e estrangeiros empreenderam a extração de metais preciosos e minerais não metalíferos. Na *Puna*, entre 1930 e 1940, instalaram-se três minas de grande escala: *El Aguilar*, *Mina Pirquitas* e *Pan de Azúcar*. No entanto, a maior parte do mineral extraído era processada em outras regiões, limitando-se o valor retido no território aos magros salários que recebiam os operários (KINDGARD, 1987).

Tanto a produção açucareira quanto a extração de minerais necessitavam de mão-de-obra, que se apresentava insuficiente nas regiões onde se localizavam os centros de produção, fato que obrigou os empresários a buscarem trabalhadores noutras regiões¹⁵. Se na etapa anterior, as oligarquias locais não se interessavam na *Puna* e a Quebrada de Humahuaca pela sua falta de “recursos estratégicos”, neste novo contexto a sua “funcionabilidade” estava na reserva de mão-de-obra disponível que elas possuíam.

Durante a década de 1930, os empresários dos engenhos compraram grandes extensões de terra aos antigos latifundiários que tinham fazendas na *Puna* chegando, em alguns casos, a ter dentro da sua propriedade departamentos inteiros, incluindo as populações locais. Estas terras não apresentavam interesse nenhum para a produção de cana-de-açúcar, porém o modo de agir dos donos dos engenhos foi motivado pela força de trabalho que residia nelas. Isto possibilitou aos empresários açucareiros cobrar, aos moradores locais pelo uso das terras. A forma de pagamento foi o trabalho na safra da cana-de-açúcar entre os meses de maio a outubro o que implicava a migração temporária dos nativos para o sul de Jujuy. Assim, os engenhos abasteciam-se de mão-de-obra a baixo custo durante a safra. No resto do ano, os operários voltavam para a sua zona de origem, garantindo sua sobrevivência com a produção agropecuária. Desta forma, iniciou-se um processo de semi-proletarização das populações indígenas do território, o que gerou o ingresso dos nativos na economia mercantil (RUTLEDGE, 1987).

Kindgard (1987) menciona que os complexos mineiros eram localizados nos antigos latifúndios *puneños* e os empresários, por meio do mesmo procedimento utilizado pelos engenhos, começaram a prover-se de mão-de-obra indígena, fazendo uso da coerção.

¹⁵ Rutledge (1987) estima que em, 1914, os engenhos da província contratavam, de forma permanente, aproximadamente 4300 operários para as atividades de fábrica e para os cultivos. Além disso, estima-se que se contratava, na época de colheita, mais 15 mil operários. O censo de população desse ano indicava que a população *jujeña* era de 77500 hab, a da zona de *Ramal* de 29160 e a de *Puna* e Quebrada somavam 23500 hab.

O exposto acima deu origem a uma das características mais distintivas da zona de estudo: a migração. A forte demanda de mão-de-obra gerou dois tipos de migração: por um lado, uma de longo prazo ou definitiva com destino às minas ou aos incipientes centros industriais do país e por outro, as estacionárias ou temporárias, com destino à colheita de açúcar.

Os empresários dos engenhos não residiam na Puna, sendo que o controle político e social e a contratação de mão-de-obra nos latifúndios eram realizados pelos *contratistas*,

“Estos contratistas, que eran con frecuencia también los dueños de almacenes, disfrutaban en las áreas rurales de la provincia, de una posición de autoridad y de poder local. Eran ellos los que reclutaban a los trabajadores estacionales para la zafra, y era frecuentemente que con este fin, se aseguraran una clientela dependiente de campesinos endeudados por la compra de productos, en sus propios almacenes (...) no sólo reclutaban trabajadores sino también votos, e incluso, los candidatos eran designados a menudo, entre los propios contratistas, los cuales resultaban debidamente electos” (RUTLEDGE, 1987 p.192).

Nos engenhos havia uma distinção na divisão do trabalho, os *criollos* ou mestiços destinavam-se, preferentemente, ao trabalho na fábrica, recebendo um salário fixo e diário e seus filhos tinham direito a frequentar a escola. Já os indígenas estavam destinados à colheita da cana-de-açúcar, recebendo o pagamento segundo o trabalho realizado e em bônus para trocar por alimentos e outros bens nos armazéns do engenho. As condições de trabalho beiravam o limite da escravidão, e em muitos casos, os capatazes estavam armados (RUTDLEGE, 1987).

As diferenças no reconhecimento dos direitos trabalhistas entre indígenas e mestiços evidenciam suas posições no espaço social: os indígenas encontram-se na base da hierarquia social, sendo os menos valorizados. Esta visão de mundo, imposta pelos grupos dominantes, no começo foi forçada, mas com o tempo foi naturalizando-se tanto nos grupos dominantes quanto nos dominados, adotando estes últimos -como será analisado depois- atitudes de submissão, silêncio e uma autodesvalorização frente ao agente externo de origem ocidental. Isto faz parte da violência simbólica que existia e existe no território como produto da dominação simbólica que se origina com a colonização.

A liberdade com a qual contou a oligarquia *jujeña* para realizar este sistema de contratação compulsiva de mão-de-obra explica-se pelos vínculos que mantinham com os

grupos de poder em nível nacional¹⁶ corporizados no *Partido Demócrata Popular*, de caráter conservador, e suas vinculações com o capital internacional, em particular, o inglês.

No entanto, a hegemonia política conservadora viu-se enfraquecida pelo golpe militar de 1943 e o posterior avanço do “*reformismo*” representado no *Movimiento Peronista*, que encontrou sua força na sindicalização do proletariado nacional, chegando, em 1946, J. D. Perón ao governo nacional.

Esta onda de reivindicações sociais que aconteceram no âmbito nacional, encontrou eco em Jujuy, gerando a intervenção da província, em 1943, pelo governo nacional. Em 1944, sancionou-se a Lei 12921, do *Estatuto del Peón de Campo*, na qual se estendia ao âmbito rural alguns dos direitos trabalhistas do âmbito urbano. Esta lei tinha um subitem referente aos engenhos açucareiros que estipulava um salário mínimo por tonelada produzida e obrigava os engenhos a garantirem moradias gratuitas, assistência médica e regulamentava a venda de alimentos aos seus operários (RUTLEDGE, 1987).

No território, em 1945, iniciou-se um movimento indígena que reivindicava a devolução da suas terras. Em 1946, houve em Abrapampa uma segunda revolta indígena que culminou no *Malón de la Paz*, no qual os camponeses realizaram uma caminhada a Buenos Aires para solicitar a Perón a devolução das suas terras. Depois de tensões internas no partido do governo, em 1949, o governo nacional expropriou 58 fazendas da Puna e Quebrada, que ficaram sob propriedade fiscal e concedeu o direito de usufruto -por uma geração- aos seus habitantes. No entanto, título de propriedade das terras não foi entregue aos nativos.

Contudo, a estrutura agrária não foi modificada. Se antes os latifúndios estavam nas mãos da burguesia *jujeña*, nesta nova etapa, o principal latifundiário é o Estado provincial, possuindo 80% das terras da Puna e Quebrada. Segundo, Isla:

“Al mantener fuera del mercado la mayoría de las tierras, el Estado no permite su capitalización; no permite tampoco la libre iniciativa de los pobladores de invertir para crecer. (...) El Estado mantiene a un conjunto de productores sin el pago de impuestos, guardándose el derecho de propiedad sobre las tierras ¿por qué un estado capitalista no genera un mercado de tierras? (...) la respuesta que hemos obtenido es que ha

¹⁶ Na década de 1930, o “partido conservador”, representante das oligarquias provincianas e da de Buenos Aires, monopoliza a cena política nacional. Este período é denominado na Argentina como “*la década infame*” (a década infame), devido às fraudes eleitorais e à subordinação dos interesses nacionais aos grupos econômicos que representavam o partido governante. As oligarquias das províncias do NOA tiveram os seus representantes no poder executivo e legislativo. Em nível provincial, os engenhos eram os principais contribuintes do fisco e paralelamente, a partir do domínio que tinham sobre os trabalhadores nos engenhos e os habitantes dos seus latifúndios, garantiam a reprodução do seu poder político por meio da eleição para cargos públicos de pessoas de sua confiança (RUTLEDGE, 1987 e ABDUCA, 1992).

cumplido un papel de bisagra entre las empresas que requieren afluencia de mano de obra concentrada en períodos anuales y la misma fuerza de trabajo localizada en tierras fiscales. La política de tierras ha sido una más de las políticas públicas encaminadas a la localización (impedir el aumento de la emigración) y a garantizar en las unidades domésticas rurales la reproducción de la fuerza de trabajo” (1992 p. 23).

Apesar dos habitantes do território já não serem obrigados a emigrar para a safra, continuaram fazendo-o. Com a ruptura do tecido social e político andino, a comunidade já não podia garantir o acesso aos bens que não eram produzidos na área ecológica do assentamento. Por outro lado, rompe-se o vínculo étnico, parcializa-se e muda de sentido a relação com os recursos e, em nível de comunidade, as redes sociais tornam-se mais laxas. Assim, surgem mudanças fundamentais: implementa-se a procura da auto-suficiência, na maioria dos casos, pelo grupo doméstico e não pela comunidade; tanto o acesso aos bens locais de produção tradicional que não se realiza por troca como as necessidades de consumo do grupo doméstico que incluem mercadorias de origem industrial precisam ser compradas (KARASIK, 1984).

De certa maneira, a migração para a venda de mão-de-obra transformou-se em um costume ou em uma disposição dos habitantes do território (inscrito em seus *habitus*), a partir do momento em que eles se vieram obrigados a vender sua mão-de-obra fora do território. Por outro lado, a venda de mão-de-obra converteu-se na principal fonte de renda dos produtores familiares.

Esta disposição para migrar viu-se estimulada pelo Estado que, por meio das instituições, em particular, a escola impôs a visão de que a adversidade climática impedia o desenvolvimento de atividades produtivas rentáveis no território, motivo pelo qual se estimulava os nativos a emigrarem para estudar e “progredir” ou a procurarem trabalho em outras regiões. Ao mesmo tempo, esta visão justificava o fato de o Estado não dar prioridade ao território nas políticas de investimento, devido à improdutividade e à baixa população.

Esta representação do território converte-se em um estigma para ele ao associa-lo à impossibilidade de desenvolvimento e progresso sendo equivalente a atraso. Entretanto, tudo o que é externo ao território (em particular, o sul de Jujuy e as grandes cidades do país) passa a representar o progresso e o desenvolvimento.

Desta forma, constroem-se as bases a partir das quais se sustenta a dominação simbólica à que estão sujeitos os habitantes do território. Além disso, esta visão de mundo representou e representa os interesses dos setores dominantes da província que não só influenciaram para que as políticas governamentais dessem prioridade às regiões localizadas ao sul da província

(pelo seu maior “potencial produtivo” em comparação às “terras estéreis da Puna e Quebrada”) mas também se beneficiaram pela provisão de mão-de-obra barata pela qual não tinham de pagar seu custo de reprodução durante todo o ano. Ainda que esta visão não representasse os interesses dos nativos, uma parte significativa destes passou a reproduzi-la, o que se manifesta na sua disposição para migrar a fim de obter uma vida melhor e na naturalização da idéia de que o território (pelas adversidades climáticas e geográficas) impede a possibilidade de progresso.

2.2.5 Expansão e crise do modelo econômico [1950-2002]: crise das estratégias de reprodução social e retorno ao território

Na segunda metade do século XX, consolida-se em *Jujuy* o modelo econômico que começou a configurar-se no início do século. A estrutura econômica baseia-se na produção agropecuária com destino agro-industrial (açúcar e fumo, principalmente) e na extração de minerais, ambas as duas de base oligopólica¹⁷. Também tem um papel significativo a produção de manufaturas. No período de 1950-1970, o Produto Bruto da Província –PBP– expandiu-se a um ritmo de crescimento superior ao nacional, porém as atividades produtivas concentraram-se no sul da província e o desequilíbrio regional não se viu modificado¹⁸.

Não obstante, a partir de 1976, ano em que se inicia o governo da última ditadura militar, houve uma mudança nas políticas que orientaram o modelo econômico. Neste novo cenário, passam a implementar-se políticas liberais, as quais se radicalizam a partir de 1991¹⁹. Entretanto, em pouco tempo, os índices econômicos e sociais deram sinais de esgotamento do novo modelo econômico. Isto se fez evidente em meados dos anos 1990 através do decréscimo da atividade econômica industrial que veio acompanhada do aumento das taxas de

¹⁷ Como foi analisado anteriormente, tanto a atividade mineradora como o setor açucareiro estruturaram-se respectivamente em torno de três grandes unidades de produção.

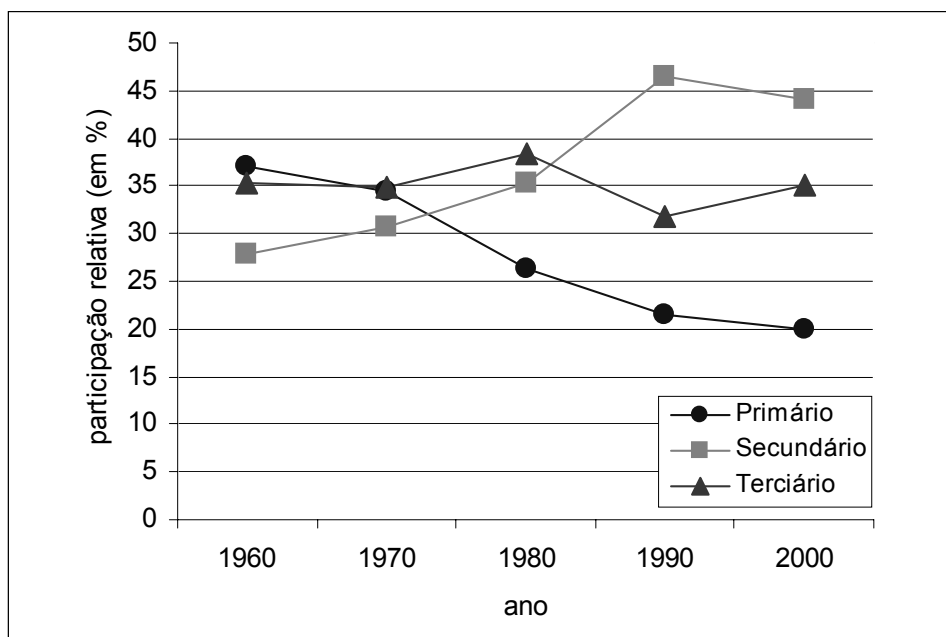
¹⁸ Rutledge (1987), demonstra o desequilíbrio regional existente em 1959 por meio da contribuição de cada departamento ao produto bruto provincial. Os departamentos da Puna participavam com 4.8%, os da Quebrada de Humahuaca com 14.8%, os departamentos do Ramal com 51.5% e os de Valles Bajos com 28.8%. Embora não se possuam dados atuais, estima-se que este desequilíbrio tem-se acrescentado como produto da recente crise do setor mineiro.

¹⁹ Na Argentina, as políticas neoliberais se radicalizam durante os dois governos de Carlos Menem (1989-1995 y 1995-2000) do *Partido Justicialista*. O fato mais relevante foi a sanção da *Ley de Convertibilidad* que estabelecia a paridade 1:1 entre o peso e o dólar U.S. Após a sanção desta lei, outras medidas foram tomadas com o objetivo de reduzir a intervenção do Estado no planejamento da economia, entre as quais destacam-se: a privatização de empresas estatais, o fechamento das dependências do estado que regulamentavam o preço de diferente produtos, a diminuição das tarifas alfandegárias para facilitar a circulação de mercadorias entre países, entre outras medidas.

desemprego e do crescente endividamento externo do país²⁰. Esta crise econômica e social tomou dimensões políticas com a insurreição civil de 19 e 20 de dezembro de 2001, quando ocorreu a renúncia do presidente De la Rúa e teve início o processo de instabilidade política no país, que se vive até a atualidade.

O esgotamento do modelo econômico em nível nacional também se refletiu na economia de Jujuy, fato que fica evidente ao analisar sua evolução nas últimas décadas. O setor primário, apresentou uma queda de importância no PBP no período 1960-2000 (ver Gráfico 1). Isto se explica pela diminuição da participação da agricultura, como produto do retraimento do setor açucareiro, que diminuiu sua participação de 30,2% do PBP, em 1960, para 18,0%, em 2000. Por outro lado, a atividade mineradora, como consequência da retração da indústria metal-mecânica nacional e do fechamento das minas *Pan de Azúcar* e *Minas Pirquitas*, também sofreu uma forte queda na participação do PBP, passando de 10,8% em 1970 para 2,0% em 2000 (GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE JUJUY, 2002).

Gráfico 1 Composição do Produto Bruto Interno de Jujuy por setores. 1960-2000



Fonte: Stumpo (1992) e Gobierno de la Provincia de Jujuy (2002).

²⁰ Nos últimos 20 anos, a economia argentina tem apresentado uma instabilidade na sua taxa anual de crescimento econômico. Segundo a CEPAL (2002), no período 1990-99, a taxa de crescimento econômico, por habitante do país, foi de 34,1%. Porém, esta cifra encobre a recessão econômica que afeta o país desde 1997, ano em que a taxa de crescimento econômico esteve por baixo zero o que se mantém até a atualidade. Isto refletiu-se nas “taxas de desemprego aberta” que no ano 1990 eram de 7,4%, chegando em 2001 a 17,4%. Em relação aos índices de qualidade de vida, no ano 1990, 21,2% da população situava-se abaixo da linha de pobreza e 5,2% por baixo da linha de indigência. No ano 2001, estas cifras alcançavam 30,3% e 10,2% respectivamente.

O setor secundário teve um incipiente desenvolvimento nos anos 50 e 70, localizando a base produtiva no sul da província. Este setor estruturou-se conforme três ramos industriais que participavam com aproximadamente 80% do produto bruto industrial: i) alimentação, bebidas e fumo, ii) indústrias metalúrgicas básicas e iii) papel, de base oligopólica e com significativo apoio estatal. No ano 2000, o setor representou 44% do PBP, sendo a participação da indústria manufatureira de 35%.

O setor terciário manteve, com algumas flutuações, sua participação em torno de 35,2% do PBP. Entretanto, este setor destaca-se por ter gerado mais empregos de modo que em 1990 empregava aproximadamente 60% dos trabalhadores da Província (STUMPO, 1992).

No ano 2000, a província de Jujuy participou com menos de 0,9% do produto bruto interno argentino, sendo a décima oitava província em importância na geração de renda das 24 existentes no país (MINISTÉRIO DE ECONOMIA, 2002)

Rutledge (1987) afirma que a partir do fim da década de 1960, inicia-se um processo de mecanização das diferentes etapas de produção açucareira. Segundo Reboratti (1997), em 1991, só 30% da superfície da cana-de-açúcar no noroeste argentino era coletada a mão. Este processo teve como consequência uma lenta redução na contratação de mão-de-obra, porquanto os habitantes do território vieram-se obrigados a mudar as rotas migratórias em direção a outras colheitas ou às grandes cidades do país para garantir alguma fonte de renda.

O explicado anteriormente, além da crise econômica nacional dos anos 90 e a retração da atividade mineradora *jujeña*, têm gerado o aumento da taxa de desemprego nacional e provincial²¹ o que por sua vez gerou um fenômeno novo no território: a migração de retorno. Assim, os habitantes do território que haviam emigrado definitivamente com o objetivo de radicar-se nas grandes cidades do país, ao ficarem desempregados, voltaram ao território.

Nas últimas décadas, o governo provincial tem tentado compensar o aumento do desemprego com uma política de emprego público, fato que agravou o já crônico déficit fiscal que tem a província. Stumpo (1992) afirma que, em 1991, o número de vagas de empregados públicos provinciais, por população economicamente ativa, era de 3,89, isto é, existia um emprego público para cada 3,89 pessoas economicamente ativas. Este índice contemplava somente os empregados públicos provinciais já que se fossem considerados os nacionais, o

²¹ Segundo o INDEC (1999) em maio de 1990 a taxa de desemprego aberto no principal aglomerado urbano de Jujuy era de 7,7%, no ano 1998 esta cifra se elevava a 16,1%.

índice diminuiria. Estes empregos eram financiados principalmente com recursos nacionais. De fato, nessa data o Estado nacional prestava assistência ao provincial em 75% do seu orçamento global.

A crise econômica provincial esteve acompanhada, nos anos 1990, de uma crise política estabelecida não só entre os principais partidos provinciais – *Partido Justicialista* e a *Unión Cívica Radical*- como também no interior destes. Isto resultou em uma forte instabilidade nas gestões dos governos provinciais –durante o período 1989-1998 sucederam-se em Jujuy oito governadores- fato que dificultou a concretização e execução de qualquer política a médio e longo prazo.

O Censo Nacional de População 2001 registrou um total de 611.484 habitantes em Jujuy -representando 1,68% do total nacional- e uma densidade de 11,5 hab/km²². Aproximadamente, 85% dos habitantes estariam localizados nos âmbitos urbanos²³ e 15% nos âmbitos rurais. Por outro lado, 88% da população localiza-se nas regiões do sul (Valles 61% e Ramal 27%), habitando, aproximadamente, 12% da população provincial no território de estudo (INDEC, 2002).

Em síntese, percebe-se que ao longo da história a integração do território às diferentes unidades administrativas superiores tem sido periférica e marginal. No século XX, a função atribuída a este, pelos grupos dominantes de Jujuy foi a de reprodutor de mão-de-obra barata e pouco qualificada para engenhos açucareiros e minas. Isto estimulou importantes correntes migratórias (temporárias e definitivas) que desestimularam a geração de empreendimentos produtivos no território. De fato, só a extração de minerais converteu-se em uma atividade produtiva de relevância, porém, ao realizar-se o processamento e a fundição no sul da província o valor retido no território restringiu-se aos salários dos operários. Neste contexto, configura-se o território que passa a ser visto pelos grupos dominantes e, de certa maneira, pelos próprios habitantes como uma área “marginal”, “agreste” e “atrasada”.

²² A República Argentina tem uma densidade de povoação média de 13 hab/km², Tucumán é a província mais populosa, com 59,3% hab/km², no outro extremo encontra-se Santa Cruz com 0,8 hab/km² (INDEC, 2000).

²³ Segundo o INDEC (2000), considera-se uma povoação urbana os núcleos habitacionais que têm 2000 ou mais habitantes.

2.3 O território: estruturas e transformações recentes

Neste item avançar-se-á na caracterização estrutural do território. Serão analisadas a estrutura demográfica e econômica e as principais transformações sociais que ocorreram na última década, salientando, como afetaram nas estratégias de reprodução social dos habitantes. Esta compreensão da realidade social do território será de vital importância para, nos próximos capítulos, entender o surgimento da *Red Puna*.

2.3.1 A realidade social como condição de vida

A população da Puna e da Quebrada estende-se ao longo de todo o território situando-se em comunidades rurais, povoados, acampamentos e cidades mineradoras e cidades com menos de 14 mil habitantes.

Segundo o último Censo Nacional de Povoação no ano 2001, 73.006 habitantes moravam no território apresentando uma significativa heterogeneidade demográfica espacial (ver Tabela 3).

Tabela 3 Povoação da Puna e Quebrada de Humahuaca por departamento. 2001

Zona	Departamento	Povoação
Quebrada de Humahuaca ²⁴	Humahuaca	16778
	Tilcara	10388
	Tumbaya	4583
Puna	Cochinoca	12093
	Rinconada	2300
	Santa Catalina	3136
	Susques	3581
	Yavi	18146
Território		71005

Fonte: INDEC 2002

Em nível territorial, 53,4% da população está localizada no âmbito urbano e 46,6% no rural. Porém, quando se analisa por região, visualiza-se uma diferença entre a Puna onde 37,1% da povoação é rural, e a Quebrada onde esta cifra cresce para 54,8%.

²⁴ A Quebrada de Humahuaca, não abrange a totalidade dos *departamentos* de Humahuaca, Tilcara e Tumbaya. Porém os dados do censo do INDEC estão discriminados por *departamentos* o que faz obrigatório o trabalho com estes critérios. Estima-se que, em 2001, aproximadamente 85% da população destes departamentos situava-se nesta região.

As povoações urbanas estão interligadas pela RN 9 que conecta a cidade de S. S. de Jujuy com La Quiaca (ver Mapa 3). Ao longo da citada rodovia, localizam-se os centros urbanos do território (ver Tabela 4).

Tabela 4 Centros Urbanos da Quebrada de Humahuaca e da Puna. 2001

Zona	Cidade	Habitantes
Quebrada de Humahuaca	Maimará	2229
	Tilcara	4364
	Humahuaca	8010
Puna	Abrapampa	7495
	La Quiaca	13736
	El Aguilar ²⁵	3151
Total população urbana		38985

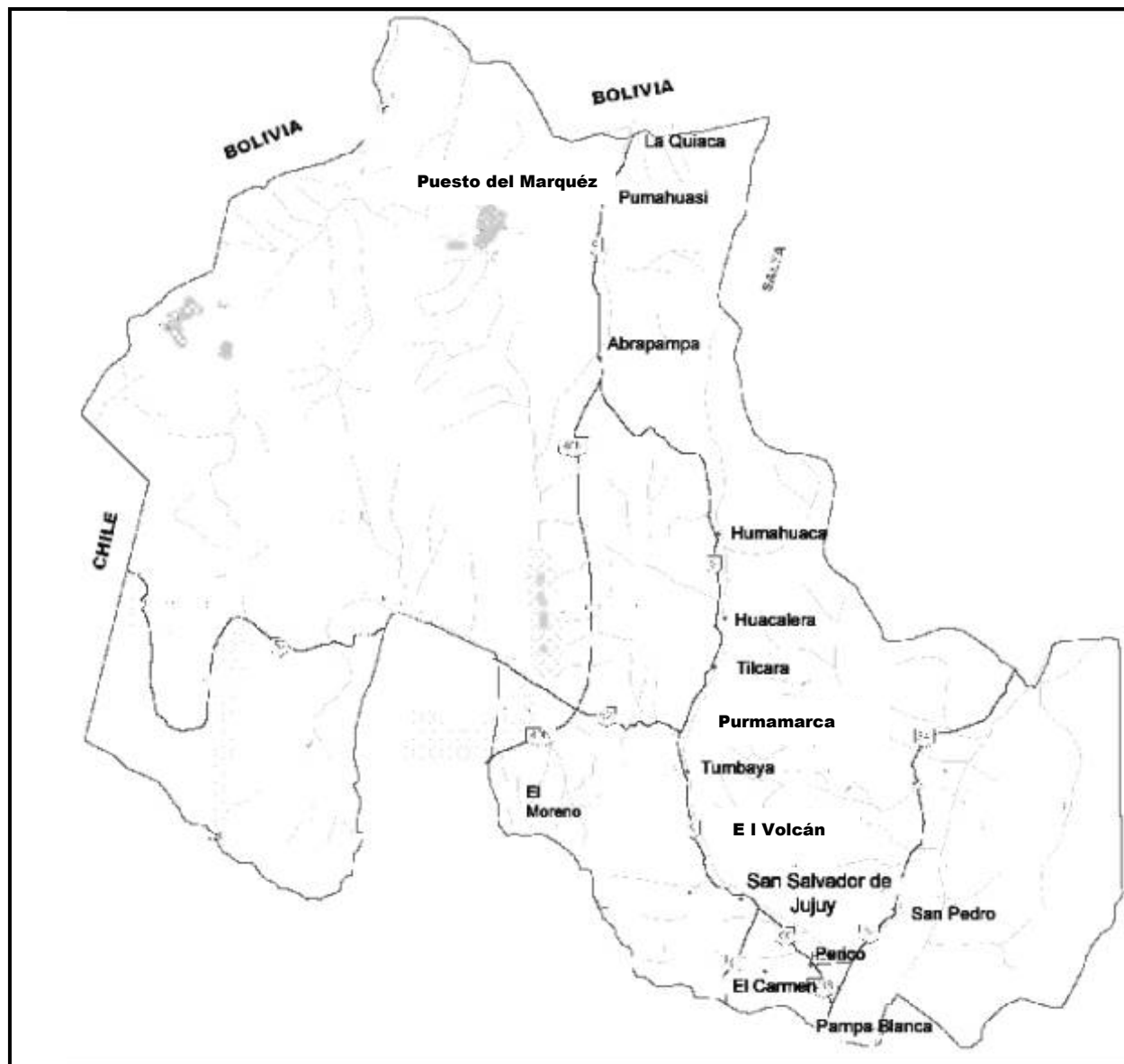
Fonte: INDEC 2002

As populações rurais situam-se em comunidades localizadas perto dos cursos de água permanentes. A quantidade de habitantes por comunidade é variável considerando que na Puna estas são de 5 a 50 famílias e na Quebrada há mais de 50 famílias por comunidade.

Os departamentos de Humahuaca e Tilcara apresentaram em 2001 a maior densidade populacional do território com 4,4 e 5,6 hab/km² respectivamente, no outro extremo Susques e Rinconada, só tinham 0,4 hab/km² (INDEC, 2002).

²⁵ A localidade de El Aguilar é localizada na zona *puneña* do departamento de Humahuaca.

Mapa 3 Principais cidades e vias de comunicação na província de Jujuy



Fonte: modificado de: <www.intertournet.com.ar/rutas/p1.htm>

As distorções demográficas originadas pela emigração são perceptíveis ao comparar a distribuição de faixas por idade do território com a distribuição da província. Nela fica evidente a menor porcentagem relativa da faixa entre 15 e 64 anos (população economicamente ativa) no território, em comparação com a província (ver Tabela 5).

Tabela 5 Distribuição relativa da população por grupos de idades selecionadas por zona 1991²⁶

Zona	Distribuição relativa (%) por idade (anos)		
	0-14	15-64	65 e mais
Província Jujuy	39.2	56.2	4.7
Dep. Manuel Belgrano ²⁷	36.3	58.9	4.8
Puna	44.5	49.7	5.8
Quebrada	44.6	49.3	6.1

Fonte: INDEC 2000.

Em relação à distribuição por sexo também é perceptível uma leve distorção que estaria vinculada a uma emigração seletiva de homens na Puna. Em 2001, o índice de masculinidade²⁸ nacional era de 95,2%, sendo o de Jujuy de 97,4. Os departamentos integrantes de Puna apresentavam índices de masculinidade que se situavam entre 89,6% e 95,5%, enquanto nos departamentos de Quebrada de Humahuaca o índice variava entre 95,8% e 101,0%.

2.3.1.1 Crise econômica e mudanças nos padrões migratórios

Na última década devido à diminuição da demanda de mão-de-obra nas diversas regiões do país, os padrões de migração têm se modificado tanto em direção ao exterior do território (interterritorial) como dentro dele (intraterritorial). Este fenômeno é uma das mudanças sociais mais importantes que houve na última década e está vinculado à mudança nas estratégias de reprodução social dos habitantes.

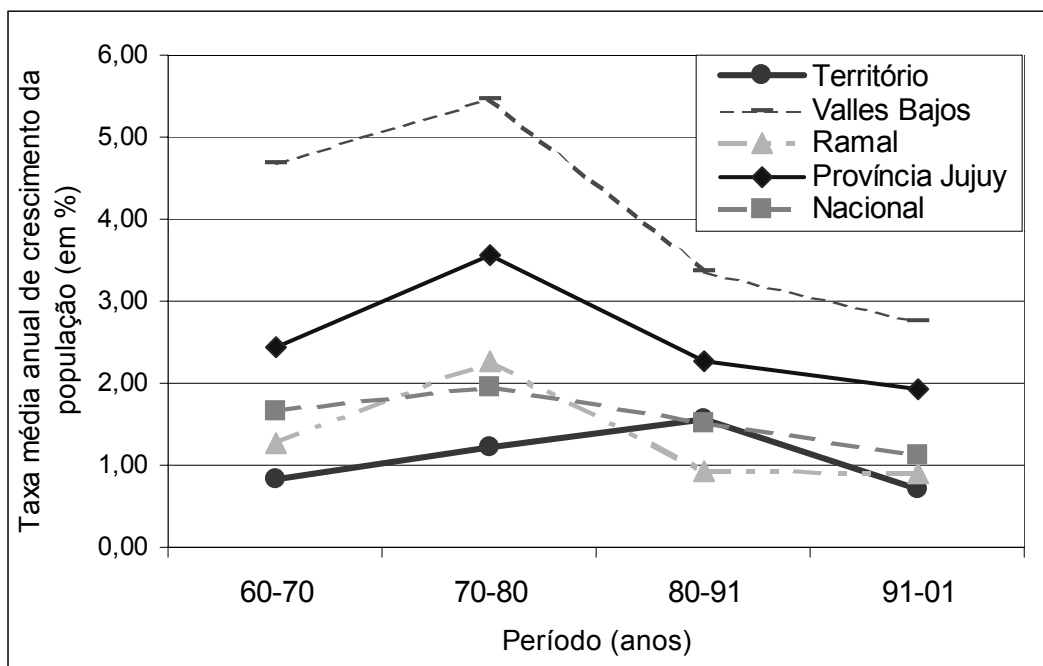
²⁶ Apresentam-se os dados do Censo Nacional de Povoação e Moradia de 1991 devido a que os dados do Censo 2001 ainda não estão disponíveis.

²⁷ No departamento Manuel Belgrano, localizam-se as maiores cidades da província e é um dos principais destinos dos migrantes de Puna e de Quebrada.

²⁸ O índice de masculinidade faz referência ao número de homens para cada cem mulheres.

Na última metade do século XX a Puna e a Quebrada de Humahuaca caracterizavam-se por apresentar importantes correntes emigratórias, temporárias e definitivas que acompanhavam o ritmo da demanda de mão-de-obra tanto no sul da província como nos principais centros urbanos do país. Isto é perceptível ao comparar a evolução da taxa média anual de crescimento da população do território com a da província e a do país no período de 1960-2000 (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 Taxa média anual de crescimento da população por zona. 1960-2001



Fonte: INDEC (2000 e 2002)

A população do território, apesar do seu alto índice de descendência final²⁹ de 5,63 em 1991, apresenta uma das taxas mais baixas de crescimento médio anual da população. A região de El Ramal foi a única em apresentar um índice menor que o do território no período 1980-91. Isto se deve à redução do emprego nos engenhos açucareiros como consequência da mecanização que ocorreu em meados dos anos 1970.

No trabalho de campo, diferentes entrevistados (habitantes urbanos e rurais, técnicos de ONG's e prefeitos) afirmaram que nos, últimos anos, tem diminuído o número de pessoas que emigravam do território. Isto estaria acontecendo devido à retração da demanda de mão-de-

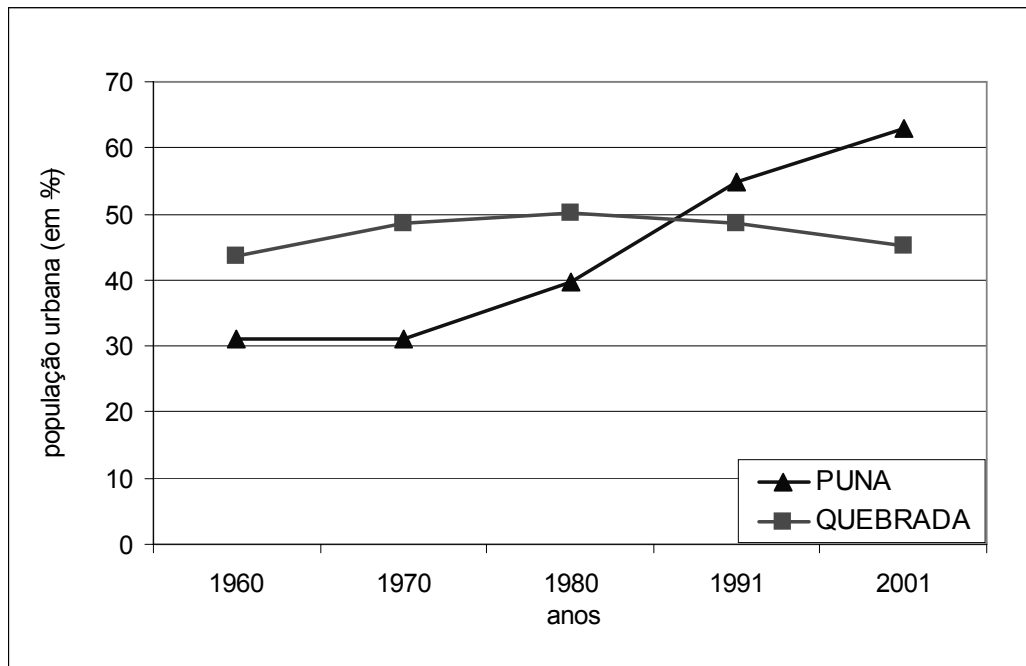
²⁹ Descendência final: número médio de filhos tidos pelas mulheres ao final da sua vida reprodutiva, entre os 45 e os 49 anos (INDEC, 2000).

obra fora do território. Estas mudanças estariam diminuindo: i) o número de pessoas que migram temporariamente para a colheita da cana; ii) o número de pessoas que migram definitivamente para as cidades; iii) a idade à qual os agentes começam a migrar, fato que se verifica no aumento do número de jovens nas comunidades e, iv) o surgimento da migração de retorno, isto é, de pessoas que haviam emigrado definitivamente do território e estariam voltando pela falta de opções de emprego nos lugares onde estavam radicadas.

No entanto, o que chama a atenção é que a taxa média anual de crescimento da população do território, em relação ao último período, não aumentou, mas apresentou uma leve diminuição. Isto se contrapõe à percepção dos agentes entrevistados³⁰. Lamentavelmente, ainda não se encontra disponível todo o resultado do último Censo Nacional de Povoação, impossibilitando a análise de possíveis mudanças na taxa de natalidade, já que este índice poderia encobrir nas estatísticas do censo, uma mudança nos padrões de migração. Faz-se referência a este índice, pelo fato de que nos últimos anos diferentes ONGs e hospitais públicos têm realizado uma intensa campanha de saúde reprodutiva e provisão de dispositivos intra-uterinos visando a possibilitar o planejamento familiar, fato que somado ao agravamento da crise econômica, provavelmente, estaria influenciando no número de nascimentos por ano no território.

Por outro lado, no período 1980-2001, ao analisar a evolução da distribuição espacial da população no interior do território observa-se um processo de urbanização. Isto é produto do deslocamento dos habitantes dos âmbitos rurais para os centros urbanos. Este fenômeno torna-se mais evidente na Puna do que na Quebrada, provavelmente, pelo fato de, nesta última, terem surgido povoados intermediários localizados na RN 9 que não chegam a ser considerados urbanos pelo INDEC (ver Gráfico 3).

³⁰ Em Jujuy, diferentes pessoas já manifestaram sua insatisfação com os resultados do Censo Nacional de Povoação 2001 realizado pelo INDEC. No jornal *jujeño El Pregón* do dia 14/10/2002, a comissão municipal de *Rodeito*, Adelma Torres, afirma que em um censo realizado pela comissão municipal havia registrado 3024 habitantes, enquanto, o INDEC declarava a existência de apenas 2000 habitantes.

Gráfico 3 Porcentagem de população urbana por zona 1960-2001

Fonte: INDEC (2000 e 2002)

Segundo Janoshka (2001), nas cidades da Quebrada, mais de dois terços da população adulta não nasceu nesses centros urbanos. Esta cifra demonstra a magnitude dos processos migratórios com destino às cidades de Humahuaca e Tilcara. Desta migração, quase um terço provém do entorno rural vizinho do próprio departamento, mais da metade provém de outros lugares de Jujuy e o resto de outras províncias. Belli e Slavutsky (2000 e 2002) explicam que este deslocamento das famílias aos centros urbanos deve-se à procura de empregos públicos, para ser beneficiários de algum programa social do governo ou, nos casos dos jovens, para realizar seus estudos de segundo grau.

Outro fator que explica o deslocamento intraterritorial da população é o fechamento, no final dos anos 1980, das minas *Mina Pirquitas* e *Pan de Azúcar*, e a redução de operários que houve na *Mina El Aguilar*. Uma parte considerável dos ex-mineiros estabeleceu-se em bairros periféricos de La Quiaca, Abrapampa e Humahuaca.

2.3.1.2 A qualidade de vida como geradora de estigmas

A única rodovia asfaltada no território é a RN 9; há também rodovias provinciais sem asfalto que são utilizadas na maior parte do ano. Ao longo da RN 9 existem diariamente serviços de transporte público, porém, entre os centros urbanos e as áreas rurais, sua frequência é de uma a três vezes por semana. Contudo, na maioria das comunidades rurais não chegam os serviços públicos de transportes. Isto coloca muitas zonas de Puna e Quebrada em um isolamento geográfico.

Os povoados situados próximos a RN 9 possuem serviços de luz elétrica. No âmbito rural este serviço não está sempre presente sendo substituído por energia solar em algumas comunidades.

Em relação aos serviços públicos todas as cidades possuem hospitais públicos e em algumas comunidades rurais há serviços de saúde prestados periodicamente pelos agentes sanitários. Também há escolas de primeiro e segundo grau em todos os centros urbanos e, em La Quiaca e Humahuaca, pode-se fazer alguns cursos de terceiro grau. Porém, nos âmbitos rurais nem todas as comunidades têm escolas de primeiro grau fato que obriga as crianças a se deslocarem vários quilômetros para estudar. Por outro lado, a escassez de escolas rurais de segundo grau é um dos principais motivos de migração dos jovens.

Em 1991, a taxa de analfabetismo da província de Jujuy alcançava 6,7% de sua população³¹. Este índice apresentava alta heterogeneidade nos departamentos da Puna alcançando seu máximo no departamento de Santa Catalina, com 20 % (28,7% entre mulheres e 10,4% entre os homens) e a menor taxa em Susques, com 6,9% (3,9% entre os homens e 9,9% entre as mulheres). No caso dos departamentos da Quebrada de Humahuaca, este índice apresentou maior homogeneidade, situando-se entre 10,2% em Humahuaca e 12,6% em Tilcara. A diferença entre os sexos foi considerável, sendo neste último departamento de 5,7% entre homens e de 19,2% entre mulheres (INDEC, 2000).

Segundo o INDEC, em 1991, Jujuy ocupava o quinto lugar das províncias com a menor qualidade de vida do país. Nesse ano, 35,5% da população provincial morava em lares com necessidades básicas insatisfeitas –NBI- sendo este índice em nível nacional de 19,9%. No

³¹ No mesmo ano, a Argentina apresenta uma taxa de analfabetismo de 3,7% (INDEC, 2000).

entanto, a porcentagem da população que apresentava NBI em Puna e em Quebrada flutuava entre 41% e 65 %³² (ver Tabela 6).

Tabela 6 Povoação com necessidades básicas insatisfeitas -NBI-. 1991

Zona	Departamento	% povoação com NBI
Nacional		16.5
Jujuy		35.6
Puna	Yavi	39.0
	Rinconada	65.0
	Cochinoca	49.6
	Susques	57.0
	Santa Catalina	53.8
Quebrada de Humahuaca	Humahuaca	31.2
	Tilcara	41.2
	Tumbaya	41.2

Fonte: INDEC 2000.

Há importantes debates em relação aos critérios utilizados na construção destes índices e que informação eles estão coletando. De fato, estes índices são uma construção social e carregam a visão de mundo de quem os constrói. Neste caso, estes índices possuem uma perspectiva urbana e ocidental da qualidade de vida, na qual tanto as características da moradia como a renda têm um peso significativo no valor final do índice.

Contudo, não é para avaliar a qualidade de vida dos habitantes do território que se cita o NBI, mas pela representação que ele contém do território e como estas representações são impostas aos demais agentes. Desconhece-se a contribuição que têm tido os diversos esforços de medição da “pobreza”, em seu combate; porém a eficácia em estigmatizar territórios tem sido significativa. Deste modo, estes índices têm contribuído para a construção de uma representação social (que viram *estigmas*) da província de Jujuy em relação ao resto do país e, em particular, de Puna e de Quebrada de Humahuaca em relação ao resto da província, sendo assim visualizados como territórios “pobres”, “marginais”, “atrasados” e “de baixa qualidade de vida”.

³² O INDEC (2000) entende por lares com NBI os que apresentam ao menos um dos seguintes indicadores de privação: i) lares em que moram mais de 3 pessoas por dormitório (aglomeração crítica), ii) lares localizados em moradias de tipo inconveniente (quarto de pensão, moradia precária ou outro tipo), iii) lares localizados em moradia que não tem esgoto encanado, iv) lares que têm alguma criança em idade escolar que não frequenta à escola e v) lares que têm 4 ou mais pessoas por membro empregado e nos quais o chefe tem baixa escolaridade (só assistiu duas séries ou menos ao do primeiro grau).

Em Jujuy, sob este raciocínio, tem-se generalizado a idéia que o território devido a sua baixa produtividade só pode (e, portanto, deve) ser beneficiário de políticas de assistência social (doação de roupa, comida, medicamentos, etc.) não se priorizando políticas que promovam o desenvolvimento agropecuário nem de outros empreendimentos produtivos.

A mesma consideração feita para os estigmas que se criam a partir dos índices de qualidade de vida, pode-se realizar para o caso do índice de analfabetismo. Este é associado à falta de educação ou cultura, isto é, à “ignorância”. O fato de os departamentos do território se situarem entre os que têm os índices mais altos de analfabetismo da província e do país, criou outro estigma, no qual se trata aos moradores do território, que na sua maioria são de origem indígena, como “ignorantes”. Esta forma de ver e conceber o território, associado à “pobreza” e à “ignorância”, são dois estigmas que fazem parte da visão de mundo dominante, além de ser uma das formas em que se expressa a violência simbólica.

2.3.2 A economia territorial e as estratégias de reprodução social dos produtores familiares

Na primeira parte do presente capítulo, descreveu-se como, ao longo do século XX, o território integrou-se ao resto da província de forma periférica e marginal, sendo a sua função a geração de mão-de-obra e a extração de minerais para satisfazer a demanda das regiões localizadas no sul. Este modelo de integração tem restringido as atividades produtivas do território à extração mineral, à produção agropecuária, ao comércio e ao emprego público.

La Quiaca, Abrapampa, Humahuaca e Tilcara constituem a vida urbana do território. Estas pequenas cidades não se desenvolveram em torno de pólos industriais, portanto, a sua atividade econômica limita-se aos serviços, ao emprego público e ao comércio.

La Quiaca (fundada em 1970), é limítrofe com a cidade de Villazón (Bolívia), sendo sua principal atividade econômica o comércio de fronteira que é altamente dependente da política monetária da Argentina e da Bolívia. Na última década, a sobre-valorização do peso argentino prejudicou a venda de produtos à Bolívia, isto repercutiu no comércio da cidade. Contudo, os produtos exportados não são produzidos no território, mas são trazidos de outras regiões da Argentina, sendo reduzido o impacto econômico na região. O resto da atividade econômica da cidade restringe-se a um pequeno comércio destinado ao consumo dos moradores locais e aos empregos no setor público.

Abrapampa, chamada no começo de “*Siberia argentina*”, centra sua atividade econômica no emprego público. Nas décadas de 1960 e 1970, nas quais a atividade mineradora foi importante, a cidade converteu-se em um centro de abastecimento e recreação dos operários. Porém, com a retração da atividade mineradora, o comércio também viu-se afetado repercutindo na economia da cidade.

Em Quebrada de Humahuaca, a situação é similar à de Puna, com a diferença de que a atividade turística tem maior relevância. Na região há uma pequena rede de hotéis e pousadas, restaurantes, venda de produtos regionais (artesanato e culinária) e algumas pequenas empresas de turismo. Porém, estas cidades não têm conseguido aproveitar todo o potencial econômico que oferece o turismo, pois a maior parte dos turistas chega à zona em *tours* de um dia de duração, os quais partem da cidade de Salta e são organizados por empresas desta província.

Janoshka (2001), a partir de um questionário realizado a 314 lares da zona, afirma que 46,6% dos empregos pertenciam ao estado nacional, provincial ou municipal, correspondendo 25% destes empregos à atividade docente. Os empregos do setor privado concentravam-se em quatro atividades principais: serviços privados (13,8%), comércio (11,9%), atividade turística (9,7%) e construção (6%). Por último, nessa pesquisa relevou-se que 11% da população entrevistada estava desempregada.

2.3.2.1 A mineração e a agropecuária como principais atividades econômicas no âmbito rural

No âmbito rural a atividade econômica tem-se estruturado em torno da mineração e da produção agropecuária.

Nas últimas décadas, a extração de minerais concentrou-se em três minas de grande escala, *Pan de Azúcar*, *Mina Pirquitas* e *El Aguilar*. Na década de 1980, *Mina Pirquitas* chegou a contratar mais de 500 operários, superando a população que morava em torno da mina os 2200 habitantes. Porém, ao final da década, a mina faliu e fechou. A *Mina Pan de Azúcar* (departamento de Rinconada) por problemas de baixa rentabilidade também fechou na mesma época.

A mina *El Aguilar* é o complexo mineiro mais importante da província e um dos mais importantes do país. Esta mina, nos anos 1980, chegou a contratar aproximadamente 1500

operários que moravam na proximidade da mina com suas famílias, formando o centro urbano *El Aguilar* que chegou a ter 6782 habitantes em 1980. Porém, no final dos anos 1980 a mina foi vendida e iniciou-se um processo de demissão de empregados. Hoje estima-se que trabalham apenas 500 operários. A drástica redução de empregados que teve a mina refletiu-se na queda da população do centro urbano. De fato, o último Censo Nacional de População e Moradia registrou apenas 3151 habitantes em El Aguilar (INDEC, 2002). O restante da população teria retornado para as comunidades rurais ou para os centros urbanos.

Ao longo do século XX, a produção agropecuária transformou-se em um componente fundamental das estratégias de reprodução social dos habitantes do âmbito rural. De maio a outubro, a família ou algum membro dela deslocava-se para a região do Ramal para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar. Por meio da venda de mão-de-obra a família tinha acesso a dinheiro para comprar os bens industriais que não produziam (roupa, medicamentos, alimentos, etc.). Esta fonte de renda era complementada com a produção agropecuária, que se realizava no verão para suprir o consumo familiar.

Não obstante, durante a década de 1990 a opção da venda de mão-de-obra temporária viu-se restringida devido à intensificação do processo de mecanização da colheita de cana-de-açúcar e de outros cultivos; de modo que os produtores familiares tiveram que centrar suas estratégias de reprodução social na produção agropecuária passando a ser esta a principal atividade geradora de renda.

Entre as duas regiões que compreendem o território existe uma especialização, onde em Puna a pecuária é predominante e em Quebrada a agricultura tem maior relevância. Isto se deve à maior disponibilidade de água que há nesta última região.

2.3.2.2 A produção familiar como base da estrutura agrária

Embora no âmbito acadêmico, há muito tempo, existem importantes debates relacionados à denominação das unidades de produção não empresariais ou não capitalistas do âmbito rural, ainda não se tem chagado a consenso algum.

Sem a pretensão de entrar neste debate, na presente pesquisa se recuperaram algumas das características da noção de produtores familiares que se encontram na definição proposta por Schneider (2003), para designar àquelas formas de produção nas quais i) a força de trabalho é principalmente a familiar, podendo contratar eventual ou temporariamente outros

trabalhadores ii) a produção agropecuária tem como destino principal o consumo familiar, destinando-se ao mercado só o excedente, e iii) a racionalidade econômica visa garantir a reprodução familiar.

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que praticamente a maior parte das unidades produtivas do território situa-se nesta forma de produção, sendo praticamente inexistente a presença de produtores agropecuários empresariais, provavelmente, isto se deve pela baixa produtividade das terras.

No âmbito comunitário existem normas e instituições de caráter históricas que regulam o acesso de cada família à terra e à água; isto limita a possibilidade de diferenciação social a partir destes recursos, sendo assim reduzido o número de famílias sem terras³³. Porém, é comum encontrar homens que vendem mão-de-obra em determinados momentos do ano a outras unidades produtivas ou que realizem contratos de parceria com outros integrantes da comunidade.

Não obstante, em nível de comunidade pode-se perceber uma pequena diferenciação social, a qual está mais associada à estabilidade econômica que oferece um emprego público ou a aposentadoria que às diferenças na escala de produção agropecuária.

Em Puna, desde a expropriação dos latifúndios as terras permaneceram, na sua quase totalidade, em propriedade do Estado sendo considerados os habitantes destas como “ocupantes” pelo governo. A distribuição de terra para cada família não abrange uma superfície contínua, de fato cada grupo doméstico possui uma parte em cada nicho ecológico da comunidade (zona de irrigação, zona de pastagem vizinha à comunidade e zona de pastagens de altas altitudes), o que somado à geografia acidentada, dificulta o cálculo dos hectares ocupados por cada unidade produtiva. Com estas dificuldades encontrou-se o INDEC na realização do último Censo Nacional Agropecuário publicado em 1988. Isto se reflete na qualidade dos dados publicados e transforma-se em um empecilho para caracterizar a estrutura fundiária da região³⁴.

Em Quebrada de Humahuaca a porcentagem de terras privadas é maior que em Puna, centrando-se ao longo do vale do *Río Grande*. Nesta região há uma delimitação mais clara das

³³ Na distribuição de terras a cada família corresponde-lhe uma superfície entre 0,5 a 1 ha. na zona de irrigação e uma extensão considerável na zona de pastagem.

³⁴ Na publicação do INDEC para muitos departamentos do território não há dados publicados ou estão incompletos.

unidades produtivas em comparação a Puna. Segundo o Censo Agropecuário de 1988, nos departamentos de Humahuaca, Tilcara e Tumbaya existiam 1432 unidades produtivas, das quais 56% tinham menos de 5 ha (ver Tabela 7). É importante enfatizar que a maior parte da superfície destes departamentos esta compreendida na região de Quebrada de Humahuaca; porém uma parte deles localiza-se em Puna. Por isso aumenta levemente a participação das unidades produtivas com mais de 10 ha.

Tabela 7 Distribuição das unidades produtivas em função da superfície. Departamentos de Humahuaca, Tilcara y Tumbaya. 1988.

Unidades produtivas	Superfície em hectares				
	0-1	1.1-2	2.1 a 5	5.1 a 10	+ de 10.1
Quantidade	484	316	315	96	221
Porcentagem	33.8	22.07	22.0	6.7	15.43

Fonte: INDEC 1988

Em Puna, a pecuária consiste principalmente da criação de ovinos e lhamas e, em menor proporção, cabras. Também se criam burros que são utilizados para o transporte e em alguns lugares onde as condições ecológicas são propicias cria-se gado e bois para as lavouras.

O manejo pecuário é extensivo sendo a base alimentícia dos animais as pastagens naturais, a alfafa e a cevada. Estas últimas são ministradas nas épocas de escassez de pastagens. A *transumância* é uma prática muito difundida nas comunidades que não possuem forragem suficiente, nas zonas vizinhas à comunidade.

Os índices de produção são baixos, devido à escassez de forragem e às baixas temperaturas, responsáveis estas pelo alto índice de mortalidade dos animais.

O número de animais por família é muito variável dentro de cada comunidade e entre comunidades dependendo: do número de integrantes por família, de outras fontes de renda, e da mão-de-obra disponível ao longo do ano. Na pesquisa de campo visitaram-se comunidades nas quais o número de animais por família variava de 100 a 300 ovelhas e de 50 a 100 lhamas.

Da pecuária obtém-se lã, carne e couro, cujo principal destino é o consumo familiar ou a troca com outras famílias. Quando a família precisa de dinheiro para comprar produtos que não produz recorre à comercialização, vendendo a carne diretamente aos açougues ou a

compradores ocasionais e a lã a algumas das três *acopiadoras* (intermediários comerciais) de La Quiaca. Outros lugares de troca são os *cambalaches* ou feiras regionais que se realizam ao longo do ano.

A agricultura só pode ser praticada com irrigação e no período de menor incidência de geadas (dezembro-março). Esta atividade é praticada em parcelas (de média a um hectare de superfície) nas quais cultiva-se milho, feijão branco e batata, entre outros cultivos, que juntamente com a carne constituem a base alimentícia das famílias. A mecanização é praticamente insignificante e a utilização de insumos agropecuários é muito reduzida. As lavouras fazem-se com arado e o capim é colhido a mão. A produção agrícola é destinada na sua maior parte para consumo familiar³⁵. Neste sentido, Basco sugeriu que “a Puna *jujeña* é tal vez a região do país com os camponeses mais fragilmente articulados ao mercado” (BASCO 1986 p.14 apud ABDUCA, 1992 p. 18).

Em linhas gerais poder-se-ia dizer que a quantidade de terras, tanto para a agricultura como para pecuária não se apresentam escassas na Puna. De fato, é comum ver nas comunidades *rastrojos* (terras para cultivo) que não foram cultivados, devido à falta de mão-de-obra familiar ou pelo fato de as famílias terem deixado a comunidade há anos. O recurso que se apresenta como limitante é a quantidade água. Além disso, os canais de irrigação são descobertos e sem revestimento, fato que torna muito ineficiente o sistema de irrigação.

A Quebrada de Humahuaca diferencia-se de Puna pela sua especialização na produção de hortaliças, frutas e flores, as quais estão destinadas ao mercado e ao consumo familiar. No entanto, em Quebrada a pecuária é marginal e se prática só para o consumo familiar sendo o número de animais menor que em Puna.

Historicamente a produção agrícola de Quebrada era destinada ao consumo familiar e os excedentes eram vendidos no mercado local. Porém, durante a década de 1990, abriu-se um canal de comercialização com o mercado de S. S. de Jujuy que ofereceu um segmento de mercado para os produtores da zona. Esta vinculação com o mercado produziu mudanças nas unidades produtivas, em particular, na incorporação de novos cultivos e de tecnologia, principalmente, agro-químicos. Não obstante, o nível de utilização destes produtos não é muito intenso devido a pouca capitalização dos produtores.

³⁵ Apenas no departamento de Yavi e em outros vales do território, quando a disponibilidade de água é maior os produtores destinam uma parte da sua produção à venda nos mercados das cidades.

No departamento de Tilcara, concentra-se um grupo reduzido de produtores que têm incorporado nos últimos anos um pacote tecnológico mais sofisticado, em especial, mecanização, estufas e agro-químicos. A produção destes produtores destina-se ao mercado (além do próprio consumo). Isso é facilitado pelo fato de as unidades produtivas estarem situadas ao longo da RN 9. Nesta zona, a posse da terra é privada e alguns produtores contratam mão-de-obra em determinados momentos do ano e arrendam terra para ampliar sua escala de produção.

2.3.2.3 A pluriatividade na estratégia de reprodução social

É difícil encontrar uma família rural que apenas se dedique às atividades agropecuárias, já que a *pluriatividade*³⁶ é uma componente chave das estratégias de reprodução social das famílias rurais³⁷.

Em nível da unidade produtiva a fiação de lã, a confecção de tecidos e/ou a realização de artesanatos em pedra são práticas muito difundidas e constituem-se em uma fonte de renda importante para as famílias rurais. Contudo, estas atividades foram prejudicadas durante os anos 1990 pela sobrevalorização do peso argentino, fato que favoreceu a importação de artesanatos bolivianos.

Conseguir um emprego efetivo converte-se em uma meta de muitas pessoas, pois permite complementar a renda da atividade agropecuária com um salário. Em particular, os empregos mais frequentes são os de servidores públicos em escolas, prefeituras, correios, hospitais e cartórios.

Por outro lado, quando é factível, os habitantes recorrem a trabalhos temporários no território, em geral, vinculados a dependências do estado nacional ou municipal. No setor privado só as empresas mineradoras são demandantes de mão-de-obra nos períodos que a atividade é rentável.

Nos anos 1990, na Argentina e no território, o governo nacional executou uma série de programas sociais cujo objetivo era conter a crescente massa de excluídos sociais que estava

³⁶ Entende-se por pluriatividade ao “fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural” (SCHNEIDER, 2003 p. 91).

³⁷ Abduca (1995) verificou que a renda anual de uma unidade doméstica padrão estava constituída entre 25% e 40% de ingressos provenientes das atividades agropecuárias, sendo o resto de origem salarial.

gerando o modelo econômico neoliberal³⁸. A partir de estudos realizados no território, Belly e Slavutsky afirmam que,

“Los programas gubernamentales de mitigación de riesgo generan *mercados laborales virtuales* en áreas en las que existe baja conectividad, que se caracterizan por ser opciones laborales transitorias para los individuos, pero prolongadas en el ciclo de los programas sociales, que inciden en la toma de decisiones de las personas en dos dimensiones: en el imaginario, crea la ilusión de pertenencia a un circuito laboral y en la práctica, porque por lo menos retrasa la opción migratoria, genera demandas hacia funcionarios políticos en el espacio local y una expectativa de logros personales en ámbitos conocidos. Constituyen la introducción por parte del Estado de la flexibilización y la precarización de las condiciones laborales” (2000 p. 199).

A migração temporária para a safra da cana-de-açúcar foi, no passado, a principal fonte de renda de muitas famílias. Na atualidade, a importância desta tem diminuído de forma significativa. Embora não exista informação estatística, diferentes entrevistados de diversas comunidades do departamento de Yavi, afirmaram que agora apenas 20% dos chefes de famílias da comunidade migram para a safra, quando antes migravam entre 70% e 80% deles³⁹. A diminuição no número de pessoas que vão para safra deve-se a uma menor demanda de operários por parte dos engenhos e, por outro lado, a queda do salário diário recebido. Porém, muitos dos entrevistados manifestaram que se voltasse a demanda por “*zafreiros*”, voltariam a migrar. Esta situação reflete, por um lado, as dificuldades que têm os produtores familiares para garantir sua subsistência apenas a partir da unidade de produção agropecuária e, por outro lado, a persistência das disposições para a migração, as quais fazem parte do *habitus* dos habitantes rurais.

Atualmente, estas disposições encontram-se em contradição com as possibilidades que oferece a conjuntura atual, de fato, as oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva são mínimas e nas disposições das famílias rurais não se encontra a possibilidade de garantir o seu sustento só a partir da produção agropecuária. Assim, a produção agropecuária não é considerada, pela maior parte das famílias, como uma profissão, ou seja, como uma atividade produtiva que pode ser a principal fonte de renda. Neste sentido, as mudanças sociais que ocorreram no país e no território têm confrontado os nativos com uma nova situação na qual os seus *habitus* não têm respostas para garantir a sua reprodução social, motivo pelo qual devem começar inovar.

³⁸ Entre os programas que tiveram maior incidência no território destacam-se, no âmbito rural: o *Programa Social Agropecuario*, os projetos da *Unidad de Minifundio* do INTA, os projetos do *Instituto Nacional de Asuntos Indígenas* e o *Programa Cambio Rural*. Por outro lado, tanto no âmbito urbano como no rural executaram-se o *Plan Trabajar* e o *Programa Jefes y Jefas de Hogares Desocupados* –PJJHD-, os quais estiveram destinados a pessoas desempregadas.

³⁹ Os moradores do departamento de Yavi têm uma forte tradição de migrar para a safra da cana-de-açúcar.

2.4 Etnicidade e dominação simbólica

Quando se chega ao território de outra região da Argentina, o étnico transforma-se em uma marca distintiva deste. De fato, as características nativas não só se manifestam na fisionomia dos habitantes, de pele morena, olhos puxados e menor porte que o argentino de origem européia, como também nos aspectos culturais referentes à culinária, festas, artesanatos, arquitetura, entre outros.

A cultura indígena e as características da paisagem são os eixos utilizados pelos governos municipais e provinciais para a promoção turística do território. Isto tem ganhado novo impulso na atualidade, pois a UNESCO declarou a Quebrada de Humahuaca como patrimônio mundial da humanidade, em 2003.

Não obstante, quando a gente estabelece conversações com os nativos surpreende que muitos deles não se autodenominam como “*coyas*” ou “aborígenes”, mas rejeitam, implícita ou explicitamente, esta identidade. Em outras palavras, existiria uma resistência a identificar-se com este tipo de categorias estigmatizadas que têm uma conotação negativa, produto das representações que os setores dominantes têm do território e de seus habitantes. Em um primeiro momento isto se apresenta como uma contradição para o visitante, porém quando se convive um tempo no território e lê-se novamente a história, compreende-se alguns dos motivos.

Desde o início da colonização européia, tentou-se impor sistematicamente a cultura ocidental no território. Esta dominação cultural que, portanto, é violência simbólica, teve entre seus principais operadores à Igreja Católica e ao Estado, nos seus diferentes níveis (escolas, instituições políticas, polícia militar, entre outras) e tem afetado várias dimensões da vida dos nativos.

A Igreja Católica, em um primeiro momento, operou no sentido de “evangelizar os indígenas”, o que se entendia como a troca da religiosidade nativa pela católica, processo que foi paralelo à incorporação forçada dos nativos ao mercado de trabalho. Assim, esta instituição influenciou fortemente na religiosidade dos habitantes do território os quais, por sua vez, têm ressignificado e adaptado o dogma cristão a sua cultura de origem (o que implica em um ato de resistência). Isto se percebe na realização de várias práticas sociais e religiosas

que apresentam uma intrincada composição da religião católica e da indígena, nas quais estão presente santos, a cruz cristã e também se venera a *Pachamama* (mãe terra, deusa indígena)⁴⁰.

Esta imposição cultural intensificou-se e estendeu-se na etapa do Estado argentino em que se estabelece o objetivo da integração nacional e a construção de “o ser nacional”.

Em relação à organização social comunitária, em um estudo comparativo entre as regiões andinas da Bolívia e da Argentina, Isla demonstra a vigência desta forma de organização social no primeiro país e a sua desintegração no segundo. O autor propõe como tese explicativa deste fenômeno, a maior presença e intervenção do Estado argentino na região (em comparação ao boliviano) e o desconhecimento na legislação argentina do sistema comunitário de organização e posse da terra, situação que é reconhecida na Bolívia. Porém, o autor afirma que na região de estudo “ainda existem resquícios da forma de comunidade, que se observam, ainda que desintegrados entre si, nas relações de produção, distribuição e intercâmbio na sociedade *puneña* de hoje” (ISLA, 1992 p. 171).

De fato, é evidente a incidência do Estado argentino no processo de “*ocidentalização da Puna jujeña*” quando se comparam as características sociais desta região com o lado boliviano. Assim, agentes que compartilhavam uma mesma cultura que viveram nos últimos 180 anos sob a dominação de dois Estados diferentes apresentam atualmente importantes diferenças culturais. No território argentino existe uma maior incorporação da cultura ocidental, por sua vez, os agentes que moram no lado boliviano ainda mantêm vários aspectos da cultura originária como, por exemplo, língua, forma de organização social e religiosidade.

Rutledge, diz que “em 1863, Martín de Moussay registrou o fato de que os indígenas ainda falavam *quechua*⁴¹ (...) mas na década de 1870 estabeleceram-se escolas na Puna e os indígenas começaram a aprender espanhol. Esta aculturação verificou-se também na roupa e na maneira de vestir” (RUTLEDGE, 1987 p.185). Isto se faz evidente, ainda hoje, ao visitar Villazón onde se fala o *quechua* e outras línguas fluentemente e existem programas de rádio

⁴⁰ Depois da sua chegada ao território a Igreja Católica impôs a sua religiosidade e mística e reprimiu a religiosidade nativa. No entanto, vários aspectos da religiosidade indígena mantiveram-se apesar dos habitantes se autodenominarem como católicos, fato que evidencia a resistência que os nativos opuseram à cultura ocidental. A partir das reformas na Igreja Católica nos anos 1960 e o surgimento dentro desta das ordens de padres com uma perspectiva “mais social”, instalaram-se no território ordens religiosas que foram “mais tolerantes” com a cultura nativa e não reprimiram sua integração com os ritos cristãos.

⁴¹ No território até o século XV se falavam diferentes línguas devido à diversidade étnica existente. A língua mais difundida era o *ckunza*, dos Atacamas; porém, a partir da anexação do território ao Império Inca passou-se a falar o *quéchua* (RUTLEDGE, 1987).

nesta língua. Porém, no lado argentino só se fala o castelhano e, praticamente, perdeu-se o *quechua*, já que o ensino oficial não o contempla.

Por outro lado, no território argentino alguns aspectos referentes à cultura nativa, foram proibidos por lei. Em 1976, foi ilegalizado o consumo da folha de *coca*. Esta prática é muito difundida nos povoados andinos e é de consumo diário, pois atua como estimulante para o trabalho e acalma a fome. Além do mais, a coca adquire um significado cultural, pois é utilizada em todas as festividades e ritos para *chayar a terra*, prática na qual os nativos agradecem à *Pachamama* pelos frutos colhidos. Nos anos 1980 voltou-se a legalizar o consumo de *coca*, mas está regulamentada a quantidade que cada pessoa pode trazer da Bolívia⁴².

No entanto, o fato de o território ser de fronteira e ser limítrofe com a Bolívia, país produtor de cocaína, instaurou uma forte presença de *Gendarmería Nacional* (polícia de fronteira) que entre seus objetivos encontra-se evitar o ingresso de narcóticos ao país. Frequentemente, os *gendarmes*⁴³ caem em abusos de autoridade e maus tratos com as pessoas que apresentam traços indígenas (supostamente por serem suspeitos de trazer “*mais coca do que é permitido*”) e, inclusive, tomam-lhes a coca, mesmo quando levam o permitido. Este trato diferencial entre o nativo e o branco é vivenciado quando se realizam viagens de ônibus na zona e passa-se pelos controles alfandegários. Esta é outra forma na qual a violência simbólica expressa-se e faz-se visível no território, e neste tipo de relações fica evidente o poder que tem cada agente o qual está relacionado a sua posição no espaço social. Por um lado estão os *gendarmes*, que em sua maioria não são nativos e além de serem empregados públicos pertencem “as forças de segurança”. Por outro lado, encontra-se o nativo, que é menos valorizado pela sua condição de indígena e econômica, e por não ter vínculos com grupos de poder.

Outro aspecto interessante de analisar é a vestimenta. Os moradores da Puna são produtores de lã de lhama e confeccionam roupa artesanal de alta qualidade, que são apreciadas pelos turistas e vendidas também nas principais cidades do país. Porém, a maior parte das pessoas veste roupas manufaturadas fora do território e para obter as mesmas

⁴² A produção de coca necessita de condições climáticas que não estão presentes na Argentina, por este motivo, a folha de coca deve-se importar da Bolívia.

⁴³ Os *gendarmes*, na sua maior parte, são pessoas de outras regiões do país e estão no território por um período de 3 a 5 anos.

precisam investir uma parte do pouco dinheiro que possuem⁴⁴. No lado boliviano, o uso de vestimenta típica é muito difundido no âmbito rural e em uma proporção importante dos habitantes urbanos, em particular, as mulheres. Em ambos os casos percebe-se que a roupa cumpre um papel importante na construção e/ou afirmação de uma identidade e, por sua vez, de distinção em relação a outra.

Como já foi exposto ao longo do presente capítulo, o território e os seus habitantes encontram-se em uma situação de dominação simbólica com os grupos que ocupam as posições dominantes na província e no resto do país. Uma das formas como se expressa a mesma, é através da imposição da visão de mundo dos grupos dominantes sobre os dominados. Isto se materializa em como é conhecido e concebido o território e seus moradores, ou seja, por meio das categorias de percepção que se utilizam para caracterizá-los. Estas categorias transformam-se em símbolos, que como foi explicado, adotam a forma de estigmas. Esta forma de ver o território e a seus habitantes pode ser percebido em um parágrafo de um artigo publicado no principal jornal da província, onde a jornalista destaca o contexto do trabalho da *Red Puna*,

“(...) La Red Puna concretó en el Club 13 de Junio, una exposición de los trabajos que realizan las organizaciones y que dan cuenta del potencial de estos espacios que en la adversidad geográfica, cultural y socioeconómica gestionan el futuro apostando a la dignidad del trabajo” (Diario El Pregón 25/11/2002)

O “adverso” faz referência, ao contrário, ao hostil e neste artigo o adverso é a geografia (topografia e clima), a cultura, e a realidade social e econômica. Em relação às representações que se tem do clima e da condição de vida do território, já se fez menção no presente capítulo. Porém, este artigo incorpora outra característica do território que segundo a visão dominante se apresenta como adverso para o “futuro”, isto é, para o “progresso” ou o “desenvolvimento” do território, e esta característica é a cultura nativa.

O que se pretende salientar, é que “o indígena” ou “o *coya*” está desvalorizado e freqüentemente associado ao “inculto” ou ao “atrasado”. De fato, quando a cultura nativa é

⁴⁴ Um fato interessante de salientar foi observado no trabalho de campo. Em uma comunidade rural, entre um grupo de 20 crianças observou-se que um deles vestia um pulôver artesanal de lã, que evidenciava ser confeccionado no lugar. O pulôver tinha o desenho de uma marca esportiva muito conhecida e não os tradicionais desenhos locais que se colocam nas roupas que se confeccionam para vender aos turistas. Provavelmente, a mãe da criança ante a falta de dinheiro para comprar uma roupa manufaturada, recorreu à confecção da mesma e à inscrição da marca esportiva como é comum observar nas roupas manufaturadas. Neste fato fica evidente a dominação simbólica existente no território, que se manifesta por uma maior predisposição a incorporar “o ocidental” ao invés de manter “a cultura nativa”. Assim, uma marca de uma empresa multinacional tem mais prestígio ou status (capital simbólico) do que um desenho nativo.

valorizada faz-se apenas desde o arqueológico ou o histórico, isto é, como vestígio da cultura original do território; mas não se valoriza como cultura atual, vigente, que persiste e tem um papel a cumprir no presente e no futuro, ou seja, “no desenvolvimento do território”.

Estes estigmas são reproduzidos pelos próprios habitantes, o que se percebe na reflexão que realizou em uma entrevista, uma mulher de 30 anos que emigrou do território e voltou no final dos anos 1990,

“Cuando yo volví mi mamá me decía “¿qué te vas a quedar? ¿por qué no te vas?”... yo estaba deseando con toda el alma que me dijera una palabrita... “quedate!!!”.. pero nunca lo pude escuchar... (...) y a lo largo del tiempo me dí cuenta que es porque sufren o han sufrido en su juventud por la discriminación al coya, la falta de trabajo, no poder progresar en su lugar es como que... “no quiero desearte eso.. mejor que te vayas....” [MG-CB].

Neste depoimento, observa-se como a migração é estimulada a partir do núcleo familiar. E ela é o produto de não se visualizarem possibilidades de progresso no contexto territorial, o que está associado à forma pela qual a visão dominante concebe e constrói o território.

Esta forma arbitrária de ver o território, passa a ser aceita como “natural” pelos seus habitantes, o que se traduz em disposições para emigrar as quais estão presentes, em particular, nos jovens. Isto ficou evidente em uma entrevista realizada com um grupo de jovens de uma organização juvenil do território, na qual se perguntou por que eles não tinham migrado, e um entrevistado de 27 anos respondeu,

“por la situación económica [del país]... pero es bueno digamos... salir afuera y capacitarse, ser alguien y después venir y lo que has aprendido afuera volcarlo en el pueblo” [s/n -A]

Neste depoimento, fica explícito que segundo a percepção do entrevistado, para “ser alguém”, ou seja, ser reconhecido e valorizado, o que implica aumentar a dotação de capital simbólico, é necessário sair e capacitar-se, possibilidade essa que não está no território. Além disso, o entrevistado valoriza trazer esse conhecimento e contribuir para o progresso do seu povo, em outras palavras, a possibilidade de progresso sempre está associada ao que é externo, ou seja, forâneo ao território.

Outro dos estigmas, que é imposto aos habitantes do território, é de que eles são “silenciosos”, de “poucas palavras” e “introvertidos”. É um estigma que frequentemente associa as “características da paisagem” (deserto e isolado) ao “jeito de ser dos habitantes”.

Estes estigma, também emerge em outro artigo jornalístico, publicado em *La Nación*, jornal de alcance nacional. Um fragmento deste artigo é apresentado na próxima página.

No artigo a jornalista propõe-se apresentar a experiência de trabalho da *Red Puna* fazendo ênfases como em um contexto de crise nacional estes agentes conseguem dar respostas a suas problemáticas. A estrutura do artigo é constituída de duas partes, uma que relata a experiência de uma senhora da Puna e outra que relata um evento em uma comunidade da Quebrada. Ambas as partes começam com uma descrição da realidade ambiental e socioeconômica dos moradores do lugar para logo aprofundar nas ações da *Red*.

Um artigo jornalístico, como qualquer descrição de uma realidade, é uma construção social, e como, tal arbitrária, isto é, a partir da nota, a jornalista tenta transmitir o que “viu” e o que viu só pode ser visto a partir do lugar que se ocupa no espaço social e mediado pelas suas estruturas cognitivas que cada agente porta de forma inconsciente. Neste sentido, ainda que o artigo pretenda ser favorável à *Red Puna*, a jornalista reproduz, provavelmente de forma inconsciente, parte da visão de mundo dominante e dos estigmas que a região carrega. Dessa maneira, ao caracterizar a região enfatiza as adversidades climáticas e “a precariedade material da vida”, sendo esta última caracterizada como “triste”. No que diz respeito aos nativos, sua associação com “o silêncio” que, por sua vez, é fortemente associado com o clima é significativa e não é casual, já que faz parte de outro dos estigmas que carregam os nativos.

No entanto, para quem participou de diferentes momentos da vida comunitária, é difícil caracterizar os habitantes de Puna como silenciosos, ou seja, que o silêncio é uma característica dos nativos, “um jeito de ser”. Na realidade, este tipo de atitude fala mais de um “jeito de relacionar-se” que de “um jeito de ser”. De relacionar-se com quem? Com os agentes externos, em particular os de origem ocidental, que possuem no corpo a cultura dominante (são brancos), ou com aqueles nativos que ocupam posições dominantes, em outras palavras com aquelas pessoas que ocupam posições superiores na hierarquia social, em fim, é um jeito de relacionar-se com o poder e, portanto, com os poderosos.

Revalorizar la vida comunitaria

Seção: Campo

data de publicação 31.08.2002

En Jujuy, la Red Puna, integrada por unas 30 organizaciones rurales, trabaja para motorizar la economía y revalorizar la vida comunitaria

Unas 1200 familias coordinan sus esfuerzos para optimizar las condiciones productivas y comerciales, entre otros aspectos

- *El asesoramiento técnico y la formación de dirigentes son sus estrategias*
- *Luchan por la seguridad alimentaria, la atención médica y la continuidad educativa*

CHALGUAMAYOC, Jujuy.- El sol cae severo sobre los cerros. El viento levanta la tierra y empapa de sequedad las caras, las manos, los pies. Ese silbido, que corta el silencio, erosiona este desierto de pastos duros y rocas milenarias.

Ríos de piedras cavan fosas que sólo cubrirá el agua en el escaso tiempo de lluvias. Casas que parecen emerger de la tierra delatan la precariedad material de la vida a 50 kilómetros al sudeste de La Quiaca. Aquí, la ganadería trashumante de ovinos, caprinos y camélidos es la única alternativa de subsistencia.

En este contexto, Cecilia de Benítez dice: "Yo me entrevisto con mis ovejas". Es su forma de graficar la soledad. El tiempo, en su caso, no lleva el nombre de los días, sino el ritmo del andar por los cerros. "Por ese caminito se ha ido una llamita que crié a leche. Tal vez se la haya comido un puma. Casi he llorado", lamenta Cecilia.

Sandra Romero, veterinaria, ha venido a censar la majada. Ella, junto a trabajadores sociales, ingenieros agrónomos, y maestros, promotores y dirigentes rurales, es responsable de articular el trabajo de las 30 organizaciones aborígenes que integran la Red Puna.

El proyecto aglutina a más de 1200 familias de 70 comunidades rurales, esto significa unas 7000 personas involucradas en el desarrollo de la región.

Durante el recuento del rodeo, Cecilia cuenta: "Eran 200 cabezas pero no sé cuántas habrán quedado. Para mí es un dolor que se mueran. Ellas son mis padres y mis madres, por ellas me pongo un pantalón y un sombrero, por ellas me alimento", describe. "Tendré que comer tierra si pierdo la majadita", dice. El frío y la falta de pasto, cuenta, ralean su rodeo. "No tienen alimento y se van muriendo", señala. "Así es la vida aquí -agrega-, medio triste, pero más tranquila."

Cecilia es "clase 50", y no sabe escribir más que su nombre. Hace 5 años que su marido quedó desocupado, trabajaba en el Ingenio San Martín. Tiene 8 hijos, pero sólo dos dependen de ella. Camina hasta 12 horas diarias arreando ovejas y cabritos, en busca de vertientes de altura. "A veces ando tanto que me duelen los huesos. Cuando me canso no puedo ni comer", describe.

(.....).

"La necesidad es nuestra"

En San Roque, la fiesta del santo que da nombre a este pueblo enciende de música el viento. En la iglesia están prendidas las velas. Los rezos, apenas susurrados a las imágenes, dan al recinto el tono del secreto. Afuera, los hombres juegan a la taba y el alcohol impregna el espíritu de la celebración.

Enrique Lamas, dirigente de la comunidad aborígen El Morado, de este distrito, explica: "La necesidad es nuestra y nosotros debemos estar pendientes para resolverla. Ese es nuestro aprendizaje". Su palabra suena rotunda entre los hombres todavía fieles al silencio.

(.....)

Por Analía H. Testa

<http://www.lanacion.com.ar/suples/campo/0235/P01.HTM> LA NACION | 31/08/2002 |

Embora a dominação simbólica seja aceita como natural por muitos dos habitantes do território, em alguns casos os agentes conseguem objetivá-la como arbitrária e a resistem. Isto se evidenciou em uma entrevista realizada com um dirigente da *Red*, na qual o entrevistado explicava os motivos que o levaram a participar na organização comunitária,

“y bueno me gusta trabajar al servicio de los demás... por ahí no me gusta cuando la gente... la otra gente... como le puedo decir? Saca provecho de las familias, por ejemplo hay mucha gente que viene a comprar nuestras artesanías, nuestros productos y acá se les paga poquito, lo estafan a uno y por ahí lo otro es de los intendentes, los políticos, por ahí las familias que van de nuestra organización, que no saben leer, o nada y por ahí es que se burlan digamos...” [M - SR]

Neste depoimento percebe-se como o entrevistado possui as categorias cognitivas para reconhecer as diferentes posições sociais que ocupam os agentes o que está relacionado a dotação de poder que cada um tem. De fato, no seu discurso identifica “*a gente*”, isto é, os produtores rurais, e “*a outra gente*”, os agentes externos, tanto intermediários comerciais como políticos. Em ambos os casos, o entrevistado reconhece o trato desvalorizado que recebem destes agentes, o qual evidencia uma das formas como se expressa a dominação simbólica no território. Em particular, é interessante analisar o significado que tem o fato de os políticos se “burlarem” dos nativos que têm dificuldades para ler, escrever e para falar. Neste sentido, Bourdieu explica que na experiência do agente no mercado lingüístico,

“o sistema dos sucessivos reforços ou desmentidos constitui assim em cada um e nós uma espécie de sentido do valor social dos usos lingüísticos e da relação entre os diferentes usos e os diferentes mercados (...) Este “sentido do posicionamento” lingüístico comanda o grau de coerção que um determinado campo fará pesar sobre a produção de discursos, impondo a alguns o silêncio ou uma linguagem hipercontrolada, enquanto faculta a outros as liberdades de uma linguagem desenvolvida (...) O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos constitui uma dimensão fundamental do sentido do lugar ocupado no espaço social: a relação originária com os diferentes mercados e a experiência das sanções atribuídas às suas próprias produções constituem, sem dúvida, junto com a experiência do preço conferido ao próprio corpo, uma das mediações através das quais se constitui esta espécie de *sentido de seu próprio valor social* que comanda a relação prática com os diferentes mercados (timidez, desenvoltura, etc.) e, mais geralmente, toda a maneira de se situar no mundo social” (1996 p. 70).

Assim, sob este estigma, encontra-se uma situação de dominação simbólica, na qual a cultura dominante (a ocidental), se impôs e silenciou à nativa. Isto percebe-se na atualidade nas relações entre pessoas, onde o nativo assume uma atitude silenciosa e submissa ante o agente externo. De fato, nas instâncias comunitárias, nas quais os nativos estão entre semelhantes, e onde o saber local é o dominante e, portanto, o valorizado, as atitudes que eles assumem não são de silêncio nem de submissão, mas é provável que esta atitude seja assumida pelo agente externo que desconhece os códigos da cultura que nesse momento é a

dominante. Isto mesmo foi vivenciado pelo pesquisador na participação de festas e eventos de trabalho coletivo nas comunidades.

Conforme Bourdieu (1996) a nomeação performativa, ou seja, a estigmatização, tem por objetivo transmitir a alguém que possui uma determinada qualidade e, ao mesmo tempo, cobrar do seu interlocutor que se comporte conforme a essência social que lhe é assim atribuída. A instituição de uma identidade é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência é o mesmo que impor um “direito de ser”, que é também um “dever ser”. É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, fazê-lo ver que deve comportar-se em função de tal identidade. Neste caso o indicativo é um imperativo.

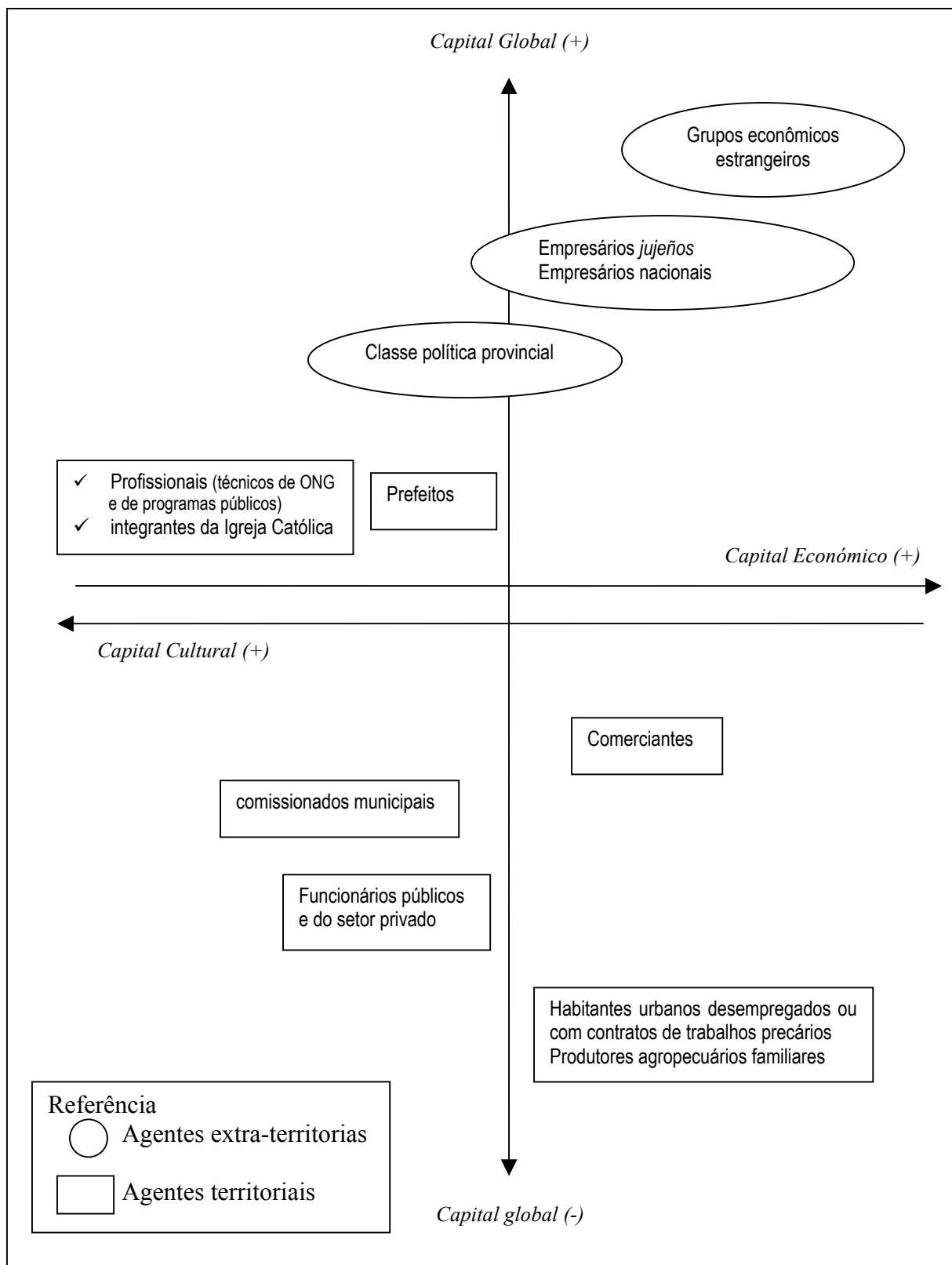
Continuando com este raciocínio, o fato de que se denominem os habitantes do território como “silenciosos” e se os veja como “ignorantes”, implica que se espera que eles sejam receptivos de saber e não assumam a iniciativa de impor o seu saber, o que os condiciona a serem silenciosos, isto é, que não falem, não reclamem e, por fim, que adotem uma atitude submissa, fato que possibilita a permanência da ordem social.

2.5 Espaço social e classes sociais

Ao longo do presente texto configurou-se a estrutura atual do território e enfatizou-se sua situação de marginalidade e periferia em relação às regiões do sul da província e do país. Esta situação está fundamentada nas relações sociais de dominação simbólica (em termos econômicos, culturais e sociais) que existem tanto entre o território e o resto do país como no interior do território.

Com o objetivo de identificar as posições que ocupam na hierarquia social os integrantes da *Red Puna* construiu-se um modelo do espaço social que se apresenta na Figura 1. Este modelo é simplificado e não pretende contemplar a todas as classes e agentes sociais que realmente interagem no espaço social, mas a partir do trabalho de campo identificaram-se àqueles agentes que foram reconhecidos (nomeados) pelos entrevistados e a partir da dotação global de capital que eles possuem e a sua composição relativa entre os capitais econômico e cultural, construiu-se o seguinte modelo de espaço social.

Figura 1 Espaço social no qual interagem os membros da *Red Puna*



Entre os agentes que foram identificados, alguns moram no território e outros fora do dele; porém são agentes que têm grande influência no território e, em particular, no que diz respeito ao seu relacionamento com o objeto de estudo.

a) Empresários

Os grupos econômicos estrangeiros historicamente intervieram em Jujuy e no território no setor mineiro, em algumas indústrias alimentícias, de bebidas e fumo e como parceiros de alguns engenhos; porém com a crise da mineração praticamente se retiraram deste setor. A partir do começo da privatização de empresas estatais, alguns grupos econômicos internacionais têm reaparecido, em particular, no setor de serviços (telefonia, eletricidade, entre outros).

Os empresários *jujeños*, historicamente têm-se posicionado no setor primário e agroindustrial (produção açucareira e fumo). Ao longo do presente século expandiram-se a outros setores, tais como o industrial e o de serviços da província.

Os empresários e representantes de grupos econômicos ocupam na província as posições superiores na hierarquia social sendo o seu principal capital o econômico. A sua localização geográfica sempre foi no sul da província e sua relação com os habitantes do território foi através da contratação para trabalhar nas minas ou na colheita dos cultivos. Sua dominância na província foi importante pois seu capital econômico freqüentemente foi utilizado para influenciar nas políticas do governo provincial e nacional, com o objetivo de favorecer suas atividades econômicas.

b) Agentes que ocupam cargos políticos

Os políticos que ocupam os cargos de maior hierarquia (no poder executivo provincial e na câmara de senadores e deputados da nação e da província), em sua maioria, têm estudos universitários e são originários e/ou estão vinculados às classes sociais dominantes da província e, na sua maioria são membros das “famílias tradicionais”. Em geral, os políticos do território não se encontram entre estes agentes.

Em nível administrativo Jujuy divide-se em prefeituras e comissões municipais. As prefeituras, possuem o mesmo sistema de organização que a província, onde o poder executivo está a cargo do prefeito, o legislativo (*Consejo Deliberante*) a cargo dos *concejales*

e o judiciário (*Juzgado de Faltas*) a cargo de um juiz. Nas comissões municipais, as funções estão a cargo de um *Cuerpo Colegiado*, que elege entre os seus membros o presidente (comissionado municipal), o tesoureiro e ao secretário.

No território existem 5 jurisdições com a categoria de prefeituras (La Quiaca, Abrapampa, El Aguilar, Humhauca e Tilcara), duas comissões municipais de segundo grau e 17 de terceiro grau.

Em linhas gerais, os agentes que ocupam estes cargos são originários do território e diferenciam-se dos outros agentes do território por terem um capital cultural, levemente superior (por terem concluído os estudos de segundo grau e em algumas situações, os universitários) e, principalmente, por terem um capital político importante, vinculado a sua trajetória política dentro de algum partido.

Percebe-se que os integrantes do campo político outorgam um grande valor às prefeituras. Em contraposição, atribuem menor importância às comissões municipais, sendo as de terceira categoria as menos valorizadas. Nesse sentido, observou-se que os prefeitos possuem um capital cultural maior que os comissionados municipais. Estes últimos, muitas vezes, diferenciam-se dos outros habitantes do território pelo seu capital político, e não pelo cultural.

Os agentes políticos do território, nesta pesquisa são considerados como pertencentes a um grupo ou classe social diferente dos políticos que ocupa as posições dominantes no campo político provincial, por terem uma origem social diferente, e por ocuparem uma posição de menor hierarquia ou subordinada ante os primeiros. Isto se percebe na falta de apoio (financeiro, técnico, e político) que recebem e na limitada presença dos políticos locais nos cargos executivos do governo da província e nos espaços de representação nacional.

A vinculação dos políticos locais com os habitantes do território geralmente se realiza a partir dos poucos serviços que oferecem as prefeituras e a execução dos programas sociais do Estado nacional, dos quais, na maior parte dos casos, fazem um uso clientelístico.

c) Profissionais

Em um território marginado, onde os índices de analfabetismo são altos, ter formação universitária (capital cultural no estado corporizado e institucionalizado) traz, não só prestígio, como também a capacidade de mediar em muitas dos momentos da vida social. Em

particular destacam-se os técnicos que trabalham nos programas públicos, ONG, Igrejas e profissionais independentes. Em geral, estes agentes nasceram fora do território.

Estes agentes, estão em uma posição hierárquica superior ou semelhantes à dos políticos do território, por terem um capital cultural maior além de na sua maioria ter uma origem social nas classes medias urbanas das grandes cidades.

d) Comerciantes locais

Estes agentes são os donos de comércios e empresas de serviços. Em geral, são pessoas que se capitalizaram e dedicaram-se a este tipo de atividade. Em particular, destacam-se os *acopiadores* de lã (intermediários), que a compram por um preço muito barato dos produtores familiares da zona e a comercializam na capital da província. Em Quebrada de Humahuaca, outros agentes importantes são os *intermediários*, que compram verduras dos produtores e vendem-nas no Mercado Municipal de *S. S. de Jujuy*.

e) Empregados do setor público e privado

Os empregados do setor público nacional e provincial constituem um grupo significativo que se localiza principalmente no âmbito privado. Entre outros agentes destacam-se *gendarmes*, a polícia, o pessoal de dependências públicas (escolas, correios, hospitais, prefeituras, etc.). Estes agentes caracterizam-se por terem uma educação formal básica, o que lhes possibilita alcançar determinados empregos e lhes dá uma estabilidade econômica ao perceberem um salário mensal, em comparação com os outros habitantes do âmbito rural ou desempregados ou semi-ocupados, do âmbito urbano.

d) Produtores familiares e desempregados

Por último, na base da hierarquia social, encontram-se os produtores rurais e aquelas pessoas que estão desempregadas, muitas delas são ex-mineiros, ou que exercem trabalhos ocasionais e completam a sua renda com a ajuda dos programas sociais. Uma parte significativa desta população não terminou a sua educação básica na escola e a sua situação econômica é bastante instável.

3 O SURGIMENTO DA RED PUNA NO CONTEXTO DA AMPLIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO

No presente capítulo serão identificadas as formas através das quais se expressa o capital social dos habitantes do território e as mudanças que ocorreram, na última década. Isto permitirá analisar em que contexto surge a *Red Puna* e por meio de que modalidades expressa-se o capital social neste novo agente do território.

3.1 A operacionalização do capital social

Bourdieu, na sua conceitualização de capital social, explicita que este é o agregado de recursos mediante os quais um agente pode cumprir determinados objetivos. Porém, estes recursos são intangíveis; ou seja, não podem ser observados de forma direta, nem se manifestam durante todo o tempo. Isto faz com que a identificação destes recursos deve ser realizada de forma indireta a partir das relações sociais que envolvem reconhecimento mútuo entre agentes e que são uma fonte de apoio para estes. Neste sentido, é importante salientar que o capital social não são as relações sociais em si mesmas, mas os recursos com que o agente conta como produto da existência destas.

Estas relações sociais podem estar institucionalizadas (em grupos, organizações, etc.) e identificadas sob alguma denominação que as torna públicas para o resto da sociedade e, portanto, facilmente identificáveis para o investigador. Porém, freqüentemente estas relações sociais não estão institucionalizadas, mas expressas nas redes sociais que possuem os agentes, o que implica na necessidade de utilizar uma definição operacional do capital social que facilite a identificação da sua existência nos espaços sociais não formalizados.

Neste sentido, Durston propõe uma definição do capital social na qual é entendido como o “conteúdo de certas relações sociais que incorporam atitudes de confiança e comportamentos de reciprocidade e cooperação” (DURSTON, 2001 p. 40).

Nesta dissertação adotar-se-á a mesma definição por considerar-se que ela fornece categorias de análise que possibilitam o estudo do capital social, além de serem compatíveis com a conceitualização que Bourdieu faz desta noção.

Assim, entender-se-á por *atitudes de confiança* àquelas situações nas quais os agentes têm uma determinada certeza de como vai agir o parceiro com quem estabelecem um contrato ou acordo explícito ou implícito.

Por *cooperação*, entende-se aquelas situações nas quais dois ou mais agentes convergem em uma ação coletiva com o objetivo de procurar um benefício mútuo.

As relações sociais de *reciprocidade* são sistemas de intercâmbio baseados em obséquios (objetos, ajudas e favores). Nestes sistemas não mercantis de intercâmbio, a recompensa por um favor, um empréstimo ou um presente é obrigatória, mas não em forma imediata, nem sempre de equivalência precisa, diferentemente das transações mercantis (DURSTON, 2000). Estas relações podem ser de dois tipos: as *relações recíprocas verticais*, as quais ocorrem entre dois agentes com diferentes graus de poder, o que determina uma relação assimétrica; e as *relações recíprocas horizontais*, as quais se estabelecem entre agentes com semelhante dotação de poder, ou seja, são simétricas (DURSTON, 1998).

Em outras palavras, a simetria das relações é avaliada em função do poder dos agentes, isto é, em função da dotação de capital (econômico, social, simbólico e cultural) que têm os agentes envolvidos na relação. Levando-se em consideração que em toda relação social existe uma relação de dominação, entende-se que não existe a possibilidade de relações completamente simétricas. No entanto, o que se pretende analisar com esta categoria, é a relação dos agentes envolvidos segundo a sua posição no espaço social, sendo simétrica nas situações entre semelhantes ou entre agentes da mesma posição social, e assimétrica entre agentes de diferentes posições sociais.

Estes tipos de relações sociais de cooperação e reciprocidade podem expressar-se nas *relações diádicas* (estabelecidas entre dois agentes), nas *redes ego-centradas*, em *grupos* e nas *instituições sociais*.

Segundo Durston, as instituições são “um conjunto relativamente estável de papéis e relações bem estabelecidas, costumes sociais que são características da sociedade de estudo e

com normas que reforçam e sancionam o desempenho destes papéis por diferentes pessoas ao longo do tempo⁴⁵” (DURSTON, 2000; p. 21).

A partir de investigações realizadas em comunidades rurais da zona andina do Chile, Durston (2001) propõe uma tipologia de níveis de análise do capital social, que se converte em um instrumento útil para a análise que se pretende realizar neste estudo. Neste trabalho, o autor identifica quatro tipos de capital social, a saber:

- Individual: são contratos diádicos entre duas pessoas que possibilitam relações estáveis de reciprocidade nas quais os sócios são recrutados da matriz de parentesco, vizinhança e amizade;
- Grupal: é algo mais que uma rede com fechamento. Pode incluir uma liderança e manifesta-se na reciprocidade de atos de ajuda entre um grupo de pessoas que constituem uma equipe estável. Às vezes assume a forma de uma facção, isto é, de quase-grupos não institucionalizados nem nomeados que competem com outros grupos na comunidade;
- Comunitário: tem as características de um sistema complexo e está associado à instituições que surgem para produzir benefícios para os seus integrantes (todos ou alguns) ou bens públicos para todos. Pode expressar-se em organizações formais ou em grupos que mantêm normas e condutas de cooperação informais;
- Externo: refere-se a vínculos com agentes externos à comunidade que podem tomar a forma de redes pessoais, articulação de grupos de caráter horizontal, mas também de clientelismos. Estas relações seguem diferentes lógicas, mas são extensões das três formas anteriores com duas dimensões adicionais: territorial e de poder social.

No primeiro problema de pesquisa apresentado na introdução, indagou-se sobre os fatores que intervieram na formação da *Red Puna*. A opção pela noção de capital social, como conceito chave para analisar o caso empírico de referência, traz implícito o reconhecimento de que os agentes do território possuem capital social e que a formação de uma organização implica na ampliação da dotação deste tipo de capital. Não obstante, persiste a interrogação sobre qual é a modalidade em que se expressa o capital social dos agentes do território e que formas adota na *Red Puna*.

⁴⁵ Tradução livre.

Em parte, a forma de formular o problema de pesquisa acaba condicionando a abordagem da análise do objeto de estudo, porque obriga primeiro a conhecer as formas como se manifestava o capital social no território antes da conformação da *Red Puna* para, depois avaliar a sua persistência e discutir a ampliação e/ou surgimento de novas modalidades deste novo agente. Este modo de proceder previne o risco de se cair em análises etnocentristas o que, equivaleria ir ao território para avaliar um determinado número de indicadores prefixados que na opinião do pesquisador seriam as relações sociais ou atitudes nas quais se expressaria o capital social, desconsiderando-se as particularidades do caso empírico estudado.

Neste sentido, a presente investigação propôs-se, em primeiro lugar, a identificar e caracterizar as diferentes formas por meio das quais se manifestou e se manifesta o capital social no território. Para registrar se houve alguma modificação nas formas de manifestação analisou-se o território em dois cortes temporais: de 1970 a 1990 e de 1990 até a atualidade.

Ainda que se procurasse abarcar todas as relações sociais nas quais se expressa o capital social, é provável que este objetivo não tenha sido atingido plenamente, pois isto obrigaria a realizar uma pesquisa entográfica densa, o que implicaria na permanência no território por vários meses. Todavia, considera-se ter conseguido identificar as formas mais frequentes e mais importantes de capital social do território. Esta verificação sustenta-se na coincidência dos diferentes depoimentos analisados nas entrevistas e na triangulação desta informação com as fontes secundárias levantadas.

3.2 1970-1990: persistência das lógicas comunitárias e intensificação de relações clientelísticas

A partir do trabalho de campo identificou-se diferentes modalidades de capital social que existiam no território entre 1970 e 1990. Ainda que estes momentos da vida social fossem identificados atualmente e algum deles estivesse referido para o presente, entende-se que estas práticas fazem parte das tradições ou costumes locais e são reflexo da forma que assumia o capital social na etapa demarcada.

3.2.1 Capital social individual

No interior das famílias existem relações sociais de cooperação e de reciprocidade as quais são muito amplas e distintas entre sociedades. Conforme Durston salienta,

“el capital social se construye sobre la base de insumos o precursores socioculturales existentes en casi todas las sociedades humanas: la confianza y el afecto que se asocian con la familiaridad (amistad y vecindad) y con la extensión de las normas de solidaridad del hogar nuclear a la red de parentesco más amplio” (2000 p. 15).

No território realça-se a manutenção de vínculos entre o núcleo familiar original e os filhos que já deixaram o lar paterno. Praticamente todas as famílias do território têm algum integrante que reside em S.S. Jujuy ou em alguma das grandes cidades do país, que servem de apoio e outorgam hospedagem àqueles familiares ou amigos que viajam às cidades com o fim de radicar-se para estudar ou para conseguir trabalho. Em muitos casos, os empregos são conseguidos a partir do capital social que têm estas pessoas nestes núcleos urbanos. Não raro, quando a situação o permite, enviam dinheiro a seus pais com o fim de ajudar no sustento do núcleo familiar.

As relações de reciprocidade e cooperação entre vizinhos e/ou amigos historicamente estiveram muito difundidas, sendo comum a sua institucionalização por meio do vínculo entre *compadres*. Este tipo de relação, originária na religião católica, estabelece-se na cerimônia de batismo dos filhos de uma família, a qual concede o papel de padrinho a um membro da comunidade ou externo a esta, que assume o compromisso de criar a criança no caso da ausência dos pais. Entre os pais e o padrinho fica estabelecida uma relação de *compadres*, que é uma forma simbólica de integrar o padrinho ao núcleo familiar.

Para Woortmann (1995) existem duas interpretações teóricas deste tipo de relações: a que denomina de *compadrio extensivo* às formas de ampliar as relações de solidariedade além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, podendo assumir a forma horizontal (entre agentes da mesma posição social) ou vertical (entre pessoas de diferente grau de poder) e, a que denomina de *compadrio intensivo* às formas de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações, como um parentesco paralelo. Nesta perspectiva enfatiza-se o intercâmbio simbólico e não o material.

A partir do relato dos entrevistados, percebeu-se a existência de uma carga afetiva importante nas relações entre *compadres*, existindo fortes vínculos de solidariedade e apoio. É freqüente que os *compadres* sejam membros da comunidade, com os quais se tenham

importantes vínculos de amizade desde a infância e são pessoas que prestam apoio ou ajuda em situações de dificuldade. Nestes casos, as relações de *compadrio* seriam do tipo intensivo e serviriam para o intercâmbio simbólico, além do material. De fato, um entrevistado que vive em uma comunidade rural da Quebrada de Humahuaca e não possuía terras, conseguia garantir o seu sustento por meio de “*contratos de mediería*” com seu compadre, que possuía terras mas, como tinha um emprego na cidade não dispunha de tempo suficiente para cuidar das lavouras agropecuárias. Neste contrato um agente contribuía com o trabalho e o outro com a terra e ambos compravam os insumos, sendo a produção final dividida em partes iguais. Estes tipos de relações também foram apontadas, com outras variantes, por Abduca (1992) em comunidades do departamento de Yavi, e por Pagliario (1995) no departamento de Humahuaca.

Um aspecto distintivo da zona aqui analisada, que evidencia a valorização do *compadrio*, é a criação de eventos simbólicos para gerar este tipo de relacionamentos. No dia primeiro de novembro festeja-se, em algumas comunidades da Puna, o “dia de todos os santos” e nesta festa criam-se relações de *compadrio* entre as pessoas. Porém, não é um filho que recebe um padrinho mas uma boneca feita de pão que simboliza um bebê, denominada *guagua de pan* (bebê de pão). Esta boneca é fabricada pela família que elege o compadre e representa o símbolo por intermédio do qual se unem em *compadrio* as duas partes. Nestes eventos fica evidente que se valoriza o vínculo entre compadres e não a relação padrinho - afilhado.

Outro momento da vida social das comunidades rurais nas quais se evidencia a valorização da relação entre compadres é o “*jueves de comadre*” (quinta das comadres). Nesse dia reúnem-se as mulheres comadres da comunidade e festeja-se o seu dia, enquanto os homens ficam na casa cuidando das crianças. O “*jueves de compadres*” festeja-se na semana seguinte e tem o mesmo significado, mas para os homens.

Em um estudo de caso realizado na localidade de El Moreno, departamento de Tumbaya, Belli e Slavutsky (2000) registraram a existência de *compadrio* extensivo no território. Nesta comunidade, habitada por 282 pessoas, o dono do único comércio denominava-se “*el tío*” (o tio), por ser padrinho de mais de cinquenta crianças da comunidade. Esta pessoa possuía um poder significativo na comunidade já que vendia a crédito ao resto das famílias, mantendo desta forma uma situação crônica de endividamento, razão pela qual converteu-se em um mediador da comunidade com o mundo externo (em

especial com os políticos). Nesta situação, torna-se evidente a utilização que fazem os habitantes da comunidade das relações de compadrio que tomam uma forma vertical. Esta relação (de quase parentesco) facilita o outorgamento de favores (prorrogação de dívidas, venda a crédito, etc.) do comerciante com os seus compadres.

No trabalho de campo observou-se uma situação similar na relação de compadres entre um casal de técnicos vinculados a uma ONG e uma família de uma comunidade beneficiária do projeto dessa instituição. Neste caso, o vínculo era de compadres por intermédio de uma *guagua de pan*, sendo que a iniciativa partira da família da comunidade.

No âmbito rural, a *minga* e a *señalada* também são eventos da vida social onde se expressam relações de cooperação e de reciprocidade assentadas em uma *rede egocentrada*. Nestas ocasiões, uma família convoca o resto dos integrantes da comunidade, para receber ajuda na realização de uma atividade e compartilhar um dia festivo com parentes, amigos, compadres e vizinhos. Em algumas comunidades pequenas são todas as famílias que se mobilizam, ganhando estes momentos de cooperação recíproca o status de *instituições comunitárias*.

A *señalada* é uma prática muito difundida em toda a Puna. Esta prática realiza-se entre os meses de dezembro a fevereiro, quando as famílias marcam seus rebanhos de ovelhas e de lhamas. Cada família já tem estipulada uma data do ano em que realiza a *señalada*. Nesse dia os membros da comunidade reúnem-se na casa onde se realizará o evento e depois de agradecer à *Pachamama* pelos frutos concedidos naquele ano, procede-se de maneira coletiva à marcação dos animais dentro do curral. Estas atividades estendem-se durante várias horas e às vezes prolongam-se até noite. Na *señalada* manifesta-se uma relação de ajuda recíproca entre o dono do rebanho e os vizinhos. Esta cooperação permite que o trabalho de marcação seja todo ele concluído em um mesmo dia. Os que colaboraram, em reciprocidade, contam com a mesma cooperação no momento de marcar o seu próprio rebanho. Além do mais, ao final da jornada, todos os participantes da *señalada* participam de um evento festivo de comemoração, fazendo com que a família proprietária do rebanho agradeça com comida e bebida a ajuda recebida (ver Foto 4, Anexo D).

A *minga* é uma prática na qual um número de pessoas reúne-se com o objetivo de cooperar na lavoura ou na construção de uma moradia para um compadre, parente, vizinho ou amigo. No caso da lavoura, precisa-se de bois para a tração do arado. Mas, como são poucas

as famílias que possuem estes animais, e para evitar que tenham de ser alugados, as famílias também passam a cooperar. Uma forma de baratear os custos e fugir do aluguel é compartilhar o trabalho por meio da formação de um grupo de famílias que aluga um par de bois e realiza de maneira conjunta a lavoura de cada uma em uma única jornada. Ao final do dia, encerradas as atividades, realizam uma festa na qual se compartilha bebida e uma janta. Desta forma, as famílias compartilham os custos do aluguel dos bois e realizam o trabalho de forma coletiva.

Da mesma forma, quando uma família vai construir uma moradia, um quarto ou reparar a casa, convoca-se o resto da comunidade para colaborar na construção. Ao final do dia, a família agradece com comida e bebida. Neste sentido, um entrevistado, a quem se perguntou sobre as razões que os levavam a recorrer a estas práticas, respondeu que era uma forma de compartilhar e tornar mais baratos os custos de produção já que agradecer aos que haviam ajudado com comida implicava apenas em gastos de produtos que eles mesmos produziam. Desse modo não teriam que pagar com dinheiro a contratados, o que lhes seria mais dispendioso.

Na entrevista o agente evidenciou a necessidade de recorrer a este tipo de ajuda recíproca devido à escassez de mão-de-obra nas épocas do ano em que se concentram as atividades agropecuárias. É preciso não esquecer que apesar do número médio de filhos por família ser de 5 ou 6, a maior parte dos filhos não vive na comunidade, motivo pelo qual procura-se mão-de-obra fora da unidade de produção familiar. Contudo, a contratação de peões é difícil em uma situação onde o dinheiro apresenta-se escasso e destina-se apenas aos produtos que não são obtidos por outro modo. É assim que a retribuição em favores, através do oferecimento de uma janta ou uma festa ao final do dia além do compromisso de ajudar ao vizinho em sua *señalada*, aciona um conjunto de relações de reciprocidade e ajuda mútua entre os integrantes de uma comunidade.

Mesmo que a *señalada* e a *minga*, possam ser vistos como intercâmbio de favores, seria um erro reduzir estes momentos da vida social a práticas de cooperação mútua em trabalhos. Embora a escassez de mão-de-obra familiar em determinados momentos do ano seja um fato concreto, a opção por cobrir esta demanda de trabalhadores por meio destes eventos sociais, e não por outros mecanismos, explica-se por uma opção dos agentes na qual a dimensão cultural e a social têm um peso importante.

Nestas práticas constrói-se uma identidade como grupo e/ou comunidade e também se intercambiam aspectos simbólicos, como afeto, transformando-se em momentos festivos e de socialização das crianças na cultura nativa. A maioria destes eventos começam com o agradecimento à *Pachamama* e, ao longo do dia, cantam-se *coplas* (música tradicional do norte argentino) enquanto se lavram as lavouras. É através destas manifestações que os jovens vão sendo iniciados nos trabalhos agrícolas.

Embora este tipo de práticas visem objetivos produtivos e sociais, nas diferentes entrevistas os agentes referiram-se a estas práticas como “o costume” ou “a cultura”, salientando sua dimensão cultural para o grupo. A associação deste tipo de práticas com a cultura originária, evidencia o papel que têm estes eventos na construção da identidade dos moradores rurais do território. Isto será analisado nas próximas seções.

3.2.2 Capital social grupal

Em nível de comunidade é freqüente existirem grupos de pessoas que se reúnem para realizar atividades com fins religiosos, sociais ou políticos. No espaço rural, em geral estes grupos são informais, pois, na maioria das vezes não possuem um nome que os identifique nem uma pessoa jurídica. Entretanto, no âmbito urbano é mais freqüente que estes grupos tenham uma denominação e seu funcionamento seja regulado por um estatuto e, em alguns casos, podem até configurar-se formalmente como pessoa jurídica.

Entre 1970 e 1990 as formas de organização identificadas no meio rural limitavam-se a grupos religiosos e políticos. As organizações políticas, em particular, surgiram a partir da volta da democracia, em 1983. Em geral, entre os seus integrantes existiam relações de parentesco e amizade e diferenciava-se uma pessoa que assumia o papel de mediador entre o grupo e um agente externo⁴⁶.

À medida que religião católica foi assimilada pelos habitantes do território, transformou-se em um âmbito social importante de organização de grupos nas comunidades.

⁴⁶ Nesta parte do texto, analisa-se as relações no interior dos grupos, ou seja, as relações sociais que se estabelecem entre seus membros e que por isso são consideradas como *capital social grupal*. Na próxima seção serão analisadas as relações que se estabelecem entre o grupo e os agentes externos, o que se entende por *capital social externo*.

A Igreja Católica organizou suas ações no território em duas *Prelaturas* (dioceses), a de *Humahuaca* e a de *Tumbaya*⁴⁷.

Devido à grande extensão do território e à impossibilidade de oferecer os serviços religiosos periodicamente em cada capela, ambas as *prelaturas* promoveram a formação de grupos religiosos comunitários. Estes estavam coordenados por um *animador*, quem era um integrante da comunidade que recebia uma capacitação especial para ler a Bíblia e coordenar alguns dos eventos religiosos.

Na década de 1980, a *Prelatura de Tumbaya*, incorporou “*padres tercermundistas*” adeptos da teologia da libertação que passaram a ter ação significativa na sua jurisdição, estimulando o trabalho coletivo nas comunidades. Nos anos 90, houve uma substituição desses padres e o trabalho nas comunidades rurais da *Prelatura* foi reduzido.

Por sua vez, a *Prelatura de Humahuaca*, teve um papel importante no território a partir da criação da *Obra Claretiana para el Desarrollo –OCLADE-*, em 1983. Esta ONG que atualmente continua trabalhando no território, planejava suas ações de acordo com as resoluções da *assembléia prelatícia*. Seu trabalho comunitário baseava-se na formação de grupos através dos quais se implementavam diferentes projetos e ações vinculadas a atividades religiosas, assistência social (refeitórios infantis, doações de roupa, etc.) e assistência técnica em atividades produtivas.

No fim dos anos 1980, começaram a surgir no território as igrejas evangélicas. Na maioria dos casos, seus integrantes têm sido ex-católicos que tinham problemas de alcoolismo, de falta de trabalho ou tinham alguma necessidade de apoio emocional e que ao não encontrar respostas na Igreja Católica passaram a buscá-las nas igrejas evangélicas. No interior destes grupos têm se estabelecido importantes vínculos de cooperação e reciprocidade. Porém, diversos aspectos da cultura nativa foram deixados de lado, pois as igrejas evangélicas consideram que as práticas culturais nativas são incompatíveis com a religião. De fato, é proibida o agradecimento à *Pachamama*, o festejo do carnaval, as festas patronais, assim como o consumo de bebidas alcoólicas que está presente em todos os acontecimentos festivos comunitários, eventos estes que têm atuado ao longo da história como elementos de coesão social e de construção da identidade comunitária.

⁴⁷ A *Prelatura de Humahuaca* abarca a parte norte da Quebrada de Humahuaca e a Puna norte e sul e a *Prelatura de Tumbaya* a parte sul da Quebrada e a Puna sul.

A existência de agremiações como, por exemplo, grupos de produtores, era praticamente inexistente no âmbito rural, restringindo-se aos grandes complexos mineradores. A partir da metade dos anos 1980, quando estas empresas começam a entrar em crise de rentabilidade e, conseqüentemente, a demitir operários, os sindicatos iniciaram lutas que tiveram repercussão nacional. Embora a atividade sindical e, em particular, a luta sindical diminuíram com o fechamento de *Mina Pirquitas* e de *Pan de Azúcar* e a demissão de operários em *Mina El Aguilar*, ficou impressa na memória de alguns de seus protagonistas.

No âmbito urbano também existiam e, ainda existem, uma série de organizações ou grupos que têm pelo geral fins religiosos, culturais, políticos e/ou esportivos. Assim como no âmbito rural, a atividade das igrejas tem tido ampla repercussão nas cidades, em particular, na assistência social e espiritual. Como produto do trabalho das diferentes igrejas têm-se formado diversos grupos religiosos.

Os sindicatos de trabalhadores do estado, tiveram uma participação relevante no território durante esta etapa, em particular, a partir da reorganização do movimento operário, que começou em 1983. Porém, a informação que se tem destes é limitada pelo fato de estas formas de organização terem sido pouco exploradas no trabalho de campo, por não estarem vinculadas diretamente ao objeto de estudo.

Em todas as cidades existem clubes esportivos. Em muitos casos, estes surgiram a partir da iniciativa dos jovens locais que se organizaram para praticar atividades esportivas e participar de campeonatos regionais.

Adicionalmente, é freqüente que as escolas, tanto no âmbito rural como no urbano, possuam uma *asociación cooperadora escolar* (conselho de pais e mestres). Estas associações contribuem na manutenção e melhoramento das instalações escolares e, também, prestam apoio as diferentes atividades que realizam as escolas.

Por último, nas cidades é freqüente existirem organizações culturais ou *tradicionalistas*, que estão ligadas à revalorização das tradições culturais. Algumas centram-se na revalorização da cultura nativa e outras na tradição *gaucha*. Em ambos os casos difundem-se as práticas culturais através da realização de *shows* e aulas onde se ensina a tocar instrumentos musicais, danças nativas, a realizar artesanatos, entre outros aspectos. Freqüentemente estes grupos participam de desfiles cívicos nas festas pátrias e nos aniversários das cidades.

3.2.3 Capital social comunitário

Como foi manifestado no capítulo anterior, nas comunidades rurais ainda persistem diferentes instituições e normas sociais que regulam a distribuição da água e da terra. Estas instituições, como também a *señalada* e a *minga*, são resquícios do sistema de organização comunitária, que segundo Isla (1992) existia na época pré-hispânica. Estes aspectos da vida social formam parte de um complexo sistema de estratégias de reprodução social, no qual as lógicas comunitárias têm um papel relevante.

Em relação, às terras, segundo as instituições comunitárias, cada família da comunidade tem direito a uma porção de terra na zona de cultivos agrícolas e a outro tanto na zona de pastagem. Embora a maior parte das famílias carece do título de propriedade, o direito de uso da terra lhes é assegurado pela comunidade e nenhuma outra pessoa da comunidade vai fazer uso de terra que não lhe corresponde sem autorização dos donos. Estas normas sociais servem também para limitar o ingresso de estranhos na comunidade pois só aquelas pessoas alheias a comunidade mas com algum vínculo familiar (casamento) passam a ter o direito de uso de terra. De certo modo, estas normas procuram garantir que todas as famílias tenham recursos suficientes para sua subsistência e limita, portanto, o ingresso de estranhos à comunidade⁴⁸.

A água é uma limitante para a sobrevivência humana. A comunidade é quem administra este recurso com o objetivo de garantir o fornecimento a todas as famílias. Neste sentido, perguntou-se a uma jovem de 21 anos,

- ¿cómo se organiza el riego en la comunidad?
- Depende de cada comunidad... Hay comunidades que tienen turno durante el mes y tal día le toca [a cada persona]... se hace del primero al 30 y cada familia tiene su turno... y el mes que viene igual... y tienen dos turnos al mes o uno... depende...
- ¿Y eso lo organiza la comunidad?
- Eso ya viene de antes... yo ya se que tal día me toca el agua, voy y ya está... y así sucesivamente, lo único que se organiza es para arreglar las acequias, para limpiarlas cuando la tapa el río y entonces ahí van y todos trabajan para sacarlas, para limpiar la acequia... pero después el tema del riego cada uno ya sabe cuando les toca y ya va” [M-L].

Como observa-se no depoimento a organização para a gestão da água “*vem de antes*”, ou seja, é histórica e como tal tornou-se uma norma social. Para que este sistema funcione necessita-se de um grau de confiança geral e responsabilidade; de fato cada família deve

⁴⁸ Abduca (1990) da conta que no seu trabalho de campo um entrevistado afirmou que as terras são vendidas, mas entre pessoas que são “de cá” o que significa “ter família”, por matrimônio ou por filiação. Neste sentido, o autor registrou a expulsão de um forasteiro em 1986 e outro em 1990 em uma comunidade de Yavi, por ter um rebanho de ovelhas muito grande e por não ser do lugar.

cumprir com seu turno de irrigação já que de infringi-lo estaria prejudicando a outra família. Por outro lado, como manifesta a entrevistada as famílias devem reunir-se periodicamente para realizar a manutenção dos canais de irrigação, que é outra atividade coletiva. Em síntese, estes momentos de cooperação são normas da comunidade que transformaram-se em disposições das pessoas ao trabalho coletivo, ou seja, fazem parte do seu *habitus*. No entanto, devido à falta periódica de famílias e homens pela migração temporária e/ou definitiva, em algumas comunidades a frequência com a qual se organizam as famílias para realizar a manutenção do sistema de canais de irrigação foi perdendo intensidade e, com isto, também a norma social.

O festivo é um acontecimento social que tem grande importância em nível da comunidade. Em geral, cada comunidade possui um santo patrono em torno do qual se realiza anualmente uma *fiesta patronal*, na qual se recebem familiares e integrantes de outras comunidades. Cada família destina uma parte da sua produção para receber os convidados, e contribui com dinheiro para comprar bebida e outras coisas que se necessitam para a festa.

Outra festa de grande importância é a *Fiesta de la Pachamama*, que se realiza ao longo do mês de agosto e coincide com as primeiras lavouras do ano. Nesta festa, participa toda a comunidade e se *chaya* a terra, isto é, agradecimento à *Pachamama* (ver Anexo D Foto 5).

O carnaval é um evento muito importante no território, já que coincide com a época do ano em que estão presente aquelas famílias ou pessoas que tinham emigrado para a safra. Também encontram-se os integrantes da comunidade que moram nas cidades e voltam de visita à comunidade. Este evento ocorre no começo da colheita e todas as famílias da comunidade assumem o compromisso de participar em sua organização, comprando bebida e contribuindo com alimentos, assim como nas outras festas comunitárias.

O carnaval dura sete dias, começa com o “*desentierro del diablo*” (desenterro do diabo), momento no qual a comunidade sobe à cima de um morro, *chaya* a terra, e então aparece um membro da comunidade fantasiado de diabo, o que simboliza que o diabo já está na terra. Isto dá início ao carnaval que significa uma semana de alegria. Posteriormente, desce-se à comunidade e visita-se as casas dos vizinhos onde se come, bebe e dança. No último dia volta-se à cima do morro para o “*entierro del diablo*” (*enterro ao diabo*), o que representa o fim do carnaval (Anexo D, Fotos 6 e 7).

Nesta festa fica evidente como os nativos têm re-significado alguns aspectos da religiosidade cristã. De fato, o diabo não tem uma conotação negativa como na religião católica, mas simboliza a diversão, esta última representada na semana de carnaval.

Os eventos comunitários anteriormente descritos (*señaladas*, *mingas*, instituições e festas comunitárias) correspondem a pautas culturais históricas do território. No entanto, a partir da recuperação da atividade política no país, tanto no âmbito rural como no urbano, começaram a surgir os *centros vecinales* (centros de vizinhança). Estes têm sido impulsionados pelas prefeituras e assumiram o papel de mediadores entre a comunidade e o mundo político, em particular, o local.

Os primeiros *centros vecinales* surgiram naquelas comunidades com maior número de moradores e nestes centros as famílias, em assembléia, elegiam um representante que se encarregava de canalizar as reivindicações ao município. Em algumas comunidades estes âmbitos também assumiram a organização das festas comunitárias e a administração da água, entre outros aspectos.

3.2.4 Capital social externo

No âmbito rural o grau de integração e/ou articulação entre comunidades foi muito reduzido até, meados dos anos 1990.

Em relação à existência de organizações de base, que tinham entre seus integrantes membros de diferentes comunidades, só se relevou a *Cooperativa Agropecuária de la Quebrada de Humahuaca*, que centrou suas atividades na venda de serviços, compra de insumos e capacitação a seus sócios. Esta organização surgiu no começo dos anos 1970 e estima-se que chegou a associar 60 produtores. Mas, por problemas de gestão e administração de recursos, dissolveu-se poucos anos depois da sua criação.

Na Puna, na segunda metade dos anos 1980, OCLADE promoveu a articulação das comunidades rurais por intermédio da *Asociación de Centros Vecinales de la Ruta 40*. Esta organização durou três anos e acabou dissolvendo-se. Nela participavam diferentes grupos beneficiários desta ONG.

A inexistência de organizações de segundo grau no âmbito rural explica-se pelo reduzido número de organizações de base existentes. Por sua vez, o escasso número de

organizações de base explica-se pelo fato de os homens, e em alguns casos, as famílias inteiras encontrarem-se fora da comunidade seis meses ao ano, devido à migração, sendo isto um obstáculo para a organização. Por outro lado, o governo militar, que esteve no poder de 1976 a 1983, reprimiu toda forma de organização de base, o que repercutiu fortemente no tecido organizacional de todo o país.

No período analisado, outra das formas em que se expressava o capital social externo, entre semelhantes (isto é, agentes da mesma posição social), foi por meio dos vínculos com amigos ou parentes de comunidades vizinhas. Frequentemente se realizavam com estas pessoas intercâmbios de mercadoria e alimentos ou compartilhavam-se eventos como *señaladas*, *mingas*, ou festas comunitárias.

Contudo, da informação coletada nas entrevistas realizadas com moradores do território, chama a atenção a pouca integração que existia com as demais comunidades. De fato em muitas ocasiões não se conheciam entre os integrantes de comunidades vizinhas.

Um dos poucos eventos territoriais no qual se encontravam produtores agropecuários de diferentes comunidades eram os *cambalaches*. Estes são feiras que se realizam ao longo do ano, em diferentes lugares do território⁴⁹. Nestes eventos participavam produtores de diferentes ambientes ecológicos, com o objetivo de trocar produtos agropecuários para cobrir as necessidades de consumo.

Karasik em um estudo realizado na zona, afirma que “o objetivo do intercambio de bens entre camponeses não é a procura de lucro mas a obtenção do auto-abastecimento” de fato “as feiras são uma das estratégias de acesso aos bens que não se produzem (1984 p. 61). Nos *cambalaches*, as taxas de câmbio estão historicamente estipuladas e não se modificam, salvo quando ocorrem catástrofes climáticas. Neste sentido, o regateio realiza-se sobre a qualidade do produto intercambiado. Isto faz parte das normas que têm estes eventos, o que possibilita que as famílias tenham confiança neste sistema de intercâmbio e possam planejar o seu abastecimento anual, utilizando este evento para conseguir produtos que não possuem ou produzem em pouca quantidade. Nos *cambalaches* encontram-se parceiros, colegas, amigos e compadres de diferentes comunidades e é com eles que se prioriza a troca.

⁴⁹ Segundo, Karasik (1984), o cronograma dos *cambalaches* é: no dia 19 de março *Feria del Trueque* em Rinconada, na Semana Santa *Feria de Abrapampa*, no primeiro domingo de outubro *Feria de Iruya*, no terceiro domingo de outubro *Manca Fiesta* (La Quiaca), 25 de novembro *Feria de Santa Catalina* e no dia 2 de fevereiro em Cieneguillas.

Neste sentido, o *cambalache* tem sido um espaço onde existem e se reproduzem as relações de reciprocidade horizontal. Como todo evento popular nativo, estes acontecimentos não se limitam a questões econômicas, de fato, os momentos festivos, de integração social e de intercâmbio de afeto têm um espaço importante e destacado. Segundo Karasik (1984), nestes eventos aproveita-se para fazer circular a informação, eleição de parceira/o acidental ou estável, para a reativação de alianças, ou seja, para cumprir com as obrigações de compadrio, assim como para criar novas relações deste tipo. Porém, a frequência de realização de *cambalaches* e a intensidade de participação foram diminuindo e, em algumas regiões da Puna, deixaram de realizar-se, nesta etapa.

Embora o relacionamento entre semelhantes de diferentes comunidades fosse reduzido, as comunidades estavam articuladas com agentes externos que, em geral, eram membros de partidos políticos ou de alguma igreja. Estes vínculos em algumas ocasiões estavam mediados pelo *centro vecinal* e na maioria dos casos as relações que se estabeleciam eram *clientelísticas*, ou seja, do tipo *patronagem*.

Por relações de *patronagem* entende-se àquelas relações diádicas nas quais participam um patrão e um cliente, tendo o primeiro um poder maior que o segundo, sendo assim um tipo de relação assimétrica. Nestas relações existe uma carga mínima afetiva, que faz surgir a confiança que garante a promessa de um apoio mútuo no futuro. Os agentes não trocam bens e serviços equivalentes, mas o patrão pode ajudar economicamente e proteger contra os abusos de autoridade legais e ilegais. Por sua vez, o cliente retribui em bens intangíveis, tais como demonstração de estima, lealdade, louvor do bom nome e da fama do patrão, etc. No caso das relações políticas, o cliente oferece apoio político e trabalha para o patrão (WOLF, s/ano). Em outras palavras, é uma das formas em que se expressam as relações recíprocas assimétricas.

No âmbito acadêmico tem-se estabelecido um debate em torno de se as relações de *patronagem* serem relações que contêm capital social ou não. Neste sentido, Putnam (1994), e os diferentes autores ligados à sua vertente teórica, (KRISHNA, 2000; UPHOFF, 2000; GROOTAER, 2001; entre outros), ao vincularem diretamente o capital social com efeitos positivos e considerarem que é possível a existência de relações sociais sem dominação, rejeitam a possibilidade das relações de tipo assimétricas conterem capital social. Em contraposição, autores que concebem o capital social como a capacidade de mobilizar recursos para cumprir determinados objetivos, entre os que se destacam, Durston (2000) e Portes (1998) reconhecem a existência de capital social neste tipo de relações sociais.

De fato, as relações sociais assimétricas existem porque as famílias investem energia para, por intermédio destas, conseguir algo em troca (o qual é uma forma de mobilizar recursos contidos nestas relações). O agente com maior poder é quem se apropria da maior parte do benefício, sendo assim, as relações de patronagem são uma das formas em que se manifesta a dominação simbólica. Na presente investigação adota-se esta última posição, porém considera-se que se deve aprofundar a análise para entender em que circunstâncias surgem este tipo de relações e em que medida cada agente se beneficia deste tipo de relação. Isto serve para explicitar que nem todas as formas nas quais se manifestam as relações de reciprocidade beneficiam de igual forma aos agentes envolvidos. Isto evidencia como os agentes que estão nas posições de dominados também reproduzem as relações de dominação as quais estão sujeitos, mas não de maneira consciente, e sim sob as disposições que orienta seu *habitus*. Sobre este ponto se voltará nos próximos capítulos.

Para o caso de estudo, tanto as igrejas como os partidos políticos promoveram e promovem a formação de organizações ou grupos de pessoas que se reconhecem entre si, a partir de uma identidade política ou religiosa. Estes grupos vinculam-se com outros agentes que estão em uma posição superior da organização, seja a igreja ou um partido político. Segundo as categorias de análise anteriormente descritas, em nível de grupo estariam-se estabelecendo relações de reciprocidade horizontal entre pares por terem dotações de capitais semelhantes⁵⁰. Porém, na vinculação com os agentes externos, as relações estabelecidas são de patronagem, o que significa que os agentes externos são os que possuem maior correlação de força para mobilizar recursos e para negociar naquelas questões que geram disputas.

Para os habitantes do território, o fato de pertencerem a uma instituição religiosa possibilita o acesso a doações de roupa, alimentos, medicamentos e/ou ajuda econômica, além de sentirem-se incluídos na cultura dominante. Logo se entende que isto faz parte das estratégias de reprodução social dos agentes. Em troca, os agentes devem cumprir com as “recomendações” da instituição, já que sendo um bom fiel será recompensado. Porém, por mais que os fieis cumpram, a recompensa só será dada quando o padre ou a instituição o decidir. Neste sentido, o recurso de negociação que fica em mãos dos fieis é a troca de religião, por exemplo, da católica à evangélica, que também tem o seu sistema de prêmios e castigos. Neste caso, fica evidente o sugerido Bourdieu (2000), quando afirma que a dominação simbólica implica, por parte do dominado, a aceitação e legitimação da visão

⁵⁰ No caso dos grupos que possuem uma liderança com um capital político (subespécie do capital social) ou simbólico diferencial, também estaria-se estabelecendo-se relações assimétricas.

dominante, ou seja, a aceitação da imposição dos símbolos dos que ocupam as posições privilegiadas na hierarquia social.

Para o caso dos partidos políticos, as relações de patronagem adquirem um tom mais crucial, devido ao fato de que, a cada dois anos, existirem eleições e as promessas e intercâmbios de favores serem uma forma por meio da qual os políticos acumulam votos para reproduzir-se ou escalar posições no campo político. Para isto, os diferentes partidos políticos têm lideranças nas comunidades, as quais são pessoas que se identificam com o partido político ou o candidato e, em troca de favores (aposentadoria, um emprego na prefeitura, etc.), assumem o compromisso de fazer campanha política na comunidade para o candidato.

As relações de patronagem foram intensificando-se, no período analisado, como consequência da deterioro das condições de vida dos habitantes do território. Diante da progressiva diminuição da demanda de mão-de-obra as famílias passaram a depender cada vez mais do acesso a programas sociais, que no território eram executados pelos prefeitos e pela Igreja Católica. Por outro lado, com a volta do sistema eleitoral de governo, as estruturas partidárias foram consolidando-se no território e com elas as relações clientelísticas, muitas vezes canalizadas por meio dos *centros de vizinhança*.

3.2.5 Erosão do capital social contido nas relações sociais comunitárias

Nos diferentes momentos da vida social do território nos quais se manifesta a existência de capital social fica explícito como se articulam as esferas produtivas e sociais da vida comunitária (ver Quadro 1).

Quadro 1 Momentos nos quais se expressa o capital social dos agentes do território. 1970-90

Simetria das relações	Tipo de capital social			
	Individual	Grupal	Comunitário	Externo
Simétricas	-Compadrio intensivo - Parentesco - <i>Señalada</i> - <i>Minga</i>	- Grupos religiosos - Grupos políticos - Clubes - Grupos sociais e culturais	- Instituições e normas (terra, água, canais) - Festas comunitárias - Centro Vizinhança - Escola	- <i>Cambalache</i> - Compadrio, parentesco, amizade, etc. - Organizações de base
Assimétricas	-Compadrio extensivo	-Sindicatos	S/d	-Patronagem (agentes religiosos e políticos) - Compadrio extensivo

Fonte: elaboração própria, baseada na informação primária

Em uma entrevista com um homem de 45 anos de uma comunidade da Puna, perguntou-se se a *señalada*, a *minga* e as festas patronais continuavam realizando-se, e ele respondeu,

“Un poco menos... ya la cultura se está perdiendo, ya no está... ya no está como antes... antes había mucha tradición... la tradición era muy fuerte... ahora la tradición se va perdiendo... pero se mantiene...” [C-EA]

Neste testemunho, como em outros, fica evidente a percepção que os habitantes têm destas atividades as quais são representadas como “os costumes”, isto é, como “a cultura”. Contudo, estas práticas estão perdendo a força que tinham em outros tempos, aparentemente a migração dos nativos estaria afetando a periodicidade e intensidade com que se realizavam estas atividades. Em especial, a idade prematura com que começam a emigrar os jovens estaria afetando sua sociabilização na cultura nativa. Por outro lado, o surgimento de novas religiões, em particular as evangélicas, estariam proibindo que os habitantes participem das práticas nativas por considerá-las pagãs.

Em outra entrevista, dois jovens dirigentes de organizações de base, disseram quais eram as mudanças que se registravam nas festas patronais,

- “Mujer: antes... yo veía que duraba más tiempo la celebración, empezaban un día... rezaban... hacían una novena⁵¹... al otro día recién empezaban a tirar los cuartos... a jugar a la tabeada... creo que en el campo se hace un poco mas todavía... yo como vivo acá, en el pueblo, se va perdiendo más esa cultura... antes se hacía más constantemente... participaba mas gente... vos que vivís en el campo podés contar más...
- Varón: sí, como que se va perdiendo... por el cambio de generación... Hoy los jóvenes ya no acostumbran eso... es como que los viejos se van muriendo y se va perdiendo de a poco... pero la intención también es recuperar eso... revalorizar,

⁵¹ *Novena*: são orações religiosas que se realizam para as festas patronais.

recuperar... se hace la fiesta para tomar pero no para esas otras cosas... ya no se hace más la cuarteada, la tabeada⁵²... se va perdiendo...
 - ¿De qué actividades participan más los jóvenes?
 - Varón: del fútbol, del deporte... y ahora también de los carnavales....
 - Mujer: pero ya no las copleadas⁵³... y no le toman interés... así que la copleada está la gente mayor o la que le gusta... hay muy pocos jóvenes que le gusta la copleada... más están en las bailantas⁵⁴... en las cumbias... ya ni tampoco sería música folclórica... Ahora es más la cumbia que está metida acá.. en todos lados... en las comunidades... en el pueblo... en todos lados está la cumbia...” [JC-C e O-T]

A perda de alguns aspectos relativos à cultura nativa estão vinculados à incorporação de outras pautas culturais (*bailantas*, *cumbia*, etc.) geralmente originadas nas cidades. Isto faz parte da dominação simbólica que existe desde a colonização do território, onde as pautas culturais ocidentais vão impondo-se, mesmo que re-significadas pelos nativos, sobre a cultura originária. Isto está relacionado ao valor ou, em outras palavras, ao status e prestígio que os agentes têm destas culturas. Assim, o nativo ou o originário do território para alguns agentes é um resquício arqueológico de uma velha cultura e o que vem das cidades, isto é, o ocidental, faz parte do progresso e da modernidade.

No entanto, mesmo que algumas formas nas quais se expressa o capital social estão-se perdendo, nesta etapa surgem novas modalidades de organização, como os *centros de vizinhança* e adquirem maior relevância os grupos religiosos e políticos. Ainda que estas formas de organização social reforcem alguns vínculos erodem outros. Neste sentido um dirigente de uma ONG, originário do território, ao ser indagado se os políticos tinham muita vinculação com as comunidades, declarou,

“Desgraciadamente... y afecta mucho porque los años que hay elecciones partidarias y políticas es imposible trabajar en organización y trabajar en proyectos en las comunidades pequeñas... porque se encuentran totalmente divididas, por cuestiones políticas... por decir “no, vos sos peronista, vos sos radical, vos sos del MPJ...” y se pelean a muerte... ese es uno de los factores de división que existe en nuestra región en la Puna, no? Digo uno porque el otro es el tema de la religión... están los católicos por un lado, y están los otros, los hermanos protestantes por el otro... que en muchos lugares pasa esto y hasta no se pueden ver... dicen... “no, yo no voy porque está fulano de tal.. yo no voy porque va tal otro” [JV-A]

Tanto as afiliações religiosas como as partidárias transformaram-se nos principais obstáculos para que os moradores do território se comportem como *grupos corporados* diante dos agentes externos, como diz Landé (1977) contrapondo os interesses coletivos aos individuais. Desta maneira poder-se-ia limitar as relações de patronagem que têm contribuído

⁵² *Taba*: jogo que se realiza com os ossos de animais.

⁵³ *Copleada*: canto típico da região nos quais se cantam *coplas*.

⁵⁴ *Bailanta*: lugares para dançar onde se escuta a *cumbia*, música tropical que na Argentina teve grande difusão no final dos anos 80, no começo nos setores populares e depois ganhou maior aceitação nas classes médias.

para a manutenção do território, e seus habitantes, na situação de dominação simbólica descrita no capítulo 2.

Neste ponto é importante salientar que, tanto a formação de grupos políticos e religiosos no interior das comunidades como as brigas entre eles, são mais freqüentes nas comunidades rurais maiores como nas mais próximas das principais rodovias. Isto se deve a que estas comunidades são as mais visitadas pelos agentes externos de diferentes instituições (partidos e igrejas). No caso das comunidades pequenas (com menos de 20 famílias) e das isoladas, geralmente, quando chegam agentes externos é a comunidade quem negocia de forma conjunta com eles.

Em síntese, o que se pretende enfatizar é a existência de uma tensão nas disposições dos habitantes do território. Por um lado, ainda persistem resquícios das lógicas comunitárias originadas na cultura originária que se expressam, atualmente, na *señalada*, *minga*, instituições comunitárias, entre outras. Porém as práticas de patronagem, iniciadas com a colonização espanhola e mantidas com o sistema de contratação de mão-de-obra dos engenhos no século passado, atualmente, são levadas adiante por meio do clientelismo político e social. Em outras palavra, o sistema de estratégias de reprodução social comunitário, baseado em uma lógica de ação corporativa perdeu importância diante das lógicas familiares e individuais de reprodução, nas quais as relações diádicas e de patronagem com agentes externos têm um peso considerável.

3.3 1990-2002: ampliação do capital social do território

Na década de 1990, a Argentina sofreu importantes transformações sociais e institucionais produto da implementação de políticas neoliberais. No território aconteceram uma série de processos que terminaram repercutindo, de forma direta e indireta, nas formas nas quais se expressa o capital social. A *Red Puna*, como um novo agente social coletivo, faz parte deste processo de ampliação do capital social no território.

3.3.1 Transformações sociais e institucionais no território

Entre as principais transformações destacam-se: a mudança nos padrões de migração, as modificações nas lógicas de reprodução familiar, o surgimento de novos mediadores (agentes e/ou instituições) no âmbito da promoção social no território e a criação de um marco jurídico que possibilita às comunidades indígenas o acesso ao título de propriedade da terra.

3.3.1.1 Mudanças nos padrões de migração

No capítulo 2, foram mencionadas as mudanças nos padrões de migração que ocorreram no território como produto da diminuição da demanda de mão-de-obra nos destinos tradicionais de migração dos moradores do território, a saber, complexos mineiros, na colheita de determinados cultivos industriais e nas grandes cidades.

Estas mudanças nos padrões de migração expressa-se em nível da comunidade através do aumento do número de integrantes e na sua permanência ao longo do ano. Isto aconteceu devido à diminuição de jovens que emigraram das comunidades, o que aumentou em forma significativa o peso desta categoria social nas comunidades. Além disso, em algumas comunidades começaram a retornar agentes que tinham emigrado tempos atrás. Finalmente os agentes que migravam temporariamente para a colheita de cultivos, ao deixar de fazê-lo começaram a permanecer durante todo o ano na comunidade. Isto fortaleceu as relações sociais e gerou condições para o surgimento de novas formas de organização social.

3.3.1.2 Modificação nas estratégias de reprodução social

Diante da impossibilidade de vender mão-de-obra, tanto os habitantes rurais quanto os urbanos, defrontaram-se com uma crise nas suas estratégias de geração de renda.

Embora âmbito rural a produção agropecuária era destinada principalmente para o consumo familiar e complementava-se a renda com a venda de mão-de-obra fora da unidade produtiva, na situação atual, só a produção doméstica, não é suficiente para garantir a reprodução física da família. Perante esta conjuntura as famílias rurais tiveram que redefinir seus objetivos de produção, visando cobrir a demanda do consumo familiar e destinando uma parte ao mercado para gerar uma fonte de renda, além de realizar outras atividades produtivas não-agropecuárias.

No âmbito urbano, apresentou-se uma situação similar. Ao fecharem os complexos mineiros, diminuiu a dinâmica econômica das cidades (baseadas principalmente no comércio), o que, somado ao deslocamento dos ex-mineiros para estas, fez aumentar notavelmente a taxa de desemprego, a qual no fim dos anos 90 atingiu 40% da população economicamente ativa, segundo estimativas dos prefeitos. Em face a esta situação, as famílias carentes começaram a procurar empregos (na sua maior parte temporários) e/ou acessar ao benefício de algum programa de assistência social.

Os aspectos anteriormente analisados significaram um deslocamento entre as disposições que têm os nativos à migração e venda de mão-de-obra e as possibilidades que oferecia o contexto para realizá-las como produto das recentes transformações sociais que sofreu o país e o território. Diante desta situação, os nativos tiveram que inovar na procura de novas atividades produtivas⁵⁵ (confeção de fio ou artesanatos, trabalhos ocasionais, etc.).

Assim, os produtores familiares diante da necessidade de transformar a produção agropecuária ou de artesanatos na principal fonte de renda, encararam a comercialização e, em alguns casos, a produção em forma associativa para ter maior escala e, portanto, melhores condições de negociação ante os intermediários comerciais.

Resumindo, diante das mudanças socioeconômicas que ocorreram no país e em Jujuy, as quais limitaram a possibilidade das famílias rurais do território venderem mão-de-obra, os produtores familiares defrontaram-se com a necessidade de reformular suas estratégias de geração de renda. Neste sentido, a produção agropecuária e não-agropecuária que antes eram destinadas ao consumo doméstico, na atualidade passam a converter-se nas principais fontes de renda, sendo assim, a venda de mão-de-obra apenas um complemento da renda familiar. Deste modo, o papel do agrícola reforçou-se na estratégia de reprodução dos produtores familiares.

3.3.1.3 Novos mediadores no âmbito da promoção social

Paralelamente à liberalização da economia, por intermédio do Estado implementaram-se programas de assistência social visando conter os setores sociais que ficavam excluídos do

⁵⁵ Muitos ex-mineiros depois de mais de vinte anos nas minas, tiveram que retornar às comunidades rurais e trabalhar como agricultores ou deslocaram-se para as cidades e para trabalhar como pedreiros ou em outros empregos não qualificados. Por outro lado, as famílias rurais tiveram que substituir o salário que obtinham no passado pela venda de mão-de-obra pela venda de produtos agropecuários no mercado.

mercado de trabalho. Em alguns casos, estes programas foram financiados com a participação do BID e do BIRF, que exigiram que a execução dos programas seja realizada por organizações da sociedade civil (*tercerização*). Estas políticas implicaram em uma nova fonte de financiamento para as ONGs, fato que fortaleceu a ação das organizações preexistentes e promoveu o surgimento de novas organizações no país e no território. Assim, as ONGs de promoção social que trabalhar no âmbito rural começaram a ter um papel relevante na contenção social (COWAN ROS, 2002).

No território, a partir do final da década de 1980, somam-se ao trabalho que já vinha realizando OCLADE uma série de ONGs e instituições públicas com projetos de promoção social. Estes projetos, pelo geral, procuraram dar respostas à precária situação econômica das famílias do território através da execução de empreendimentos produtivos associativos e inovadores visando gerar alguma fonte de renda. Assim, estes novos agentes assumiram o papel de mediadores entre as organizações de financiamento (Estado, ONG internacionais, BID, etc.) e os habitantes do território. Um aspecto a ser considerado, é que na maioria dos casos os técnicos não eram originários do território (ver Quadro 2).

Quadro 2 ONGs e programas de promoção social que intervieram com assistência técnica no território nos 90’.

Organização/ Programa/Instituição	Setor à que pertence	Período de atividade	Origem da equipe técnica	Área de influência
OCLADE	Privado	1983 – atualidade	Extraterritorial	Puna Norte e Centro (<i>dep.</i> Yavi, Cochinoca, Rinconada, Susques, Humahuaca)
CADIF	Privado	1988 – atual.	Extraterritorial	Puna Norte (<i>dep.</i> Yavi) e Quebrada de Humahuaca (Tilcara)
Cooperativa PUNHA	Privado	1988 – atual.	Territorial	Puna Norte e Centro (<i>dep.</i> Yavi y Cochinoca)
GTZ	Público estrangeiro	1992 – 1995	Extraterritorial	Puna Norte (<i>dep.</i> Yavi)
ICOS	Privado	1992 – 1998	Extraterritorial	Puna Sul (<i>dep.</i> Tumbaya)
PSA – PROINDER	Público nacional	1993 – atual.	Extraterritorial	Quebrada de Humahuaca e Puna
<i>Unidad de Minifundio</i>	Público nacional	1993 – 2000	Extraterritorial	Quebrada de Humahuaca
<i>Prog. Cambio Rural</i>	Público nacional	1993 – 2000	Extraterritorial	Quebrada de Humahuaca
API	Privado	1995 – atual.	Extraterritorial	Puna Norte, Centro e Sur (<i>dep.</i> de Yavi, Cochinoca e Tumbaya) Quebrada de Humahuaca
<i>Warmis Sayajsungo</i>	Privado	1995 – atual.	Territorial	Puna Centro e Norte (<i>dep.</i> Cochinoca, Rinconada e Santa Catalina).
CEDEA	Privado	1995 – atual.	Territorial	Puna Centro (<i>dep.</i> Cochinoca.)

Fonte: elaboração própria baseada nas fontes primárias de informação.

Em 1988 foi fundada, na cidade de Abrapampa, a *Cooperativa Por um Nuevo Hombre Americano –Cooperativa PUNHA-*. Esta organização foi impulsionada por ex-militantes do *Partido Justicialista* que sentiram que já não tinham possibilidades de trabalhar nas estruturas partidárias e optaram por criar uma organização social ao estilo das ONGs. Segundo uns de seus fundadores, a Associação foi fundada com o objetivo de promover a geração de emprego e a revalorização da cultura nativa por meio de capacitações na fiação de lã e na confecção de artesanatos.

No fim dos anos 80, o *Centro Andino de Desarrollo, Investigación e Formación – CADIF-* iniciou um projeto de desenvolvimento produtivo, em três comunidades do departamento de Yavi⁵⁶. A partir do trabalho desta ONG com famílias do departamento de

⁵⁶ CADIF criou-se na província de Tucumán e é aí que tem sua sede central onde se concentram a maior parte do seus projetos, além dos dois executados em Jujuy.

Tilcara, criou-se uma cooperativa agropecuária em Maimará, Quebrada de Humahuaca, e outra Chalmaguayo, Puna.

Em 1992, a Agência Alemã de Cooperação Técnica –GTZ- começou o *Proyecto Desarrollo Agroforestal en Comunidades Rurales del NOA*. Este projeto promovia a organização de diferentes comunidades do departamento de Yavi, para a plantação e revalorização das árvores com o objetivo de frear o processo de desertificação que ocorre na região e de melhorar a qualidade de vida dos nativos. A GTZ finalizou o projeto em 1995 e uma parte de sua equipe técnica formou a *Asociación para la Promoción Integral –API-*, que continuou trabalhando nas comunidades e as ampliou a outras da Quebrada de Humahuaca. Esta nova ONG já não tem focalizado suas ações em torno da árvore, mas se tem concentrado na promoção da organização social e o desenvolvimento produtivo.

Em 1992, na localidade de El Moreno -Puna sul- o *Instituto de Capacitación y Organización Social –ICOS-* iniciou suas atividades. Esta ONG era integrada por um grupo de técnicos originários de S.S.de Jujuy que por intermédio da escola da comunidade implementaram projetos produtivos com o objetivo de promover a organização social e brindar capacitação produtiva às famílias do povoado.

Em 1993, na Quebrada de Humahuaca o Estado nacional começou a execução do *Programa Social Agropecuario –PSA-* e do *Programa Federal de Reversión Productiva para la Pequeña y Mediana Empresa Agropecuaria -Cambio Rural*. Ambos os programas têm sido financiados pela *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de la Nación*, e na zona foram executados por intermédio da *Agencia de Extensión Rural* do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria –INTA-* localizada em Tilcara. Por sua vez, o INTA, no mesmo ano, começou a executar um projeto da *Unidad de Minifundio*, na região. É importante salientar que no território foi a primeira vez que o setor público executava programas de desenvolvimento rural dirigidos aos produtores familiares; contudo estes foram financiados e executados pelo Estado nacional e não pelo provincial nem o municipal.

A partir da articulação de programas e projetos de desenvolvimento produtivos financiados pelo setor público, os técnicos da Agência de Extensão Rural, conseguiram assistir mais de 500 produtores de 25 comunidades, com uma proposta de capacitação em produção e comercialização, concessão de micro-créditos e promoção do associativismo. Em

1995, os produtores beneficiários destes projetos organizaram-se na *Cooperativa Agropecuária y Artesanal Unión de Quebrada y Valles –CAUQUEVA-*.

Em 1995, surgem duas ONGs de apoio, as *Warmis Syajsunjo*⁵⁷ e o *Centro de Desarrollo Aborígen -CEDEA-*. Estas duas organizações são criadas por duas pessoas originárias do território que haviam sido *promotores sociais* de OCLADE. Estes agentes aproveitaram a formação e o capital social gerado na instituição e criaram as suas respectivas ONGs e por meio da captação de fontes de financiamento do setor público e privado, continuaram seu trabalho de promoção social nas comunidades rurais.

Ambas as organizações centraram suas atividades na revalorização da cultura nativa. No caso das *Warmis Sayajsunjo*, priorizou-se como beneficiária de seus projetos, a mulher, duplamente marginalizada no território pela sua condição étnica e de gênero. Alguns projetos abordaram a prevenção do câncer de útero e, outros visaram a geração de empregos voltados para a confecção e comercialização de artesanatos. Por sua vez, CEDEA concentrou-se na promoção da organização das comunidades, na capacitação e na geração de empreendimentos produtivos.

3.3.1.4 Novo marco legislativo para o acesso a propriedade da terra das comunidades indígenas

No começo dos anos 1990, no contexto mundial, paralelamente à intensificação do processo de globalização, ocorreu uma revalorização do local e, em particular, do étnico. Na América Latina, a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento dos seus direitos ganhou um vigor especial em 1992, a partir da realização dos contra-festejos pelos 500 anos da colonização hispânica do continente. Na Argentina, de certo modo, este processo significou o redescobrimto das culturas indígenas por uma parte da sociedade, o que gerou uma notável vitalidade nas organizações indígenas existentes no país e impulsionou o surgimento de novas.

Na província de Jujuy e, em particular, no território iniciou-se um processo de revalorização da cultura nativa impulsionado, principalmente, pelas diferentes organizações indígenas. Atualmente, em nível da província as diversas organizações de base articulam-se nos seguintes espaços: o *Consejo de Organizaciones Aborígenes de Jujuy -COAJ-* e o *Foro de*

⁵⁷ *Warmis Sayajsunjo* em quéchua significa “mulher perseverante”.

Comunidades Aborígenes de Jujuy -FCAJ-. Porém, existem visões contrapostas no interior do movimento indígena, algumas motivadas pelas diferentes concepções sobre “o indígena” e outras pelas vinculações que têm algumas organizações com os partidos políticos tradicionais da província.

Neste contexto, em 1994, realizou-se na Argentina a reforma da Constituição Nacional, na qual se incorporou alguns aspectos referentes aos povos originários. O artigo 75, manifesta que cabe ao Parlamento Nacional:

“Reconocer la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos. Garantizar el respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural; reconocer la personería jurídica de sus comunidades, y la posesión y propiedad comunitarias de las tierras que tradicionalmente ocupan; y regular la entrega de otras aptas y suficientes para el desarrollo humano; ninguna de ellas será enajenable, transmisible, ni susceptible de gravámenes o embargos. Asegurar su participación en la gestión referida a sus recursos naturales y a los demás intereses que los afectan. Las provincias pueden ejercer concurrentemente estas atribuciones” (1994, Art. 75. inciso 17)”

Neste artigo, fica evidente a forma na qual o discurso oficial (que não é outra coisa que a visão de mundo dos setores dominantes e que sendo “oficial” é reconhecido como legítimo pela maior parte da sociedade), reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas em relação à chegada dos espanhóis. Sendo assim, esta preexistência legitima o reconhecimento das culturas originárias e dos direitos dos nativos, entre os quais destaca-se a terra. Isto é uma mudança radical no discurso oficial da Argentina. De fato, se na antiga Constituição os povos indígenas não eram nomeados (o que implicava em não serem reconhecidos como portadores de legítimos direitos e, conseqüentemente, não foram criadas políticas específicas para eles), na letra da nova Constituição são reconhecidos. Estas mudanças foram introduzidas devido aos diversos compromissos assumidos pelos governos nacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Em 1996, subscreveu-se um convenio entre a província de Jujuy e a ex *Secretaría de Desarrollo Social de la Nación*, no qual se destinavam verbas para o outorgamento do título de propriedade das terras para as comunidades aborígenes de Jujuy que assim o reclamassem. A *Legislatura de Jujuy* (assembléia legislativa), aprovou esse acordo com a Lei 5030, mas diferentemente de outras assembléias legislativas do país, incluiu o artigo 3º, no qual se decretava que para cada comunidade que reclamasse o título de propriedade comunitária das terras, a *Legislatura* devia sancionar uma lei especial aprovando a solicitude.

Esta lei burocratizou e freou o processo de entrega de terras em Jujuy. De fato, entre 1995 e 2000 só uma fazenda, localizada na Quebrada de Humahuaca, foi expropriada, no entanto, a comunidade indígena que mora nela até hoje não recebeu o título de propriedade da terra. Perante este fato, o movimento indígena, por intermédio do *Foro de Comunidades Indígenas de Jujuy*, mobilizou-se contra a Lei 5030 e em 2000, sancionou-se a lei 5231 que derogou a anterior⁵⁸ (GARCÍA, 2000).

Na sanção da lei 5030 observa-se a falta de vontade política dos grupos de poder da província em implementar o reconhecimento que a Constituição Nacional outorga aos povos indígenas. Isto fica evidente tanto na falta de predisposição para regularizar a posse da terra como na resistência a reconhecer muitos dos outros direitos que, segundo a Constituição Nacional, devem-se implementar, como a educação bilíngüe, entre outros. Assim, nestes acontecimentos explicitou-se a resistência dos setores dominantes a modificar sua visão de mundo e, portanto, os símbolos que mantêm e conservam a ordem social provincial.

Em síntese, atualmente para que uma comunidade rural consiga o título de propriedade da terra deve, em primeiro lugar, obter a pessoa jurídica de *organización comunitaria aborígen* –OCA- e delimitar a superfície de terra pertencente à comunidade, o que em algumas ocasiões significa resolver conflitos entre comunidades. Posteriormente, convocam-se técnicos da província para mensurar as terras e delimitá-las e finalmente outorga-se o título de propriedade.

As organizações indígenas e as ONGs do território tiveram um papel importante na difusão entre as comunidades indígenas do novo marco legislativo e iniciaram uma campanha para que as diferentes comunidades se organizassem e adquirissem a pessoa jurídica de OCA para posteriormente conseguir o título de propriedade das terras.

3.3.2 Fortalecimento das relações sociais que envolvem capital social

Tanto as mudanças nas estratégias de reprodução social como a possibilidade de acessar ao título de propriedade da terra, expuseram os habitantes do território a uma situação nova e desconhecida, para a qual nem sempre tinham o capital econômico, cultural e social

⁵⁸ “La nueva ley derogatoria (...) es la ley 5231/2000 que se denomina de *Aprobación del Protocolo Adicional al Convenio de Regularización y Adjudicación de Tierras a la Población Aborígen de Jujuy y Modificación de la ley 5030* permite en primer lugar reflotar un antiguo Convenio suscripto entre el INAI y la provincia de Jujuy reconociéndose la participación de las Comunidades Indígenas en el Programa, a través de la Comisión de Participación Indígena” (GARCÍA; 2002 p. 3).

necessário para solucionar estes novos desafios. Perante este novo contexto os nativos tiveram que inovar para dar solução a muitos dos problemas que se lhes apresentavam e, de certo modo, as lógicas comunitárias de reciprocidade e cooperação tiveram um papel importante na resolução de seus problemas.

As ONGs foram outros agentes que tiveram um papel importante para que os produtores familiares encontrassem novas fontes de rendas. Isto evidenciou-se, em uma entrevista realizada com um morador rural, que trabalhou durante 20 anos na Mina El Aguilar, e ao ser demitido voltou a sua comunidade. Na entrevista, perguntou-se, como via a proposta que lhe levavam os técnicos de uma ONG, e respondeu:

“Y para nosotros es muy bueno, necesitamos ayuda... porque nosotros no sabemos producir para vender... sólo sabemos producir para comer” [S-Q]

É interessante captar na concepção do agente a diferença que existe entre “produzir para comer” e “para vender”. De fato, os produtos agropecuários que se produzem para o consumo familiar (batata, feijão branco, milho, etc.) nem sempre são aqueles que se podem colocar no mercado e quando há mercado, os padrões de qualidade e quantidade não são aqueles que oferecem os produtores. O que fica evidente é que se apresenta uma nova situação aos produtores, vender para o mercado para a qual não estão preparados⁵⁹.

No âmbito rural, destacam-se as ações de API e de OCLADE que em suas estratégias de intervenção nas comunidades promoveram o trabalho coletivo e associativo visando melhorar as condições de vida das famílias. Esta estratégia de intervenção, de alguma maneira foi compatível com as disposições ao trabalho coletivo contidas no *habitus* dos agentes locais, fato que, entre outros fatores, explica a receptividade dos produtores rurais às propostas de organização feitas por estas ONGs.

Em uma entrevista realizada, em 1998, com um técnico de OCLADE, perguntou-se quais eram os principais problemas das comunidades rurais, ao que ele respondeu,

“Vos llegas a una comunidad y hay tres temas que convocan muchísimo: el tema tierra, producción y fiesta. Después el tema organización es un punto que nosotros vamos incorporando en la discusión, a veces en la discusión y a veces de forma más improvisada y más impuesta. Quiero decir con eso que lo que uno expresa a veces en palabra, y en un nivel de teoría se refleja con muchas mas contradicciones en la misma práctica cuando no es todo tan sencillo y tan lineal. Desde ahí es como que se pueden

⁵⁹ Em outras situações ainda que os produtores possam vender sua produção a um intermediário (únicos compradores que chegam às comunidades), devido às relações assimétricas de poder, a possibilidade de negociação do preço por parte do produtor é mínima, motivo pelo qual o dinheiro recebido não é o suficiente para satisfazer as necessidades da família.

empezar a generar procesos muy interesantes.(...) Como cuestiones de necesidades que salen mas sentida hoy por hoy si hay que nombrar las más significativa salen el tema agua, medio que hace a la producción, a la familia y a la calidad de vida y es un déficit muy grande. El tema de la comercialización, dentro de la producción, eso que “tengo pero no lo puedo vender...” y en eso también estamos trabajando dentro del desarrollo local...” [F-T]

O que está explícito no testemunho é a receptividade dos habitantes locais à ajuda que eles poderiam receber dos agentes externos (técnicos de ONGs e programas públicos); isto faz parte das relações que os produtores familiares estabelecem com agentes externos no marco da mudança nas estratégias de reprodução social. No caso das ONGs, estas constituem-se em mediadores entre as comunidades e o mundo externo e, a partir do capital social e cultural de suas equipes técnicas podem brindar capacitação para as comunidades e mobilizar recursos para financiar projetos produtivos.

Não obstante, algumas comunidades reproduzem com as ONGs as lógicas clientelísticas que têm com os políticos e com a Igreja. Em contraposição, as ONGs, em sua maioria, passam a propor outras lógicas de relacionamento com as comunidades, onde se promove um vínculo ONG- comunidade ou grupo de produtores, organizados sob uma lógica corporativa. Isto incentivou e promoveu o fortalecimento das organizações sociais no interior das comunidades que em muitos casos derivou na formação de organizações sociais de base.

Contudo, não se pretende afirmar que todas as ONGs combatem as práticas clientelísticas no território. De fato, a heterogeneidade das perspectivas e o método de trabalho delas, gerou, em alguns casos, um *clientelismo social*, marcado pelas “práticas paternalistas” que limitavam a autonomia e autogestão das comunidades. Todavia, outras ONGs têm promovido processos de incremento da autonomia das comunidades e de *empoderamento* (acumulação de poder) das organizações de base convergindo assim, em âmbitos de trabalho onde as entre os agentes relações são mais simétricas.

É difícil quantificar o número de organizações sociais do território devido à falta de censos e bases de dados e a forte dinâmica (criação e dissolução) deste tipo de organizações. No entanto, a partir do cruzamento de diferentes bases de dados (CENOC, ANSES, Ministério da Educação, etc.), chegou-se a quantificar a existência de 282 organizações da sociedade civil, porém, não se possui informações do ano de origem destas⁶⁰.

⁶⁰ Em um estudo realizado pelo BID em cinco províncias da Argentina, com o objetivo de criar um índice de desenvolvimento da sociedade civil, quantificou-se a existência de 2192 organizações da sociedade civil na

Segundo um estudo realizado pelo BID e o PNUD (2000) na província de Jujuy mais de $\frac{1}{4}$ (um quarto) das organizações da sociedade civil foram criadas nos últimos cinco anos. Esta porcentagem sobe para 46% se for considerado o período entre 1990-2000. As organizações de base e as de apoio criadas nos últimos dez anos representam 62.6 % e 73.7% respectivamente do total das OSC desse tipo. Entende-se que esse fenômeno que se manifesta em nível provincial tem seu correlato em nível territorial. Isto estaria evidenciando a ampliação do capital social grupal do território na última década.

3.3.3 Novos âmbitos nos quais se expressa o capital social

a) *capital social grupal*

Os *botequins sanitários comunitários* são uma forma de organização grupal inovadora que surgem no território como produto da intervenção das ONG. Estes botequins são constituídos por um grupo de produtores, que receberam capacitação no uso de fitoterápicos e/ou medicamentos para as ovelhas e, a partir de um subsídio outorgado pela ONG têm equipado com remédios o botequim. O grupo designa um coordenador, encarregado de: subministrar os medicamentos a cada integrante segundo suas necessidades, cobrar pelo seu uso e gerir e organizar as compras comunitárias de remédios. Esta forma associativa tem permitido aos produtores o acesso ao uso de fitoterápicos e de remédios, o que de outra forma seria impossível pelos altos custos destes produtos e pela falta de capacitação.

Um funcionamento similar têm os *grupos de micro-créditos* que recebem financiamentos de API e são repartidos e geridos pelos grupos comunitários, seja para empreendimentos individuais ou comunitários (obras de irrigação e canalização, barragens, comercialização associativa, etc.).

Por sua vez, OCLADE teve um papel importante no auxílio aos *comedores comunitarios* (refeitórios), tanto no âmbito urbano como no rural. Os grupos que administram os refeitórios estão constituídos por integrantes das comunidades que se organizam para a recepção dos alimentos, a elaboração da comida e sua distribuição aos usuários. Estes últimos são crianças, idosos e famílias carentes. As diversas tarefas são realizadas por voluntários,

geralmente, mulheres que assumem a responsabilidade de administrar os fundos e realizar as compras.

No âmbito urbano, nos últimos anos formaram-se inúmeros grupos de artesãos a partir das capacitações realizadas pela *Cooperativa PUNHA*. Esta organização tem promovido a formação de grupos de artesãs que se articulam e integram na produção de artesanato, realizando cada grupo uma parte do processo produtivo (fiar, tingir e tecer). Atualmente estão comercializando seus produtos no território, em diferentes cidades do país e no estrangeiro.

Nos últimos anos, está ocorrendo no território um novo fenômeno, o surgimento de grupos de jovens. Estes grupos, que em muitos casos são impulsionados pelos seus próprios membros, procuram dar respostas às demandas dos jovens das comunidades no que diz respeito a sua recreação e estado emocional como também à geração de oportunidades de inserção econômica por meio de empreendimentos produtivos⁶¹.

b) Capital social comunitário

A partir do trabalho de promoção e organização das ONGs, começaram a surgir associações de produtores que se formalizaram com nome e pessoa jurídica. Este processo de criação de organizações sociais no território ganhou impulso em 1996, quando se possibilitou às comunidades aborígenes o acesso à propriedade das terras.

Entretanto, muitas comunidades rurais desconheciam o novo marco legislativo e defrontaram-se com as dificuldades que implicava a realização dos trâmites e o dinheiro que deviam investir para a contratação de advogados que iniciassem e acompanhassem o andamento do processo.

As organizações *Warmis Sayajsungo* e *OCLADE* tiveram um papel importante na difusão deste tema e no assessoramento às comunidades rurais do território, para estas iniciem o processo de obtenção do título de propriedade das terras. Assim, desde 1996 em diante as comunidades rurais, de forma massiva, adquiriram a pessoa jurídica de *Organização Comunitária Aborígene –OCA–*. Nos casos onde já existiam centros de vizinhança estes se converteram em OCA e, nos casos onde não existiam organizações formais criaram-se.

⁶¹ Na cidade de La Quiaca, o notável aumento no índice de suicídio de jovens, tem-se instalado nos últimos anos como uma nova problemática social.

Este processo implicou na realização periódica de reuniões comunitárias para definir o estatuto da OCA, assim como alguns aspectos relacionados com a delimitação das terras. Isto deu um novo impulso à promoção da organização comunitária o que se evidencia no fato da maior parte das comunidades ter construído um salão comunitário que é o lugar de reunião e trabalho da comunidade. O salão comunitário transformou-se em um símbolo, pois é onde a comunidade resolve seus problemas e recebe como grupo aos agentes externos.

Contudo, a motivação na obtenção da pessoa jurídica não se limita à aquisição do título de propriedade das terras. Neste sentido, um dirigente de um pequena comunidade *puneña* que se articulava com o município por intermédio do *Centro Vecinal de El Moreno* (comunidade vizinha maior), manifestou:

“- Nosotros acá tenemos una organización... una comisión de servicios (...) no está inscrita en ningún lado, sino que es de la comunidad no más... estamos buscando una organización con personería [jurídica], que no lo hemos conseguido (...)
 - ¿cómo es que se organizó la comisión?
 - Es que a veces se centralizan las cosas... se centralizan en el pueblo [El Moreno] y nunca llegan a la zona, por ejemplo hay donaciones... y todo se centraliza en el mismo lugar y no llega a las comunidades, entonces se tienen que organizar de alguna forma para ver que también llegue ahí (...) porque se ha politizado, El Moreno se ha politizado muchísimo, unos estaban por un bando, el otro estaba por el otro bando y no se podía hacer nada. Ellos tenían toda la posibilidad... si sacaban proyectos sacaban para ellos no más... y para los otros nada... entonces un día decidimos hacer la Asociación y nos presentamos a la fiscalía... y todavía no nos sale... está ahí” [C-EA]

O testemunho permite visualizar outro aspecto que se valoriza na obtenção da pessoa jurídica, a autonomia obtida pela comunidade. Esta autonomia manifesta-se através da possibilidade de serem beneficiários diretos dos programas sociais do governo nacional evitando assim, a mediação de prefeituras e ONGs, fato que a sua vez restringe o clientelismo político e social⁶².

Outro aspecto de importância significativa é como muda a forma em que se auto-reconhecem os habitantes do território a partir da incorporação do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na reforma da Constituição Nacional. Embora historicamente em uma parte significativa dos habitantes do território havia uma resistência a identificar-se com “o indígena”, a partir deste fato, estes agentes passam a reconhecer-se como tais. Assim, muitas das organizações de base adotam o nome de OCA que é a pessoa jurídica que possibilita o acesso à propriedade da terra.

⁶² Em geral, os programas sociais do Estado, exigem que uma organização tenha pessoa jurídica para assumir a responsabilidade da execução de um programa em alguma jurisdição.

Com esta idéia não se pretende realizar uma relação causa-efeito, nem limitar o auto-reconhecimento dos habitantes locais com a cultura nativa só por uma causa instrumental. Não há dúvida, e ao longo deste texto há diversos registros, da resistência e continuidade da cultura originária diante da dominação simbólica existente no território. Entretanto, o que se quer enfatizar é o lugar destacado que teve, nas estratégias dos agentes que vinham trabalhando na revalorização da cultura local, a possibilidade de acesso ao título de propriedade da terra. De fato, a partir do momento em que o indígena começa a ser reconhecido como legítimo no discurso oficial (e, portanto, ganha uma conotação positiva), é também aceito publicamente como identidade pelos agentes locais.

A revalorização da cultura originária transcendeu nos anos 1990 o tema da terra, diversos aspectos da cultura nativa (festividades, música, língua, artesanatos, espécies nativas, práticas agropecuárias, etc.) tiveram uma significativa revalorização. Estes aspectos culturais, também tem sido utilizado pelos dirigentes de diferentes organizações para criar uma identidade grupal contribuindo assim à coesão das organizações de base, fato que tem contribuído para a recuperação de muitos aspectos da cultura originária que se estavam realizando em menor intensidade, entre outros, a *señalada*, o *cambalache* e a *minga*.

c) *Capital social externo*

Na presente etapa, também se amplia o vínculo entre as comunidades e estas com os mediadores externos, em particular, os técnicos de ONGs.

Em 1996, fundou-se a *Asociación de Pequeños Productores de la Puna – APPP-*, formada atualmente por 12 comunidades do departamento de Yavi, que eram beneficiárias do projeto da GTZ e agora são beneficiárias de API.

A AAAP centrou suas ações na melhora da produção pecuária e na comercialização associativa. Esta forma de organização dos produtores de diferentes comunidades transformou-se em uma novidade no território e promoveu a integração das diversas comunidades por meio dos seus centros de vizinhança ou grupos comunitários.

Um aspecto distintivo da estratégia de intervenção das ONGs é o trabalho com os *promotores*. Estes são integrantes das comunidades que se caracterizam pela sua maior receptividade às propostas das ONGs, motivo pelo qual recebem capacitação diferenciada

para: coordenar as reuniões comunitárias, ajudar os integrantes das comunidades a identificar os problemas prioritários e promover projetos para solucioná-los.

Em 1997, criou-se a *Asociación de Promotores en Desarrollo de Comunidades Aborígenes –APRODECA* com o apoio de API. APRODECA no inícios estava integrada por 20 promotores que participavam de API, CEDEA, Coop. PUNHA, AAAQUE, entre outras organizações. A partir da obtenção de financiamento de programas públicos, fortaleceram e ampliaram o trabalho que vinham realizando seus integrantes. Por intermédio desta organização promoveu-se o conhecimento e a integração dos *promotores*, os quais em muitos casos transformaram-se em dirigentes das comunidades rurais, fato que, por sua vez, promoveu a integração entre comunidades.

Em 1997, OCLADE impulsionou a articulação dos refeitórios e criou-se a *Central de Comedores de Abrapampa MASI MAKI*, integrada por seis grupos que se encarregam da gestão e administração do programa que tem 500 crianças beneficiadas da cidade.

Em síntese, o que se pretende evidenciar na presente seção é a ampliação do capital social dos agentes do território que ocorreu na década de 1990. Isto se manifesta no fortalecimento das antigas modalidades nas quais se expressava o capital social (*mingas, señaladas*, instituições comunitárias, etc.), e no surgimento de novas formas de organização (organizações de produtores rurais, grupos de artesãos, OCA, etc) em nível comunitário e entre comunidades.

4 Red Puna: a institucionalização das relações de cooperação

Em 1995, a GTZ na véspera da finalização de seu projeto no território impulsionou a articulação de diferentes organizações de apoio que estavam trabalhando na Puna para fortalecer a promoção do desenvolvimento desta região. Esta iniciativa concretizou-se em um encontro no qual participaram API, Coop. PUNHA, ICOS, GTZ, OCLADE, e o INTA de Abrapampa. A reunião teve por objetivo o intercâmbio de experiências e a promoção do conhecimento entre os diferentes agentes que estavam intervindo na zona. A partir deste encontro constituiu-se um espaço de articulação das ONGs que se denominou *Red Puna*, onde continuaram realizando-se reuniões bimestrais.

Nos diversos encontros as organizações socializavam informações e experiências em torno do seu trabalho. Deste modo, iniciou-se um processo de conhecimento e aquisição de confiança entre os diferentes agentes que participavam do espaço⁶³. Um passo importante para a consolidação da *Red Puna* foi a realização de um diagnóstico dos problemas ambientais, produtivos, sócio-econômicos e político-institucionais da Puna, como também das possibilidades que oferecem a região e seus habitantes para solucionar estes problemas. A realização deste diagnóstico levou vários meses e explicitou as diferentes visões de mundo que existiam entre as instituições presentes. O INTA, a única instituição pública que participava do espaço, expressou a sua discordância com a crítica que se fazia às instituições do Estado no diagnóstico e afastou-se do espaço.

O diagnóstico editou-se em um documento e difundiu-se no território, sob o nome de “*Puna, promesa y olvido*”. Nesta ação a *Red Puna*, como um novo agente territorial, assumiu o papel de “porta-voz” de seus beneficiários ao denunciar a realidade social do território e a dominação simbólica ao qual estão submetidos os habitantes da Puna. Entre os parágrafos mais significativos do texto destacam-se:

“Los departamentos de la Puna tienen el triste privilegio de figurar en el mapa de la pobreza en los primeros lugares de todos los indicadores de NBI. Estas condiciones de pobreza que afectan especialmente a mujeres y niños, produciendo en ellos daños irreversibles a sus posibilidades de desarrollo, hunden sus raíces en la desvalorización y aislamiento a que ha sometido la cultura dominante a los habitantes de estas tierras, descalificando sus potencialidades” (RED PUNA, 1998).

O documento analisa o papel que desempenham os diferentes agentes que intervêm no território e questiona a frágil presença do governo provincial, a falta de adequação dos programas sociais nacionais à realidade do território e o uso clientelístico que fazem destes os prefeitos e comissionados municipais.

“La Puna ha sido considerada sólo como objeto de políticas asistencialistas y no de una seria planificación económica, provocando una verdadera cultura de mendicidad. Como consecuencia de ello existe una baja autoestima del puneño que le impide considerarse capaz de encontrar un camino de desarrollo definido por sí mismo”.

Finalmente, a análise chega a uma autocrítica, onde se expressa que:

“Las instituciones de promoción y desarrollo no hemos sabido articular nuestras propuestas, actividades y recursos para elaborar y representar una propuesta coherente para el desarrollo de las comunidades de la Puna, actuando como un interlocutor serio

⁶³ É importante salientar que, embora todas as organizações desenvolviam suas ações na Puna e/ou Quebrada de Humahuaca, o grau de conhecimento entre elas era escasso e existiam “desconfianças” e “receios” entre elas devido à origem de cada organização (territorial vs extraterritorial, pública vs. privada, católica vs. não católica, etc.) e às diferentes metodologias de intervenção das organizações.

frente a los programas que se generan en la nación. La desconfianza mutua también ha sido un factor que ha impedido mayor coordinación e integración. (...) En su relación con las comunidades todavía hay una concepción de los beneficiarios como una población objeto y no sujeto del desarrollo, con lo cual no se generan espacios de participación en el diseño, formulación y ejecución de los programas y proyectos”.

Nesta declaração ficam evidentes as dificuldades que encontram as ONGs em sua ação no território e, de alguma maneira, pretende-se superá-las a partir da articulação no novo espaço. Nos primeiros três anos as dinâmicas das reuniões apontavam principalmente para o conhecimento e para a tomada de confiança entre as organizações.

Ao mesmo tempo, gerou-se uma importante dinâmica de organizações que começaram a integrar o espaço e outras que se afastaram. A GTZ e o ICOS retiram-se ao terminarem seus projetos no território e um número significativo de organizações de base beneficiárias das ONGs, da Puna e da Quebrada de Humahuaca, começaram a participar da *Red*.

A partir de 1997, gerou-se um debate no interior da equipe técnica de OCLADE sobre a estratégia de intervenção que vinha realizando a organização nas comunidades, em especial, em relação a necessidade de democratizar os espaços de decisão. Este debate evoluiu para uma disputa entre aqueles setores mais vinculados à Igreja Católica, por um lado, e os técnicos contratados pela instituição, pelo outro, resultando na quebra da organização e no afastamento de 70% de sua equipe técnica. Assim, OCLADE deixou de participar da *Red Puna* por ter diferenças com algumas das organizações que participavam deste espaço (isto será analisado no capítulo 5). Entretanto, alguns dos técnicos que se retiraram de OCLADE continuaram participando da *Red Puna*, como profissionais independentes.

Ao longo desta etapa, as atividades realizadas pela *Red Puna*, restringiram-se a reuniões bimestrais. De certo modo, este espaço apresentava uma dinâmica de rede, no sentido da articulação de organizações e da difusão de experiências e informação. Não obstante, a visibilidade da *Red Puna* na zona era limitada, sendo mais perceptíveis e reconhecidas, pelos outros agentes do território, as organizações que integram a *Red* do que esta última.

Nos anos 1997 e 1998 como consequência das periódicas reuniões da *Red* gerou-se um processo de integração das distintas organizações, não somente no que diz respeito ao conhecimento e aquisição de confiança, mas também na realização de atividades conjuntas, que não estavam necessariamente planejadas no marco da *Red*.

É importante salientar que a *Red Puna*, no início, não dispunha nem de projetos nem de capital para apoiar e/ou financiar atividades das organizações. Assim, cada organização devia assumir os custos de mobilização para participar dos diferentes eventos⁶⁴.

Depois de um período de conhecimento e aquisição de confiança, a *Red Puna* propôs-se os seguintes objetivos:

- “Promover el desarrollo sustentable de la Puna, Quebrada y Valles através del fortalecimiento de las organizaciones de base, potenciando la participación de sus actores.
- Fortalecer dentro del ámbito de la RED la construcción de relaciones democráticas, solidarias, y de respeto por la diversidad, creando lazos de afecto y reconocimiento mutuo.
- Consolidar espacios de trabajo y articulación de estrategias, con diferentes sectores, a nivel regional, provincial y nacional.
- Promover y revalorizar la identidad cultural, costumbres y tradiciones según las han transmitido nuestros ancestros.” [Red Puna, documento institucional]

A partir do ano 2000, a *Red Puna* passa de ter uma dinâmica de rede, a comportar-se como uma organização de base de segundo grau. Ainda que cada organização mantenha sua autonomia, a prioridade já não é o seu benefício individual, mas o fortalecimento da *Red* como um todo. Neste sentido, começa a fazer-se um esforço para planificar de forma conjunta as ações de cada organização, de maneira que se articulassem os diferentes esforços dentro da mesma estratégia de desenvolvimento regional. Outro aspecto fundamental desta etapa é que as lideranças começam a identificar-se com a *Red* e, portanto, investem energias para construir uma identidade desta nova organização, como também promovem que os outros membros de suas organizações de base, comecem a identificar-se com a *Red*.

Atualmente, a *Red Puna* é constituída por 30 organizações do âmbito urbano e do rural que reúnem aproximadamente 1200 famílias de 70 comunidades (ver Quadro 3, ANEXO D).

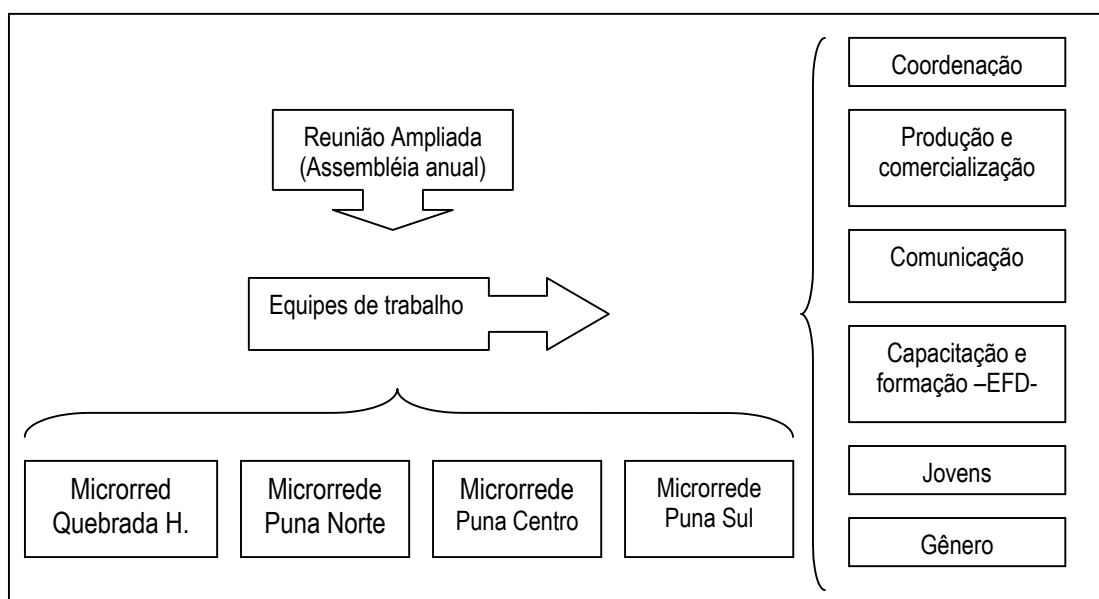
A maior parte das organizações de base do âmbito rural originou-se a partir do trabalho das ONGs. Estas organizações têm por objetivo melhorar as condições de vida de seus integrantes por meio da melhora das atividades produtivas, da comercialização, da infraestrutura das comunidades (geralmente sistema de capacitação e distribuição de água) e também de aspectos sociais e culturais.

⁶⁴ Só a partir de 1998, é aprovado um projeto pela *Secretaría de Bienestar Social* na qual se destina 6 mil pesos para o fortalecimento institucional.

No âmbito urbano, as organizações apresentam maior heterogeneidade em seus objetivos. Um número importante são os grupos de artesãos, na sua grande maioria mulheres, que buscam gerar fontes de trabalho para suas famílias. Nos últimos anos incorporaram-se associações que estão dedicadas a temas sociais como, por exemplo, clubes esportivos, associação de pais e mestres e grupos de jovens.

Nos últimos anos da década de 1990, um crescente número de organizações somaram-se à *Red Puna*, fato que mudou as dinâmicas das reuniões bimensais. Isto levou à *Red* a redefinir sua estrutura organizacional para tornar mais operativo o seu modo de agir. Neste sentido, realizou-se uma divisão especial em microrredes, e outra temática em equipes de trabalho, adquirindo assim, uma estrutura organizacional matricial (ver Figura 2)

Figura 2 Organograma institucional da Red Puna

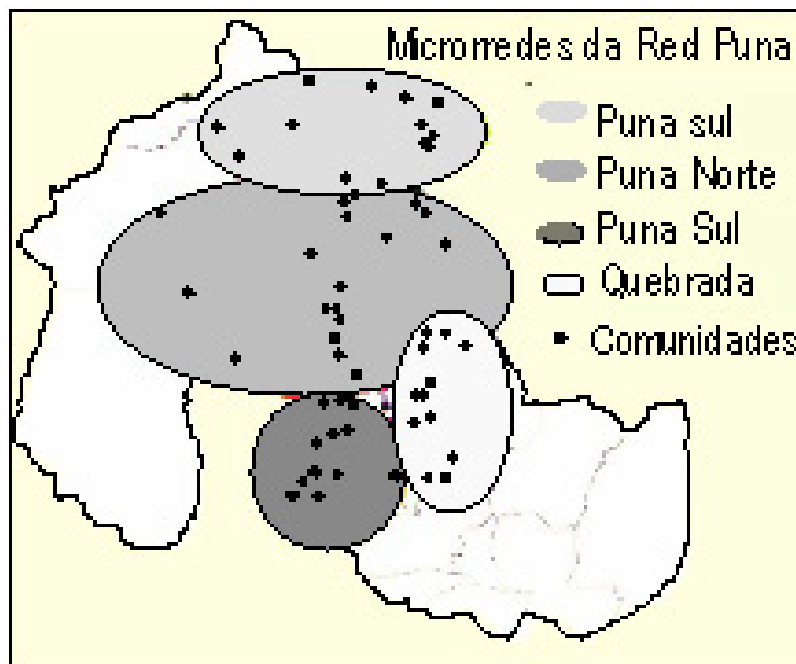


Fonte: elaboração própria

Anualmente, realiza-se a *Reunión Ampliada* ou assembléia, que é de caráter massivo. Neste evento avalia-se a gestão anual e define-se o plano de ação para o próximo ano.

Espacialmente, a organização divide-se em quatro microrredes (ver Mapa 4): i) Puna norte: departamento de Yavi; ii) Puna centro: departamentos de Rinconada e Cochinoca; iii) Puna sul: departamento de Tumbaya (zona Puna); iv) Quebrada: departamentos de: Humahuaca, Tilcara e Tumbaya (zona Quebrada).

Figura 3 Comunidades integrantes da *Red Puna* segundo a sua distribuição por microrrede



Fonte: documento institucional da *Red Puna*

Em cada microrrede participam, em média, 7 organizações de base e três técnicos, Nestes âmbitos realizam-se reuniões mensais onde participam representantes das diferentes organizações, coordena-se a execução dos projetos e discutem-se os temas que se tratam na reunião de coordenação (bimestral). Nestas reuniões também participam os representantes das microrredes que também integram as diferentes equipes de trabalho constituindo-se assim, um espaço de socialização da informação.

Finalmente, existem as equipes de trabalho as quais são responsáveis pela execução dos diferentes projetos e ações definidos nos espaços anteriores. Atualmente estão funcionando as seguintes equipes:

- *Produção e comercialização*: encarrega-se de coordenar as ações de capacitação técnico-produtiva e de coordenar a comercialização dos produtos agropecuários.
- *Formação de dirigentes*: planeja eventos de formação e capacitação de dirigentes das diferentes organizações.
- *Comunicação*: edita um boletim mensal com uma tiragem de mil exemplares, além de realizar a difusão das atividades da *Red Puna* em diferentes meios de comunicação (rádio, TV, etc.) da província e do país.

- *Coordenação*: encarrega-se das questões operacionais e administrativas que envolvem a *Red Puna* como um todo e coordena as atividades das diversas microrredes.

- *Gênero*: centra-se no trabalho com temáticas ligadas às relações de gênero para reverter a situação de marginalização das mulheres.

- *Jovem*: trabalha na contenção e promoção de empreendimentos produtivos com os jovens da *Red*.

A *Red Puna* começa a ser reconhecida por seus membros como por outros agentes do território, principalmente, pelo apoio que brinda à produção e à comercialização de produtos agropecuários e artesanatos. A partir do ano 2000, o trabalho que as diferentes organizações vinham realizando no que diz respeito à assistência técnica, à produção agropecuária e à comercialização, começa a ser canalizado por intermédio da *Red Puna*.

Em especial, destacam-se a produção e comercialização de ovelhas e lhamas. Historicamente a produção agropecuária estava destinada ao consumo familiar e apenas se vendia os excedentes aos intermediários locais. A partir de 1999, os produtores da APPP começaram a vender ovelhas e lhamas, em forma associativa, no *Mercado Municipal de San Salvador de Jujuy*, ou seja, fora do território e sem intermediação⁶⁵. Esta experiência foi exitosa e expandiu-se aos outros integrantes da *Red*. Atualmente, a *Red Puna*, aluga uma loja, em S.S. de Jujuy, onde comercializa os produtos agropecuários e artesanatos de seus membros em forma direta ao consumidor final. Isto se transformou para muitos produtores em uma renda estável ao longo do ano.

Por outro lado, os diferentes grupos de artesãos, articularam-se no processo de produção (existe uma divisão do trabalho, alguns fiam a lã, outros tingem e outros tecem) e por meio da *Cooperativa PUNHA*, comercializam sua produção nas principais cidades do país e no exterior. No ano 2001, a *Red Puna* iniciou um projeto para criar uma *Feria Campesina* na localidade de El Volcán (Quebrada de Humahuaca), localizada a 30 km. da capital provincial. Após um ano de negociações com o comissionado municipal dessa localidade e a *Secretaría*

⁶⁵ No início, para comercializar fora do território, os integrantes da APPP, mobilizaram o seu capital social, articulando o apoio de diferentes prefeituras. Neste sentido, o *comissionado municipal de Yavi*, colocou a disposição da organização caminhões para transportar o gado; o comissionado municipal de *Puesto del Marques*, ofereceu, gratuitamente, o serviço do abatedouro; e a *Prefeitura de San Salvador de Jujuy*, ofereceu, também de graça, um posto no Mercado Municipal. Atualmente, a APPP, comprou um caminhão para realizar o frete e vende seus produtos na loja que a *Red Puna* aluga na capital. Assim, o projeto ganhou maior sustentabilidade e autonomia.

de Turismo de la Provincia, conseguiu-se apoio para a restauração de um velho galpão que está localizado à beira da RN 9, e que constitui as instalações da feira. No 9 de julho do 2002, inaugurou-se a Feira, na qual além das organizações integrantes da *Red* participam outros 30 grupos de artesãos do território. A feira visa concentrar a produção de artesanatos e agropecuária dos produtores em um lugar estratégico onde passa um grande número de turistas, e vender em forma direta a eles prescindindo assim, dos intermediários.

A *Red Puna* também criou uma complexa rede de troca-troca para melhorar a precária situação econômica de seus membros. Ainda que, no passado esta prática teve um papel significativo, a partir do momento em que os habitantes do território entram no mercado de trabalho, a troca-troca foi perdendo-se ao ser substituída pela compra com dinheiro⁶⁶. Porém, a partir do surgimento da *Red Puna*, os produtores começaram a aproveitar os diferentes momentos de reunião (onde participavam produtores de diferentes ambientes ecológicos) para trocar produtos. Por outro lado, os dirigentes desta organização viram neste tipo de atividades relacionadas com “o territorial” e “a cultura nativa”, elementos a partir dos quais se podia construir uma identidade grupal e contribuir, assim, a integração do grupo. Logo, a troca-troca foi apropriada formalmente pela *Red* e, atualmente, durante o ano realizam-se diferentes *cambalaches* de produtos agropecuários, sementes, etc.

A capacitação, é um aspecto bastante valorizado pelos integrantes da *Red Puna*, e ao menos um membro de cada comunidade ou grupo, já participou de capacitações. Nestas trabalham-se diferentes temas como por exemplo: realização de diagnósticos, formulação e execução de projetos, capacitações produtivas, relações de gênero e saúde reprodutiva, entre outros.

No ano 2000, perante uma demanda dos dirigentes da *Red* para analisar e debater a realidade política e social nacional, criou-se um espaço formal de capacitação, denominado *Escuela de Formación de Dirigentes –EFD–*. Este espaço procura gerar um processo de reflexão coletiva sobre a realidade local, provincial e nacional, além de oferecer ferramentas para a realização de diagnósticos e planejamentos estratégicos, para que os dirigentes possam ter um papel importante na *Red* e no território. Na primeira turma da EFD, participaram 40

⁶⁶ Segundo Karasik (1984), outro fator que afetou a intensidade com a qual se realizava esta atividade foi o fato dos nativos do território estarem fora deste 6 meses ao ano devido à migração. Isto coincidia com a época do ano na qual se realizavam muitas das feiras do território.

dirigentes. O curso teve uma duração de um ano e meio e foi coordenado por *Centro Nueva Tierra* que é uma ONG externa ao território que trabalha na formação de dirigentes⁶⁷.

Resumindo, no presente capítulo identificaram-se os momentos da vida social dos habitantes do território, nos quais se evidencia a existência de capital social. Um número significativo destes eventos (*señalada, minga*, instituições comunitárias, etc.), baseiam-se em relações sociais entre semelhantes, têm origem na cultura originária do território e fazem parte das disposições ao trabalho coletivo dos nativos, isto é, fazem parte de seu *habitus* de classe.

A partir da década de 1980, começaram a intensificar-se os vínculos com agentes externos (grupos religiosos e os partidos políticos). Estes vínculos são de caráter assimétrico e erodem algumas das formas pré-existentes de capital social (em especial o capital social comunitário) ao tempo que se constituem em novas formas de organização social no interior das comunidades como são os casos dos *centros vecinales*, grupos políticos e religiosos, etc.

Entretanto, a partir dos anos 1990 ocorreu uma série de transformações sociais no país que influíram nas formas como se expressa o capital social no território. De fato, gerou-se um fenômeno de ampliação das relações sociais que envolvem capital social. Este fenômeno foi possível pela convergência de transformações sociais e institucionais que expuseram os agentes do território perante uma situação desconhecida para a qual não tinham respostas.

Por um lado, existiu uma mudança nas estratégias de reprodução social das famílias do território como produto da queda da demanda de mão-de-obra nos destinos tradicionais de migração (minas, safra de cultivos industriais e grandes cidades). Esta queda na demanda de mão-de-obra foi produto das políticas neoliberais que se executaram nos anos 1990.

Neste contexto, diante da escassez de capital econômico, os habitantes locais começam a maximizar seu capital social na busca de alternativas produtivas que garantam sua reprodução social. Se no passado a produção doméstica (agropecuária e de artesanatos) era destinada exclusivamente ao consumo familiar, na atualidade também se destina uma parte para vender no mercado, constituindo-se assim na principal fonte de renda das famílias.

⁶⁷ O método de ensino utilizado no curso foi inspirado na proposta de Educação Popular de Paulo Freire. O curso consistiu em reuniões gerais e grupais, as quais eram realizadas cada dois meses de forma alternada. Nas reuniões gerais estavam presentes os capacitadores (membros de Centro Nueva Tierra), os coordenadores de grupo (técnicos e dirigentes) e os integrantes dos grupos. Nas reuniões gerais se trabalhava um tema específico (entre outros foram analisados: realidade política e social nacional e provincial, papel dos dirigentes, capacitação e formação, etc) e apresentavam-se ferramentas para a análise. No próximo mês os membros do curso trabalhavam nas reuniões de grupo os diferentes temas propostos na reunião geral. O trabalho dos grupos, posteriormente, era apresentado e debatido na próxima reunião geral.

Porém, a venda no mercado só é rentável na medida que se vende em mercados externos ao território e em grande escala, e isto só é possível através do associativismo.

Por outro lado, a diminuição da demanda de mão-de-obra, inibiu a emigração e favoreceu a permanência durante todo o ano, das famílias nas comunidades, gerando condições para o fortalecimento das relações de cooperação e reciprocidade ao interior das comunidades.

Contudo, este processo de ampliação das relações sociais dos nativos, em especial, na integração entre comunidades e na formalização destas relações em organizações sociais, dificilmente teria acontecido sem a intervenção das ONGs, sem o novo contexto legislativo que reconhece o direito das comunidades indígenas à posse da terra e sem as disposições ao trabalho coletivo que estão presente no *habitus* dos habitantes.

No caso das ONGs, a mobilização dos recursos econômicos e a capacitação técnica contribuíram para dar respostas produtivas à precária situação econômica dos habitantes locais. A partir do trabalho destes agentes no território, em poucos anos ocorreu um significativo processo de formação de organizações de base (comunitárias, grupos de artesãos, de jovens, etc.) e um fortalecimento das relações de cooperação e reciprocidade no interior das comunidades.

Este processo de ampliação do capital social não se explica apenas pela necessidade econômica dos habitantes, mas pelo fato de as lógicas de organização e cooperação que propunham os técnicos das ONGs, serem coerentes com as disposições ou lógicas comunitárias que se encontram inscritas no *habitus* de classe dos habitantes, as quais estão originadas na cultura nativa.

O novo marco legislativo, ao limitar o outorgamento da posse das terras aos habitantes organizados sob a pessoa jurídica de OCA, gerou as condições para a promoção da organização comunitária. Porém, esta revalorização da organização comunitária dificilmente houvera tido lugar se não tivessem interferido os agentes externos (ONGs e organizações de aborígenes), levando a informação às comunidades, capacitando e acompanhando-as no início e no andamento dos trâmites.

Como produto deste processo, observa-se a ampliação do capital social de alguns dos agentes do território, fortalecendo-se formas que existiam há tempos e surgindo novas

modalidades, principalmente no que diz respeito ao capital social externo (articulação entre comunidades e a formação de organizações de base). A *Red Puna* faz parte deste processo, ao converter-se, no princípio, em uma rede de articulação de organizações para depois converter-se em uma organização de base de segundo grau, que se propõe melhorar a qualidade de vida de seus integrantes.

4 RED PUNA: A CONSTITUIÇÃO DE UM AGENTE SOCIAL COLETIVO

Nos capítulos anteriores evidenciou-se que a *Red Puna* faz parte de um processo de ampliação do capital social territorial. Como grupo social, a *Red Puna* está conformada por diferentes agentes que convergem e lhe dão forma a partir de seus interesses e motivações, não necessariamente coincidentes. Isso se traduz nas diferentes tomadas de posições que dão origem às disputas existentes no interior deste novo agente territorial. No presente capítulo, avançar-se-á no segundo problema da pesquisa: *Quais interesses almejam os agentes no seu engajamento com este espaço?* E no que diz respeito ao terceiro problema: *quais disputas se dão no interior da Red Puna?*

4.1 Agentes sociais e estrutura de poder

Na *Red Puna*, como em outras organizações, criou-se uma diferenciação no que diz respeito aos papéis assumidos pelos seus integrantes. Para os fins da presente pesquisa construiu-se uma tipologia identificando-se três categorias: i) as bases ii) os dirigentes e iii) os técnicos.

A categoria *bases* é constituída pelos integrantes das organizações da *Red Puna*. Estes agentes participam dos projetos e eventos organizados pela organização (encontros, capacitações, etc.), das reuniões de microrrede e da assembléia anual da *Red Puna*; porém não assumem responsabilidades em sua organização e execução. No interior deste grupo diferenciam-se aqueles agentes que assumem o papel de representantes de suas comunidades dos membros destas organizações. Os representantes são chamados *líderes comunitários* ou de grupo, pois assumem o papel de dirigentes dentro das comunidades, não o sendo em nível da *Red Puna*.

Entre os *dirigentes* da *Red Puna* encontram-se aqueles agentes que assumem cargos ou responsabilidades relacionadas ao funcionamento da *Red*. Cada dirigente, além das responsabilidades próprias de sua organização de base, participa de alguma equipe de trabalho

da *Red Puna*. Por outro lado, estes agentes participam das reuniões mensais das microrredes e dos respectivos eventos de suas organizações originárias.

Na última categoria encontram-se os *técnicos* que, em sua grande maioria, têm estudo universitário e assumem o papel de capacitadores, além de participarem dos diferentes eventos da *Red*.

Com o objetivo de entender os fatores que contribuem para que cada agente assuma um determinado papel na *Red Puna*, analisaram-se as particularidades de cada categoria, levando-se em consideração a dotação e composição de capitais que os mesmos possuem e alguns aspectos de suas trajetórias de vida que são considerados relevantes, como: experiência em organizações sociais ou partidos políticos e experiência migratória e de empregos.

4.1.1 As bases: composição social e trajetória

Como foi exposto no capítulo anterior, a *Red Puna* é composta por organizações sociais do âmbito rural (associação de produtores, organizações comunitárias, organizações aborígenes, grupo de jovens, etc.) e urbano (associações de artesãos, grupos de jovens, clubes, etc.) de Puna e de Quebrada de Humahuaca. Assim, esta organização constitui-se como uma organização territorial, mulissetorial de segundo grau.

Os integrantes das organizações do âmbito rural, na sua maioria, são produtores familiares (ex safreiros ou ex-mineiros) que atualmente obtêm suas principais fontes de renda por meio da venda de produtos agropecuários e/ou artesanatos. Quando não é suficiente para suprir as necessidades da família, esta fonte de renda deve ser complementada com a venda ocasional de mão-de-obra e, nos casos em que é possível, com a assistência de algum programa social do Estado.

A maioria das *bases* tem alguma experiência de migração dentro da província e/ou fora desta. Em geral, as mulheres que têm emigrado a centros urbanos trabalharam como empregadas domésticas; por sua vez, os homens trabalharam como pedreiros ou em empregos demandantes de mão-de-obra pouco qualificada. A baixa qualificação dos empregos aos quais acedem os nativos do território deve-se ao fato da idade inicial de migração ser aos 13 anos, isto é, quando os jovens terminam o primeiro grau, finalizando nesse momento sua educação formal. O baixo capital cultural (isto sempre avaliado desde a cosmo-visão da cultura

dominante) que conseguem acumular deve-se ao escasso tempo que podem investir na educação formal.

Nos anos 1990, a partir da redução da demanda de mão-de-obra, estes agentes ficaram excluídos do mercado de trabalho e deveram retornar ao território. Embora estas famílias nunca gozaram de um bem-estar econômico, a partir destes acontecimentos sua qualidade de vida ficou ainda mais precária.

Entre os integrantes das organizações sociais do âmbito urbano encontram-se muitas famílias provenientes do âmbito rural que, na última década, têm-se radicado nas cidades, e ex-mineiros que se radicaram nas cidades logo após do fechamento das minas. Atualmente, a maior parte dos integrantes destas famílias encontra-se desempregada, em situações de trabalho precárias ou recebendo um subsídio de desemprego dos programas sociais públicos⁶⁸.

Um aspecto a ser salientado é o número significativo de jovens que participam da *Red Puna* por intermédio das organizações de base ou dos grupos de jovens⁶⁹. Este fato é uma novidade no território, pois em décadas passadas o número de jovens que moravam nas comunidades e, portanto, que participavam das organizações de base, era reduzido devido à migração. Mas, a partir do momento em que a emigração deixou de ser uma opção para conseguir emprego e que no território incrementou-se o número de instituições educativas de segundo e terceiro grau, o número de jovens nas comunidades tem aumentado. Isto tem repercutido em dois aspectos, por um lado na maior participação desta categoria social nas organizações de base e por outro lado, na maior escolaridade média dos jovens em comparação aos adultos e idosos do território⁷⁰. De fato, a maioria dos jovens está cursando o segundo grau ou o concluiu, diferentemente da maior parte dos adultos que apenas concluiu o primeiro grau.

⁶⁸ Diante da crônica situação de desemprego, muitas destas famílias têm conseguido sua única fonte de renda a partir do *Plan Trabajar* - PT - e sua continuação o *Programa Jefes y Jefas de Hogares Desocupados* -PJJHD-. O PT começou no ano 1995, com o objetivo de brindar algum meio de subsistência ao crescente número de desempregados. Este plano consistia na entrega de um salário mínimo a um integrante do grupo familiar, que justificasse a realização de alguma atividade produtiva. No ano 2001, este plano finalizou, sendo retomado pelo PJJHD que apresenta características semelhantes. Estes planos são financiados pelo governo nacional e executados por intermédio das prefeituras e/ou organizações da sociedade civil. No território, diversos agentes têm manifestado desconformidade com estas políticas governamentais porque reforçam as ações clientelísticas dos políticos locais.

⁶⁹ Por jovens entende-se aquelas pessoas que têm entre 15 e 30 anos. No âmbito acadêmico e das políticas públicas existe um debate em torno da delimitação desta categoria social para o âmbito rural; porém na presente pesquisa optou-se por adotar os critérios utilizados pelos mesmos agentes, o qual está determinado pela faixa de idades dos integrantes destes grupos.

⁷⁰ No trabalho de campo só se observou a existência de analfabetos e semi-analfabetos entre as pessoas com mais de 40 anos.

Finalmente, no que diz respeito à participação de homens e mulheres, observa-se uma tendência à participação majoritária das mulheres nos grupos de artesãos. Em contrapartida, nas organizações rurais, a participação de homens e mulheres é mais equilibrada e, inclusive, em algumas comunidades, chega a ser majoritária a presença de homens.

Outro aspecto interessante para analisar é o estudo da trajetória dos agentes com o objetivo de identificar algum aspecto em comum que explique o papel que eles ocupam na *Red Puna*. Neste sentido, entre os diferentes agentes entrevistados, poucos manifestaram ter alguma experiência prévia de participação em organizações sociais, políticas ou sindicais. Nos casos daqueles agentes que tiveram alguma experiência organizacional, estas estavam vinculadas à Igreja Católica. Outros agentes mantiveram e/ou mantêm vínculos com dirigentes de partidos políticos, mas, em ambos os casos, nenhum entrevistado manifestou ter assumido algum cargo ou responsabilidade de importância.

No caso dos *ex-zafreros* (ex-migrantes da safra de cana-de-açúcar), a participação em organizações sociais, tanto nas comunidades como nos lugares de trabalho, foi muito reduzida ou nula. Em particular isto se deve ao regime de trabalho temporário (duração de apenas seis meses) e ao fato de nem sempre trabalharem no mesmo engenho, o que não favorecia a organização sindical. A participação destes agentes no *centro de vizinhança* da comunidade de origem limitava-se aos meses de residência na comunidade, fato que diminuía a possibilidade de um safreiro assumir responsabilidades e/ou cargos.

No caso dos entrevistados ex-mineiros, estes afirmaram que sua participação nos sindicatos foi limitada. Embora muitos agentes estivessem filiados ao sindicato, não ocupavam cargos nem tinham uma atividade militante neles.

Contudo, destaca-se o caso de *Mina Pirquitas*, onde a ação da Igreja Católica, por intermédio de OCLADE, foi significativa no que se refere à formação de grupos religiosos e de artesãos. Além disso, na segunda metade dos anos 1980, quando a empresa mineira declarou-se falida, os operários e suas famílias iniciaram uma série de mobilizações e lutas que se prolongaram por dois anos para evitar o fechamento da mina, fato que não se pôde evitar. Posteriormente, algumas destas famílias trasladaram-se a La Quiaca, onde criaram um bairro de ex-mineiros de *Mina Pirquitas*, e continuaram agindo de maneira corporativa para receber o apoio assistencial da Igreja e a ajuda das prefeituras. Hoje alguns integrantes destas

famílias participam de grupos de artesãos que integram a *Red Puna*, e um número significativo faz parte da *Asamblea de Desocupados* da mesma cidade.

4.1.2 Os dirigentes, a palavra e a experiência em organizações como aspectos diferenciadores

Em torno de 40 pessoas, integrantes de aproximadamente 14 organizações de base da *Red*, assumem o papel de dirigentes. Estes agentes são os mesmos que nos últimos anos participaram da *Escuela de Formación de Dirigentes* (EFD).

Neste sentido surge a seguinte interrogação: que capitais ou experiências de vida possuem estes agentes que lhes possibilitam assumir este papel? Para obter uma resposta a partir da informação coletada em entrevistas a 22 dirigentes, analisaram-se diferentes variáveis com o objetivo de verificar se existia alguma diferença entre estes agentes e as bases. Entre as variáveis utilizadas encontram-se: idade, escolaridade, migração, experiências de trabalho e participação em organizações (ver Anexo E, Quadro 4).

Ao analisar aos dirigentes a partir de sua origem e posição social, observa-se que estes agentes apresentam as mesmas características que as bases. De fato, todos são originários do território, em sua maioria do âmbito rural, e atualmente moram em suas comunidades ou têm se radicado nas cidades.

A faixa etária dos dirigentes situa-se entre os 21 e 50 anos, igual a das bases. Nos últimos anos, o número de dirigentes jovens tem aumentado; porém, a maior parte dos dirigentes possui entre 30 e 50 anos. No que diz respeito à participação de homens e mulheres, a presença dos primeiros é majoritária. Isto se deve à existência de outra forma de dominação simbólica, a masculina, na qual “o público” e, em especial, os espaços de representação são masculinos sendo o espaço feminino “o doméstico”. Entretanto, a presença das mulheres entre os dirigentes da *Red Puna* vem aumentando nos últimos anos. Este fenômeno é consequência do surgimento de numerosos grupos de artesãs, cuja venda de artesanatos converter-se em uma fonte de renda de importância nas famílias e do apoio que a equipe técnica dá à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão.

Em relação à experiência de migração dos dirigentes, encontraram-se diversos casos. Por um lado, existem dirigentes que nunca migraram do território nem de sua comunidade; na

maioria dos casos são jovens e mulheres, com exceção de dois homens adultos. Porém, em relação a homens adultos, a maioria tem alguma experiência em migração, sendo estas últimas semelhantes às das bases, no que diz respeito ao motivo da migração, destino, tipo de profissão e época de retorno ao território.

Perguntou-se a alguns entrevistados se o fato de terem emigrado influenciou em sua vida, em especial em relação ao papel que assumem atualmente na *Red*. Em alguns casos, as respostas foram negativas, e os agentes afirmaram que esta experiência não havia contribuído para seu crescimento pessoal. Contudo, alguns manifestaram que o fato de ter conhecido uma região diferente lhes permitiu objetivar a realidade do território e valorizar mais seu lugar de origem, o que os motivou, quando regressaram, a participar das organizações comunitária para auxiliar no progresso de suas comunidades.

No que diz respeito ao capital cultural dos dirigentes, medido a partir de sua educação formal (no estado institucionalizado) identificou-se uma importante heterogeneidade. Por um lado, existem agentes que não terminaram o curso de primeiro grau e que têm dificuldades para ler e escrever. Porém, a maioria dos entrevistados afirmou ter seus estudos de primeiro grau completos. Por outro lado, identificaram-se dirigentes que estão cursando séries do segundo grau ou inclusive já o terminaram e, em alguns casos, tornaram-se docentes. Não obstante, em mais da metade dos casos analisados, os dirigentes haviam finalizado seus estudos formais ao terminar o primeiro grau. Isto coincide com a escolaridade média no território que seria a mesma das bases.

Segundo diferentes entrevistados uns dos aspectos importantes levados em consideração no momento da comunidade eleger seus representantes são as características ou disposições dos agentes que, por sua vez, estão vinculadas ao seu capital cultural no estado corporizado. Isto se evidencia nos fragmentos das entrevistas destacadas a seguir. A primeira foi realizada com uma liderança comunitária, adulta, com baixa escolaridade e que, embora não assuma responsabilidades de dirigente na *Red Puna*, encontra-se em um nível anterior, que é de representar a sua comunidade. Na entrevista perguntou-se:

- “¿Cómo surge la decisión suya de participar de la organización?
- Y a mí porque me gustaba salir a todas partes, me gustaba conocer, así cuando se viaja para distintas partes, trayendo más experiencias para ayudar a mi comunidad (...)
- ¿cómo lo eligieron a usted representante de la comunidad?
- Es que a mí me gusta andar, entonces iba a otro, a otro... y la gente se queda ahí, no le gusta salir, perder su tiempo, salir y traer información, les cuesta mucho... o bancarse las reuniones.... porque salieron algunos y les cuesta... ellos sí acá te apoyan,

pero hacia fuera no, tampoco les interesa las reuniones, los viajes, puede ser cansador, eso es un poco, les cuesta...” [B.-J.]

O segundo fragmento corresponde com uma entrevista realizada a uma jovem dirigente da *Red Puna*, que explicou por que a comunidade a elegeu como representante diante de um projeto de uma ONG:

“y bueno, me dicen *que podría ser... que podría ir...* a mí siempre me gustaba participar, hablar, y bueno expresarme ante otros me era común...” [M.-L.]

Em ambos os testemunhos expressam-se as disposições que estão presentes na maior parte dos dirigentes: a predisposição em participar das reuniões e ter facilidade para falar e expressar-se em público. Em relação à participação nas reuniões, isto não só implica interesse como também em tempo, pois para assistir às reuniões os representantes precisam dirigir-se a outras comunidades, o que consome tempo. Portanto, naqueles lares onde a mão-de-obra apresenta-se escassa, seus integrantes vêem restringidas suas possibilidades de assumir o papel de representante ou liderança da comunidade.

Por outro lado, a disposição para falar em público está relacionada a com não ter vergonha, ou seja, ter boa auto-estima, o que não é muito comum entre os habitantes do território, produto da dominação simbólica ao qual estão submetidos. Seria lógico esperar que existisse uma relação positiva entre anos de estudo e maior predisposição a falar em público, mas, como já foi assinalado, alguns dirigentes que têm um papel importante na *Red Puna* são analfabetos ou têm dificuldades para ler e escrever, entretanto assumem este papel sem dificuldade. Neste sentido, seriam mais importantes as disposições do agente e o reconhecimento que a comunidade tem dele (isto é, prestígio), que as suas habilidades para ler e escrever.

Em relação às experiências anteriores dos agentes na participação em organizações, identificaram-se diferentes casos. Três entrevistados afirmaram ter sido dirigentes sindicais na empresa mineradora onde trabalhavam. Um deles ainda, por intermédio do sindicato, vinculou-se a um partido político e militou nele durante um período significativo de anos, assumindo o papel de mediador entre a comunidade e os políticos locais. Em outros casos, houve agentes que se vincularam a estruturas partidárias e por intermédio delas assumiram cargos públicos no território. Nestes agentes verificou-se a posse de um capital político diferenciado, que, com certeza, contribuiu para que se transformassem em líderes comunitários e posteriormente assumissem o papel de dirigentes na *Red Puna*.

Em contrapartida, não se identificaram casos de dirigentes que tenham participado em sindicatos das cidades ou dos engenhos açucareiros.

Um número significativo de entrevistados declararam haver tido uma participação importante nos grupos da Igreja Católica no território e, em muitos casos, terem sido *promotores* de OCLADE. Em outros casos sua primeira experiência participativa em organizações sociais teria sido como promotores de ONGs. Estas organizações tiveram um papel importante no território em relação à capacitação e formação de lideranças comunitárias. Não é de chamar a atenção que na maioria dos casos os agentes destinatários destas capacitações foram os membros das comunidades que apresentavam maior disposição para participar das reuniões e para falar.

Em síntese, embora a idade e o sexo sejam variáveis que influenciam na formação de um dirigente, a experiência em organizações sociais, políticas ou sindicais apresenta-se como um elemento comum a todos os agentes entrevistados e, portanto, em uma variável de maior peso. De fato, são poucos os dirigentes que não participaram de alguma organização (partido político, sindicato, Igreja ou ONGs), assumindo nela responsabilidades ou cargos.

Assim, o que diferencia os *dirigentes* das *bases* é que a experiência prévia dos primeiros em organizações sociais dota-os de um capital cultural (em seu estado corporizado) que os diferencia em relação a: conhecimento das estruturas organizacionais e políticas, elaboração de discurso, participação em reuniões e, em especial, em questões de negociação. Em particular, a possibilidade de falar em público transforma-se em uma característica que, ao ser reconhecida pelo resto da comunidade, converter-se em um capital simbólico, pois ao não ter vergonha para falar em público pode-se assumir o papel de representante da comunidade e da *Red Puna*.

4.1.3 Os técnicos, o capital cultural como legitimador do papel de *capacitador*

O grupo de técnicos é constituído por 17 pessoas que têm entre 25 e 45 anos, sendo 6 mulheres e 11 homens. Na sua totalidade são originários de cidades localizadas fora do território (Buenos Aires, Rio IV, Santa Fé e somente dois são de S.S. de Jujuy). O fato de haverem nascido fora do território é perceptível em suas características raciais o qual pode

adotar um simbolismo positivo ou negativo dependendo da visão de mundo do agente que as percebe⁷¹.

A maior parte dos técnicos tem sua origem na “classes médias urbanas” e possui estudo universitário (as profissões mais comuns são agronomia, veterinária, psicologia, e trabalho social). Isto se converte em uma característica distintiva e, como tal, simbólica no território e no interior da *Red Puna*, pois os nativos possuem um capital cultural institucionalizado menor, o que somado ao fato dos técnicos haverem nascido nas grandes cidades do país (e no território) os dota de um capital simbólico que, aos olhos dos nativos, lhes permite assumir “legitimamente” o papel de capacitadores.

Um número considerável dos técnicos teve alguma experiência de participação em organizações sociais ou sindicais antes de migrar para o território. Em particular, seis deles participaram como missionários dentro da Igreja Católica. Nos anos 1980, quatro atuavam no território por intermédio da *Prelatura de Humahuaca* e, nos anos 1990, passaram a integrar a equipe técnica de OCLADE, vinculando-se em 1995 à *Red Puna* por meio desta ONG. Entretanto, com a disputa surgida em 1998 na equipe técnica da OCLADE, estes técnicos afastaram-se da instituição e integraram a equipe técnica da *Red Puna*.

Dos treze técnicos que integram API, onze tiveram alguma experiência no movimento estudantil universitário. Destes, seis técnicos, que estudaram no curso de Agronomia da *Universidad de Buenos Aires*, compartilharam uma experiência de militância política na faculdade. Desde aquele espaço levantava-se um questionamento ao modelo de universidade vigente e seu papel na reprodução da ordem social, em especial no âmbito rural. Esta experiência de participação em um âmbito político constituiu-se em um espaço de capacitação e formação, a partir do qual estes agentes construíram uma visão de mundo semelhante e um desejo de transformação social que atualmente é canalizado por meio de API.

Os técnicos moram nas cidades do território ou em S.S. de *Jujuy* e obtêm a sua principal fonte de renda de seu trabalho como capacitadores nos projetos da *Red Puna*, sendo sua renda equivalente a dois salários mínimos e meio. Quando é possível, os técnicos recorrem a outros trabalhos para complementar a sua renda.

⁷¹ Para aqueles agentes que associam a cultura coya ou nativa com “o inculto”, “o pobre”, “o atrasado”, o fato de um agente ter nascido fora do território outorga-lhe uma característica positiva; mas para os dirigentes de movimentos indígenas, que estão envolvidos em uma disputa por subverter a desvalorização que a cultura dominante faz da nativa, pode ter uma conotação negativa.

Em síntese, ao analisar a composição social da *Red Puna*, levando em consideração a posição que ocupam seus integrantes no espaço social (ver Figura 1 capítulo 2), observa-se que a maior parte de seus membros faz parte da classe social que ocupa a posição mais subordinada e de menor hierarquia, que seriam os produtores rurais e os habitantes urbanos desempregados ou com contrato de emprego precário.

No entanto, na *Red Puna* também participam os técnicos que pertencem a outra classe social, mais privilegiada. De fato, como profissionais universitários, os técnicos fazem parte de uma classe social que ocupa uma posição mais privilegiada no espaço social.

Neste sentido, na *Red Puna* estaria estabelecendo-se uma aliança entre agentes de duas classes ou grupos sociais. Segundo Bourdieu (2000), esta aliança é explicada por uma homologia de posição entre os agentes envolvidos. De um lado, encontrar-se-iam os integrantes das organizações de base da *Red Puna*, que ocupam a posição de dominados no espaço social e, de outro lado, estariam os técnicos ou profissionais universitários que, apesar de na hierarquia social se encontrarem entre os setores dominantes, no interior deste grupo ocupariam as posições de dominados, já que não conseguem impor a sua visão de mundo. Desse modo, é a partir desta homologia estrutural de posição que os agentes estabelecem uma aliança.

4.2 Motivações e representações que estão em jogo na *Red Puna*

Bourdieu (1986), na sua conceitualização do capital social, descreve algumas de suas propriedades as quais contribuem para aprofundar a análise do objeto de estudo. O autor sugere que a existência de uma rede de relações não é algo que exista naturalmente, mas sem é o produto de estratégias de inversão, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, que envolvem tempo e energia e estão dirigidas a estabelecer ou reproduzir as relações sociais que são úteis a curto e a longo prazo. Esta “utilidade” implica a existência de interesses por parte dos agentes envolvidos e permite entender as motivações que eles têm em manter ou ampliar seu capital.

Por outro lado, a partir das relações que estabelecem entre si, os agentes trocam bens simbólicos ou materiais, que são o fundamento do seu capital social. Neste sentido, o autor afirma:

“Exchange transforms the thing exchanged into signs of recognition and through the mutual recognition and the recognition of group membership which it implies, reproduces the group. By the same token, it reaffirms the limits of the group, i.e. the limits beyond which the constitutive exchange cannot take place” (1986, p.250).

Deste modo, a partir da identificação das seguintes variáveis: motivações que os agentes têm em participar da *Red Puna*, representação que têm da organização, bens de intercâmbio e símbolos a partir dos quais os agentes se identificam com seus colegas, podem-se compreender as lógicas com as quais os agentes decidem ampliar seu capital social por intermédio da *Red Puna*.

Embora a *Red Puna*, no seu discurso institucional, defina-se como uma organização de produtores e propõe-se melhorar a qualidade de vida de seus membros, os agentes que a integram nem sempre têm esta representação da organização. A partir da análise das entrevistas realizadas com diferentes integrantes da *Red*, construiu-se uma tipologia das representações que os agentes têm desta organização. Assim, identificaram-se dois tipos de representações desta organização, a saber: i) como um agente externo à comunidade ou ao grupo e ii) como uma organização de base ou de produtores do qual se faz parte (ver Quadro 5).

Quadro 5 Representação, identidade e motivações dos agentes na sua vinculação com a *Red Puna*

Representação da <i>Red Puna</i>		Identidade	Motivação em vincular-se à <i>Red Puna</i>	Papel do agente na <i>Red</i>
Agente externo	Personificação da <i>Red</i> em indivíduos	Cliente	Benefício individual	Bases de organizações novas ou com pouca coesão
	Organização de apoio	Beneficiário	Benefício individual e/ou comunitário	Bases (artesãos, comunidades rurais)
Organização de base à qual pertencem		Profissional (produtores familiares, artesãos)	Benefício individual e comunitário	Bases e dirigentes.
		Condição social	Mudança social no território	Dirigentes e técnicos

Fonte: elaboração própria

4.2.1 *Red Puna* como um agente externo

No trabalho de campo identificaram-se membros da organização que vêem a *Red* como um agente externo à comunidade; por conseguinte estas pessoas não sentem que fazem parte da organização. Na maioria dos casos identificados tratava-se de bases, os agentes ocupavam

o papel de bases dentro da organização. Isto fica evidente nos seus testemunhos, pois, ao referirem-se à *Red*, fazem-no em terceira pessoa. Em geral estes agentes são integrantes de organizações novas, ou que faz pouco tempo que se vincularam à *Red*, mas também, em alguns casos, são organizações que, apesar de estarem vinculadas há mais de dois anos à *Red*, ainda não lograram que seus próprios membros sintam-se identificados tanto com a organização de base como com a *Red Puna*.

De certo modo, para estes agentes a *Red Puna* é um agente externo (como os políticos, as igrejas ou as ONGs) que chega à comunidade para brindar apoio por intermédio da qual podem acessar a subsídios, assistência técnica ou ter apoio na gestão e comercialização.

O vínculo destes agentes com a *Red* está mediado por lideranças comunitárias, dirigentes e/ou técnicos, que canalizam o apoio da primeira por meio de diferentes projetos, em geral produtivos. Os integrantes das comunidades participam dos projetos para melhorar sua situação econômica, ou seja, faz parte de suas estratégias de reprodução social, na qual se vinculam a diferentes agentes externos para conseguir apoio e, assim, dar resposta a sua precária situação econômica. Neste sentido, é importante salientar que estes agentes, apesar de estarem vinculados à *Red Puna*, em geral mantêm seus vínculos com os outros agentes externos.

Entre as representações que estes agentes têm da *Red*, identificaram-se: i) aqueles agentes que personificam a *Red Puna*, em indivíduos (em geral técnicos e/ou dirigentes) e ii) os que visualizam à *Red Puna* como uma organização de apoio ou ONG.

i) Personificação da *Red Puna*

Este tipo de representação da *Red* evidenciou-se em uma entrevista realizada com uma liderança comunitária da Puna. Perguntou-se como era recebida a proposta de associar-se com outras organizações da *Red* para comercializar carne de cordeiro fora do território, pelos outros membros de sua comunidade, ao que ele respondeu:

“La gente cree en otra forma... hasta hoy no se llega a concientizar bien la gente... no se llega a concientizar que reciben ayuda, que reciben beneficios... a través de la compra de carnes... a través de la comercialización... pero toda la gente piensa que ellos [los técnicos] son los compradores, que no es trabajo nuestro... toda la vida la gente ha vivido de otra forma (...) no se llega a decir que eso es un proyecto de nosotros... que nosotros lo estamos haciendo (...) y hay varias familias que les cuesta.. les cuesta mucho no es fácil... organizarse de otra forma... porque la gente está acostumbrada de esa forma... y después hay gente que dice “no voy porque ya vendí” no es así la cosa como tiene que ser, vio?” [C-A]

O entrevistado manifesta a falta de identificação e a atitude descomprometida dos outros membros da comunidade para com o projeto e a organização. Porém, isto não significa que o projeto seja indiferente aos membros da comunidade, em especial, não lhes é indiferente a possibilidade de comercializar seus produtos fora do território. De fato, isto lhes interessa e por isso, quando necessitam, vendem seus cordeiros por intermédio da *Red Puna*. No entanto, os produtores visualizam no projeto mais uma alternativa para comercializar, mas não vêem nele uma alternativa associativa por meio da qual, a médio prazo, possam aumentar sua renda e reverter a crônica situação de falta de capital na qual vivem todas as famílias. Em outras palavras, estes agentes não visualizam nem no projeto nem na *Red Puna* uma alternativa coletiva por meio da qual possam reverter a precariedade material de suas vidas. Em uma proposta deste tipo, seria necessário ter o compromisso e a contribuição de todos os integrantes, sentido que a *Red Puna* e o entrevistado dão ao projeto e que, nas palavras deste último, adotar esta visão implica “concientizar-se”.

Um aspecto que é importante salientar é o fato de os membros da comunidade verem os técnicos da *Red Puna* como compradores. Os técnicos fazem visitas de rotina às comunidades com o objetivo de capacitar e dar seqüência aos projetos de melhoramento produtivo que estão em execução. Mas, em relação ao projeto de comercialização, existe uma pessoa, membro da *Red Puna*, que visita periodicamente com um caminhão cada comunidade para buscar os animais que serão vendidos no posto da organização em S. S. de Jujuy. Em algumas ocasiões, quando o número de animais é pequeno e não se justifica a mobilização do caminhão, o transporte dos animais é realizado pelos técnicos que aproveitam seus percursos pelas comunidades e com seus próprios veículos realizam o frete. Em outras palavras, o contato dos membros da comunidade com o projeto e com a *Red Puna* reduz-se aos técnicos e ao responsável pela realização do frete. Em função disto, entende-se que a representação que os produtores têm da *Red Puna* esteja personificada nestes agentes que, por sua vez, são os que retiram e pagam pelos cordeiros, ou seja, fazem o mesmo que os outros compradores.

Esta forma de vincular-se com a *Red Puna* não é fortuita, pois reproduzem-se as mesmas formas de relacionamento que se estabelecem com os agentes externos, as quais são produto das disposições presentes no *habitus* dos agentes. O próprio entrevistado explica isto quando manifesta “*as pessoas acreditam em outra forma (...) a vida toda as pessoas têm vivido de outra forma*”, e essa forma está relacionada a lógicas de comercialização individual e com relações de patronagem que se estabelecem com os agentes externos que chegam à comunidade.

A situação acima fez-se mais evidente em uma comunidade situada perto da anterior, onde alguns agentes afirmaram que não lhes interessava participar do projeto de comercialização e de compra comunitária de alimentos, porque a *Red* cobrava-lhes o frete⁷². A estes agentes foi informado que o projeto era da *Red* (isto é, dos produtores e não de um intermediário), portanto estavam-se contabilizando os custos da comercialização e o aluguel da loja. Contudo, o que se evidenciava era a reprodução das lógicas de patronagem com o agente externo que chegava à comunidade. De fato, o que os membros da comunidade demandavam dos técnicos eram favores, isto é, não cobrar o custo do frete.

Assim, entende-se que é difícil para estes agentes passarem a apropriar-se deste projeto, vendo-o como um coletivo de base e vincular-se a partir de relações mais simétricas com os agentes externos à comunidade. Deve-se agregar que é difícil para os produtores estabelecer relações mais simétricas com os outros membros da *Red Puna* e reconhecer-se em sua condição de produtores, quando a imagem que têm desta organização está representada na figura do técnico.

A proposta de formar uma organização de segundo grau e por intermédio desta relacionar-se a partir da cooperação e da ajuda recíproca é algo novo no território e, como tal, difícil de assimilar por muitos agentes. Isto não só se explica pelas disposições presentes em seus *habitus*, como também no fato de os políticos locais tentarem impedir este tipo de organização. Em particular, destaca-se a manifestação de um dirigente de uma comunidade da Quebrada de Humahuaca, que relatava como foi o processo de formação de sua organização,

“En el año 2000 recién nos hemos integrado a la Red Puna... en principio así un poco complicado para nosotros, porque había exigencias que cumplir, que participar en las reuniones... todo eso... ahora a medida que pasó el tiempo comenzamos a verificar que era una cosa positiva, más allá de las trabas que teníamos por los gobiernos de turno, en ese tiempo por los intendentes, concejales, que realmente mucho charlaban a la gente, a la familia, que decían que la organización no sirve, que todo eso era una complicación y pérdida de tiempo... y bueno, hemos llegado a convencer a la gente y ahí empezamos a trabajar en la Red.” [M -SR]

Isto também foi reproduzido por dirigentes de outras jurisdições do território. Ou seja, a *Red Puna*, como proposta de organização, é algo novo no território, portanto o agente precisa conhecer e acreditar nesta proposta para então investir energia nela. Entretanto, neste processo de conhecimento intervêm alguns políticos que não reconhecem a “utilidade”, ou melhor dito

⁷² Tanto o projeto de compra comunitária de alimentos como o de comercialização associativa de cordeiros e lhamas procuram atingir melhores preços evitando o papel do *intermediador local* por meio da realização de operações comerciais de maior escala. Nestas operações, computam-se o custo do frete e do aluguel do posto de venda em S.S. de Jujuy. No caso do projeto de comercialização, se cobra 15% sobre o preço de venda por frete.

a legitimidade desta forma de organização. Entende-se o posicionamento destes políticos, pois o surgimento de um novo agente social no território, que começa a disputar o papel de mediador entre a povoação e o mundo externo (isto será aprofundado no próximo capítulo) enfraquece o poder que os políticos têm no território.

No que diz respeito aos produtores, apenas aqueles que deixaram de lado a visão encantada do político (o patrão) e já não sentem que lhes devam lealdade, poderão visualizar, na *Red Puna* ou em outro espaço, uma alternativa legítima de organização. No entanto, os que ainda estão sujeitos às relações de patronagem, só visualizam em sua vinculação com a *Red Puna*, mais um agente externo com o qual podem comercializar ou obter algum benefício, mas sem manifestar qualquer tipo de lealdade (compromisso) com ele. Assim, a *Red Puna* é incorporada na estratégia de articulação com agentes externos a qual faz parte e tem um papel relevante nas estratégias de reprodução social dos agentes do território.

ii) *Red Puna* como uma organização de apoio

Outros agentes visualizam a *Red Puna* como uma organização não governamental de apoio às famílias. Esta visão é muito comum entre as integrantes de grupos de artesãs e algumas lideranças comunitárias. Em uma entrevista feita com uma mulher adulta, ex-mineira, integrante de um grupo de artesãs, reflete-se a representação que ela tem da *Red* e suas motivações para participar da mesma,

- “¿cuándo fue la primera vez que participaron en una reunión de la Red Puna?
- Y fue cuando ya estábamos tres meses armados... habrá sido en el 99’ y nos dijeron “uds. tienen que participar en la Red... es una organización de todas las comunidades que se juntan... y es por medio de la Red que van a...” vamos a encontrar una ayuda, un subsidio y bueno es así que nos agrupamos con una nota y eso nos ha dicho la finadita⁷³ ... nos ha exigido... “que sí... que sí...” y bueno desde ahí que estamos en la Red.
- ¿y hoy con qué objetivos participan de la Red?
- Nosotros participamos de la Red con el objetivo de encontrar ayuda al grupo, que nos podrían ayudar...
- ¿qué tipo de ayuda?
- Capacitaciones... o alguna facilidades como que estábamos hablando ayer [en una reunión de microrred] de compra comunitarias...” [F- LQ]

Em geral, as diversas artesãs entrevistadas manifestaram as mesmas motivações em participar da *Red Puna*, sempre vinculada à geração de emprego, o que significa uma fonte de renda para suas famílias. Estes grupos estão constituídos por mulheres que se encontram em

⁷³ A “*finadita*” era uma política que tinha uma relação de patronagem com a entrevistada, e diante da difícil situação econômica em que se encontrava a primeira, propôs-lhe que formasse um grupo de artesãs e a vinculou à *Red Puna*.

uma situação econômica muito difícil, pois a maior parte dos membros de suas famílias está desempregada e, diferentemente das famílias rurais, não possui a produção agropecuária para consumo familiar. É devido a isto que visualizam a *Red Puna* como uma organização que lhes pode trazer uma solução por meio da capacitação, da provisão de insumos e teares e a comercialização da sua produção.

Nesta representação que os agentes têm da *Red Puna*, eles se reconhecem como beneficiários da primeira. Isto foi perceptível ao longo da entrevista já que a entrevistada, ao referir-se à *Red Puna*, sempre falou em terceira pessoa e desde um lugar de onde se espera ajuda ou favores por parte da organização.

No caso da entrevistada, o tipo de vínculo (patronagem) que tinha com a dirigente política, é reproduzido atualmente com a *Red Puna*. Ao longo da entrevista, a entrevistada relatou a troca de favores que mantinha com a líder política, como, por exemplo, esta última (a patroa) facilitava à entrevistada o benefício dos programas públicos de ajuda a desempregados como assim também oferecia ajuda a sua família, por sua vez a entrevistada (o cliente) retribuía com lealdade, garantindo o seu voto e a difusão do bom nome da dirigente política no seu círculo social. Porém, com a morte da primeira, a segunda ficou em uma situação desprotegida e procurou apoio na *Red Puna*. Assim, reproduzem-se as mesmas lógicas clientelísticas com esta organização para conseguir apoio e ajuda para ela e para as demais artesãs do grupo.

4.2.2 *Red Puna* como organização de base

Existem agentes (bases, dirigentes e técnicos) que vêem a *Red Puna* como uma organização de base, formada por diferentes organizações do território. Estes agentes, quando se referem a esta organização, diferentemente dos anteriores, falam em primeira pessoa e demonstram seu sentimento de pertencer à mesma. Isto se evidencia em uma entrevista realizada com uma liderança comunitária da *Quebrada de Humahuaca*, que faz três anos que vem participando deste espaço. Perguntou-se:

-“¿la primera reunión que participé de la Red Puna qué pensaba que era la Red?
- Pensaba que era una institución más... pero después cuando fui a ver, vi que era uno mismo... todas las organizaciones de base que estábamos ahí... más las instituciones de apoyo... o sea donde se nuclea la mayor parte de la gente... los que formamos lo que es la Red Puna” [B-J]

Nesta declaração percebe-se o processo que envolve o conhecimento da *Red Puna*, pois quando o entrevistado afirma “*pensava que era uma instituição a mais*”, está fazendo referência a ela como uma instituição pública ou ONG, que freqüentemente chegam às comunidades. Esta frase envolve uma visão pessimista ou cética do agente externo, pois estas organizações geralmente chegam com propostas de implementar programas assistenciais, fato que nem sempre se concretiza, e quando o fazem, envolvem relações de clientelismo.

No entanto, quando o entrevistado manifesta “*vi que era um mesmo*”, está fazendo referência a sua identificação com a *Red*, ou seja, de ser os “outros” (agentes externos), começa a ver que os integrantes da *Red* são as “*organizações de base*”, é o “*povo*”. Está construindo-se um par de oposição entre os “outros” e o “nós”, sendo estes últimos os produtores do território.

Além disso, o fato de o agente, antes de conhecer a *Red*, a imaginar como mais uma instituição e não como uma organização de base, deve-se a que na maior parte dos nativos, não se registram experiências de organizações de base de segundo grau no território, isto é, não entra no espaço das possibilidades. Neste sentido, conhecer a *Red Puna*, envolve conhecer uma forma inovadora de organização dos habitantes locais. Posteriormente, perguntou-se:

- “¿ustedes con qué expectativas fueron a la primera reunión de la Red Puna?
- En la primera, para ver qué es lo que había... porque algunos venían de la GTZ... otros venían de API...
- Y hoy ¿qué esperan de la Red?
- Y bueno.... que siga siendo así... que seamos más para hacer los cambalaches... que se abra más... antes había menos organizaciones... conocerse productor a productor... antes no nos conocíamos mucho... ahora nos conocemos más...
- De las actividades que realiza la Red ¿cuáles son las que les parece más importantes?
- Los cambalaches... la mejora de nuestro ganado... los fondos rotatorios porque con eso se puede mejorar algunas cosas... porque hoy sacar un préstamo te cobran mucho con el fondo rotatorio es más fácil...
- ¿qué cosas nuevas podría hacer la Red Puna, qué actividades? ¿han pensado como organización?
- Lo que más nosotros intentamos es terminar el canal [de riego]... ese proyecto... después algunas personas quieren cambiar productos... y después cuando hay sequía se está pensando que se podría ayudar o conseguir ese fondo [que da el gobierno]... tener el fondo... nosotros no tenemos nada...” [B-J]

Em outra entrevista, com uma liderança de uma pequena comunidade da Puna, perguntou-se o mesmo, ao que ele respondeu:

- “Lo más importante para nosotros es que podríamos vender... con el asunto de los corderos (...) porque no podíamos vender, lo agarraban en la ruta los gendarmes y nos quitaban... entonces cada vuelta era más difícil... entonces nos teníamos que organizar, tener nuestros corderos para poder hacer algo.... entonces ¿cómo nos organizamos? Porque solos no podemos hacer.... entonces organicémonos por ahí vamos a sacar

algo... por ahí estamos luchando por algunas cosas que pueden ser muy necesarias para la zona... para no tener problemas con el tiempo, con la sanidad, con el manejo de los animales, bueno esas cosas.... Nosotros ahora tenemos tres proyectos grandes para la comunidad... un gran progreso de vida para la comunidad...uno es la canalización de agua... (...) el otro es por las artesanías de telas (...) y el otro programa es de queso... Porque yo se que la Red Puna tiene grandes lugares donde comercializar estas cosas... han andado por distintas naciones... ellos conocen en toda parte la artesanía... yo pienso que si nosotros ganamos en este proyecto, nos va ir muy bien...vamos a tener de qué vivir... no vamos a tener que pensar en programas ya vamos a estar pensando en los nuestro... esperemos que nos vaya bien..

- Comparando la Red con los políticos ¿qué cosas tienen de parecido y qué de diferente?

- La Red es distinto a los políticos... no andan “que si... que no... que tal vez...” nada de esas cosas... sino que la Red... es más a nosotros.... más pegados a nosotros.... “mirá esto hemos conseguido, esto hay”... en cambio los políticos “sí, ya vamos a conseguir... esperate...” pero nunca consiguen... la Red es muy distinto.... ahora si nosotros la buscamos lo conseguimos...”[C.– E.A.]

Ambos os testemunhos são de duas lideranças comunitárias e nas suas motivações em participar da *Red Puna* fica evidente que os agentes visualizam-na como uma organização de produtores, que pode apoiar os projetos originados nas comunidades, que procura a melhora da qualidade de vida de seus membros, isto é, busca-se o benefício coletivo além do individual.

Por outro lado, fica explícito que os entrevistados vêem a *Red Puna* como um agente que possui um capital social importante, o qual pode ser aproveitado pela comunidade, seja para acessar a fontes de financiamento ou para comercializar, pois por intermédio dela pode-se chegar a outros agentes, que de outra forma seria impossível. Nestas situações, estaria operando um processo de conversão do capital social em capital econômico, já que a partir da ampliação das relações sociais os agentes estariam conseguindo um benefício econômico.

Assim, os produtores identificam-se com os membros das outras organizações e reconhecem-se como parte dela a partir de uma identidade profissional (como pequenos produtores e/ou como artesãos). Porém, tanto em um caso como no outro, a identidade profissional está associada a uma situação de produção precária, isto é, que necessita de apoio, tanto financeiro como de capacitação para aumentar seus níveis de renda. Assim, a *Red Puna* transforma-se em um coletivo a partir do qual se pode gerar um benefício comum.

No último testemunho, percebe-se que a última aspiração do entrevistado é que a *Red* transforme-se em um mediador para que a comunidade possa realizar um processo de desenvolvimento produtivo autônomo e sustentável, de tal maneira que possa prescindir-se do assistencialismo dos programas e assim sair do circuito de clientelismo político e social.

Não obstante, existem outros agentes, em especial dirigentes e técnicos, que embora visualizem a *Red Puna* como uma organização de base, nas suas motivações para participar desta, encontram-se a execução de um projeto de mudança social, isto é, a transformação da realidade do território com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos nativos. Neste sentido, uma entrevistada de uma comunidade rural da *Puna*, expressou:

“Yo antes... me acuerdo de cuando se hacían las primeras reuniones en mi comunidad... a mí ni si quiera me interesaba... era como que eran uno más que venía... no era tal vez mi intención o para mi antes mi futuro... estar en esto que hoy por hoy estoy aquí, no? Trabajando con las comunidades y todo esto... Antes yo pensaba que el campo no servía me gustaba más siempre la ciudad... siempre mi pensamiento ha sido la ciudad... pero después estuve un tiempo en la ciudad... y volví a mi lugar y bueno ya conocía de esto... y ahí me quedé... y bueno desde ahí, de API me proponen para promotora... y seguí un tiempo y ya en el proceso me han ido capacitando... saber que quiere decir una organización... desde todo no? Es como que me costaba a mí eso... un tiempo... y desde ahí desde ese año hasta hoy pienso en un cambio total... como cambios personales... porque hoy por hoy pienso en el lugar donde vivo, en el crecimiento de mi comunidad, desde la Asociación... desde la Red... y me siento parte de eso... y muy comprometida... Porque hay días que nosotros nos pasamos semanas, fuera de la familia y bueno eso es un compromiso grande... y tenemos que enfrentar eso porque uno apuesta a eso y creemos que tiene futuro... y por lo menos eso lo creo yo... y por eso le pongo pilas y propuestas y lo que fuera, lo que yo pueda estoy ahí, y en cada instancia nos capacitamos... y desde los técnicos que nos han enseñado desde a usar una computadora, desde participar en una reunión, tenemos muchas cosas que hemos aprendido... sobre todo desde lo que uno habla y se compromete a hacer con la gente... ese es un cambio que noto, no? Y mi intención es que hoy mas adelante seguir hasta donde pueda y a apostar al crecimiento de la Red, por sobre todo y de la APPP... desde el lugar donde uno trabaja y donde uno vive... y hoy aprendo o sé que el lugar donde vivo es el mejor (...) y bueno nosotros siempre decimos que para cambiar esta realidad que nosotros vivimos... saber del poder que nosotros... todos los seres humanos podemos hacer algo... y valorizarnos como seres humanos y empezar a construir el poder desde nosotros, desde nuestra participación y para que tengamos un futuro mejor...” [M.-L.]

O depoimento é interessante, pois ao longo dele a entrevistada objetiva-se a si mesma, descrevendo-se em um primeiro momento com uma posição cética a respeito de qualquer proposta que tenha a ver com projetar seu futuro na comunidade, e posteriormente apresenta-se no papel de dirigente que ocupa na APPP e na *Red Puna*.

Neste sentido, só se pode entender sua tomada de posição diante da proposta dos técnicos de uma ONG, se se considerar a representação que ela tem, no início, dos agentes externos do território. Por um lado, ao manifestar que via os técnicos como “*mais um que vinha*”, faz referência, como foi visto no outro testemunho, à sensação de ceticismo que têm os moradores rurais em relação aos agentes que chegam às comunidades. Esta visão está, muitas vezes, vinculada a más experiências.

Por outro lado, no seu depoimento, a entrevistada agrega outro elemento interessante, este é a representação que tem do território. Ela não se via a longo prazo em sua comunidade, o seu futuro “*não estava aí*”. De fato, afirma que “*o campo não valia a pena, gostava mais, sempre da cidade*”, e obviamente as propostas das ONGs têm a ver com a promoção do desenvolvimento das comunidades. Nessa expressão fica manifesta a representação do mundo rural que tem grande parte dos moradores do território, e ela está vinculada ao “*atraso*”, à “*falta de progresso*” e à “*pobreza*”, e não é outra coisa senão a visão de mundo que impõem os agentes que se encontram nas posições dominantes. A partir desta concepção do lugar de origem, surge, em consequência, a disposição para a migração para as cidades, onde se entende que estão as possibilidades de progredir e ter melhor nível de vida.

A entrevistada migrou para S. S. de Jujuy, em 1995, aproximadamente aos 15 anos, trabalhou como empregada doméstica durante dois anos e decidiu voltar para sua comunidade, em 1997. De fato, seu período de estadia na capital coincide com a época em que as cifras de desemprego atingem 18%. Nesse momento os trabalhadores, e com eles os migrantes do território, começam a ser excluídos do mercado de trabalho.

Neste caso, fica claro que a valorização da sua comunidade, como um lugar para progredir, surge a partir do fato de terem uma experiência no âmbito urbano diferente de suas expectativas⁷⁴. Assim, é a partir da valorização do lugar de origem, como sendo o lugar onde progredir que começa a ter sentido a proposta que levam os técnicos e como diz a entrevistada, para ter um futuro melhor é necessário mudar. É nisso que estão suas motivações em participar da *Red* e estas ganham a forma de projeto de vida ou militância.

Em outras situações, há agentes que manifestam as mesmas motivações para participar da *Red Puna*. Porém eles tiveram uma trajetória de vida diferente que influenciou em suas visões de mundo. Em particular, destacam-se aqueles agentes que ocuparam cargos nos sindicatos mineiros. Nesses espaços, estes agentes adquiriram uma formação que lhes permitiu identificar a posição que ocupam no espaço social e as relações de dominação que existem no território sob as quais estão sujeitos. Por outro lado, a partir da experiência

⁷⁴ De fato, quando se está na cidade, encontra-se em uma situação desconhecida ou diferente da esperada, já que nos grandes centros urbanos do país os migrantes fazem parte dos desempregados, portanto dos excluídos. Isto se explica porque a dotação de capitais (econômico, social e cultural) que os migrantes possuem, são mais apropriados para serem usados na sua terra, que na cidade, este último um âmbito estranho, onde são altamente valorizados o capital econômico e o cultural para ocupar as posições privilegiadas.

sindical, aprenderam a valorizar os espaços da organização para tentar atingir determinados objetivos.

Em outros casos, são dirigentes que não tiveram nenhuma experiência de migração nem de participação em espaços políticos ou organizacionais, mas, por diferentes motivos, conseguiram desprender-se da visão encantada dos políticos e, portanto, das relações de patronagem. Em função disto diante da crítica situação social em que vivem, começam a visualizar a possibilidade de revertê-la, a partir de articularem-se em um grupo ou organização de base, que dispute poder com os mediadores locais, isto é, os políticos, representantes das igrejas ou comerciantes.

Os agentes que vêem a *Red Puna* como uma organização de base, identificam-se com os demais membros a partir do momento em que compartilham um projeto, que é “*lutar por mudar a realidade social em que vivemos*” como disse uma entrevistada. Este objetivo constitui-se no bem simbólico de intercâmbio. Segundo Bourdieu (1986), em todo grupo existe um bem simbólico de intercâmbio que define seus limites.

Neste sentido, um dirigente de uma organização, que tem 29 anos, ao ser indagado sobre o que o identificava com os outros membros da *Red*, afirmou “*muitas vezes somos discriminados... somos olvidados pelos políticos...*”. Isto implica uma objetivização da posição que ocupam os membros da *Red* no espaço social, e é um elemento a partir do qual estes agentes se reconhecem e identificam.

Por sua vez, os técnicos também começam a visualizar na *Red Puna* um espaço por meio do qual podem canalizar seus projetos de mudança e, como outros agentes, as representações e motivações que tinham do espaço foram mudando. Neste sentido, um técnico de API expressou a sua visão do processo.

- “En la primera etapa API busca coordinar como una ONG nueva en la zona que le interesaba coordinar... típico, se usa que las ONGs se coordinan, se ayudan, se apoyan...
- ¿qué también tiene que ver con maximizar recursos?
- No era tanto el tema de los recursos... no era muy grave... sino que era más el tema de “*empecemos a coordinar*”. Una segunda etapa es que se sigue yendo ya sin tantas ONGs... sino que quedaban nada más OCLADE y API... como una cuestión de estar y no era una prioridad... (...) entonces lo importante, yo creo que fue empezar a dejar un poco esos prejuicios de lado... esos dos o tres años... nos sirvió para dejar prejuicios... Y después aparece ya un año y pico... dos.. donde uno comienza a preguntarse, donde ve que el crecimiento de la Red es mucho más grande, donde ve que las organizaciones ya se sienten muy identificadas... se van incorporando... inclusive porque creen que pueden conseguir algún proyecto, alguna cosa... a pesar que la Red nunca tuvo proyectos hasta hace poquito... Y nosotros íbamos... participábamos

estábamos... pero no era... no pensábamos que se podía hacer el proyecto político... Después cuando se sumaron más organizaciones y vimos que se estaba formando otra cosa también nosotros lo definimos internamente de que la Red se estaba convirtiendo en un movimiento digamos... en una organización... por lo menos iba hacia ese camino... Entonces a partir de ahí las acciones tienen que ver con eso...

- ¿eso como demanda de las organizaciones de base?

- Yo no se si como demanda 100% de las organizaciones... las organizaciones siempre demandaban apoyo en la organización... estaban muy dispuestas a organizarse...pero ¿organización para qué? Eso es lo que nosotros de alguna manera le metemos... nosotros intervenimos y está claro que intervenimos con una dirección... no es que uno sea un amorfo... entonces hay que darle sentido a la organización... ¿organización para comercializar? ¿para vender? ¿para hacer solamente una cosa o para hacer eso más? ¿luchar por poder? ¿construir poder? y después... ¿poder para qué? Porque vos decís... “vamos a construir poder” eso fue una primera etapa... construir poder... ¿pero qué significa construir poder? ¿poder para hacer lo mismo que los que están ahora en el poder? O ¿poder para otro tipo de modelo? que es más que nada lo que se vino trabajando este año...” [R.-T]

Neste depoimento, fica evidente como foram mudando as motivações dos técnicos em participar da *Red*, a partir da modificação da representação que tinham deste espaço. No princípio, quando participavam majoritariamente de ONGs, visualizava-se este lugar como sendo um espaço onde se articular para potencializar a ação destas organizações. Não obstante, a partir do crescimento do número de organizações de base, começa-se a ver a *Red Puna* como um espaço válido onde é factível canalizar “o projeto político” da organização, o que implica promover uma mudança social no território. Isto se transforma no bem simbólico que intercambiam com os demais agentes da organização.

No seu depoimento, o agente objetiva o papel de *capacitador* que assumem os técnicos na *Red*. Papel, como diz o entrevistado, que desempenham com uma intencionalidade e uma visão de mundo que é caracterizada quando descreve o modelo de organização a que aspiram e o qual tentam impor. De algum jeito, esta visão de organização opõe-se ao tipo de relações que estabelecem os políticos e outras ONGs e organizações de base do território, que, em alguns casos, também é reproduzida pelas próprias lideranças comunitárias.

O entrevistado explicita que na promoção da organização encontra-se o objetivo de acumular poder, o que, em termos teóricos, é a ampliação dos diferentes capitais dos agentes, em especial o social e o simbólico. Este *empoderamento* tem por objetivo subverter o “modelo” que é o mesmo que a ordem social que mantém os integrantes da *Red* na situação de dominação simbólica.

Diferentemente dos outros agentes, os técnicos não se apresentam como os que ocupam as posições de dominados no espaço social, assim como, tampouco, se identificam com os

demais membros da *Red* a partir desta condição social. De fato, são conscientes de que ocupam posições mais privilegiadas na hierarquia social que os demais agentes. No entanto, o entrevistado explicita que, na sua estratégia de intervenção, buscam problematizar os produtores no que diz respeito à realidade social na qual vivem e à posição social que ocupam, com o fim de revertê-la. Isto significa pôr seu capital cultural ao serviço dos agentes que ocupam as posições de dominados para que estes últimos possam construir a visão de mundo que corresponda a seus interesses. Estes são os fundamentos, segundo Bourdieu, sob os quais se estabelece esta aliança entre agentes de duas classes sociais, mas que ocupam posições homólogas. Porém, os técnicos, ao oferecer seu capital cultural os nativos, passam com estes seus símbolos, representações e visões de mundo as quais estão originadas em outra classe social e campos de ação; portanto contêm interesses que não são necessariamente os mesmos que os dos nativos. Este é o fato que obriga a falar em termos de aliança entre agentes pertencentes a posições sociais diferentes.

4.3 A abertura de uma “arena de disputas”

A *Red Puna* constitui-se no território como um espaço onde as organizações de base encontram-se para debater e gerar propostas que canalizem as inquietudes de seus membros, fato que implica a abertura de um espaço de diálogo, análise, reflexão e ação. Isto se tem convertido em uma das características mais valorizadas da *Red Puna* pelos seus membros. Neste sentido, um dirigente afirma:

“Mi experiencia es muy dura, sobre todo cuando trabajé con OCLADE, o sea no tenés la libertad de decir “*mirá vamos a hacer tal cosa...*”, es decir la libertad de opinión, de exponer tus propuestas... bueno en OCLADE no hay esa libertad, tenés que hacer lo que las reglas del juego digan... ellos imponen las reglas del juego, me refiero a los curas y a los que están manejando ahí... En cambio en la Red no, vos tenés toda la libertad del mundo, de gritar a los cuatro vientos... de poner tu opinión, tu propuesta.. en ese caso estoy muy convencido de que es un espacio interesante, y que se puede llegar mucho más lejos, más allá de que también hay muchas asperezas por limar, y bueno, ahí estamos...” [J.V.-A]

O agente constrói sua visão da *Red Puna* a partir da comparação de sua experiência como promotor em OCLADE (ONG vinculada à Igreja Católica, que incorporou a estrutura vertical desta última). Neste sentido, a *Red Puna* é valorizada por constituir-se em um espaço de participação e dar liberdade para expor a opinião e propostas de cada dirigente. Ou seja, é um espaço onde o agente vê que pode expressar sua visão, e esta é reconhecida pelos outros.

Isto se deve ao fato das relações estabelecidas na *Red* serem mais simétricas que com os mediadores tradicionais do território.

Estes aspectos foram destacados por diversos agentes que ocupam diferentes posições na *Red*, sejam bases, dirigentes ou técnicos. Assim, não é de se estranhar que, em um território onde uma das formas como se expressa a dominação simbólica é por meio da negação do direito à palavra ao nativo, valorize-se um espaço onde se possa recuperar a palavra. De fato, começar a falar por si mesmo significa começar a representar-se, o que de certo modo diminui a dependência dos mediadores e limita a possibilidade destes últimos imporem a sua visão de mundo.

Neste ponto é importante esclarecer que, embora na *Red Puna* também se estabelecem mecanismos de mediação por intermédio dos técnicos e dos dirigentes, os demais membros da organização têm mais controle sobre o processo de mediação do que com outros agentes externos.

Assim, a mediação, como toda relação humana, implica uma relação de poder e, portanto, de dominação, na qual o mediador encontra-se em uma posição privilegiada diante do mediado. Porém, diferentemente do que acontece com os outros mediadores locais, as relações de mediação que existem na *Red Puna* são menos assimétricas. Isto se deve a estrutura organizativa que existe na *Red Puna* (isto é, esta organização está estruturada em organizações, as quais compartilham normas e códigos definidos, entre os quais se destacam a socialização da informação e da formação) e a distribuição menos assimétrica de capitais. Por exemplo, no caso dos dirigentes, o fato de estes pertencerem à mesma posição social que os demais membros permite, por parte destes últimos, um maior controle sobre o processo de mediação.

A palavra é algo valorizado tanto pelas bases da *Red* como também pelos dirigentes, que começam a estimular e criar espaços de capacitação para favorecer a expressão dos diferentes agentes. Neste sentido, um dirigente de uma comunidade rural da Quebrada de Humahuaca, de 27 anos afirmou:

“Yo pienso que la Red Puna es una instancia de preparación muy importante, muy interesante que si por ahí algún político que se ha candidateado hubiera tenido la capacitación que se da en la Red Puna creo que hoy podríamos estar hablando de distinta manera y bueno creo que es eso que te da ventaja como dirigente de la Red (...) es una instancia de formación terrible que te dan... tremendamente interesante porque creo que es lo máximo que me ha ocurrido a mí como dirigente, poder recordar

que hace un tiempo ni si quiera podía hablar y hoy poder desatarse de esta manera”
[A.M.-O]

O entrevistado, no marco do II Encontro Latino-Americano da Juventude, que estava realizando-se em Yavi, acabava de fazer um discurso na rua de La Quiaca diante de mais de mil pessoas, no qual denunciava a situação que estavam vivendo amplos setores da sociedade. O agente, quando diz que antes “*no podía nem falar...*” está objetivando-se e, ao mesmo tempo, representando a realidade de muitos dos nativos do território, que é a dificuldade de falar ante um desconhecido, o qual é produto da dominação simbólica. Porém, o entrevistado explicita a mudança pessoal que viveu quando começou a participar da *Red Puna*, e que hoje em dia é capaz de fazer uma denúncia pública, assumindo a representação, que é o mesmo que ser “o porta-voz”, isto é, o meio de expressão de diferentes organizações.

Essa mudança pessoal foi possível por meio da intensa capacitação que se leva a cabo na *Red Puna*, a qual não está circunscrita a adquirir habilidades discursivas, mas leva em conta uma análise coletiva sobre a realidade social no sentido de uma *auto-socioanálise*. É a partir deste trabalho que os agentes começam a valorizar-se, a ganhar auto-estima, a questionar as categorias de percepção do mundo que lhes são impostas pelos setores dominantes, assim como os estigmas que eles carregam. De fato, isto se evidencia quando o entrevistado compara sua formação com a que tem os políticos locais, o que implica deixar de ver os políticos como os possuidores do saber e da visão legítima de mundo e, portanto, começar a disputá-la.

Entretanto, como concluiu o primeiro entrevistado, esta liberdade de expressão que existe na *Red*, também “*gera asperezas*”, o que significa diferenças nas visões de mundo, que agora os nativos estão em condições de criar suas visões e defendê-las publicamente e, portanto, tentar impô-las a outros. Isso se traduz em disputas que se dão no interior deste novo espaço, a *Red*.

Com isto não se quer deixar a idéia que, antes da *Red Puna*, os agentes não entravam em disputas no território. De fato estas existiam, mas não adquiriam a forma de um discurso público ou alternativo, manifestavam-se, isso sim, por meio de diferentes formas de resistência, muitas vezes silenciosa, sendo o melhor exemplo disto a persistência da cultura nativa. Mas a partir da formação desta organização, o que implica um *empoderamento* por parte dos nativos, o que muda é que muitas destas reivindicações tomam a forma de um discurso público, alternativo e, portanto, herético, o qual incorpora novas formas de ver e

conceber a realidade social. Na formulação deste discurso os técnicos têm um papel relevante em especial em indicar as representações e símbolos a serem questionados.

No trabalho de campo identificaram-se diferentes aspectos em torno dos quais os agentes estabeleciam disputas. Entre esses, destacam-se: i) o papel que deve assumir a *Red Puna* no território e ii) o papel dos técnicos na organização⁷⁵.

4.3.1 Percepções sobre o papel que deve assumir a *Red Puna* no território

Em uma Assembléia da *Red Puna*, realizada, no começo do ano 2002, representantes da microrred Quebrada levaram a proposta de que a organização devia assumir um papel protagonista diante da crítica situação em que viviam os habitantes do território. Nesta manifestação, propôs-se que a *Red* poderia realizar uma caminhada na capital da província. A Assembléia decidiu que a moção seria debatida nas microrredes para que estas levassem uma proposta à comissão coordenadora. Finalmente, resolveu-se realizar uma assembléia e uma caminhada na capital entre os dias 21 e 22 de novembro do ano 2002 (isto será analisado no próximo capítulo).

A partir desta iniciativa dos dirigentes da Quebrada, gerou-se no interior da *Red* um debate em torno de que tipo de manifestação pública devia-se realizar e o que reclamar. No entanto, o tema de fundo que se estava debatendo era o papel que tinha que assumir a *Red Puna* diante da realidade na qual vivem seus membros. Em outras palavras, o que estava em debate era se a *Red* tinha que circunscrever suas ações ao apoio a projetos de desenvolvimento produtivo e social das comunidades ou assumir um papel político e sindical, representando os interesses de seus integrantes.

De certo modo, entraram em disputas as diferentes representações e motivações que os agentes têm na sua vinculação com a *Red*. No trabalho de campo, fica evidente que as diferentes tomadas de posição dos entrevistados estavam vinculadas à representação da realidade do território que eles têm, isto é, a visão do mundo no qual vivem, que implica a

⁷⁵ No trabalho de campo evidenciaram-se outras disputas, tais como: i) as mulheres disputando uma relação mais equitativa com os homens no âmbito doméstico e no público; ii) os jovens disputando maior participação nos espaços de decisão nas comunidades e iii) a socialização na tomada de decisões. Isto evidencia como, a partir da formação da *Red Puna*, diferentes agentes encontraram um espaço e aliados (técnicos e agentes de outras comunidades que se encontram na mesma posição) para manifestar publicamente as suas reivindicações e com o objetivo de sair da posição subordinada que ocupavam.

necessidade ou não de transformá-lo e, em último caso, a partir de que mecanismos isso poderá ser feito.

Alguns agentes manifestaram desconformidade com o fato de a *Red Puna* realizar uma manifestação em S. S. de Jujuy. Neste sentido, uma dirigente expressou seu posicionamento diante da proposta apresentada,

- “Yo creo que acá todavía la gente... no lo sentimos... no se siente tanto la pobreza porque todos tienen sus animales y venden y tienen algo para comer... sembrás y por lo menos tenés algo para consumir y hay otras partes que no lo tienen... Porque a veces... en la Quebrada, nosotros teníamos que trabajar el petitorio y la gente de acá ¿qué hemos hecho en la microrred? No... no se siente el petitorio, no sé ¿que quieren todavía?... si nosotros tenemos, estamos vendiendo nuestros animales, estamos consumiendo, ¿qué podemos pedir? Si no decíamos hacer en [San Salvador de] Jujuy, o en la peatonal, mostrando que tenemos... mostrar que sembramos... pero no hacer marchas (...) Nosotros no tenemos ese sentir porque el petitorio que hace [microrred] Quebrada que lo planteó en la Ampliada [Assembléa] era más de decir hagamos como van así los piqueteros... no se... que van así a la calle.

- ¿una marcha?

- Una marcha... así...

- Una protesta...

- Si... pero por ahí a veces que en la Puna Sur decíamos nosotros “*estamos trabajando como una ONG ¿qué nos queda a nosotros?*”

- ¿La ONG sería la Red Puna?

Si, Red Puna... por eso nosotros en la Puna Sur no hemos sentido... que está sintiendo la Quebrada (...) que la apoyamos pero... no así de violencia, ni nada... nosotros de Puna Sur decíamos llevar las cosas que tenemos... carne, papas, tomate, acelga, lechuga... entonces decíamos “*no estamos sufriendo*”... llevar las cosas que nosotros tenemos y mostrar que tenemos que comer... (...)

-¿de qué depende que la gente de acá, de El Moreno, pueda mejorar su nivel de vida?

- Yo creo que a veces depende de uno mismo... de trabajar... y hacer mostrar a otros que necesitan... porque si uno mismo, nosotros vivimos de todas las cosas que vienen de arriba tampoco es bueno, a veces es sacrificarnos y tener cosas mejores” [N-E.M.]

A entrevistada tem 33 anos, mora em El Moreno, um povoado da Puna e é empregada na escola local. Sua primeira experiência na participação de organizações começou no ano 1999, quando se vinculou ao Partido Justicialista, do qual foi candidata um ano mais tarde nas eleições municipais, mas não foi eleita. Depois, no ano 2001, começou a participar de uma organização de sua comunidade, assumindo em pouco tempo a presidência da organização e, posteriormente, assumindo responsabilidades na *Red Puna*.

Um dos aspectos que chama a atenção em seu depoimento é sua concepção de “pobreza”, que está associada a não ter o que comer ou passar fome, ou seja, está vinculada à questão alimentícia. Esta definição é semelhante à noção de “indigência” que utiliza o discurso oficial (ej. INDEC), correspondendo a idéia de “pobreza” à noção de “necessidades básicas insatisfeitas” -NBI-, na qual se incorporam outras carências da vida cotidiana, como educação, qualidade de moradia, entre outros aspectos.

O fato de existir uma população “pobre”, diz respeito a pessoas que não têm os seus direitos garantidos e é o Estado, por intermédio dos governadores, o responsável pela resolução desta situação⁷⁶. Desta forma, reconhecer a existência de pobreza no território implica a existência de responsáveis e, portanto, de uma ordem arbitrária.

De alguma forma a entrevistada, ao não questionar as condições de vida dos habitantes do território, tende a aceitá-las como natural (e não como arbitrárias), o que significa não questionar a dominação simbólica à qual estão sujeitos os moradores do território e, tampouco, a ordem social deste último.

Neste sentido, a entrevistada é explícita ao afirmar “*não se sente tanto a pobreza (...) estamos comendo que podemos pedir?*”. Esta afirmação não só se contrapõe à visão de mundo expressa por outros membros da *Red* e de sua comunidade, como ao perguntar-se “*que podemos pedir?*”, de algum jeito, afirma que todas suas necessidades estão satisfeitas, portanto, isenta os governadores de responsabilidades. Em outras palavras, o que está em jogo no fato de reconhecer a existência da “pobreza” no território é o direito a reclamar, já que no discurso oficial o fato de os direitos humanos não estarem garantidos, é o que dá a legitimidade para reclamar a reversão da situação e denunciar os responsáveis.

Esta visão de mundo explicita-se em sua contraproposta, que consiste em realizar uma exposição dos produtos agropecuários do território para mostrar ao resto da sociedade que eles, os moradores da Puna, não estão passando fome. Nesta contraproposta a entrevistada transforma um ato de denúncia pública, que pretende questionar a ordem estabelecida no território e, portanto, subvertê-la, em um ato, ainda que inconsciente, de reafirmação da ordem estabelecida e, como tal, da dominação simbólica. Isto, nas palavras da entrevistada toma a forma de “*não estamos sofrendo (...) que podemos pedir?*”, que revela o extremo que tem que chegar as condições de vida para que eles possam fazer uso legítimo de seu direito a reclamar.

De fato, quando a entrevistada afirma que a melhoria das condições de vida dos nativos, depende de “*eles mesmos?*”, deduz-se que, na sua visão de mundo, as possibilidades para alcançar o nível de vida desejado estão dadas, e as pessoas podem aproveitá-las ou não.

⁷⁶ O direito alimentício incorporou-se à Constituição Nacional, na reforma de 1994, na qual se manifesta que é dever do Estado garantir-lo. Porém, na declaração universal da ONU, a qual é assinada pelos seus países membros, entre os quais está a Argentina, manifesta-se o compromisso de respeitar o direito à vida e à saúde, entre outros.

Conseqüentemente, a ordem social não é produto de uma imposição arbitrária de um grupo dominante, mas das ações individuais, e os que estão em situações de pobreza só dependem do seu trabalho e “sacrifício” para revertê-las.

Outro aspecto que é interessante analisar é a representação que a agente tem de uma caminhada ou um ato de protesto popular, os quais estão associados à violência. Nos meses em que se realizou o trabalho de campo (junho e julho), nas principais cidades da Argentina estavam acontecendo diariamente manifestações realizadas por diversos grupos de desempregados, denominados “*piqueteros*”, por fazerem uso do *piquete* (corte de ruas) para realizar publicamente suas reivindicações. Em diversas manifestações públicas destes grupos a polícia reprimiu e matou militantes deste movimento. Paralelamente, a imprensa associou estes grupos a práticas violentas e, em parte, eles foram responsabilizados pelas mortes dos seus próprios membros.

Os habitantes do território tiveram conhecimento destes acontecimentos através dos seus televisores. Neste sentido, é interessante analisar como os discursos e símbolos construídos a partir da imprensa são reproduzidos pelos agentes, que passam a deslegitimar este tipo de manifestação pública e até associar qualquer tipo de manifestação (que não é outra coisa que o questionamento da ordem) com um ato de violência física.

Finalmente, a entrevistada deixa entrever que esse papel de denúncia pública não corresponde à *Red Puna*, que “é uma ONG”, tornando explícita a representação desta organização e o papel que esta deveria assumir, que é o de apoio às comunidades de base.

Mas, se a *Red* não deve assumir o papel de representar e defender os interesses de seus membros, surge a interrogação de como e por intermédio de quem os habitantes do território devem canalizar suas reivindicações ante os representantes governamentais. Em função disto, perguntou-se à entrevistada sobre sua experiência no mundo político e a visão que tem deste,

- “¿cómo fue esa experiencia [de candidatearse para intendenta] para vos?
- Para mí ha sido muy linda, porque me gustó, no? porque se abrían muchas puertas donde vos podías conocer gente... donde la gente también estaba abierta para vos... para ayudarte (...) entonces cualquier cosa que necesitaba la Asociación [organización comunitaria] me iba a [San Salvador de] Jujuy, ya me conocían y bueno...
- ¿qué evaluación harías de los gobiernos municipales?
- A nosotros los municipales hay veces que nos apoyan, con proyectos que armamos nosotros con el aval de la OCA... (...)
- ¿y de los gobierno provinciales?
- Bueno, en el gobierno, yo no te puedo decir lo mismo... porque recién vamos a empezar, ahora decíamos (...) unimos y candidatearnos (...) para crear un municipio, porque si se creara el municipio de aquí, de El Moreno, se aprovecharía más las

comunidades porque en Purmamarca a lo mejor es amplio no se puede dar a todas las comunidades⁷⁷ ...

- Necesitarían una cantidad mínima de pobladores...

- Si la tenemos, y tenemos un contacto con el gobierno [provincial] porque tenemos la chica que yo trabajé⁷⁸.... que ahora está más como secretaria de gobierno y ella... ayer mismo me la encontré y quedamos en algunas cosas... y también estamos en contacto con la Dirección de Deportes que estamos pidiendo pases libres [de ómnibus] para la OCA... (...) yo tengo que bajar [a San Salvador de Jujuy] la próxima semana para hablarlo con un señor conocido de antes... y ahora como estoy de presidente de la OCA, yo le dije “me podés ayudar?” y me dijo “las puertas están abiertas” (...)

-¿y qué cosas hay de común y de diferente entre la Red y los políticos?

Y bueno siempre van a tener pica... yo creo porque es una ONG que a veces no le conviene a los políticos yo creo... no se...

- ¿y como es la relación de uds. con uno y con el otro?

- Y con los políticos hay que ver las cosas... hacen falta las cosas políticas pero también hace falta las cosas de la Red.... De los políticos faltan desde terminaciones de salones, aulas talleres... porque esto es político.... que ellos tienen que poner la contraparte y todo queda a medias... y por ahí nosotros a la Red le pedimos eso....que terminen los salones y también ellos por ahí están más en el tema de producción, de proyectos de esas cosas...” [N.-E.M.]

No seu depoimento, a agente manifesta que vê no mundo político um espaço de possibilidades e “*portas que se abrem*”, o que se apresenta como uma visão encantada, se é comparada com a visão que têm outros dirigentes da *Red*.

Na percepção da entrevistada, os agentes que interagem no campo político apresentam disposições a ajudar. Neste sentido, os políticos, ou seja, os governadores ou prefeitos não são os responsáveis pelas carências que possam apresentar os habitantes, aliás, é por intermédio deles ou inclusive ocupando esses espaços que se pode dar respostas a suas necessidades.

No seu discurso, a entrevistada permite entrever as relações que tem com os políticos vinculados ao governo provincial, o que faria parte do seu capital social. Se se considerar que estes políticos, possuem um capital (poder) superior ao da entrevistada, deduz-se que a relação é assimétrica e provavelmente do tipo patronagem e, de fato, a entrevistada deixa explícita a troca de favores existentes⁷⁹.

⁷⁷ A comunidade de El Moreno e as vizinhas estão situadas na zona *puneña* da Comissão Municipal de Purmamarca, cuja sede se localiza na Quebrada de Humahuaca. Os habitantes de El Moreno sentem que não são priorizados na distribuição de recursos por parte da comissão municipal e faz um tempo que estão com um projeto de se emancipar para ter maior acesso a financiamento.

⁷⁸ Esta pessoa era o vínculo da entrevistada com a estrutura partidária. Por intermédio dela a entrevistada vinculou-se e recebeu apoio quando participou da eleição para o comissionado municipal.

⁷⁹ No que diz respeito ao intercâmbio de favores, ao longo da entrevista fica evidente que os agentes políticos ofereciam assessoramento na realização de trâmites e financiamento para a entrevistada conseguir que El Moreno se emancipasse. Este favor deveria ser retribuído com a participação dos dirigentes locais (de El Moreno) nas eleições da prefeitura através da chapa do PJ no qual participaram os primeiros. Isto tem gerado fortes disputas entre os dirigentes locais, afastando-se alguns da organização comunitária e, inclusive, da *Red Puna*.

Neste contexto, a realização de uma caminhada à capital da província denunciando a responsabilidade do governo pela crítica situação na qual vivem os habitantes do território seria, por parte da entrevistada, faltar ao compromisso de lealdade que tem com os políticos de Jujuy. Daí entende-se a rejeição a esta proposta e a atitude de formular uma contraproposta na qual se propõe realizar um ato público onde o sentido do mesmo é o inverso: demonstrar que “*estamos vivendo bem*” e “*não passamos fome*”, o que implica reafirmar e, portanto, legitimar a ação do governo.

Assim, evidencia-se a estratégia de reprodução social da entrevistada, na qual tem um papel relevante sua articulação com agentes externos (políticos e *Red Puna*). Por intermédio dos políticos, buscam-se respostas às demandas comunitárias de infra-estrutura e por meio da *Red Puna* tenta-se solucionar os problemas de produção e comercialização, além de fazer o que os políticos deveriam fazer mas não fazem. Assim, a entrevistada procura reproduzir sua posição social ou ainda escalar posições no espaço social⁸⁰, mas, com seu modo de agir, a ordem social não é questionada nem ameaçada, e as relações de patronagem provavelmente serão reforçadas.

Neste ponto, é importante fazer um esclarecimento. A visão de mundo contida no discurso da entrevistada não é necessariamente sentida de forma consciente, nem faz parte de uma opção deliberativa. Justamente esta visão de mundo contém mais os interesses dos grupos dominantes que os da agente, justamente por ser produto da dominação simbólica existente no território e de fato, é isto o que permite que os agentes que ocupam as posições de dominados aceitem o mundo tal qual é, e não pretendam subvertê-lo. E, quanto muito, quando querem escalar posições, recorrem aos mecanismos conhecidos, muitos dos quais contribuem para reforçar a ordem social.

Não obstante, existem agentes que têm outra tomada de posição no que diz respeito ao papel que deve assumir a *Red Puna*, e não é de se estranhar que sua visão da realidade social do território também seja diferente.

Em uma entrevista realizada com um dos dirigentes que propôs aos membros da *Red Puna* a realização da caminhada em S. S. de Jujuy, ele manifestou,

⁸⁰ No território, entrar na vida política, é uma forma de escalar posições no espaço, pois, por meio de um cargo político, não só se ganha um salário fixo, mas também poder ser uma fonte para acumulação de capital social e simbólico, que no futuro podem ser convertidos em capital econômico.

“La Red ya viene trabajando lo que es producción y comercialización, lo que es formación, otras áreas... nosotros habíamos charlado en nuestra organización y en nuestra comunidad decíamos que a la Red le está faltando que de uno o dos pasos más adelante y que sea una presión al gobierno... una organización con la capacidad de organización que tiene, con la capacidad de familias que tiene, creemos que la Red sea un estorbo al gobierno... que esté presionando y que esté defendiendo los derechos que pertenecen a cada familia, o los intereses de nosotros (...) que la Red sea el cuida de todas las organizaciones, de todas las familias que integran la Red... y que todos los beneficios que lleguen o que todos los derechos que pertenecen a las familias tendrían que estar defendiendo eso sería...” [M.-S.R.]

O entrevistado tem 30 anos, mora desde que nasceu em uma comunidade de agricultores na Quebrada de Humahuaca e não tem experiência migratória. Os integrantes de sua comunidade têm sido beneficiários de diversos programas sociais, porém, para o entrevistado, estas experiências têm sido negativas, devido à ação clientelística e autoritária dos mediadores, sejam prefeitos, técnicos de ONG ou representantes de programas sociais.

A partir desta experiência, entende-se que o entrevistado propunha à *Red Puna* que, como uma organização de base, assumira o papel de representação dos interesses dos seus integrantes, que não é outra coisa que se converter em mediador. Isto implica acumular poder a partir de “*sua capacidade de organização*”, ou seja, investir em capital social para disputar com outros mediadores do território a representação dos interesses dos habitantes, como também pressionar os políticos para que se respeitem os direitos das famílias do território.

Neste discurso não se evidenciam as relações de encantamento com os políticos, mas, ao contrário, deposita-se nos representantes políticos parte da responsabilidade das condições de vida que lhes cabe viver aos habitantes do território. A visão de mundo do entrevistado foi explicitada em um artigo que escreveu no *Boletín de la Red Puna* (ver Foto 10, Anexo F), na qual se destacam os seguintes parágrafos:

“En este momento que estamos viviendo, no podemos ser meros espectadores de la realidad, la verdad es que no se puede más. Estamos tocado fondo. No hay una perspectiva de aquí a corto plazo, hay movilizaciones, gente que está perdiendo el miedo y que tiene bronca, y ¿nosotros? ¿qué vamos a hacer? ¿qué se puede hacer? Tenemos bronca pero ni protestamos, ni hacemos nada (...) Ahora para sembrar se han aumentado las semillas, los remedios, los viajes de abono. Los precios de nuestros productos no aumentan, nos pagan lo mismo que antes y ahora, la canasta familiar aumentó. (...) Estamos sobreviviendo porque estamos marginados. Recién vamos a vivir cuando tengamos todo lo que nos corresponde. Comer un pan blando todos los días, tener trabajo, mandar a nuestros hijos a la escuela, un hospital que nos atienda bien; se nos tienen que cumplir todos los derechos que dicen, tiene que tener todo ser humano. Muchas veces hemos escuchado a nuestros mayores decir que en momentos como esos tendremos que conformarnos y volver a comer agua con harina. Pero no creemos que esto debe ser así esta vez. Tenemos derechos y debemos exigirlos, puesto que vivimos en un país que tiene de todo. Por ahí tenemos miedo de que nos digan que esto que nosotros decimos no sirve. Pero también tenemos miedo de morirnos de hambre. De nuestra parte el hecho de poder compartir con ustedes, de contar esto nos

alivia. La idea es comenzar a construir. (...) cómo hacemos para dejar de sobrevivir y empezar a vivir!!” (BOLETÍN RED PUNA, Año 3, N° 14, mayo 2000).

Este discurso é dirigido aos demais integrantes da *Red Puna* e nele pretende-se chamar a atenção sobre a situação que estão vivendo os habitantes do território, assim como também o que está acontecendo no país. De fato, o artigo é escrito em um momento de fortes mobilizações de grupos de desempregados e sindicatos que começavam a questionar o modelo econômico, assim como aos representantes do poder político nacional. Diante desta conjuntura, o agente coloca em evidência a ação passiva dos habitantes do território (onde historicamente adotou-se uma postura submissa e silenciosa) em contraposição aos movimentos de desempregados, que começam a ter uma significativa presença na imprensa.

Em face desta situação, o agente interpela os outros membros da *Red*, ao explicitar “*temos raiva mas nem protestamos, nem fazemos nada*”. De fato, o que se está questionando são as disposições dos habitantes do território à submissão, a não questionar, pelo menos publicamente, a ordem estabelecida e, em algumas situações, a tomá-la como natural.

Neste sentido, o agente deixa manifesto como os habitantes têm-se acostumado e têm incorporado com resignação e submissão esta situação crítica. No texto, explicita-se que estas disposições, que como tais fazem parte do *habitus*, são produto de uma mensagem que se passa de geração em geração, “*por nossos pais e avós*”. Em outras palavras, são as disposições que têm adquirido os nativos desde a sua infância por meio da socialização que têm moldado os seus *habitus*. De fato, esta situação de crise econômica no território não é nova, e o *habitus* dos agentes tem respostas para superá-las: “*voltar a comer água e farinha*”, o que é uma forma de não questionar a arbitrariedade da ordem e, portanto, de reproduzi-la.

O agente evidencia uma das formas nas quais se expressa a dominação simbólica nos nativos por meio do medo de falar, de expressar-se, pelo medo de ser desautorizado. Segundo Bourdieu (1996), isto se explica porque

“(…) nas experiências do agente no mercado lingüístico, o sistema de sucessivos acertos e desmentidos constitui, em cada um de nós, uma espécie de sentido do valor social dos usos lingüísticos, da relação entre os diferentes usos e os diferentes mercados. Este sentido de posicionamento lingüístico comanda o grau de coerção que um determinado campo fará pesar sobre a produção de discursos, impondo a alguns o silêncio ou uma linguagem pré-controlada, enquanto faculta a outros às liberdades de uma linguagem desenvolvida. O sentido de valor dos seus próprios produtos lingüísticos constitui uma dimensão fundamental do sentido do lugar ocupado no espaço social...” (1996, p. 70).

Outro aspecto que o agente traz no seu depoimento é a concepção que ele tem da condição de vida dos habitantes, o que se evidencia quando manifesta “*estamos tocando fundo*” ou “*deixemos de sobreviver*”. Neste sentido, a sua visão é diferente, e poder-se-ia dizer oposta à da agente anterior, já que, em primeiro lugar, incorpora novas dimensões como saúde, educação, entre outras, no momento de definir o que é uma vida digna ou sem necessidades, não a limitando só à alimentação. Por outro lado, questiona o nível de vida dos habitantes, afirmando que existem direitos não respeitados, e delega parte da responsabilidade aos políticos locais. Em função disto, convoca os demais membros da *Red* a se juntarem a sua proposta para reverter esta situação, o que no contexto colocado pelo agente implica subverter a ordem social.

Segundo Bourdieu (1996), os dominados tomam o partido do discurso da consciência, uma vez que só podem constituir-se em grupos separados, mobilizando-se e mobilizando a força que eles possuem em estado potencial, sob a condição de questionar as categorias de percepção da ordem social, as quais, sendo produto dessa mesma ordem, impõem-lhes o reconhecimento dela e, conseqüentemente, a submissão.

Assim na proposta do agente à *Red Puna*, como grupo social que organiza os setores marginalizados do território, pode e deve-se constituir em uma classe mobilizada que questione a forma em que historicamente se concebeu o território. A forma em que é escrito o artigo coloca este discurso no lugar do discurso esclarecido e como tal consciente tanto da condição de dominados no qual vivem os nativos como dos caminhos a seguir para reverter esta situação.

De fato, ao longo do testemunho, evidencia-se a existência de um processo de *auto-socioanálise*, pois, nele, o agente consegue objetivar o comportamento que têm os habitantes, ou seja, as suas disposições a tomar como natural a realidade social e a suas condições de vida, o que não é outra coisa senão objetivar o *habitus* de classe. Este processo de auto-objetivação ocorreu na *Escuela de Formación de Dirigentes –EFD–*, onde se analisou a realidade nacional e territorial.

Assim, o agente objetiva o lugar que ocupa no espaço social. Isto se evidencia no fragmento da entrevista citado, quando o agente escreve “*estamos sobrevivendo porque estamos marginalizados*”, e, nesse contexto, alguns dos que ocupam as posições dominantes são os políticos e é a eles que se propõem “pressionar”. Diante desta situação, o agente diz

“*não podemos ser meros espectadores da realidade*”, que é o fundamento da dominação simbólica na qual os que assumem a posição de dominantes o fazem com a aceitação e, portanto, com a cumplicidade dos dominados. Neste sentido, o entrevistado convoca a “*deixar de sobreviver para começar viver*”, o que para o agente significa ter uma vida digna, onde se respeitem os direitos dos habitantes. Isso implicaria priorizar os interesses destes últimos e não dos grupos dominantes, o que é o mesmo que questionar os símbolos dominantes e, portanto, a ordem social.

Na visão de alguns agentes, o papel que deveria desempenhar a *Red Puna* toma a forma de um projeto político por meio do qual se podem ocupar cargos públicos e transformar assim a realidade do território. Neste sentido, um dirigente expressou como visualizava a *Red Puna* a médio prazo,

- “En un movimiento social... en un movimiento que tenga poder de negociar, por ejemplo... que sea un movimiento social para el cambio de alguna manera, también diferente (...) tiene que haber gente con mucha capacidad de negociar, de ponerse en un lugar y plantárselo y nunca bajar los brazos digamos... creo que eso tiene que ser la Red Puna... el conjunto de gente con pensamiento para el cambio y los poderes del Estado y los poderes de la sociedad, así como vamos creciendo... pero tenemos que evolucionar mucho más... pero tenemos que ir obteniendo el poder, tenemos que llegar al poder del Estado (...).

- ¿y por qué ocupar un espacio político?

- para mi es importante porque también es una estrategia desde el Estado, cómo poder obtener cosas con la participación de la gente, delante de una organización, (...) es el pueblo que vota para un cargo público y elige una persona justamente que tiene el derecho de pedir y tiene la obligación de dar (...) yo creo que siempre hay que dar importancia a la gente, todo siempre viene de la gente y para la gente... esas cuestiones tienen que ser manejadas por la misma gente, si no seguimos siendo manipulados” [MV-PM].

O entrevistado tem duas gestões em cargos públicos em uma comissão municipal de terceiro grau da Puna, a primeira como vereador e, no período da pesquisa, como secretário. Além disso, ele é uma das lideranças da APPP.

O agente, ao esperar que a *Red Puna* converta-se em “*um movimento que tenha poder de negociar*”, vê nela um espaço de acumulação de poder, a partir dos capitais que há no seu interior, em especial os habitantes organizados (capital social) assim como as habilidades para a negociação. Na perspectiva do agente, este poder amplia-se quando se ocupam cargos dentro da estrutura estatal (comissões municipais, prefeituras, deputados, etc.). De fato, a partir destes espaços não só se acessa a verbas e a bens públicos como também ao poder da nomeação oficial, como, por exemplo, para decretar leis, etc. Isto pode ser uma via por meio da qual impor e legitimar os novos símbolos e categorias de percepção e construção de mundo

contidas no discurso destes agentes, constituindo assim em um espaço de disputa e, portanto, de luta simbólica com o objetivo de promover uma mudança social no território.

Ao longo da entrevista, o agente salientou reiteradas vezes que os cargos públicos devem ser exercidos com a participação da gente, o que evidencia uma forma de diferenciar tanto sua proposta como sua figura dos políticos (cuja prática está associada ao clientelismo). Também é uma forma de instaurar uma denúncia pública e, assim, uma disputa, frente à dominação simbólica que exercem os políticos no território.

Não obstante, o fato de os dirigentes da *Red Puna* ocuparem cargos políticos para canalizar o projeto de mudança social, assim como o sentido que adquire esta última, são aspectos que ainda não foram debatidos no interior da *Red*. Neste sentido, um técnico de API, manifestou,

“Siempre se habló de un proyecto que sea muy propio del lugar... que respete la cultura, que respete la diversidad de la gente, que no pierda las costumbres, que surjan de las comunidades, que pueda vender cosas afuera [del territorio], mejorar la producción y demás... ir generando organizaciones cada vez más fuertes, con mayor poder dentro de la región, constituirse como un núcleo de poder al principio en la zona y en la provincia... después tiene que ver con el modelo de organización de mucha horizontalidad pero nunca se definió el proyecto... yo creo que este año va a ser fundamental para discutir eso... porque un proyecto de desarrollo siempre estuvo más vinculado a lo productivo esa fue la idea general.. a pesar que hay organizaciones de otro tipo (...) por eso yo creo que para definir bien el proyecto de desarrollo hay que empezar por definir el proyecto político... ¿qué quiere ser la Red? ¿un movimiento social? ¿un proyecto humano? ¿un proyecto tecnológico?

Ha aparecido mucha gente de la comunidad que ha sido candidata... lo que pasa es que nos ha demostrado que no es el camino para nada... sobre todo en las comisiones municipales... cualquier miembro de una organización o un productor llega a ser miembro de comisiones municipales... con experiencia, trabajo y capacitaciones y formación el tipo puede llegar tranquilamente, pero el tipo llega ahí... pasa a administrar unos recursos de mierda, ir a pedir por favor y a hacer cola para que lo atiendan en Jujuy... me atienden primero a mí antes que a él... entonces imaginate... el gobierno se caga... y nada más... lo único que genera es pelea en la comunidad porque todo el mundo le va a pedir cosas... entonces ¿cómo hace para no replicar el modelo de siempre? El modelo del intendente que tiene que conseguir el plan trabajar, el intendente que tiene que conseguir tal cosa... En API creemos que no es el camino, que lo único que haces al tipo es quemarlo... un buen dirigente se termina quemando porque te lo chupa el sistema tiene que ir a mendigar en una provincia donde no hay guita, donde no le pasan la coparticipación, donde no puede pagar nada... donde todo el mundo le va a pedir trabajo y donde todo el mundo quiere que ponga algo” [CR-T]

Esta visão do campo político no território e do poder que existe nele é diferente à do agente anterior. O que o técnico questiona é até que ponto nesses cargos públicos existe um poder factível de ser utilizado para subverter a ordem no território. Isto é questionado pelo agente, em primeiro lugar pelas escassas verbas que administram as prefeituras e as comissões municipais no território e, por outro lado, pelo escasso capital simbólico ou reconhecimento

que possuem os prefeitos ou comissionados municipais locais perante o governo provincial. De fato, no campo político eles ocupam as posições de dominados.

A escassez de poder que existe nos cargos políticos do território fica manifesta quando o entrevistado caracteriza o papel que devem assumir os políticos locais na capital da província, de não só “pedir favores” (o que significa estabelecer relações de patronagem com os agentes que ocupam as posições superiores no campo político da província), mas também “*fazer fila para ser atendido*”, isto é, não são priorizados por não serem considerados importantes, de fato um técnico, que se diferencia do político local por ser branco (não nativo) e universitário, “*tem prioridade na fila*”.

Por último, segundo o entrevistado, no âmbito territorial seria difícil para um dirigente da *Red Puna* que ocupa um cargo executivo na prefeitura não entrar na mesma lógica de clientelismo que reproduzem os políticos. De fato, as mesmas pessoas, condicionadas pelas suas disposições, veriam ao dirigente da *Red Puna* que ocupa o cargo como alguém a quem pedir favores, reproduzindo assim as lógicas de patronagem.

Em síntese, segundo a perspectiva da equipe técnica de API, os dirigentes da *Red* que ocupam estes cargos atualmente dificilmente poderiam subverter as lógicas de clientelismo político sendo o mais provável que eles ficassem atrapalhados nelas.

Por outro lado, o fato de o técnico não visualizar um poder digno de ocupar nos espaços locais de representação política esta relacionado com a sua origem social (urbana) e posição de classe. Assim, o fato de o agente conhecer outros espaços de poder, em especial, o que se localiza em Buenos Aires, lhe permite relativizar o poder que existe nos cargos de políticos locais. Além disso, o técnico tem uma trajetória política no movimento estudantil, e ocupou cargos representativos na estrutura universitária, experiência que lhe permite relativizar o poder que existe nos espaços de representação e valorizar, em contrapartida, a organização, a mobilização e formação, isto é, o comportamento corporativo, como forma de construção de poder.

4.3.2 A “renegociação” da aliança com os técnicos

No discurso institucional da *Red Puna*, é explícito que se trata uma organização que articula organizações de base do território. Porém, ela também é integrada por técnicos e,

ainda mais, entre as organizações que a integram, encontra-se API, que é uma ONG formada na sua maior parte por técnicos⁸¹.

Durante o trabalho de campo, em uma reunião de microrrede, alguns dirigentes expuseram a necessidade de redefinir o papel que vinham desempenhando os técnicos na *Red Puna*. A partir desta inquietação, evidenciaram-se diferentes visões entre os membros da organização.

Em uma entrevista realizada com uma dirigente de uma organização do âmbito urbano, a quem se perguntou que papel lhe parecia que assumiam os técnicos da *Red*, manifestou:

“Yo creo que nos ayudan en el aprendizaje, en hacernos ver a nosotros mismos los errores que tenemos o que estábamos cometiendo... (...) representarnos en diferentes lugares porque por ahí nosotros tenemos reunión en tal lado pero porque tenemos nuestros hijos es difícil salir y sabemos que tenemos técnicos que nos están representando” [I-A].

A entrevistada nasceu em uma comunidade rural vizinha a Abrapampa e posteriormente radicou-se nesta cidade. A sua experiência prévia em organizações sociais inicia-se em um *comedor popular*, que fazia parte do *Programa Yachay* de OCLADE. Este comedor juntou-se a outros e formaram a *Central de Comedores Masi Maki*, que logo se integrou à *Red Puna*.

No seu depoimento, a entrevistada outorga aos técnicos dois papéis: o da capacitação e o da representação.

No que diz respeito ao primeiro, a entrevistada diz que os técnicos “*devem fazer ver a gente os erros que estábamos cometendo*”. Nesta afirmação a entrevistada vê nos técnicos agentes possuidores de um “saber” e de um “conhecimento” legítimo, isto é, portadores de um capital cultural e, portanto, delega a eles o papel de capacitadores.

De fato, os técnicos assumem o papel de capacitadores, isto é, problematizar aos membros da *Red Puna* com o objetivo de gerar um processo de auto-objetivação, isto foi evidenciado no depoimento do técnico de API, citado anteriormente (páginas 163 - 164). Porém, neste agir os técnicos só conseguem problematizar a partir de suas estruturas cognitivas, símbolos e percepções de mundo, isto é, a partir de sua visão de mundo a qual é criada desde um ponto no espaço social, isto é, desde a classe social à qual pertencem. Assim,

⁸¹ Ainda que, no seu início, API fosse formada na sua totalidade por técnicos, nos últimos anos somaram-se os agentes do âmbito rural e urbano, que assumem o papel de *promotores* nos seus projetos. Muitos deles também são dirigentes nas suas comunidades ou organizações.

neste problematizar induzem aos produtores a questionar ou melhor dito a romper com aqueles símbolos e representações sociais dominantes que são questionadas pelos mesmos técnicos, e nisto estão em jogo as próprias disputas de classe dos técnicos que não necessariamente são as mesmas que as dos nativos.

Não obstante, este processo de auto-objetivação, na medida em que se inscreve em um processo de *auto-socioanálise*, pode promover que os membros da *Red Puna* comecem a agir em função dos seus interesses e assim deixar de reproduzirem a relação de dominação à qual estão sujeitos.

No que diz respeito ao papel da representação que a entrevistada atribui aos técnicos, deve-se considerar que representar implica falar por alguém. Isto faz parte do que Bourdieu denomina o “mistério do ministério”, o que implica que,

“na representação, (...) o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo (...) é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado e indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar e de agir em nome do grupo, de ser tomado pelo grupo que ele encarna” (1996 p. 82)

Naturalmente, a representação só é efetiva na medida em que a liderança representa os interesses do grupo. Representar implica mediar, e nem sempre a representação corresponde às expectativas do grupo. Mas, para o caso análise, uma coisa que se deve considerar, é a origem e posição social diferente que têm os técnicos, fato que implica uma visão de mundo também diferente, sendo ainda mais difícil uma representação que corresponda aos interesses dos demais membros.

Não obstante, não todos os membros da *Red* compartilham do ponto de vista da entrevistada, isto se evidencia no seguinte depoimento:

“Al principio [la Red Puna] era más de los técnicos... bueno, nosotros íbamos más por escuchar... no poníamos tantas propuestas o como podemos seguir... era más técnicamente.. siempre los técnicos decían “hagamos esto” o “nos podemos juntar así” pero eso pasó un tiempo... (...) y después fuimos creciendo más... y los representantes que ya íbamos fuimos creciendo más en el sentido de participación, de saber qué es una organización, y eso por las mismas capacitaciones de los técnicos hemos ido creciendo (...) y hoy nosotros los representantes, lo dirigentes, ya no son aquellos de hace cinco años y me parece bien porque ya estamos en tiempo de decir “para qué los técnicos y para qué no” [M-L]

Neste depoimento, a entrevistada descreve diferentes momentos nos quais o papel que os produtores e os técnicos assumiram foi mudando. De fato, a *Red Puna* originou-se como

uma rede de ONGs e tanto sua estrutura organizativa quanto os espaços de comunicação e tomada de decisão foram desenhados conforme as características (capitais) de seus membros, ou seja, os técnicos (profissionais universitários). Assim, tanto a palavra quanto o agir por meio de uma organização, (isto é, o comportamento corporativo) tiveram um papel relevante neste novo espaço. Neste ponto é importante salientar que ambas as duas características não eram comuns nas disposições dos habitantes do território (isto foi demonstrado no capítulo 2 e 3), o que explica o exposto pela entrevistada quando manifesta “*no início a Red Puna era mais dos técnicos... nós íamos mas por escutar, não propúnhamos propostas (...) sempre os técnicos diziam façamos isto...*”. Assim, no início o papel que os produtores assumiram foi marginal e passivo devido ao fato de não possuírem os capitais para desenvolver-se nesse espaço, como também por não estarem legitimados para impor sua visão de mundo por serem produtores participando em uma rede de técnicos.

No entanto, a partir do momento em que os produtores ganham experiência, conhecimento e saberes, em palavras da entrevistada “*já têm crescido*”, o que significa que se apropriaram de alguns dos capitais necessários para defender as suas tomadas de posições na *Red*, começam a disputar o papel que têm os técnicos no que diz respeito à tomada de decisões e também a promover mudanças na estrutura organizacional da *Red Puna* as quais são mais acordes a suas disposições e capitais.

Por outro lado, agora a *Red Puna* já não é uma rede de ONGs, mas uma organização de produtores, sendo os interesses destes últimos os que estão em jogo e os que devem ser representados. Neste contexto, os técnicos já não gozam do capital simbólico que tinham no começo, ou seja, da legitimidade para tomar as decisões por serem técnicos. Em contrapartida, são os dirigentes que gozam deste reconhecimento, por dois motivos: por serem produtores, e por estarem capacitados para tomar decisões neste espaço.

Não obstante, é importante salientar um aspecto. A entrevistada ao indicar quem são os agentes legitimados para tomar decisões só faz referência aos dirigentes, desqualificando os técnicos e ignorando (o que é o mesmo que não legitimar) as bases. No seu testemunho, o que legitima os dirigentes diante dos técnicos é sua condição de “produtores” em uma organização de base. Com respeito às bases, embora a entrevistada não as mencione, implicitamente, as desqualifica ao não considerá-las; porém no seu discurso pode-se entrever que o argumento que desqualificaria as bases para participarem na tomada de decisão é a falta de formação, isto é, o capital cultural que elas não têm mas que têm os dirigentes. Em outras palavras, no

raciocínio da dirigente, as bases estariam hoje no mesmo lugar em que estavam os dirigentes há 5 anos e, nessa condição, estava certo que “os que sabem” (nesse momento os técnicos) tomaram as decisões; assim, atualmente esta situação reproduz-se para as bases (que embora sejam produtores não estão capacitadas), sendo os dirigentes (“os que sabem”) os que se encontram legitimados para tomar as decisões.

Não obstante, ao definir o papel que devem assumir os técnicos neste momento, este se circunscreve a “*conseguir financiamento*”, “*ajudar a fazer coisas*”, ou seja, aquelas ações que os produtores ou dirigentes não estão em condições de realizar. Neste sentido, visualiza-se nos técnicos um agente de confiança, dotado de um capital global (cultural, social e simbólico), que pode colocá-lo a serviço dos produtores.

Mas, se a *Red Puna* propõe-se promover uma mudança social no território e os que estão legitimados para tomar as decisões são apenas os dirigentes, então não fica claro em que medida estarão contidos os interesses dos técnicos no projeto de mudança social da *Red Puna*?

Na maior parte das entrevistas feitas com os dirigentes da *Red Puna*, o lugar que se atribuía aos técnicos era de “apoio” e “acompanhamento”. Estas duas palavras, por definição, significam auxiliar os produtores na realização e execução de seus objetivos, porém não se manifestou que os técnicos tenham algum espaço para definir o rumo que tomaria esse projeto de mudança social.

Mas que características dos técnicos tiram-lhes legitimidade para ter também um papel ativo na tomada de decisão? Isto se pode explicar, em parte, pela sua origem social. De fato, não existe uma identidade a partir da posição que ocupam no espaço social, ou seja, de classe, com os demais integrantes da *Red*, e é neste ponto que Bourdieu faz referência à temporalidade das alianças entre classes e a “os mal entendidos mais ou menos conscientes” que existem. Ou seja, diferentes origens sociais condicionam os interesses e visões de mundo dos agentes, o que se traduz em diferenças que, em algum momento, se farão explícitas.

Neste sentido Neves, manifesta, que,

“os mediadores valorizam a transmissão de saber para assegurar a viabilidade da instituição que representam ou a defesa da posição que ocupam num determinado campo. O mediado, por outro lado, também tenta reordenar os objetivos da instituição aos seus interesses e saberes mais imediatos, viabilizando a objetivação de suas expectativas, valores e pontos de vista. Interligando partes que se tocam mas não se perdem em sua especificidade, o exercício de mediação pressupõe e reproduz a

construção de identidade e do distanciamento social. Através dessa análise pode-se perceber como as mudanças implicam lutas sociais, conflitos de interesses e idéias entre aliados e compromissados na realização dos mesmos objetivos gerais” (1998. p. 154).

Concordando com Neves, no modo de agir dos mediadores técnicos, isto se evidencia na valorização do seu papel de *capacitador* (e, portanto, da posse de capital cultural), o qual ficou explícito nos depoimentos anteriormente citados. Pela parte dos dirigentes (os mediados) implica uma disputa pelo espaço de decisão, que é o que garante o rumo que vai tomar a organização da qual fazem parte.

No entanto, outro aspecto que também poderia explicar a pergunta formulada surgiu em uma entrevista a um dirigente, na qual se perguntou como evoluiria a relação entre a *Red* e os políticos, ao que ele respondeu,

“Va a depender de cada familia cuidar de esto.. porque si bien es cierto que a los técnicos no los vamos a tener todo el tiempo, seguramente van a aparecer otras oportunidades y se van a ir.. y bueno la Red va a quedar.. y tiene que quedar lo mismo bien, estamos manejando los productores y hay que cuidarla” [M – SR]

Neste depoimento vislumbra-se o lugar dos técnicos, e de fato eles não são vistos a longo prazo no território. Isto provavelmente tenha a ver, em primeiro lugar, pelo fato de eles não serem nativos, a sua origem é externa ao território. Em segundo lugar, levando-se em conta a simbologia que tem o território para os nativos, de “pobre” e “difícil de progredir”, não se explica por que os técnicos, que possuem um capital cultural significativo, ficariam aí. De fato, é lógico pensar que eles vão ter oportunidades de trabalho melhores fora do território. No entanto, para os nativos, o território é o lugar onde vão ter que desenvolver sua vida no futuro. Por conseguinte, os que têm legitimidade para tomar as decisões no âmbito da *Red* são os que se projetam a longo prazo no território.

Por sua vez, os técnicos também sentem a necessidade de redefinir seu papel na *Red*. Neste sentido um entrevistado manifestava,

“Habría que repasar ¿qué es ser técnicos?... creo que estamos en un buen momento para replantear ese tema, creo que se ha venido con un fuerte protagonismo desde el papel de los técnicos, creo que con buenas intenciones digamos, y creo que es un momento de replantear estos papeles, estas funciones, estas responsabilidades y de seguir abriendo la cancha y delegando cosas digamos... creo que tenemos la oportunidad en este tramo de la construcción de que el protagonismo que estaba en manos de los técnicos esté mas en manos de los dirigentes de las organizaciones que es el objetivo de todo esto... Hay una cuestión de fortalecer diálogos, porque si están bien entendidos los códigos del diálogo se puede hablar y charlar digamos sin creer que el técnico tiene que decir la verdad.... muchas veces todavía vivimos bajo esa imagen, de que el externo, el

técnico o el cura, o ese el que está ahí es el que me viene a develar.... entonces yo puedo pelear distinto... entonces si se construye el término del diálogo de que yo opino, pero no lo que opino es la verdad, yo soy uno más... ahí deberían darse las condiciones de que el técnico hasta ahí digamos...

Pero también, por ahí en algún momento es bueno correrse de ahí.. para que el otro se fortalezca y tengamos esa misma capacidad de diálogo o oportunidad de decisión.... uno tiende a que la construcción de estos espacios no es de unos más y otros menos sino que todos con las mismas condiciones de lo humano y la carnalidad que tenemos...” [F.-SSJ.]

O agente reconhece o capital simbólico que possui perante os produtores familiares membros da *Red*, e esse poder simbólico explica-se por o fato de ele ter nascido fora do território, o que significa não ser nativo, além de ser um profissional. Este reconhecimento que tem por não ser nativo, é produto da dominação simbólica e se traduz na disposição dos nativos em depositar o “conhecimento legítimo” e “o saber” no agente externo e em reconhecerem-se como “ignorantes”. Esta relação de poder é reconhecida pelo entrevistado ao se perguntar: até que ponto os técnicos fazem uso desse capital simbólico que possuem para impor sua visão de mundo e, até que ponto, geram as condições para reverter essa situação e estabelecer diálogos em situações mais simétricas.

O reconhecimento da diferença de capitais entre as diferentes categorias intervenientes, leva os produtores familiares e os técnicos a reeditarem periodicamente as regras sobre as quais se fundamenta essa aliança entre eles. Como manifesta Neves, D.,

“O projeto político só se viabiliza pela produção de certas equivalência fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação. Este próprio espaço só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social. Enfim, sua objetivação implica a produção de crenças comuns que orientem os modos diferenciados de participação no projeto de mudança das relações de força propiciadoras da reprodução ampliada da marginalidade econômica, social e cultural dos que estão em posição de dominados” (1998. p. 153).

De fato, este questionamento feito pelos dirigentes faz parte de um desafio que se vem colocando na *Red Puna*, com o objetivo de “democratizar o poder”, que é o fundamento sobre o qual se pretende construir uma outra forma de ver o mundo. Neste contexto impulsionou-se a *Escuela de Formación de Dirigentes*, na qual favoreceu-se o *empoderamento* dos dirigentes a partir da capacitação e o fortalecimento da auto-estima. O fato de que os dirigentes questionem o papel que assumem os técnicos, isto é, coloquem em jogo quem está legitimado para tomar decisões, significa, por um lado, que vem aumentando a auto-estima e a revalorização da visão local e, por outro lado, o seu papel ativo na redefinição dos códigos e consensos na organização. Isto, por sua vez, permite-lhes começar a estabelecer disputas, nas quais se coloquem em jogo os interesses dos próprios produtores o que faz parte da criação de

símbolos e uma nova forma de ver e conceber o mundo que leve em consideração os interesses dos nativos. Mas isto só é possível na medida em que estes agentes iniciem uma luta simbólica para impor a sua visão de mundo.

Em síntese, o que fica evidente através deste capítulo é que a *Red Puna* converteu-se em um espaço onde diferentes agentes convergem com o objetivo de ampliar o seu capital social e por meio deste levar a cabo diferentes interesses. Existe um interesse comum a todos os agentes envolvidos que é converter o capital social em capital econômico, com o objetivo de aumentar as rendas familiares e melhorar a qualidade de vida. Porém, em função da visão de mundo que cada agente tem, suas metas serão diferentes.

Alguns agentes articulam-se neste espaço com o objetivo de captar recursos (financeiros e conhecimento), visando a melhorar suas condições materiais de vida. Estes agentes, nos seus depoimentos, não colocaram em questionamento a arbitrariedade da ordem social, mas nos seus testemunhos evidenciou-se o objetivo de reproduzir a sua posição social ou inclusive escalar posições, visualizando na *Red Puna* um agente externo que pode contribuir para este fim.

Por outro lado, existem agentes que buscam melhorar não só suas condições materiais de vida como também questionar os símbolos com os quais os grupos dominantes vêm e concebem o mundo. Isto implica estabelecer uma disputa para deixar a condição de dominados na qual estão e impor a sua visão de mundo. Neste agir, os agentes questionam a ordem social, já que começam a perceber que só a partir de modificar o sentido comum que existe no território e, portanto, as categorias de percepção, pode-se mudar a ordem social e, assim, melhorar sua posição no espaço social. Nesta luta simbólica, estes agentes vêem a *Red Puna* como um agente que deve assumir o papel da representação dos interesses dos setores sociais dominados e promover sua organização como classe mobilizada. Esta última visão é dominante entre os técnicos e os dirigentes da *Red*, sendo isto o bem simbólico de intercâmbio do grupo; assim isto se manifesta no discurso institucional da organização, discurso por meio do qual se procura criar a identidade do grupo e, portanto, sua coesão, isto é, o próprio grupo.

É neste sentido que os diferentes agentes estabelecem disputas no interior da *Red Puna*, para impor a visão de mundo que lhes parece mais legítima, e é a partir das visões que se impõem como dominantes no interior da *Red* que esta vai desenvolvendo as suas ações no

território e fora deste, e por meio delas a *Red* envolve-se em diferentes lutas simbólicas, como se verá no próximo capítulo.

5 TERRITÓRIO, CAPITAL SOCIAL E LUTA SIMBÓLICA

Neste capítulo, analisar-se-á como a partir do momento em que a *Red Puna* torna-se um novo agente social no território, passa a estabelecer alianças e disputas com outros agentes com o objetivo de levar a cabo os interesses de seus integrantes, resultando em uma luta simbólica.

Embora no capítulo anterior tenha-se estudado as diferentes *tomadas de posição* dos agentes que participam na *Red Puna*, no presente capítulo privilegiar-se-á o discurso institucional que enuncia a organização nos diferentes meios: no *Boletín Red Puna*, nas declarações de seus representantes, na imprensa e nas manifestações públicas. Considerando que por meio deste discurso, a organização constitui-se como um agente coletivo e estabelece suas disputas simbólicas nos espaços onde interage.

5.1 A construção da identidade

Embora a *Red Puna* tenha surgido como um espaço de articulação de ONGs em 1995, ganha impulso e força como organização no território a partir do ano 2000, depois da entrada massiva de organizações de base e da execução dos primeiros projetos produtivos e de comercialização associativa entre organizações.

É a partir deste momento que a *Red Puna* começa a investir energias na construção da sua identidade, tanto para seu interior como para o exterior, ou seja, procura construir uma imagem e ser reconhecida tanto pelos seus membros como por outros agentes.

No ano 2001 a *Red* cria em sua estrutura, a Equipe de Comunicação, por meio da qual procura aumentar a comunicação com seus membros e, ao mesmo tempo, difundir a outros agentes as ações que está realizando e sua visão de mundo.

Entre os meios de comunicação utilizados destaca-se o *Boletín Red Puna*, o qual vem sendo editado desde o ano 2000. Este boletim é distribuído entre seus membros, outras organizações sociais e diferentes instituições do estado. Por meio deste boletim, a *Red* afirma e constrói sua própria identidade como uma nova organização social no território, difundindo os projetos e atividades que está realizando, as organizações que a integram e sua tomada de posição perante os acontecimentos provinciais e nacionais.

Por outro lado, por meio do boletim e a participação periódica nos meios de comunicação (provinciais e nacionais), a *Red* reafirma seu papel de mediador, ao se constituir em um agente que articula os povoadores do território com outros agentes locais e externos. Em seu papel de mediador, a *Red Puna* assume a representação de seus membros na realização de denúncias e reivindicações que têm a ver com os interesses de seus representados. Também assume o papel de executar projetos que são financiados pelo Estado nacional e/ou outras ONGs.

5.1.1 O Auto-reconhecimento

Um aspecto que surge a primeira vista na análise da identidade que vêm construindo os membros da organização, é o seu nome: *Red Puna*, que está estreitamente vinculado a uma identidade territorial.

No começo, este nome foi colocado pelos primeiros integrantes, as ONGs, tentando significar a rede de agentes que trabalhavam na promoção do território. Porém com a entrada massiva das organizações de base, o nome mantém-se e estes novos agentes passam a ressignificá-lo, já que agora representa as organizações de base do território, ou seja, a *Red* são as pessoas de Puna e Quebrada, são os habitantes legítimos do território. Isto, também se evidencia no desenho do boletim, no qual abundam as fotos dos povoadores como também existe uma seção destinada para as pessoas relatarem experiências pessoais.

Recentemente o nome da organização foi modificado, já que se integraram organizações da região dos *Valles de Altura* da província de Salta⁸². Assim, a organização passou a chamar-se oficialmente “*Red Puna, Quebrada y Valles*”; porém é conhecida e denominada, tanto por

⁸² A partir do ano 2002, diferentes organizações comunitárias dos Valles de Altura de Salta que limitam com o leste de *Puna jujeña*, começaram a participar de eventos da *Red Puna*. É importante salientar que esta zona encontra-se em um isolamento geográfico e a principal via de comunicação com as outras regiões é através de *Puna jujeña* e de Quebrada de Humahuaca.

seus membros como pelos demais agentes do território, como *Red Puna*. Talvez, isto se deva a uma simplificação da fala, mas uma simplificação que embora não contenha as demais geografias que integram a *Red*, subentende que se trata de todo o território. Isto é, a Puna contém uma simbologia importante porque constrói um *par de oposição* entre os habitantes que moram no norte da província (as *terras altas*) e os que habitam no sul (as *terras baixas*), diferenciando-se entre eles cultural, geográfica, econômica e socialmente. Esta diferença é ainda maior quando comparada aos habitantes do resto do país.

O fato, de uma organização se identificar com a denominação de um território tem uma simbologia relevante, pois assume publicamente a representação deste e envolve a ambição de ser reconhecida como seu representante legítima. Neste sentido, Bourdieu (1996) manifesta que

“ (...) as lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem (...) constituem um caso particular das lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, lutas para impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que logo se impõem ao conjunto de um grupo e estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido mesmo, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo” (1996, p. 108).

Assim, a existência de uma disputa por impor a forma de ver e classificar o mundo, isto é, o território e seus próprios habitantes, fica evidente ao analisar a definição da identidade social que faz a *Red Puna* de seus próprios integrantes, ou seja, como se reconhecem e como se identificam tanto a si mesmos como para o resto da sociedade. Neste sentido, fez-se uma revisão das diferentes autodenominações que utilizaram dirigentes e integrantes da *Red Puna* em atos e manifestações públicas e evidenciou-se que essas autodenominações estão referidas a quatro tipo de condições: a profissional, a racial, a de gênero e generacional e a social (Quadro 6).

Quadro 6 Autodenominações da *Red Puna*

Profissional	Gênero/generacional	Racial	Social
Agricultores	Idosos	Aborígenes	Desempregados
Artesãos	Homens		Excluídos
Camponeses	Jovens		Marginados
Pequenos produtores	Mulheres		Esquecidos
	Crianças		Pobres

Fonte: elaboração própria

Em relação à condição profissional, estas denominações abrangem todas as atividades produtivas que estão sendo apoiadas pela *Red Puna* e, que de certo modo, seus membros pretendem que estes sejam seus principais sustentos de vida. Neste ponto, pode-se destacar que é uma novidade que moradores do território passem a identificar e reivindicar-se como produtores agropecuários ou agrícolas. De fato, como foi exposto no primeiro capítulo, até inícios da década dos anos 90, a produção agropecuária com destino ao mercado era praticamente inexistente no território e como tal desconhecida pelas autoridades governamentais e outros agentes já que os povoadores rurais eram reconhecidos como *mineiros* ou *zafreiros*, ou seja, como vendedores de mão-de-obra. Embora os povoadores do campo produziam produtos agropecuários, estes tinham como destino o consumo familiar e, de maneira marginal, a venda no mercado local, não se considerando, portanto, uma atividade profissional.

Assim, surge no território uma nova identidade, que significa uma nova categoria social, de modo que alguns povoadores e organizações começam a reconhecer-se e reivindicar-se como (pequenos) produtores agropecuários e/ou camponeses.

A construção desta nova categoria social não só afeta a identidade dos moradores do âmbito rural mas também estabelece uma disputa e, portanto, uma luta simbólica em torno da identidade do território. De fato, ao reconhecer-se como produtores agropecuários, estes agentes passam a ver, reconhecer e construir o território de uma forma diferente da visão dominante. Esta nova visão atribui ao território uma função social: a de produtor de alimentos, em contraposição à visão dominante que o reconhece como um lugar de reprodução de mão-de-obra (barata e pouco qualificada) e de extração de minerais. Em outras palavras, neste auto-reconhecimento como produtores agropecuários, os agentes estão instalando uma disputa em relação a como conhecer e reconhecer o território, ou seja, como construí-lo e como se integrar do econômico ao resto da província, o que é uma visão oposta à que dominou historicamente.

No que diz respeito à ênfase que os membros da *Red* colocam para salientar a diferença de gênero e idade, isto é, salientar que a *Red* é integrada por homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, é importante considerar que isto faz parte de outra luta simbólica que existe entre seus membros. Esta luta pretende subverter a visão de mundo dominante onde “o masculino” e “o adulto” fazem parte do mundo público, e como tal são valorizados e, em contrapartida, “o

feminino” e “o jovem” fazem parte do mundo doméstico e não são valorizados nos espaços públicos de representação nem nas políticas públicas.

O reconhecimento público da posição subordinada que ocupa a mulher na vida cotidiana, em parte, é produto de um trabalho que vêm realizando os técnicos das ONGs⁸³ e que tem tido forte repercussão nas dirigentes mulheres e em um número significativo de homens. Isto faz parte de outra disputa na qual se procura que a mulher possa reverter a discriminação de gênero à que está sujeita, fato que não é outra coisa senão violência simbólica e que em algumas ocasiões no âmbito doméstico, toma a forma de violência física. De fato, no discurso das dirigentes questiona-se a falta de reconhecimento da contribuição econômica que realiza a mulher no lar, como também a resistência dos homens a respeito de sua participação em espaços públicos de representação, em especial, nas organizações. Outro aspecto que tem um lugar relevante nas ações da *Red Puna* é a capacitação em saúde reprodutiva para que as mulheres tenham a possibilidade de decidir sobre sua vida sexual e, em especial, quando ter filhos.

A distinção generacional surge como uma reivindicação dos jovens principalmente. A partir do momento em que se vêm modificados os padrões migratórios, a presença de jovens nas comunidades rurais viu-se notavelmente incrementada. Nesta conjuntura, estes agentes começam a questionar, no interior das comunidades, que se sentem como estranhos em seus lugares de origem, devido não só à falta de espaços de recreação e de contenção, como também às dificuldades para emancipar-se economicamente e ao desconhecimento de suas opiniões nos espaços organizativos das comunidades.

A partir das reivindicações das mulheres e dos jovens, no ano 2001, criaram-se na estrutura da *Red Puna*, a Área Jovem e a Área Mulher, por meio das quais procura-se dar respostas às reivindicações destes grupos. Estas áreas representam a “institucionalização” das disputas destes grupos no interior da *Red* e ganham legitimidade a partir da aliança que estabelecem estes agentes com os técnicos. Ao mesmo tempo, estes agentes, por intermédio da *Red Puna*, começam a ter voz no âmbito territorial e, mediante a colocação de suas reivindicações, também começam a questionar a condição de dominados que ocupam na sociedade.

⁸³ Tanto os técnicos das ONGs que integram a *Red Puna* como outras ONGs do território (*Warmis Sayasunjo* e OCLADE) trabalharam intensamente, nos anos 90, a temática de gênero e saúde reprodutiva feminina.

Em relação ao seu reconhecimento como aborígenes, a *Red Puna* põe em jogo e começa a questionar (e, portanto, tentar subverter) a conotação negativa que tem esta palavra na província. Como foi analisado no segundo capítulo, as denominações de *coya*, *indígena* ou *aborígene* na província têm uma conotação negativa, associada a “o *inculto*”, “o *atrasado*” ou “o *pobre*” e converteu-se em uma das formas através das quais se manifesta a dominação simbólica no território. Não obstante, a *Red Puna*, como outros agentes do território, ao reivindicar-se como aborígenes, começam a identificar-se com a cultura nativa, o que significa revalorizá-la e questionar a visão de mundo dominante. Por outro lado, os coloca como os povoadores legítimos do lugar, transformando-os em portadores de legítimos direitos que lhes estão negados neste momento como por exemplo a terra, que é o eixo de disputas entre os povoadores locais e o governo provincial.

No entanto, chama a atenção que a identificação não seja étnica, pois não se identificam com nenhuma das diferentes etnias que povoavam o território, senão que o auto-reconhecimento é como aborígene, termo etnicamente neutro, e que só faz referência a que é originário do lugar (e, portanto, que não é de origem ocidental ou branco). Porém, é importante considerar que é a mesma terminologia utilizada pela figura jurídica (organização comunitária aborígene) e que, por sua vez, precisam-na para as comunidades terem a propriedade coletiva das terras. Só alguns agentes identificaram-se, no transcurso das entrevistas, como *coyas*, o que implica uma identidade étnica⁸⁴.

Por outro lado, encontra-se a identificação dos agentes com a posição que ocupam no espaço social, já que ao denominar-se a si mesmos, como “pobres”, “marginados”, “excluídos”, etc. estão fazendo referência, por oposição, à existência de ricos, privilegiados e incluídos. Em outras palavras, ao objetivar a posição que ocupam no espaço social e a própria condição de dominados, por *par de oposição*, estão denunciando a existência de dominadores, isto é, a manifestação pública da existência de uma ordem arbitrária, na qual eles ocupam as posições subordinadas. Este é outro ponto de ruptura com a visão de mundo dominante no território, na qual a pobreza não é produto das relações de classe, mas das adversidades climáticas e culturais.

⁸⁴ Esta denominação é questionada por algumas organizações *indigenistas* de Jujuy por ser o termo que os espanhóis usaram para denominar as diferentes etnias que viviam no território no começo da colonização e, portanto, segundo estes agentes não representa nenhuma das etnias que moravam no território com anterioridade à colonização.

O auto-reconhecimento, em função de sua condição social, evidencia que os membros da *Red Puna* têm realizado um processo de objetivação da realidade social na qual vivem, que como toda ordem social é arbitrária, e a denunciam, fato que implica questionar a ordem social existente, o que implica o desejo de subvertê-la. Conforme com Bourdieu,

“A eficácia do discurso performativo que pretende fazer acontecer o que enuncia no próprio ato de enunciar-lo é proporcional à autoridade daquele que o enuncia (...) Mas o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém, depende também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade do grupo ao qual está endereçado, ou seja, tanto no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros desse grupo como nas propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas, sendo que a relação entre essas mesmas propriedades somente pode ser evidenciada em função de um princípio determinado de pertinência. O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade” (1996, p. 111).

A partir dessa multiplicidade de identidades, os agentes não só delimitam as posições que ocupam no espaço social como também começam a visualizar a sua condição de dominados. O fato de agrupar-se em uma organização que começa a intervir no território reivindicando os interesses dos seus membros, constitui-os em uma *classe mobilizada*. Assim, estes agentes procuram sair da condição de dominados, o que implica tentar subverter os símbolos a partir dos quais se constrói o mundo e, portanto, a ordem social. De certo modo, estes símbolos, a partir dos quais os membros da *Red* constroem sua identidade como grupo ou classe, encontram-se refletidos no seu emblema (ver Figura 3, Anexo F).

5.1.2 A manifestação pública: “*Red Puna, un proyecto de todos*”

Nos primeiros cinco anos de existência, a *Red Puna* praticamente não teve ato algum de manifestação pública, com exceção da difusão do primeiro documento institucional difundido pela organização. Porém, a partir do ano 2000, evidencia-se uma mudança na estratégia de *Red*, já que os seus integrantes começam a participar de diferentes eventos públicos, representando a *Red*, ao mesmo tempo em que esta organização inicia uma importante difusão de suas atividades por meio da imprensa.

No dia 31 de agosto do ano 2001, comemorou-se o aniversário da fundação da cidade de Abrapampa e realizou-se um desfile cívico onde participaram as diferentes organizações e

instituições da cidade. Neste ato desfilaram os membros da *Red Puna*, o que de certa maneira converteu-se em um ato de apresentação em sociedade.

As organizações integrantes da *Red* marcharam detrás de uma bandeira na qual se lia “*Red Puna, um projeto de todos*” e estavam identificadas com diferentes distintivos que faziam referência à *Red* e a suas respectivas organizações. Em uma entrevista realizada com duas mulheres dirigentes da *Red Puna* que moram em Abrapampa, evidenciou-se a relevância que teve este acontecimento:

- “- Me enteré que hubo un desfile bastante grande en Abrapampa y que desfilaron como Red Puna...
- *Mujer A*: si el 31 de agosto... creo que con 500 personas...
- ¿cómo repercutió en Abrapampa?
- *Mujer A*: y bueno... fue una emoción muy grande.... porque era la primera vez... tanta gente... e inclusive atendieron a todos... fueron con gorras...
- ¿y el intendente?
- *Mujer A*: y ¿cómo lo habrá visto el intendente? La verdad que no se lo preguntamos... y ni si quiera nos ha dicho felicitaciones por haber traído tanta gente... y bueno que se yo, era el aniversario del pueblo... y esas cosas...
- ¿Ah... no les dijo nada?
- *Mujer A*: no.
- ¿y la gente de la Iglesia, de las escuelas?
- *Mujer A*: no.
- *Mujer B*: si, nosotros charlamos con María Marta [técnica de la Red Puna] y ella nos comentaba,
- *Mujer A*: pero ella es una de las de la Red...
- *Mujer B*: claro, yo me di cuenta la reacción que tuvo el padre Quique al contarle a María Marta... María Marta contaba que el padre Quique se había sorprendido y le había dicho que no podía creer que ese grupo estaba trabajando con tantísimas organizaciones y un montón de cosas más... Después yo por parte de los docentes escuché comentarios que ellos mismos decían que “por ahí era una organización creíble” para ellos... porque “¿cómo puede ser que ellos hayan reunidos tanta gente y nosotros como docentes cuando avisamos algo no hay esa cantidad de gente?” inclusive no se unían diferentes pueblos que estaban para esa lucha que querían... entonces para ellos es sorprendente que nosotros como Red Puna estemos organizados con tantísima gente... Yo me acuerdo que estaba parada esperando a que llegará mi lugar para desfilan... yo estaba con mi bebe y yo me acuerdo que veía que venía la gente toda revolucionada... pero era impresionante...” [E y N – A].

Embora os integrantes da *Red* tivessem uma importante presença no território, não só por estarem vivendo lá mas também pela diversidade de projetos que vinham executando, a visualização dos mesmos como grupo, quer dizer, como *Red*, não chegava a ser significativa para o resto da sociedade. De fato, algumas organizações membros da *Red Puna* eram mais conhecidas no território que a própria *Red* e muitas das ações realizadas por esta última, aos olhos dos outros agentes do território, estavam promovidas pelas organizações de base e não pela própria *Red*.

É em função disto que a manifestação pública converte-se em uma apresentação em sociedade, na qual os integrantes da *Red* passam a conhecer-se e reconhecer-se entre eles e, ao mesmo tempo, são conhecidos pelo resto da sociedade.

Como sugere Bourdieu, todas as lutas pela identidade têm como motivo principal a imposição de percepções e de categorias de percepção,

“(...) o poder quase mágico das palavras reside na objetivação e na oficialização de ato levadas a cabo pela nomeação pública, diante de todos, e cujo principal efeito consiste em extrair a particularidade (...) e a oficialização encontra sua plena realização na manifestação, ato tipicamente mágico através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como *para si mesmo*, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (1996 p. 112)

Este desfile foi, para muitas das organizações de base assim como para seus integrantes, o primeiro ato de manifestação pública no qual participaram. Neste sentido, este desfile converteu-se em um ato simbólico de relevância para os integrantes da *Red* não só porque foram reconhecidos pelos outros agentes como uma organização, mas também porque nesse evento, eles mesmos visualizaram, em um ato concreto, a existência da *Red*. Desta forma, tiveram uma noção de suas dimensões, respeito ao número de organizações, número de pessoas, etc. e ao tipo de organizações que a integram.

O auto-reconhecimento ocorre a partir do momento em que os membros da *Red* manifestam-se para o resto da sociedade, identificados como grupo, que porta símbolos (boné, bandeiras, etc.), que os identifica como integrantes dele. Ao mesmo tempo, na bandeira detrás da que marcham, lê-se “*Red Puna, um projeto de todos*” que representa o bem simbólico que intercambiam os membros do grupo sendo assim possuidores desse capital social que se materializa e institucionaliza na *Red Puna*⁸⁵ (ver Foto 8, Anexo F).

Este evento tem uma relevância simbólica significativa, não só porque a *Red Puna* apresenta-se como uma nova organização no território, mas também porque em um desfile cívico uma das coisas que está em jogo é a representatividade das organizações. Isto se mede por meio da quantidade de pessoas que consegue mobilizar cada organização, fato que ao ser apreciado pelos outros agentes implica na conversão do capital social que a *Red Puna* possui

⁸⁵ No boletim da organização, freqüentemente faz-se referência a esse bem simbólico que os une como grupo, que é o projeto de mudança social, ou seja, o desejo de poder melhorar a qualidade de vida e de viver em “um mundo melhor”.

em capital simbólico. Entretanto, uma mobilização é um momento de construção de poder simbólico porque cada organização identifica-se e mostra-se a partir da capacidade de mobilização e, no caso da *Red*, também se observa a capacidade que tem de articular organizações de diferentes lugares do território. Desta forma, o que está em jogo é a legitimidade que tem cada organização como representante de um segmento da população do território.

O fato analisado anteriormente fica explícito na parte transcrita da entrevista, na qual uma entrevistada manifesta o seu orgulho em participar deste espaço. O reconhecimento da *Red Puna* também se evidencia nos comentários que receberam alguns de seus membros por parte dos professores e do padre. O fato de uma organização social ser “acreditável” tem uma conotação especial no território e na Argentina em geral, onde se instalou uma crise institucional a partir dos reiterados casos de corrupção nos âmbitos públicos e privados e que atingiu ainda a Corte Suprema de Justiça da Nação. Esta credibilidade constrói-se pela capacidade de mobilização e de articulação de diferentes organizações, que passam a crer e a identificar-se com a *Red*, ou seja, evidencia-se a partir da visualização de sua dotação de capital social. Em outras palavras, o que outorga legitimidade à *Red* é o fato de que alguns habitantes do território estariam depositando nela uma confiança que não depositam em outras instituições, o que significa reconhecimento, e isto é, capital simbólico.

O fato de o prefeito, anfitrião do desfile, não ter parabenizado os integrantes da *Red Puna* por sua participação neste evento, não significa um desconhecimento do capital simbólico que construiu esta organização nessa marcha, mas uma resistência a reconhecê-lo, estabelecendo-se assim uma disputa em torno de quem é o representante legítimo no território⁸⁶. Este ponto será aprofundado na próxima seção onde se analisarão as disputas, entre os diferentes agentes, por quem é o representante legítimo dos habitantes do território.

No entanto, é pertinente neste ponto analisar um aspecto do desfile que está relacionado com a forma em que se apresenta a *Red Puna*. O fato de a *Red*, como uma organização nova no território, marchar detrás de uma bandeira, onde se auto-reivindica como um projeto de todos, deixa uma interrogação para o resto da sociedade e, em particular, ao próprio prefeito de Abrapampa.

⁸⁶ A magnitude da mobilização é um fato objetivo, mobilizaram-se 500 pessoas enfileiradas na *Red Puna*, em uma cidade que tem menos de 8 mil habitantes.

Nesta palavra de ordem, a *Red* apresenta-se ao resto da sociedade como um projeto, que significa algo novo, em construção, que envolve uma mudança e, portanto, um futuro e um convite a todos. Em outras palavras, surge como um projeto para mudar algo que está em execução e é parte da realidade. Embora, a voz de ordem tenha uma conotação positiva, por oposição deixa implícita a existência de um outro projeto, que não é de todos e, portanto, é de poucos. A palavra de ordem deixa claro quem é o portador do projeto de todos (a *Red Puna*), no entanto, deixa implícitas duas questões: por um lado quem é o portador ou representante do outro projeto (o qual se converte em uma denúncia sem indicar ao responsável) e, por outro lado, ao apresentar uma alternativa ao projeto hegemônico, é um convite (e problematização) ao outros integrantes da sociedade para optar por um dos dois projetos.

No primeiro documento que a *Red* difundiu (*Puna, Promesa y Olvido*) já se denunciava a situação em que viviam os moradores do território e responsabilizava-se aos formuladores e executores das políticas pela precariedade material da vida no território; porém a repercussão do documento não foi significativa. Provavelmente o pouco eco esteja associado ao fato de que as organizações que assinavam o documento, na maior parte, eram integradas por pessoas que nasceram fora do território e que, como tais, não possuíam a legitimidade para falar em nome dos que padeciam as condições de vida que o documento afirmava. Em outras palavras, o que estava em jogo era a legitimidade que tinham pessoas “de fora” para questionar a ordem social do território, considerando que como portadores de uma cultura diferente não compreendem nem entendem a lógica local.

Não obstante, no presente desfile cívico, os que estão levantando este questionamento ao projeto que está em execução (ou seja, à ordem social) e os que propõem uma mudança no território são os mesmos moradores articulados em uma organização. E são eles os que estão padecendo essa situação de marginalização e exclusão social provocadas pelas políticas que executam os governos nos diferentes níveis administrativos. Além disso, a organização na qual participam foi a que maior quantidade de pessoas mobilizou no desfile cívico.

Em síntese, a partir destas ações e do trabalho que vem realizando a *Red Puna* desde o início, começa a ser reconhecida como uma organização de peso no território tanto pelo número de organizações que a integram como pela capacidade de mobilização de recursos.

5.2 A mediação como objeto de disputa

No território, até meados da década de 1990, os agentes que assumiam o papel de mediadores entre os habitantes do território e o mundo externo eram os políticos locais (prefeitos e *comisionados municipales*) e os representantes da Igreja Católica. Entre as principais funções desta mediação destacavam-se: ser o porta-voz das demandas ou reivindicações dos moradores locais e conseguir recursos econômicos para executar projetos de assistência social, cujos beneficiários eram os habitantes do território.

Ao longo dos anos 90 os políticos que, como sugere Velho (2001), são profissionais da mediação, começaram a ser fortemente questionados tanto no âmbito local como no nacional, quer pelas práticas clientelísticas, quer pelos reiterados casos de corrupção. Este questionamento chegou a pôr em crise o sistema político nacional e judicial na Argentina, com o estalido social de dezembro do 2001⁸⁷.

À medida que os políticos foram perdendo credibilidade e legitimidade, as diferentes ONGs que interagem no território foram ganhando espaço no que diz respeito a assumir o papel de mediadores entre os habitantes do território e os agentes externos a este último.

Contudo, o comportamento de algumas ONGs não foi diferente do da maior parte dos políticos em relação à transparência na administração das verbas. Um caso emblemático foi o que ocorreu com a *Fundación Norte Chico*. Esta ONG era integrada por técnicos originários do sul da província que tinham vínculo com o Partido Justicialista. Durante a gestão do presidente Menem (do mesmo partido), a Fundação recebeu uma quantia de 23 milhões de pesos do *Tesoro de la Nación*, para a construção de moradias e outras obras na Puna e na Quebrada de Humahuaca, no período 1995-2000. Porém, no ano 1998, esta ONG foi denunciada por malversação de recursos econômicos. Durante a realização desta dissertação o processo ainda não tinha concluído (Diário Pregón 04/11/2002).

Este caso teve difusão nacional e chegou ao âmbito judicial fato que colocou em questionamento a credibilidade e legitimidade das ONGs, que desenvolvem suas ações no

⁸⁷ Isto se evidenciou nas reiteradas denúncias de fraude e corrupção realizadas por diferentes cidadãos contra políticos e juizes ante os meios de comunicação e o sistema judicial. Por outro lado, o abstencionismo nas eleições nacionais a partir do 2001 superou 30%, chegando em algumas jurisdições a 50%, o que pode ser considerado um ato de desobediência civil, levando em consideração que o voto é uma obrigação civil na Argentina.

território, em particular, as integradas por agentes externos, para executar projetos de promoção social.

Neste contexto, no final dos anos 90, algumas organizações locais (em especial, destacam-se *Warmis Sayasunjo* e *Red Puna*) começam a assumir o papel de porta-voz dos moradores do território. Porém, o papel que estas organizações passam a ocupar nem sempre é bem visto pelos antigos mediadores, em particular os políticos, estabelecendo-se uma disputa respeito a quem é o agente legítimo para assumir o papel de mediador. Neste sentido surge a seguinte interrogação: o que está em jogo nesta disputa por ser o mediador?

Neves D. (1998) manifesta que o mediador ao vincular dois mundos ou grupos sociais e, por tanto, assumir a representação de um frente aos outros tem o poder de impor sua visão dos diferentes mundos que articula. Isto é possível porque na mediação o agente impõe as categorias de percepção que envolvem a forma de ver e construir o mundo, podendo assim legitimar a ordem existente ou questioná-la mediante a construção de um discurso herético, que busca alterar a forma de ver e conceber o mundo, e com ela, o próprio mundo.

Na atualidade, as diferentes prefeituras e *comisiones municipales* são ocupadas por representantes dos dois partidos majoritários da província: a *Unión Cívica Radical* (UCR) e o *Partido Justicialista* (PJ). As diferenças políticas entre os partidos, e no seu interior, têm levado a que seja praticamente inexistente a integração das diferentes prefeituras e *comisiones municipales* do território. Neste contexto, cada prefeito ou *comisionado municipal* assume a representação da própria jurisdição e negocia individualmente com o governo provincial que, por sua vez, é o mediador com o governo nacional.

Em contraposição, os mediadores da sociedade civil articulam comunidades de diferentes jurisdições por meio dos projetos que executam e, ao mesmo tempo, convertem-se em mediadores entre os habitantes do território e as organizações públicas e privadas (organizações de base, ONGs nacionais e internacionais, etc.). O papel que assumem estas organizações de mediar entre o Estado e os habitantes do território evidencia-se nos diferentes projetos financiados pelo governo nacional que são “*tercerizados*” através das organizações da sociedade civil, em lugar de serem as prefeituras as executoras dos projetos.

Neste sentido muitas das ações que realizam os mediadores da sociedade civil, —como a promoção de atividade produtivas e comercialização, projetos de capacitação em educação sexual e saúde reprodutiva, gestão para a abertura de escolas de primeiro grau e segundo grau

no âmbito rural, entre outros— são responsabilidades próprias do Estado que, diante da incapacidade (econômica ou de gestão) ou a falta de vontade política, devem ser assumidas pelas ONGs.

Embora os diferentes mediadores explicitem que as ações são dirigidas a melhorar a qualidade de vida dos habitantes do território, suas visões de mundo apresentam diferenças as que se evidenciam nas disputas que eles estabelecem.

5.2.1 As representações da *Red Puna* nos discursos dos políticos

Embora muitos dos membros da *Red Puna* tenham uma opinião negativa dos políticos locais, esta organização optou por minimizar os enfrentamentos com os políticos e por potencializar as relações com aqueles que estejam predispostos a cooperar com seus projetos.

Não obstante, como consequência do trabalho da *Red Puna* com suas bases, houve uma mudança na relação que estas últimas mantêm com os políticos. Neste sentido um técnico manifestava:

- “-En algunas comunidades hay cambios, antes era esperar que venga la campaña, pedirles algo [a los políticos] se peleaban entre ellos [la gente de la comunidad] por los políticos... si a la comunidad llegaban dos políticos, una parte de la comunidad se ponía de un lado y la otra con el otro, y eso generaba peleas, roces... (...) ahora parece mucho más claro que van a hacer una negociación puntual y punto...
 - ¿consiguen organizarse como comunidad? Todos juntos?
 - No necesariamente, pero sí un grupo que se dicen “vos negociás con fulano y yo negocio con mengano... haber qué conseguimos para la comunidad”... esos grupos no se pelean...
 - Es como una estrategia de la comunidad...
 - Claro, como una estrategia de la comunidad, empieza a parecer mucho más” [CR-T]

De certo modo, começa a existir uma ruptura em algumas comunidades no que diz respeito às relações clientelísticas ou de patronagem que se estabelecem com os políticos. Isto em parte deve-se a um processo de *empoderamento* dos agentes que integram a *Red Puna*, a partir do momento em que as bases e os dirigentes participam de eventos de capacitação (onde se passa a objetivar a realidade na qual vivem) e, por sua vez, passam a pertencer e ter o apoio de uma organização, como a *Red Puna*.

Neste sentido, a partir do apoio que recebem os nativos de outro agente externo (neste caso a *Red Puna*), a dependência que existe com o político reduz-se. Assim, as relações com os políticos são reformuladas, encontrando-se estes últimos em uma situação menos

privilegiada (menos assimétrica) que antes e devendo considerar os interesses dos membros da comunidade na negociação, pois estes últimos começam a ter um comportamento corporativo.

O explicado acima foi observado em uma reunião comunitária. A comunidade é localizada na Quebrada de Humahuaca e os moradores são produtores agrícolas. O tema principal da reunião foi a comercialização associativa de legumes na cidade de Humahuaca, porém ainda faltava resolver o local de venda. Embora os representantes da comunidade tenham pedido ao prefeito uma vaga no mercado municipal, não receberam uma resposta certa após um mês do pedido. Em função disto, na assembléia comunitária propôs-se que todos os interessados se mobilizassem à municipalidade para falar com o prefeito e pressioná-lo para que ceda o posto. Entre as fontes de negociação que se mencionaram na reunião, encontrava-se a de lembrar ao político que a comunidade tinha votado nele em forma corporativa na última eleição (isto, em relação à atitude de confronto dos produtores implicava que na seguinte eleição podiam votar em seu oponente) e que, caso não oferecesse essa oportunidade para complementar a renda dos produtores, estes últimos iriam ter de se manifestar publicamente na cidade pedindo o benefício do PJJHD.

Em algumas jurisdições, onde existem organizações de base mais consolidadas, são os próprios dirigentes da *Red Puna* que se apresentam a eleições e disputam os cargos nas *comisiones municipales*. Embora isto não faça parte de uma política da *Red*, existem organizações que têm uma experiência interessante no que diz respeito a ocupar cargos públicos, um exemplo disto é a APPP.

Diferentes membros desta organização ocuparam cargos nas *comisiones municipales de Yavi* e de *Puesto del Marqués*. Em alguns casos as experiências foram desalentadoras principalmente porque os candidatos foram pressionados e questionados pelas estruturas partidárias, devido aos espaços de participação que ofereciam aos habitantes. Neste sentido, um dirigente da APPP, *ex-comisionado municipal* que foi obrigado a renunciar pelo partido ao qual pertencia, manifestava sua visão do mundo político:

“(...) a uno lo elige la comunidad pero cuando uno no conoce lo que es la política, se encuentra en otra realidad, que la política de arriba, que los que te manejan son los diputados, y te dicen “*vos tenés que hacer así, esto y esto...vos tenés que dar a tus compañeros que te han apoyado por abajo y no hagas nada saber...*” y entonces si uno no hace eso te ponen muchas piedras (...) Dentro de estos municipios si no se llega a un acuerdo con los dirigentes políticos te hacen renuncia falsa... como me pasó a mi (...) porque a los políticos no les gusta que se hable mal de otros políticos o las propuestas organizadas de la comunidad... mientras más las comunidades están

desorganizadas es más fácil la política... la gente de la política no les gusta de apoyar esto de la comercialización de carne, como te puedo decir... son muy pocos los que les gustan, salvo que uno haya sufrido en el campo, haya trabajado, esos sí están de acuerdo pero la conciencia que te meten los que están arriba, esos son otros...” [S - A]

Neste depoimento, evidencia-se a estruturação do campo político na província e a distribuição do poder. De fato, os políticos locais ocupam as posições subordinadas sendo os deputados provinciais e os políticos articulados ao governo da província (que residem S.S. de Jujuy) os que ocupam as posições dominantes. Nesta distribuição do poder, os políticos locais devem concordar suas ações com as dos políticos que ocupam as posições dominantes, se pretendem se reproduzir na posição que ocupam. Em outras palavras, se os políticos locais pretendem se reproduzir no campo político, devem respeitar as “regras do jogo” e envolver-se no sentido do jogo sem pretender subvertê-lo.

Entre as “regras” do campo político, destacam-se: não falar mal de outros políticos; respeitar a hierarquia, ou seja, a ordem do campo; não gerar espaços de participação massiva da população ou por fora das estruturas tradicionais, em síntese, não tentar impor outras lógicas que coloquem em risco a ordem e, portanto, a estrutura do próprio campo político. Assim, aquele agente que pretenda mudar o sentido do jogo, é punido e expulso do partido político que foi o que aconteceu como o entrevistado.

Nesse *sentido do jogo*, a reprodução do poder, em nível local garante-se pela retribuição de favores, como disseram ao entrevistado “*dar a teus companheiros que te apoiaram*” e evitar a organização da povoação. De fato, como manifesta o entrevistado e como já foi analisado no capítulo 4, são os mesmos habitantes do território que vão pedir favores ao parceiro que acedeu ao cargo, como retribuição pelo voto. Isto se explica pelas disposições que têm os nativos a relacionar-se através de lógicas de patronagem com os agentes que ocupam cargos de poder.

Esta mesma lógica de patronagem é reproduzida no interior do campo político. Assim, os políticos das posições dominantes oferecem apoio nas campanhas eleitorais aos políticos locais, e no caso destes últimos ganharem uma eleição têm de retribuir com fidelidade os primeiros durante a gestão.

Desta forma explica-se a reprodução das relações de patronagem no território e na província, considerando que um agente que proponha maior participação cidadã e socialize a informação e os espaços de decisão, vulnera o sistema como um todo. Porém, o entrevistado

sugere que existem aqueles políticos que se diferenciam do resto que são aqueles que têm a mesma origem social que o povo, nas palavras do entrevistado: “*um que tenha sofrido no campo*”. Estes políticos, em geral só têm acesso às *comisiones municipales*.

Contudo, também existem experiências exitosas de membros da *Red Puna* que ocupam ou ocuparam cargos políticos. Um exemplo é o atual *comisionado municipal de Yavi* que também é membro da APPP. Este agente impulsionou a formação do *Consejo Consultivo*⁸⁸ no qual participa um representante de cada comunidade da jurisdição. A diferença de outros municípios, este *Consejo Consultivo* tem grande participação e influência nas tomadas de decisão da *Comisión Municipal*. Porém, a principal mudança está no fato em que atualmente os programas sociais, que se canalizam através da comissão municipal às comunidades, já não são entregues pelos *punteros políticos* (membros dos partidos políticos que interagem nas comunidades), mas pelos representantes eleitos por cada comunidade que participam do *Consejo Consultivo*. Em outras palavras, o agir do comisionado municipal tende a privilegiar a participação cidadã e deteriorar as relações clientelísticas.

Por outro lado, a partir que este agente chegou à Comissão Municipal de Yavi e outro integrante da APPP assumiu a Comissão Municipal de Puesto del Marqués, a organização passou a mobilizar os recursos que, somado o apoio das comissões municipais, possibilitaram a execução do projeto de comercialização de gado fora do território (relatado no capítulo 3).

Em síntese, o que se evidencia é uma progressiva mudança na atitude dos membros da *Red* perante o poder político local. Se antes o comportamento dos integrantes da *Red* era de submissão e aceitação das propostas dos políticos, ou seja, reproduziam as práticas de patronagem, na atualidade, sentindo-se apoiados por uma organização maior e havendo incorporado conhecimentos referentes ao discurso e funcionamento da burocracia estatal, sentem-se em melhores condições para dar disputas ou pressionar os prefeitos ou *comisionados municipales*. Isto não é outra coisa que tentar impor sua visão de mundo nas políticas públicas, e é uma das formas em que se dá a luta simbólica no território.

Ante este *empoderamento* que estão tendo os membros da *Red Puna*, a tomada de posição dos agentes políticos locais têm sido diferente, identificando-se, por um lado, àqueles

⁸⁸ Os *Consejos Consultivos* são espaços onde participam diferentes representantes das organizações sociais da jurisdição para informar-se dos recursos que dispõe a prefeitura e deliberar junto ao prefeito as prioridades para investir as verbas. Embora sua implementação faça parte de uma recomendação do governo nacional, atualmente são poucas as prefeituras e *comisiones municipales* que têm em execução este sistema de participação cidadã.

agentes que estão dispostos a articular-se com a *Red* e, por outro lado, estão os que assumem uma atitude cautelosa ou inclusive confrontam com esta nova organização.

5.2.1.1 *Red Puna* como aliada

Entre os políticos que vêem como aliada a *Red*, é interessante salientar a perspectiva que tem o comissionado municipal de Purmamarca. Embora este agente não tenha um conhecimento aprofundado da *Red Puna*, reconhece o agir das organizações *Sol de Mayo* e *OCA Los Colorados* que são integrantes da *Red* e participam de seu *Consejo Consultivo*. Em uma entrevista com o comissionado municipal, manifestou:

“- Yo era un empelado municipal antes [de ser intendente] trabajaba en el municipio tenía una carrera hecha de 17 años de servicio (...) yo veía que sólo el municipio no podía resolver los problemas de las comunidades, sola la escuela tampoco podía resolver sus problemas, y las demás instituciones... entonces yo vi conveniente organizar este Consejo Consultivo Local -CCL- y trabajar todas las instituciones cada uno poner su granito de arena y así poder lograr sus cosas (...)
 - ¿Cuáles organizaciones participan del ámbito rural?
 - Sol de Mayo, se llama la ONG de Sol de Mayo y la Comunidad Aborigen de Colorados (...) ellos también trabajan con otras instituciones a nivel provincial y a nivel nacional presentando proyectos para distintas cosas y si son aprobados viene el financiamiento directamente hacia esa organización, porque están organizados tienen personería jurídica, ya mas bien organizadas (...) ellos principalmente lo que buscan o lo que están trabajando es desarrollo para la localidad, o sea por intermedio de proyectos y algún financiamiento que puedan conseguir, lo que ellos están buscando es mejorar el tema de todas las cosas a nivel de comunidad de ellos, para progresar (...) y de paso en estos momentos, ahora, están colaborando con el municipio para ir solucionando los temas que ocurren en esas comunidades... años anteriores no se trabajaba de esta manera... ahora estamos trabajando de esta manera entre organizaciones y municipio, y el Estado... o sea así trabajamos para dar solución a la gente principalmente porque por intermedio de la organización hay entes internacionales que bajan financiamiento a las organizaciones, no así al Estado, entonces por intermedio de ellos también” [CM-Purmamarca]

No depoimento é explícito o reconhecimento que tem o entrevistado das organizações integrantes da *Red Puna*. Este reconhecimento é dado pelas relações e articulações (isto é, o capital social) que tem a *Red* com outras organizações financiadoras com as quais a comissão municipal não tem acesso. É a partir deste reconhecimento que o agente visualiza o poder simbólico destas organizações e o papel que cumprem de mediadores, pois podem trazer recursos econômicos ao território e intervir ativamente para resolver os diferentes problemas que se apresentam nas comunidades.

Com isto, não se pretende expressar que o comissionado municipal ceda a *Red Puna* o papel de mediador “oficial” entre o Estado e as comunidades, aliás, em uma conjuntura de

ajuste orçamentário, estes políticos vêm nestas organizações um agente social com uma importante capacidade de mobilizar recursos (financeiros e humanos). Desta maneira, pode-se estabelecer uma aliança para melhorar o desempenho da gestão. Na perspectiva do comissionado, a *Red Puna* é um agente por intermédio do qual se pode ter acesso a recursos econômicos que de outra forma não são disponíveis. Isto é uma forma de converter capital social em econômico, o qual redundará em uma boa gestão de governo que, por sua vez, é a melhor forma para reproduzir-se na posição que ocupa no campo político ou até escalar posições.

Esta tomada de posição explica-se pela trajetória do entrevistado e a posição que ocupa no campo político. Em relação à primeira, o agente, antes de ocupar o cargo de comissionado municipal, tinha criado e participado em diferentes organizações sociais (*bandas de sikuris*, clubes, etc.) da cidade onde mora, o que significa que conhece a lógica destas organizações e, ao ser um âmbito conhecido, não o vê como ameaça. Por outro lado, mesmo que este agente milita em um partido político, ainda não fez da política uma profissão e a posição que ocupa no campo político é subordinada, pois representa uma jurisdição com pouca população e, portanto, com pouco peso político. Em função disto, a capacidade de negociação no campo político e na estrutura partidária é reduzida, por este motivo deve recorrer a outro tipo de relações para ter acesso ao apoio que necessita para governar.

5.2.1.2 *Red Puna* como ameaça

Os agentes políticos que assumem uma postura mais cautelosa ou de confrontação com estes agentes, em geral, são os que ocupam os cargos de prefeitos nas municipalidades, jurisdições com maior peso político. É comum estes agentes terem a política por profissão e, portanto, uma vinculação mais orgânica com os partidos políticos.

Em uma entrevista realizada com o prefeito de Abrapampa com o objetivo de conhecer sua visão dos novos mediadores da sociedade civil, perguntou-se:

“-¿qué organizaciones de la sociedad civil trabajan en la región?

-Acá tenemos las ONGs, que las de mayor importancia son las Warmis Sayasunjo, que están moviendo muchísimo dinero, no? Mucha, mucha plata están moviendo.. y están llegando a los distintos lugares también pero con dinero que viene del extranjero..... Hablemos más de 500 mil pesos por partida... y después tenemos la otra la Coop. PUNHA, que también ha llegado a cierto grado de desarrollo y de contención de una determinada franja de la sociedad que se dedican específicamente a la parte de hilado y tejido y que están llegando a buen producto en este momento...

- ¿conocen a la Red Puna?

- Si, nosotros estábamos integrando en un momento...pero después nos hemos desintegrado, en algunas partes nos parece bien que hay que integrarse para agilizar algunos trámites que nos parecen importantes y en algunas partes nos parecía también que no porque algunas instituciones ponen sus posturas un poco diferente y ahí empieza la disconformidad.... por ejemplo las Warmis no participan de la Red... la Iglesia también se retiró... yo creo que depende de cómo se va a tratar, qué criterios se va a poner... me parece bien pero hay que tener cuidado...

- ¿cuidado con qué?

- Con la gente que maneja... nosotros nos hemos manejado desde el principio con cuidado... yo tengo dos gestiones acá [en la intendencia]... y no hemos tenido problemas... pero por ejemplo la Cooperativa PUNHA que está en la Red, tuvieron problemas, se sabe.. y han estado acá en el municipio... y estaba la Fundación Norte Chico, esos también eran integrantes de la Red... la Red está manejando ahora los subsidios ganaderos, no?

- ¿qué es dinero del Estado?

- Del estado y de afuera también... creo que viene alguno de Canada o no se pero vienen también del extranjero también... ellos tienen un grupo de trabajo, de profesionales que elaboran proyectos, técnicos... hay veces que hay más de 20 técnicos ahí trabajando, gente de afuera no? Que deben tener mucha experiencia en esto pero nosotros sinceramente no nos hemos adentrado mucho en conocer cuál es la dinámica de trabajo de ellos, no? No lo conocemos, simplemente una colaboración, un contacto de forma superficial..." [Prefeito - Abrapamapa]

Neste depoimento o entrevistado reconhece as *Warmis Sayasunjo* e a *Cooperativa PUNHA* como as organizações mais importantes que trabalham na jurisdição. No reconhecimento destas organizações, o que o agente valoriza é a capacidade de mobilizar recursos, principalmente financeiros, e a contenção social que realizam através dos projetos que executam. Embora não tenha explicitado que esta é uma responsabilidade do Estado e, neste caso, da municipalidade que ele preside, expressou na entrevista que sua gestão estava muito limitada para a promoção de projetos que gerem emprego devido à falta de recursos financeiros.

Entretanto, diferentemente do comissionado municipal de Purmamarca, o entrevistado não tem nenhum projeto em comum com estas organizações, ou seja, não faz parte de sua estratégia articular-se com estes mediadores da sociedade civil.

Em relação a sua visão da *Red Puna*, o entrevistado deixa explícito que ela tem, além dos recursos econômicos, uma equipe técnica e salienta: "*gente de fora que devem ter muita experiência*", fato que mostra outra das carências que existem nas municipalidades. Além disso, nesta afirmação reproduz-se a visão de mundo dos grupos dominantes ao associar-se o de fora, com o capacitado e o melhor e, em oposição, não valorizar o nativo.

No que diz respeito a sua tomada de posição ante a *Red Puna*, o prefeito expressa que tem sentido articular-se com esta organização "*para agilizar alguns trâmites*". Em outras palavras, para agilizar a burocracia, contribuindo com aqueles aspectos que se apresentam

como fraquezas da prefeitura e também justifica relacionar-se com estes agentes desde que respondam ao interesse do prefeito e não pretendam pôr em jogo seu próprio interesse. O que se evidencia é que o prefeito reconhece a existência de interesses contrapostos e por isso só aceita o trabalho conjunto, na medida em que a *Red* desista de impor sua visão de mundo e aceite a do prefeito, que é a forma por meio da qual os políticos historicamente reproduziram e ampliaram seu poder.

Outro aspecto interessante no discurso do entrevistado é o modo como deslegitima a *Red Puna*, ao deixar uma “sombra de dúvidas” em relação a este agente, não só fazendo referência às organizações que se retiraram do espaço, como também ao vinculá-la à *Fundación Norte Chico* que no território simboliza a possibilidade de corrupção no mundo das ONGs. Esta deslegitimação é intencional, de fato parte da informação subministrada é inexata, entre elas a participação da *Fundación Norte Chico* na *Red Puna*. O afastamento da Igreja (representada por OCLADE) e das *Warmis* será analisado na próxima seção.

A intenção do prefeito para deslegitimar a *Red Puna* como uma organização confiável fica evidente quando expressa “*há que ter cuidado com este tipo de organizações*”, o que implica que a *Red Puna* pode representar uma ameaça. A frase do entrevistado faz sentido se for analisado o que representa para ele os dirigentes da *Coop. PUNHA* e a *Red*. De fato, um dos fundadores da *Coop. PUNHA* atualmente é presidente da *Red Puna* e postulou-se para prefeito do município de Abrapampa nos inícios dos anos 1990, através do PJ (partido opositor à gestão atual) mas não ganhou.

Não obstante, liderando uma organização que ganha peso no território e que consegue mobilizar recursos para a promoção social que a prefeitura não tem, converte-se em uma ameaça para a gestão atual e, em particular, para a carreira política do prefeito. E é essa mesma organização que mobilizou 500 pessoas no último desfile da cidade, organizado pelo próprio prefeito. Assim, entende-se que o não reconhecimento que o prefeito faz da *Red Puna*, tanto no desfile cívico como no seu papel de mediador, é um ato de resistência e, portanto, uma disputa na qual se coloca em jogo a legitimidade deste novo agente.

Em outra entrevista, realizada com o prefeito de Tilcara, perguntou-se se conhecia a *Red Puna* e a resposta foi concreta:

“nosotros tenemos claro entendimiento, nuestra gente nunca logró integrarse en redes, hablar de redes es de la gente que viene de afuera...” [prefeito - Tilcara]

O prefeito tem por apelido “*el diaguita*”⁸⁹ por sua inclinação a valorizar “o indígena” ou “o nativo” em contraposição à cultura ocidental. Nesta afirmação, o entrevistado associa a *Red Puna* apenas com “*gente de fora*”, isto é, com a equipe técnica da organização. Provavelmente isto se deve ao fato de a sede de API estar localizada em Tilcara e a maioria dos técnicos residir na mesma localidade. Assim, se deduz que o agente faz uma associação direta entre *Red* e API perdendo a primeira legitimidade como organização de base⁹⁰.

Segundo Bourdieu, nestes casos de não reconhecimento de novas formas de organização, o que implica uma nova forma de ver e conceber o mundo social e, como tal, uma forma de construir de maneira diferente o mundo,

“qualquer tentativa de instituir uma nova divisão deve contar com a resistência daqueles ocupantes de posições dominantes nesse espaço que são também os maiores interessados na perpetuação de uma relação dóxica com o mundo social, tendente a aceitar como naturais as divisões estabelecidas ou a negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade mais alta” (1996 p.120).

No raciocínio do prefeito, se uma rede de organizações sociais não for legítima para integrar a vida social do território, a alternativa que fica é o sistema político, o qual é legitimado pelo entrevistado através da sua participação nele.

No entanto, é interessante como o agente faz uso “do nativo” como elemento de legitimação (e, em contraposição, “do estrangeiro” como deslegitimação) e isto é utilizado de acordo com os seus interesses. De fato, apesar da maior parte dos integrantes da *Red Puna* serem nativos do território e, além disso, entre suas reivindicações encontra-se a revalorização da cultura originária, estes aspectos são ignorados e, portanto, negados pelo prefeito.

Não obstante, o prefeito reconhece e legitima o sistema de representação política no território, o qual é de origem ocidental e foi imposto aos nativos, ao mesmo tempo em que se promovia a desintegração do sistema de organização social andino. O sistema político local produz e reproduz por meio das relações de patronagem a dominação simbólica no território, porém isto não é questionado no discurso do entrevistado. No entanto, este sistema lhe permitiu ascender posições no espaço social, fazendo da política a sua profissão, de fato já

⁸⁹ Os *diaguitas* eram uma sociedade pré-hispânica que habitava parte da *Coodillera de los Andes*.

⁹⁰ Outro vínculo que este agente tem com a *Red Puna* é através da organização *Flor Del Cardón*, na qual participam dois parentes do prefeito. Esta organização é formada por um grupo de artesãos de Tilcara e a Municipalidade de Tilcara lhes cede um local onde tecem e vendem a produção. Por outro lado, este grupo também recebe apoio da *Red Puna*, tanto para o abastecimento de lã fiada como para a comercialização. A organização *Flor del Cardón*, embora no princípio tenha participado das reuniões da *Red Puna* durante um período de seis meses, deixou de participar nela, porém continuaram sendo beneficiárias desta organização.

tem duas gestões na prefeitura. Por conseguinte é a partir disto que se entende que o cultural não é o que está em jogo mas a disputa de poder que se encontra nos espaços de mediação.

Em outras palavras, o que está em jogo é o papel de mediador que está assumindo a *Red Puna*, isto é, a disputa na qual estão inseridos os diferentes agentes do território (políticos e organizações sociais) por serem os agentes legítimos que representam os nativos. O que estes agentes têm claro é, que no ato de mediar, não só se articulam dois mundos mas também se impõe a visão de mundo do mediador, e com ela seus interesses, e é isto o que em última instância está em disputa. Neste sentido, o entrevistado constrói o desconhecimento ou não-reconhecimento da *Red Puna* como mediadores legítimos dos habitantes do território, pelo fato de “ser de fora”.

5.2.2 As organizações da sociedade civil, na disputa pela mediação

Entre as organizações da sociedade civil que têm maior presença no território destacam-se OCLADE, a *Asociación Warmis Sayasunjo* e a *Red Puna*.

OCLADE participou da *Red Puna* desde a criação desta organização até 1998, ano em que deixou de participar neste espaço, fundamentando o afastamento devido aos seguintes motivos: a desconformidade com que a *Red Puna* tirara a pessoa jurídica porque desta forma perdia-se a autonomia e identidade de cada organização, a falta de circulação de informação no âmbito da *Red* e a falta de confiança que tinha OCLADE em relação a algumas das organizações que participavam da *Red*⁹¹.

Entre os diferentes agentes que integram hoje a *Red Puna*, incluindo os técnicos que representavam a OCLADE nessa época, existe uma visão em comum que OCLADE afastou-se da *Red Puna* por ter um método de trabalho diferente. Segundo os entrevistados, a metodologia de trabalho de OCLADE caracterizava-se por ser “paternalista” e oferecer aos beneficiários poucos espaços de decisão na formulação e gestão dos projetos.

⁹¹ Lamentavelmente não se conseguiu entrevistar nenhum técnico de OCLADE que tenha participado da organização nesse momento e que ainda esteja vinculado a essa ONG devido a que, em 1998 por uma disputa entre uma parte da equipe técnica de OCLADE e os representantes da Igreja Católica, 70% dos técnicos se afastaram da ONG. Neste sentido, as fontes de informação relevadas sobre esta ONG referem-se a entrevistas realizadas em 1998 a um técnico desta ONG e outras realizadas em 2002 a diversas pessoas: três técnicos da *Red Puna* que participaram de OCLADE até 1998, ao padre Jesus Olmedo e a ex- promotores e beneficiários desta ONG.

Em uma entrevista realizada com o padre Jesús Olmedo, representante da Igreja Católica, manifestava que OCLADE tinha se afastado da *Red Puna* “*porque [os membros da Red Puna] queriam se envolver nos refeitórios como coisa deles*”. Nesta manifestação, está referindo-se ao projeto Yachay, no qual OCLADE recebe verbas do Estado Nacional e as entrega a diferentes grupos de “*madres cuidadoras*” que se encarregam de administrar os *comedores* (refeitórios). Alguns dos beneficiários destes refeitórios são, ao mesmo tempo, integrantes de organizações de base membros da *Red Puna*. Neste sentido, segundo a percepção de Olmedo existiu uma disputa entre OCLADE (mediadora entre o Estado e os beneficiários) e os demais integrantes da *Red Puna* pelo papel que assumia nesse momento OCLADE na gestão das verbas do programa.

Não obstante, é interessante contrastar esta perspectiva com a de duas dirigentes da organização *Comisión Central de Comedores Masi Maki* de Abrapampa, beneficiárias do *Programa Yachay*, quando se perguntou o motivo do afastamento de OCLADE da *Red Puna*:

“- [Mujer A]: “ellos querían ser ellos... como ellos manejaban todo... manejaban la Puna... ellos a través de los comedores manejaban todo... no querían competir con otras organizaciones que hagan lo mismo...”

- [Mujer B]: lo que parece es que les molestó mucho que nosotros nos hemos independizado más... Antes nosotros esperábamos a OCLADE para hacer las reuniones..... o que ellos preparen el temario o muy poca la participación nuestra de los integrantes de la Central de Comedores... pero ahora no... nosotros somos los que ponemos el temario... ponemos qué temas tenemos... y nosotros mismos nos dimos cuenta que tenemos apoyo de la Coop. Punha... a la Red Puna... estamos en la escuela de dirigentes... y parece que a ellos les molestó.....

- [Mujer A] que la gente sepa...” [S y I -A]

No depoimento fica de manifesto a disputa pela tomada de decisões que se dá entre os mediadores (técnicos de OCLADE) e os dirigentes da *Red Puna*. De certo modo, é a mesma disputa que se desenvolveu, no capítulo anterior, entre os técnicos da *Red Puna* e os dirigentes das organizações de base que começam a questionar o papel dos primeiros. No entanto, diferente dos técnicos da *Red* que decidiram manter sua participação na *Red Puna* e renegociar seu papel na organização diante da demanda dos dirigentes, OCLADE decidiu afastar-se da *Red*. Ao fazer isto, esta ONG desligou-se da demanda de socializar os espaços de tomadas de decisão. Deste modo, OCLADE recuperou a antiga posição já que continua sendo a organização que recebe e administra as verbas do Estado e os integrantes da *Comisión Central de Comedores Masi Maki* continuam ocupando o papel de beneficiários (clientes) vinculando-se em uma relação assimétrica com a ONG.

Por outro lado, destaca-se o reconhecimento do poder que tinha OCLADE, por parte dos outros agentes do território, quando a entrevistada diz “*manejavam a Puna*”. Isto está relacionado a extensão que abrangiam os projetos de OCLADE e o número de beneficiários que assistiam, os quais superavam amplamente os assistidos pelas prefeituras. O fato de as entrevistadas falarem em passado explica-se pela redução que teve a ONG em 1998, quando entrou em crise pelas disputas internas entre a equipe técnica e as autoridades da Igreja. Isso repercutiu no apoio das ONGs internacionais, que depois de avaliar negativamente o desempenho de OCLADE, reduziram-lhe o apoio financeiro. Na atualidade, só está em funcionamento o *Programa Yachay* que assiste a 94 refeitórios.

A Igreja Católica continua sendo um agente importante no território, em especial por intermédio do padre Jesús Olmedo, que de certo modo converteu-se no porta-voz dos desempregados de La Quiaca, cidade onde centra seu trabalho.

Olmedo é espanhol e desde 1970 está morando na Puna. A partir de seu trabalho com os desempregados, em 1994, formou-se a *Asamblea de Desocupados de La Quiaca*, organização integrada por mais de mil desempregados desta cidade, que junto com o padre têm realizado diferentes manifestações públicas, cortes de estrada e, também, em três oportunidades realizaram caminhadas de La Quiaca até S.S.de Jujuy a fim de demandar trabalho e programas de apoio aos desempregados.

O padre, por meio da *Prelatura de Humahuaca*, reiteradamente tem mobilizado recursos, em particular fazendo uso de seu capital social não só para trazer a *La Quiaca* a imprensa e denunciar a crítica situação na qual vivem os habitantes, mas também para ter acesso a fontes de financiamento públicas e privadas (em geral ONG de Espanha ou européias) para executar projetos de promoção social.

Na segunda metade da década de 1990 a *Asociación Warmis Sayasunjo*, começa a destacar-se na Puna. Esta Associação é liderada por Rosário Quispe, originária do território, que completou os estudos de primeiro grau e morou vários anos em *Minas Pirquitas* onde vinculou-se a OCLADE. Ao falir a mina, trasladou-se a Abrapampa e nesta cidade, trabalhou na Cooperativa PUNHA e depois, como promotora em diversos programas públicos (PSA, entre outros) e privados (OCLADE). Quando deixou de trabalhar em OCLADE fundou, em 1996, a Associação *Warmis Sayasunjo* (de aqui em diante, *Warmis*). Segundo a entrevistada, a

criação das *Warmis* foi possível graças à formação que adquiriu em sua trajetória e aos vínculos com diferentes organizações de financiamento que possuía.

Atualmente, as *Warmis* administram um orçamento anual de 700 mil dólares (isto é, aproximadamente 2.100.000 pesos argentinos, em junho de 2002), com o que financiam diferentes projetos de promoção social que assistem a 64 comunidades integradas por 2800 famílias dos departamentos de Cochinoca, Rinconada, Susques e Santa Catalina⁹².

Em particular as *Warmis* têm concentrado suas atividades na capacitação para a produção de artesanatos, no controle médico ginecológico e em oficinas de capacitação às mulheres na prevenção do câncer de útero e no planejamento reprodutivo. Recentemente têm iniciado um projeto de financiamento às comunidades rurais, no qual criaram-se bancos comunitários para financiar atividades produtivas das famílias rurais. Nos últimos anos, têm assumido também um papel significativo no apoio às comunidades rurais para que tenham acesso a propriedade comunitária da terra. Neste contexto, a dirigente das *Warmis*, assume o papel de representante das comunidades no *Foro de Comunidades Aborígenes de Jujuy*.

Rosario Quispe, reiteradamente tem assumido o papel de porta-voz dos habitantes do território, ante os meios de comunicação e governantes da província, em diferentes situações como adversidades climáticas, necessidades de financiamento, poluição de águas, etc. Em particular, Rosario, tem uma relação de amizade com o vice-governador de Jujuy, o que lhe permite ter acesso e diálogo com o governo provincial.

Em uma entrevista realizada com a dirigente das *Warmis*, comentou os motivos pelos quais fundou a organização:

“- Habíamos descubierto que ha venido mucha plata y se ha perdido en el medio... Yo decía “¿por qué siempre la plata se va a quedar con otro? ¿por qué siempre tenemos que trabajar... en comparación a lo que ellos [los técnicos] ganaban nosotros trabajábamos gratis?”... entonces yo decía... “tengo que hacer algo para las mujeres de la Puna y si trabajaré gratis, lo haré para mi gente...” digamos esa ha sido un poco la idea...

- ¿y qué metas se plantearon?

- Y como Warmis generar fuentes de trabajo en principio, [...] a mi lo que me interesa es la organización de la gente y estamos tratando de meter a la gente en distintos lados del gobierno también en los distintos programas, manejando desde nosotros la información más cerca hacer que ellos entren a cuestionar muchas cosas (...) Creo que

⁹² Esta organização recebe financiamento de diferentes ONGs internacionais que financiam projetos de promoção e desenvolvimento e de programas públicos do Estado. A dimensão do orçamento é significativa se for comparada com o orçamento da prefeitura de *Abrapampa*, que é de 432 mil pesos anuais, dos quais mais de 95%, segundo o prefeito, destinam-se a salários, manutenção e funcionamento das instalações. No caso da prefeitura de *La Quiaca*, a maior de todas, o orçamento anual é de 3,168 milhões de pesos anuais.

hay muchas organizaciones trabajando en la zona y nosotros hemos hecho un muestreo, digamos en todas... en los cinco departamentos para ver que cambios hay... porque digamos no es que no venga plata a la Puna, viene muchísima pero no queda en la gente... todo el mundo puede decir trabajo, trabajo... y cuando haces los números, no están en la gente, los números están en la parte técnica, no sé donde se va la plata.. pero digamos que yo sigo denunciando esas cosas...” [RQ-W.]

Em seu discurso, a dirigente apresenta-se com uma vocação de ajuda aos outros, em especial às mulheres. De fato, *Warmis Sayasunjo* significa em *quéchua* “mulher perseverante” e, só nos últimos anos a partir do momento em que a organização começou a trabalhar o tema terra, os destinatários dos projetos da Associação passaram de ser a mulher a ser a comunidade.

Ao longo da entrevista, a dirigente enfatizou reiteradamente a diferença entre as *Warmis* e as outras ONGs do território, em particular as conformadas por técnicos de fora. No seu discurso, a entrevistada enfatizou o fato de ela pertencer ao território e “ao povo”, o que implica estar mais perto do sentir das pessoas, dando-lhe, portanto, legitimidade às *Warmis* para assumir o papel de mediador entre os nativos e os governadores. Outros argumentos através dos quais a entrevistada construiu a legitimidade das *Warmis* foram: a administração transparente das verbas, os resultados dos projetos da Associação e o conhecimento que têm os beneficiados da Associação sobre o seu funcionamento. A partir destes elementos, a entrevistada não só tentou legitimar a organização mas também se diferenciar das outras ONGs do território, em especial a *Fundação Norte Chico*.

Como se percebe no depoimento, o interesse da entrevistada é disputar os espaços de mediação e aqui a luta dá-se por ocupar cargos públicos e espaços de decisão que estejam vinculados aos programas sociais do governo. Assim, esta disputa estabelece-se com as outras organizações da sociedade civil e com os políticos locais que também tentam ocupar estes lugares de representação que, ao serem espaços de governo, têm o poder da nomeação oficial e, portanto, um lugar de onde impor sua visão de mundo.

Com o objetivo de identificar contra quais organizações se dava esta disputa, perguntou-se à entrevistada qual era a sua opinião sobre OCLADE e *Red Puna*. Com respeito à primeira, manifestou respeito já que tinha sido para ela um lugar de formação e, por outro lado, a ONG tinha uma trajetória e trabalho social pioneiro e muito importante em Puna. Porém, com respeito a *Red Puna*, manifestou:

“Las primeras veces que estaban haciendo las reuniones nos han invitado yo he asistido a una sola reunión y no he ido nunca más... (...) No, no entraría nunca... estamos en veredas totalmente distintas... si vos preguntas ¿quién es la Red? Aquí está Ermán... y en la Quebrada está su papá... y la otra organización fuerte que tienen son los técnicos (...) porque después las otras organizaciones de base, son pequeñas y no tienen la mínima decisión ahí adentro, y si te hablan por ejemplo de producción (...) yo te digo si ellos están exportando, los coyas no tendríamos necesidad de pedir proyectos... no tendrían que pedir cajas pan... [...] esta organización que estamos formando es de base, de base, pero de verdad digamos... si vas a cualquier fondo comunal, cualquier mujer del fondo comunal te va a saber decir qué peso manejan, qué reuniones tienen, qué capacitaciones tienen...” [RQ-W]

Um aspecto interessante a resgatar neste depoimento é a concepção que a entrevistada tem da *Red Puna* ao circunscrevê-la a duas lideranças políticas reconhecidas na Puna e a uma ONG de técnicos, menosprezando a relevância das outras organizações que participam na *Red*. Esta representação lhe permite não considerá-la como uma organização de base, mas, como qualquer outra ONG que interage na zona e na qual as bases não têm participação alguma.

Neste sentido, é importante considerar que a *Red Puna* define-se a si mesma como uma rede de organizações de base; porém as *Warmis Sayasunjo* nasce como uma associação de apoio ou ONG. Deste modo, só a partir desta construção da *Red Puna*, as *Warmis* podem ser consideradas como uma organização de base e, como tal, ter legitimidade para disputar o papel de mediadora entre os nativos e o mundo externo, pois é isto o que está em disputa entre estas organizações.

De fato, resulta interessante analisar que ao longo da entrevista no momento de definir a própria organização, a dirigente da *Warmis* enfatizou “*como eu digo, é uma rede de organizações de base, todas, as 64 comunidades têm figura jurídica*”. Neste ponto é importante salientar que as *Warmis* não se vincula em rede com as demais comunidades, mas assume o papel de organização de apoio e mediação com elas, canalizando apoio financeiro e técnico às comunidades.

O fato de esta disputa não se estabelecer com OCLADE ou a Igreja Católica, explica-se com o fato de estas em nenhum momento se apresentarem como organizações de base e, portanto, não disputarem a legitimidade nesse sentido, apesar de assumirem o papel de mediadores. Por outro lado, ainda existe um vínculo afetivo e um apoio recíproco entre a dirigente das *Warmis* e estas organizações que se originou durante o tempo em que Rosário trabalhou em OCLADE.

Por outro lado, ao longo do seu depoimento, a entrevistada foi colocando as diferenças que existem entre os projetos que realizam as *Warmis* com os da *Red Puna*, sendo sempre o eixo do questionamento que as atividades desta última não redundavam em benefício dos nativos e que não se dava participação aos beneficiários. Em contraposição, a entrevistada mostrava o trabalho realizado pela Associação *Warmis*, enfatizando a participação e benefício que recebiam as famílias.

Por sua vez, os membros da *Red Puna* também explicitam diferenças com as *Warmis*, assim, em uma entrevista realizada com um técnico, ele expressou:

“Las Warmis estuvieron en un principio en la Red, es una cuestión de disputas y de proyectos... lo que pasa es que las Warmis están hechas con la figura de Rosario Quispe... una mujer que se dedicó a promocionarse... y demás... mucha gestión económica.. y hay muchos dándole vueltas y entonces ella quiere ser ella... es personalista... es ella, cuando vos hablas de las Warmis te dicen “ah... la Rosario”... es ella muy seductora, muy de acá y demás... pero tiene un modelo diferente, entonces en la Red tiene que ir a sentarse con un montón más [de organizaciones]... Ojalá se pudiera cerrar con ella... porque ella ha sumado.. pero ¿cuál es el modelo de organización que arma? No es el mismo modelo y ahí es parte de los roces” [CR-T]

Este mesmo questionamento às *Warmis*, e em especial à dirigente, foi reproduzido por diferentes lideranças da *Red Puna*, em especial por aqueles agentes que interagem na mesma zona que a Associação. Nesta perspectiva, reconhece-se as *Warmis* como um referente do território; porém questiona-se o estilo de organização que impõe a dirigente, caracterizando-a de “personalista”, o qual se contrapõe com “participativo” e “de base”.

Assim, fica evidente que existe uma disputa entre diferentes agentes, em torno de quem é o mediador legítimo do território. Nesta disputa cada agente a partir do seu discurso constrói sua legitimidade (capital simbólico) como mediador e, ao mesmo tempo, tenta deslegitimar os adversários a partir de questionar o agir deles.

Na construção da legitimidade, os agentes colocam ênfase, na transparência da administração das verbas e na eficácia de suas ações, assim como no fato de a organização à que pertencem “ser mais de base”, o que implica que a informação e os espaços de decisão estão democratizados. Em contraposição, a deslegitimação baseia-se nos opostos, isto é, corrupção, ineficácia na utilização das verbas e práticas “paternalistas” ou autoritárias.

Esta coincidência não é de se estranhar já que a eficácia do discurso não só é vinculada com a autoridade ou legitimidade de quem o enuncia, mas também é importante que o discurso esteja vinculado com fatos objetivos da realidade, ou seja, que faça parte do mundo

de possibilidades que conhecem os demais agentes. E é neste ponto que os discursos enunciados pelos diferentes agentes, de certo modo, estão associados às práticas dos antigos mediadores do território, principalmente ao clientelismo político e social e aos casos de corrupção (tanto dos políticos como das ONGs).

Nesta disputa, cada agente investe energia para ser reconhecido como um representante legítimo tanto pelos nativos como pelos agentes de fora do território e assim ocupar os espaços de mediação. Neste sentido, identificaram-se os seguintes âmbitos que são disputados e ocupados pelos mediadores: meios de comunicação, espaços de representação oficiais e sindicais e programas sociais (para assumir sua execução no território).

No caso dos meios de comunicação, é evidente o investimento que os mediadores realizam para que suas atividades sejam difundidas e conhecidas pelo resto da sociedade. No caso da *Red Puna*, o alcance é significativo, pois através do capital social que possuem seus técnicos, esta organização conseguiu difundir suas atividades nos principais meios de comunicação do país (radio, TV e jornais).

Por sua vez, a *Prelatura de Humahuaca*, por intermédio do trabalho de OCLADE, transformou-se em “modelo de transparência e eficácia” na administração de programas de assistência social. Por outro lado, por meio de Olmedo⁹³, a crítica situação em que vivem os habitantes de Puna difundiu-se em nível nacional.

As *Warmis* tiveram difusão nacional quando sua dirigente, em 1997, foi candidata ao prêmio de mulher do ano; embora não tenha ganhado, com esta nomeação ela teve uma presença significativa nos meios de comunicação locais e nacionais fazendo conhecer o trabalho da organização. Posteriormente, a dirigente foi premiada em um concurso internacional, onde se reconhecia o trabalho de mulheres empreendedoras. Isto tem contribuído para que Rosário se converta em uma pessoa do território que é reconhecida, o que ela tem aproveitado para difundir a situação em que está a entrega do título de propriedade das terras às comunidades aborígenes de Puna e outros problemas que surgem no território.

Estes vínculos com a imprensa têm valor para os mediadores, já que, por um lado, evidencia sua capacidade para levar a voz dos habitantes do território (os “esquecidos” e

⁹³ Além de aparecer em reiteradas ocasiões nos meios de comunicação, em especial, em denúncias contra a Prefeitura de La Quiaca, Olmedo escreveu três livros sobre a Puna e seu povo.

“marginalizados”) a outros âmbitos e com isso possibilitar que suas reivindicações sejam escutadas. Por outro lado, isto significa que estes mediadores são escolhidos e, portanto, reconhecidos pelos agentes externos para falar em nome dos habitantes do território e manifestar sua opinião (visão de mundo) da realidade social da região. Assim, nestas situações põe-se em jogo a efetividade da mediação.

No que diz respeito aos espaços de representação dos povoadores locais, as *Warmis* participam no *Foro de Comunidad Aborígenes de Jujuy*, espaço que negocia com o governo a entrega do título de propriedade das terras às comunidades aborígenes e também são representantes dos produtores pecuaristas de Puna ante o governo provincial (no marco da *Ley Ovina*).

Por sua vez, a *Red Puna* reivindica um lugar nos espaços de representação dos habitantes do território ante o governo. No entanto, também participa na *Mesa Nacional de Productores Familiares*, que é uma organização de produtores agropecuários familiares que articula organizações de todo o país. Por intermédio desta organização também participa na *Coordinadora Latinomaericana de Organizaciones do Campo –CLOC-* e na *Via Campesina*⁹⁴.

Por último, estas organizações locais disputam o papel de responsáveis da execução de projetos de assistência social e/ou de desenvolvimento, que são financiados por instituições públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais. Desta forma estas organizações constituem-se em mediadores entre as organizações financiadoras e os beneficiários dos projetos. Assim, estes agentes passam a legitimar-se perante os habitantes locais pois podem oferecer o apoio (assistência técnica e financiamento) que as prefeituras e comissões municipais não brindam. Por outro lado, fica evidente para o resto da sociedade que essa organização (mediador) e não outra foi eleita por uma organização de financiamento para executar um projeto, o que implica confiança e credibilidade.

Em síntese, em cada um destes momentos o que brinda poder (isto é, capital simbólico) é a capacidade que tem cada organização para mobilizar recursos (capital social) e assim, responder aos interesses dos habitantes do território, que por sua vez, outorga a legitimação como mediador. Neste sentido, estaria dando-se um processo de conversão de capital social (capacidade de mobilizar recursos para o território) em capital simbólico (reconhecimento por parte dos nativos).

⁹⁴ A CLOC é uma organização integrada por organizações camponesas da América que, por sua vez, participa na Via Campesina, organização que articula organizações rurais em nível mundial.

5.3 A luta simbólica: “Queremos deixar de sobreviver, queremos viver com dignidade em nossa terra”

A visão que tem cada mediador do mundo externo (isto é, da província e da nação) e da realidade social do território, em particular, os problemas existentes e sua origem, é de vital interesse para entender as estratégias de intervenção destes agentes e as disputas que estabelecem com os outros mediadores. De fato, as visões de mundo permitem entender as diferentes *tomadas de posição* dos agentes e, de que modo, estas últimas contribuem a manter ou modificar a ordem existente.

Nas entrevistas realizadas com os diferentes mediadores, indagou-se sobre as principais transformações que têm tido lugar no território na última década e quais eram as principais problemáticas que surgiam. Em termos gerais, houve uma visão em comum de que se estava registrando um processo de deterioração da qualidade de vida dos habitantes. No entanto, estas visões de mundo diferenciaram-se ao analisar a origem deste processo, os aspectos da qualidade de vida que são prioritários assistir e as soluções possíveis, em especial, as alternativas produtivas que são viáveis no território.

No caso dos prefeitos e comissionados municipais, um aspecto que se reiterou nas diferentes entrevistas é que a identificação das problemáticas da jurisdição eram feitas apenas para as cidades embora as prefeituras abrangem tanto o âmbito urbano como o rural. Por outro lado, a unidade de análises que utilizam tanto para realizar um diagnóstico dos processos que estão ocorrendo na região como para planejar as suas ações de governo, é a jurisdição da prefeitura ou comissão municipal e não o território. Este último tem levado à inexistência de políticas específicas para a região como também a uma ação desarticulada entre as diferentes unidades administrativas do território.

Em todos os depoimentos, a problemática que se identificou como prioritária foi o crescente número de desempregados (problema eminentemente urbano) e o surgimento de bairros com precária infraestrutura nas periferias das cidades. De fato, são nestas questões que se concentram as ações dos prefeitos.

Ao identificarem as origens destas problemáticas, os entrevistados sempre as vinculavam a causas externas a sua gestão e jurisdição, por exemplo o fechamento dos complexos mineiros e o retorno dos ex-migrantes ao território. Neste ponto é importante

considerar o papel ativo que os entrevistados têm jogado nos últimos anos nas jurisdições, de fato, a maior parte de eles tem duas gestões nas prefeituras, já seja como prefeitos ou como assessores dos antigos prefeitos.

Segundo os testemunhos dos políticos entrevistados a política nacional é a geradora dos problemas sociais do território; porém a maior parte deles não identificou os agentes responsáveis de implementar estas políticas. Além disso, percebe-se que os políticos locais sentem que não podem fazer nada diante das políticas neoliberais que se implementaram no país e na província, portanto, assumem uma atitude passiva ou não confrontante com os políticos que ocupam as posições de maior hierarquia no campo político. Assim, as políticas do governo nacional e provincial fazem parte da realidade e não está dentro do *campo de possibilidades* dos políticos locais participar na formulação das políticas ou tentar mudá-las.

A tomada de posição apresentada acima, evidencia o lugar subordinado que ocupam os políticos locais no campo político e, em conseqüência, a escassa dotação de capitais que têm, ou seja, o limitado poder que têm para impor sua visão de mundo neste campo. Portanto, devem aceitar as visões de mundo dos agentes que ocupam as posições hierárquicas ainda que não respondam aos seus interesses nem aos da jurisdição que governam. Apenas um entrevistado, pertencente a um partido de oposição ao partido que governa o país e a província indicou os governantes nacionais e provinciais como os responsáveis de implementar estas políticas.

Além disso, esta *tomada de posição* é compreensível, se fosse considerado o fato de todos os prefeitos serem integrantes do PJ ou da UCR, partidos que têm governado em nível nacional nas últimas duas décadas e têm executado as políticas que, segundo a opinião dos políticos locais, são as responsáveis da precariedade da vida material no território. Em outras palavras, estes partidos que implementaram as políticas neoliberais, são as estruturas partidárias as quais pertencem os políticos locais e são destas que recebem “apoio” para sua gestão. Por outro lado, o fato de não identificar culpáveis significa respeitar as *regras do jogo* do campo político.

No mesmo sentido, diante das políticas provinciais às vezes os prefeitos expressavam-se a favor ou contra delas. Apenas o prefeito de Tilcara, da UCR (oposição ao PJ que governa a província desde 1983), explicitou desconformidade com a política de governo nacional e provincial.

“El municipio, realmente tiene de presupuesto cero (...) Jujuy es la única provincia que no tiene ley de coparticipación (...) la provincia creo que tiene que fijar... no estoy culpando, pero duele lo que pasa, porque en vez que el municipio tenga una acción de desarrollo una protección a sus habitantes para que no se vayan a los centros urbanos no puede proponer nada porque no saben como encarar las obras... Nosotros actualmente estamos trabajando con el plan de jefes y jefas de hogares y los planes trabajar dándole migajas a la gente, no estamos haciendo el trabajo que debe ser. (...) Siempre hemos estado con las manos atadas... lo que pasa es que tanto el gobierno provincial, como a los legisladores no les conviene que los municipios entren en el trabajo del desarrollo... cuando el municipio entre realmente en eso es como que se liberarían (...) Lamentablemente estamos sumergidos todos en una política que realmente está agotada... creo que el sistema, la política norteamericana no nos permite desarrollar... si nosotros hablamos en contra de los yanquis somos los malos de la película y sacan... pero es la realidad y te digo no tengo temor a decir las cosas... yo estoy peleando y estamos peleando para que nos liberaran... el derecho de libertad de la gente... que pueda expresar lo que sienta que tenga su trabajo por sus propios medios y no por la cuestión partidaria o política...” [Intendente - Tilcara]

De certo modo, esta parte da entrevista expressa a visão de muitos dos prefeitos, em relação a como as jurisdições do território não são priorizadas nas políticas governamentais nacionais e provinciais, mas nem sempre é expressado. Com respeito às primeiras, as políticas macroeconômicas têm prejudicado a região, principalmente, a partir da política monetária que afetou o comércio de fronteira e a atividade de extração de minerais.

Em relação ao governo provincial, o prefeito evidencia a subordinação na qual se encontram os municípios diante dos escassos recursos que são destinados pela Província, fato que, conforme a perspectiva do entrevistado, é uma forma de limitar o agir dos prefeitos e assim manter sua dependência com as estruturas políticas da Província.

Novamente fica evidente a posição subordinada que ocupam os políticos locais no campo político, o qual é reconhecido pelo entrevistado quando diz que “*não tenho temor a dizer as coisas*” e acrescenta que se eles falarem em contra das ações do governo são tirados de seus cargos. No discurso do entrevistado percebe-se que ele reconhece quais são as *regras do jogo* no campo político, onde o dever dos agentes que ocupam as posições inferiores na hierarquia é o de serem leais aos das posições superiores (já que eles não têm o poder para impor as regras, portanto, devem acatá-las) e em caso de subvertê-las, são punidos.

Assim, pode-se afirmar que os políticos locais não assumiram eficientemente o papel de porta-voz das reivindicações dos moradores do território e, em especial, para questionar as políticas governamentais. Esta ineficácia deve-se à lealdade que estes mediadores devem aos políticos que ocupam as posições dominantes no campo político, em outras palavras, deve-se

às *reglas de juego* do campo político, regras que os políticos locais decidem respeitam e jogo que optam jogar.

Por outro lado, no que diz respeito ao papel de dar respostas às problemáticas sociais do território, em especial, o desemprego, os prefeitos restringem as ações de governo à distribuição dos programas de contenção social que subministra o governo nacional, em especial o *Programa Jefes y Jefas de Hogares Desocupados –PJJHD-* devido “a falta de recurso”s. No entanto, são os mesmos políticos que reconhecem que não cumprem com a função de contenção social pois não conseguem abranger todas as solicitações.

Contudo, estes programas são a única fonte de recursos que os políticos locais têm na sua gestão e, portanto, devem utilizá-los de maneira que além de ajudar aos desempregados também lhes retribua com um benefício político, isto é, que lhes permita reproduzir-se na posição que ocupam. Isto tem levado a estes agentes a fazerem um uso clientelístico destes programas. De fato, isto fica evidente quando o próprio entrevistado expressa que os habitantes conseguem trabalho pela “questão partidária”, ou seja, uma troca de favores que fazem como os políticos, neste caso, o mesmo entrevistado.

Um aspecto de interesse para analisar é um fragmento da entrevista com o prefeito de Tilcara, na qual perguntou-se:

“- ¿qué perspectivas ven en el corto plazo? La cosa mejorará, empeorará...
- Nosotros estamos acostumbrados a vivir en crisis.... así que no es algo anecdótico para nosotros, estamos acostumbrados... si, tampoco hemos dicho que somos pobres... no somos pobres. Que no tengamos educación o que no tengamos salud, toda la atención de salud es otra cuestión, pero nosotros, gracias a Dios, no tenemos villas miserias, ni tampoco la gente va a buscar al tacho de basura comida, es más digno.... trabaja, trata de alguna manera de cómo sea salir adelante... buscando una fuente de trabajo. Si nosotros nos ordenamos y somos constantes en nuestro trabajo podríamos decir que Tilcara debería tener nada más que el 5% de desocupación...” [Prefeito - Tilcara]

Em particular, é relevante analisar esta parte da entrevista, pois o agente fala em nome dos habitantes do território, fato que implica em assumir o papel de mediador. O que se evidencia neste depoimento é um ato de resistência ao estigma de “pobres” que recebem os habitantes do território por parte do resto do país. Para o entrevistado, esta estigmatização está representada na própria entrevista, na qual um agente nativo de Buenos Aires (o entrevistador) está indagando a um nativo do território sobre a realidade social da jurisdição e, no fundo, está perguntando-lhe sobre a precariedade da vida material. A resistência, por parte do entrevistado, manifesta-se quando este contesta o entrevistador negando o estigma de

pobres. Assim, o agente compara a realidade das pessoas que apresentam carências em Tilcara com as das grandes cidades (onde supostamente os índices de qualidade de vida são melhores) salientando que a diferença entre as duas realidades é a dignidade. Ou seja, ao negar o estigma de “pobres” e depositá-lo nas grandes cidades está mudando as categorias de percepção e, portanto, subvertendo a forma de conceber e construir o mundo.

Embora o agente resista esse estigma de “pobres”, reconhece a existência de carências na qualidade de vida dos habitantes da região e, ao mesmo tempo, naturaliza essas condições de vida ao manifestar: *“nós estamos acostumbrados a vivir assim”*. Nesta frase o prefeito refere-se à crise econômica e social que nesse momento estava atravessando o país e que, dos meios de comunicação e os órgãos de governo, era considerada a crise mais importante na história do país. Em outras palavras, o prefeito está dizendo que a crise não mudou nosso estilo de vida, assim vivíamos antes e assim vivemos agora. Porém, chama a atenção quando expressa que *“se a gente se organiza e somos constantes em nosso trabalho (...), Tilcara debería ter apenas 5% de desempleo”*, pois, nesta frase implicitamente deposita a capacidade e a responsabilidade de mudar (ou não) a situação nos habitantes do território. Esta visão de mundo, como se verá em seguida, não é compartilhada por outros mediadores da sociedade civil, em especial a *Red Puna*.

No entanto, como já foi mencionado, a maior parte dos prefeitos não assume uma posição crítica frente ao governo. De fato, em uma entrevista realizada com o prefeito (do PJ) de La Quiaca indagou-se sobre as prioridades de governo da prefeitura e manifestou:

“- Nosotros, desde que vino el doctor Tito, como intendente hemos transformado un montón de cosas... tenemos un centro de alto rendimiento, una pileta de natación con agua climatizada, una pileta muy buena, creo que es la única en la provincia de Jujuy, tenemos una cancha a pesar de lo árido que es La Quiaca, con césped, también un trabajo intenso que se hizo en la época que el doctor Tito era intendente y yo era el Secretario de Hacienda en esa época. O sea, tenemos muchas cosas importantes realizadas acá en La Quiaca... en la gestión, le digo del doctor Tito, que es el intendente que dejó el 10 de diciembre, yo asumí el 10/12/01.

- ¿Y con la problemática de desocupación qué acciones están llevando a cabo?

- Estamos insistiendo con el plan jefes y jefas de hogares, plan de desarrollo local, que contratamos más o menos 120 familias que se mantienen con los recursos municipales porque no hay actividad [económica]

- El Plan de Desarrollo Local, ¿en qué consiste?

- Desarrollo local le llamamos a un programa que no estamos obligados a hacer los aportes jubilatorios, por un convenio con la Provincia y 120 familias que no se puede pagar mucho de sueldo pero por lo menos para que subsistan un poco... esto ya viene de años atrás, cuando esto estaba muerto [la actividad económica], ahora se está componiendo vamos a ver cuando caduca el plan de desarrollo local... sino siempre vamos a buscar la forma de llegarle a la gente con alguna subsistencia para que pueda subsistir...” [Intendente de La Quiaca]

Nesta entrevista, de certo modo, visualiza-se a estratégia de governo das últimas duas gestões na prefeitura de La Quiaca. Esta cidade apresenta uma das taxas de desemprego mais importante do território⁹⁵. No testemunho fica evidente que as ações de governo têm priorizado a obras públicas no âmbito urbano, centrando-se, em especial, no esporte; porém os bairros periféricos da cidade apresentam importantes deficiências no que diz respeito a subministro da água potável, sistemas de esgoto, postos de saúde, refeitórios para as crianças carentes, entre outros aspectos. Ou seja, nestas ações de governo, evidencia-se como os políticos delineiam as suas estratégias de governo, por meio das quais se reproduzem ou inclusive escalam posições no campo político. De fato, o ex-prefeito, depois da sua gestão na prefeitura, passou a ser deputado provincial, o que é uma exceção entre os políticos do território.

Outro aspecto da entrevista a salientar é a concepção de desenvolvimento que tem o programa implementado pela prefeitura de La Quiaca. Por um lado, neste programa o próprio Estado (representado pela prefeitura) gera empregos precários desrespeitando os direitos trabalhistas. Por outro lado, o objetivo do programa, em palavras do prefeito, é que as pessoas possam “subsistir”; aqui deve levar-se em conta que o programa é denominado de “desenvolvimento local”,

Neste momento é interessante contrapor os discursos e as propostas dos diferentes mediadores do território. De fato, se forem lembrados os fragmentos do artigo publicado no *Boletín Red Puna N° 14*, citados no capítulo 4, com motivo da convocatória para a realização de uma caminhada na capital provincial, naquele artigo o dirigente depois de explicitar a sua visão da realidade social em que vivem os habitantes do território terminava com a seguinte interrogação, “*como fazemos para deixar de sobreviver e empresar a viver?*” (ver Foto 10, Anexo F). Tanto no testemunho do prefeito como neste artigo, ficam evidentes diferentes visões de mundo representadas por dois agentes do território: um político e um dirigente de uma organização social. Assim, estas visões geram tomadas de posição opostas diante da mesma realidade social.

O prefeito formula políticas assistenciais que geram nos habitantes da jurisdição uma relação de dependência com a própria estrutura política. Em outras palavras, por meio das ações de governo, estes agentes reproduzem as relações de patronagem, pois a

⁹⁵ Segundo um censo realizado pela *Prelatura de Humahuaca* a taxa de desemprego da cidade de La Quiaca é, aproximadamente, de 50% da população economicamente ativa, no entanto, segundo um censo realizado pela Prefeitura a taxa de desemprego é 20% da população economicamente ativa.

“sobrevivência” das pessoas que se encontram desempregadas depende do acesso a uma vaga entre os poucos postos de trabalho ou nos programas assistenciais que executam as prefeituras, e para isto dependem da “boa vontade do político”. Este tipo de políticas apenas permite que as famílias (“os clientes”) reproduzam a posição que ocupam no espaço social, reproduzindo também a dependência com o político e o poder deste último, pois sua subsistência depende de conseguir o benefício do programa cada mês. Porém, os políticos, por meio desta relação conseguem reproduzir a sua posição no espaço social que é privilegiada em comparação aos outros agentes do território.

Diferentemente dos políticos, a proposta do dirigente da *Red*, pretende mudar este tipo de relação, o que significa terminar com o círculo vicioso do assistencialismo e, portanto, deixar de sobreviver (o que implica depender do clientelismo político) para começar a viver (que significa terminar com a relação de dependência e, portanto, de dominação a que estão sujeitos e escalar posições no espaço social). Este último implica questionar e tentar subverter a ordem social e para isso, o agente propõe começar a ter um comportamento corporativo por intermédio da *Red*, ou seja, como grupo ou classe mobilizada contra os políticos locais e provinciais, para deixar de reproduzir os interesses destes e pôr em jogo os próprios interesses dos habitantes. Esta proposta formaliza-se com a convocação à realização de uma mobilização onde se pretende denunciar a realidade social do território e manifestar as reivindicações dos habitantes, o que é uma das formas em que se expressa a luta simbólica no território.

O assistencialismo, está fortemente enraizado nas propostas dos políticos e no interior do campo político. De fato, nas diferentes entrevistas com os políticos locais indagou-se sobre os projetos que tinham para gerar empreendimentos produtivos genuínos na zona. Apenas, os políticos de Quebrada de Humahuaca manifestaram que existiam projetos para fomentar o turismo. Estes projetos surgiram devido a nomeação desta região de patrimônio cultural da humanidade pela UNICEF. Entretanto, os outros projetos que estes agentes tinham em execução ou planejados, estavam referidos à geração de emprego público utilizando os PJJHD. Um aspecto a salientar é que a produção agropecuária e a de artesanatos não se encontravam entre as prioridades dos políticos. De fato, na visão destes agentes a produção agropecuária, quando muito, pode cumprir um papel de abastecimento do consumo familiar e do mercado local, mas não é vista como uma alternativa produtiva genuína e geradora de emprego.

Em síntese, embora os prefeitos reconheçam como legítimas as demandas dos habitantes, justificam a limitada intervenção das prefeituras pela escassez de recursos que recebem do Estado provincial, já que a capacidade de arrecadação das prefeituras, por meio de impostos, é praticamente nula devido à baixa renda dos habitantes⁹⁶. Neste sentido, as fontes de financiamento das prefeituras limitam-se ao Estado provincial e nacional. Mas, devido à posição subordinada que ocupam os políticos locais no campo político, estes não questionam o lugar marginalizado que têm as jurisdições do território em relação às outras regiões da província e do país, no que diz respeito a distribuição de verbas.

Além disso, as diferenças partidárias e no interior dos partidos políticos têm levado à inexistência de propostas de desenvolvimento regional no território dificultando, ainda mais, a possibilidade de dar resposta às problemáticas locais por meio das prefeituras. Embora este contexto seja adverso para os habitantes do território, não o é para os políticos, pois contém, em parte, os interesses deles. De fato, este contexto lhes permite reproduzir-se na posição privilegiada que ocupam no campo político e social.

Diante desta realidade ficam evidentes as dificuldades que têm os prefeitos para desempenhar eficientemente o papel de mediadores. De fato, ao restringirem o mundo externo ao campo político, suas possibilidades de mobilizar recursos ficam condicionadas à posição que ocupam neste campo.

Diferentemente dos políticos locais, os mediadores da sociedade civil, não só se articulam com o mundo político (por meio da captação de recursos dos programas de assistência social) mas também com as ONGs internacionais. Deste modo, estes mediadores conseguem dar assistência aos moradores do território, em muitos aspectos que os governos locais mostram-se incapazes, aumentando, assim, seu capital simbólico.

Contudo, existem importantes diferenças entre as visões de mundo dos políticos locais e dos mediadores da sociedade civil e entre estes últimos. Em especial, as diferenças expressam-se em relação a como vêem a realidade social do território e às possibilidades de desenvolvimento que visualizam para o mesmo.

⁹⁶ Segundo informação subministrada pelos prefeitos, a prefeitura de Abrapampa tinha solicitado 1000 PJJHD e recebeu aproximadamente a metade, a prefeitura de La Quiaca tinha solicitado 1000 PJJHD e recebeu 600, a prefeitura de Tilcara recebeu apenas 55 PJJHD, a comissão municipal de Purmamarca havia solicitado 280 e recebeu 130 e a comissão municipal de Puesto del Marquéz tinha solicitado 85 e ainda não tinha recebido resposta.

Embora os mediadores da sociedade civil concordem com os políticos locais que a qualidade de vida dos moradores do território tem piorado nos últimos anos como consequência da diminuição da demanda de mão-de-obra, também identificaram como umas das causas desta situação à corrupção e a má utilização das verbas que chegam ao território por parte dos mediadores locais. É importante salientar que estas causas não foram manifestadas nas entrevistas com os políticos. Porém, existem diferenças entre os mediadores da sociedade civil no momento de identificar os responsáveis.

A dirigente das *Warmis* ao momento de identificar os responsáveis do desvio das verbas que chegam ao território centrou-se nas ONGs e não nos políticos locais. Provavelmente, isto se deve ao fato de a entrevistada ter relações de amizade (o que envolve lealdade) com o vice-governador da província e com outros políticos que ocupam cargos de hierarquia em nível provincial. Neste sentido, a estratégia da dirigente das *Warmis* não aponta a realizar denúncias nem confrontos com os políticos, pois tem a possibilidade do diálogo e da negociação com o poder político da província. Assim, as *Warmis*, promovem diferentes projetos de promoção agropecuária e de artesanatos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. Nestas ações está contida a visão de mundo da Associação, no diz que respeito às alternativas produtivas que podem promover o desenvolvimento do território e ao estilo de vida que buscam para os moradores deste.

Com o explicado acima, não se pretende expressar que a dirigente das *Warmis* tenha uma “visão encantada” do mundo político, pelo contrário, na entrevista ela manifestou que aproveitava seus vínculos com os políticos províncias para realizar projetos com as comunidades. Porém, na medida em que não se outorgará o título de propriedade das terras a uma comunidade que se localizava em *Minas Pirquitas* (isto é, na medida em que não correspondessem aos interesses delas), realizariam uma manifestação pública denunciando os responsáveis. Isto evidencia que a dirigente é consciente da existência de interesses diferentes entre os políticos e a organização que ela representa, no entanto, isto não implica a impossibilidade de estabelecer alianças com os políticos provinciais para receber apoio para determinadas questões.

Por sua vez, Olmedo e a *Red Puna*, já têm manifestado publicamente e em reiterados ocasiões a desconformidade com as políticas do governo nacional e as práticas clientelísticas dos políticos locais e provinciais.

Olmedo, denunciou reiteradamente nos meios de comunicação e nas mobilizações junto à *Asamblea de Desocupados* a prática clientelística do prefeito de La Quiaca e a ineficiência das políticas públicas de contenção social. De fato, uma das grandes conquistas que o padre reconhece, foi ter pressionado o governo nacional para que distribuisse diretamente aos membros da *Asamblea de Desocupados* de La Quiaca os programas de ajuda aos desempregados (PJJHD). Assim, estes programas deixaram de ser executados pelo prefeito que se viu privado de uma fonte importante de recursos na sua gestão e, portanto, da possibilidade de reproduzir as relações clientelísticas com os beneficiários⁹⁷.

Neste sentido, fica evidente a disputa que existe entre os mediadores locais pelo controle da execução dos programas de assistência social. Outros exemplos, são o caso do Conselho Consultivo de Yavi, que já foi relatado neste capítulo, e a própria experiência da *Red Puna*, que por meio de gestões diretas com o *Instituto Nacional de Asuntos Indígenas* – INAI-, conseguiu 300 PJJHD para distribuir entre seus membros⁹⁸.

Na disputa pelo controle dos programas sociais, os prefeitos e comissionados municipais argumentam que os PJJHD devem ser executados por eles mesmos por serem os únicos recursos com os quais contam as prefeituras para dar respostas às demandas da população, pois as verbas subministradas pela província só alcançam para pagar os salários e manter em funcionamento dos serviços públicos.

Por sua vez, os mediadores da sociedade civil argumentam ser mais eficientes e transparentes na execução dos programas sociais que os prefeitos, além de evitar o uso clientelístico que estes últimos fazem destes programas. Além disso, argumentam que os mediadores da sociedade civil, na maioria dos casos, são os próprios destinatários dos programas, o que lhes outorga legitimidade para executá-los pois se evita a burocratização da execução.

Como resultado destas disputas, os políticos vêem reduzidas as verbas que administram e em conseqüência, os “favores” que podem realizar aos habitantes. Assim, as relações

⁹⁷ Durante a segunda metade da década de 1990, tiveram eco na imprensa local, provincial e nacional os reiterados enfrentamentos entre o padre Jesus Olmedo e a *Asamblea de Desocupados de La Quiaca* por um lado, e o prefeito de La Quiaca pelo outro. O principal questionamento que levantavam os primeiros contra a gestão da prefeitura era o uso clientelístico dos programas de assistência social financiados pelo Estado nacional.

⁹⁸ Além da execução destes programas públicos, a *Red Puna* conta com outras fontes de financiamento de organizações internacionais das quais recebem apoio para realizar diferentes projetos. Assim, fica evidente a maior capacidade de ação destas organizações em comparação às comissões municipais e a maior parte das prefeituras.

clientelísticas que estabelecem com os beneficiários destes programas são enfraquecidas, fato este que debilita o poder que têm os políticos, pois cada vez conseguem dar menos respostas aos habitantes. Assim, o fraco papel que desempenham como mediadores é percebido pelos habitantes do território, o que explica a crescente desconformidade da população com os políticos locais. Isto, por sua vez, redundando na erosão do circuito de clientelismo político.

Diferentemente dos políticos locais, os mediadores da sociedade civil conseguem acumular poder, na forma de capital simbólico, como produto do reconhecimento que ganham a partir dos empreendimentos que promovem.

Contudo, existem importantes diferenças nas visões que têm os mediadores da sociedade civil sobre as possibilidades de desenvolvimento do território. Olmedo tem uma visão pessimista, de fato, na entrevista expressou:

“- Para mi... yo estoy aquí desde el año 70’ siempre ha sido una zona marginal, una zona postergada.. y aunque muchas organizaciones intentan venir... y han venido muchas han venido pensando en el desarrollo yo estoy convencidísimo que esta zona ya de por sí es una zona de pura sobrevivencia y extrema... y esa es la razón por la cual han fracasado la mayoría, todas las ONG que han venido acá con un intento de desarrollo, entre comillas... no digo los nombres porque tu las conoces... pero la que yo más conozco, que es OCLADE, la nuestra, yo se lo decía a ellos que esta zona no da para el desarrollo, es de pura sobrevivencia extrema y ahora se ha acentuado más por la situación de pobreza... (...)

- ¿por qué de sobrevivencia solamente?

- Bueno... yo no entiendo mucho de agricultura, ni de minería, pero me di cuenta que este clima no da... es decir, si la parte de Yavi o en otro vallecito se da algo de cultivo eso es para la familia, de una economía familiar... aquí un compañero mío que estaba muy interesado en el tema de la sanidad animal hizo un proyecto muy lindo durante nueve años, y estaba muy contento porque había reducido la mortalidad de los animales en un 30% pero después no era posible la comercialización, le hacían muchas trabas... (...) Después el tema de la migración a la zafra es cada vez menor y al mismo tiempo la gente del campo... se está despoblando... porque se dieron cuenta que la hacienda no da para vivir (...) y el Estado ni está cumpliendo con la salud, con la alimentación, ni con la educación y si el Estado cumpliera se podría vivir mejor...”

[J.O. – L.Q.]

Olmedo em seu depoimento é explícito, o clima é determinante e impossibilita o desenvolvimento da região, visão esta que é similar ao discurso dominante. Mas, na visão do entrevistado, esta situação se agrava, ainda mais, devido ao fato de o Estado não assumir seu papel. Em outra parte da entrevista, Olmedo manifestou que esta situação era difícil de reverter a partir da organização dos moradores locais devido ao fato de as relações clientelísticas serem muito fortes e, portanto, converterem-se em um impedimento para que os nativos tenham um comportamento corporativo diante dos políticos locais.

Diferentemente de outros mediadores, a *Red Puna*, surge no território como um novo agente que propõe que é possível que os nativos vivam com dignidade e qualidade de vida em sua terra. Esta visão também é compartilhada pelas *Warmis*. No entanto, para que isto seja possível deve terminar a dominação econômica, cultural e social a qual estão sujeitos os moradores do território.

Este discurso da *Red Puna* teve repercussão pública por meio das atividades que realizaram seus membros entre 21 e 23 de novembro de 2002, em *San Salvador de Jujuy*. Nestas jornadas realizaram-se a Assembléia anual da *Red Puna*, uma exposição ante a imprensa das atividades que executa a organização e concluiu-se com uma caminhada que passou pelo Ministério de Educação, o Ministério de Saúde e finalizou na Casa de Governo onde se entregou a representantes do governo um abaixo-assinado com reivindicações das organizações membros da *Red Puna*⁹⁹.

Este documento tem o valor de ser um longo processo de reflexão e debate que se originou na *Escuela de Formación de Dirigentes* da *Red Puna* e, posteriormente, passou a ser discutido nas organizações de base para finalmente formalizar-se em um abaixo-assinado.

É interessante analisar o documento, pois ao ser um abaixo-assinado, ele converte-se tanto em uma denúncia como em um discurso alternativo, isto é, uma visão de mundo diferente e, portanto, oposta à dominante. É uma denúncia porque nele explicitam-se as arbitrariedades da vida cotidiana que não contém os interesses dos que assinam o documento. Ao mesmo tempo, converte-se em um discurso alternativo ou *discurso herético* pois ao opor alternativas à visão dominante, está também propondo subverter a forma em que tradicionalmente se viu e construiu a realidade social. Assim, por meio da análise deste documento podem-se perceber as categorias de percepção e os símbolos que se encontram em disputa, isto é, quais são os mundos possíveis que se contrapõem, o que a sua vez, permite entender o sentido que ganha a luta simbólica no território.

Esta manifestação pública da *Red Puna*, diferencia-se em dois aspectos da realizada no ano 2001 devido ao aniversário de Abrapampa, em primeiro lugar, porque se realizou em *S.S. de Jujuy*, isto é, fora do território e onde reside o poder político provincial e, em segundo

⁹⁹ Estas jornadas realizaram-se com posterioridade ao período no qual se fez o trabalho de campo para coletar os dados para a presente dissertação. Porém, durante o trabalho de campo estava-se debatendo, no interior da *Red*, como se iam realizar estas jornadas. Estes debates estão refletidos no capítulo 4, quando se analisou a disputa em torno ao papel que deve assumir a *Red Puna* no território (ver seção 4.3.1. da presente dissertação).

lugar, porque, nesta ocasião, a caminhada teve “tom” de denúncia e reivindicação. De fato, a voz de ordem foi “*Queremos dejar de sobrevivir. Queremos viver com dignidade em nossa terra*”.

Esta manifestação pública teve repercussão na imprensa provincial, de modo que o principal jornal da província publicou um artigo por cada dia que duraram as atividades. Nos próximos parágrafos reproduzem-se os fragmentos mais significativos do documento. Este começa da seguinte forma,

“Nosotros, los pobres del campo: campesinos y artesanas, mujeres, niños, jóvenes y ancianos venimos desde los campos y pueblos de la Quebrada y Puna a exigir el respeto al derecho a la tierra, a los alimentos, a la agricultura y la ganadería, a la salud, a la educación, es decir, el derecho a la vida...” [Pregón on line 25/11/2002 Año VII N° 2167]

No primeiro parágrafo do documento identificam-se os portadores da palavra, isto é, quem fala. Neste sentido, a *Red Puna* assume, na capital da província, a representação dos habitantes da Puna e da Quebrada, reafirmando assim seu papel de mediador.

Os membros da *Red* não se identificam somente a partir da geografia que habitam, mas também, a partir de sua condição de “pobres”, fato que os coloca em uma posição de subordinação no espaço social. Como foi analisado no capítulo anterior, o que está em jogo ao falar de pobreza é a responsabilidade dos políticos diante desta situação e o direito a denunciar e a exigir por parte dos que padecem esta situação.

Outro aspecto distintivo é que os membros da *Red Puna* vêm “exigir” o respeito ao direito à vida. Neste sentido, o fato de os habitantes do território exigirem o respeito de seus direitos na capital da província, é uma subversão do “papel” que eles “devem” assumir. De fato, quando desde a cultura dominante caracteriza-se o nativo do território como “submisso” e “silencioso”, não só se está estigmatizando-o mas também, implicitamente, se lhe está ordenado que aja desse modo, que assuma o papel que lhe foi atribuído e, portanto, que lhe corresponde. No entanto, quando estes agentes passam a “exigir” e não a “pedir” (atitude que faz parte da lógica clientelística), estão rebelando-se a cumprir esse papel, ou seja, estão deixando de ser “cúmplices” dos grupos dominantes na reprodução da dominação simbólica e, portanto, começando a disputar sua própria concepção de ordem.

Por outro lado, exigir para que se respeite um direito, é o equivalente a exigir que se deixe de violá-lo, e nisto está implícito que alguém não está respeitando os direitos deles. Em

outras palavras, é só a partir que se reconhecem como dominados, que se pode reconhecer a existência de um dominador, e é neste ponto que se fundamenta a denúncia que se realiza em frente da Casa de Governo nos ministérios.

Outro aspecto significativo do documento é que estes agentes não estão falando apenas de seus direitos, mas dos direitos que tem qualquer ser humano e a eles lhes são negados, o que evidencia a arbitrariedade da ordem social no território e na província. Deste modo, o número de reivindicações (terra, saúde, educação, políticas de desenvolvimento agrário, etc.) deixa explícita a arbitrariedade da ordem social e, conseqüentemente, o grau de dominação (e de assimetria de poder) que existe no território o qual implica a necessidade de uma mudança profunda. O abaixo-assinado continua,

“[somos] organizaciones que han encontrado su razón de existencia en la lucha y el trabajo cotidiano para enfrentar las consecuencias de la política neoliberal en Argentina. Política que puso en crisis la producción y el trabajo en nuestro país. Durante las últimas décadas vemos como se favoreció la concentración económica de las grandes empresas nacionales y extranjeras y como conjuntamente se nos marginó a las inmensas mayorías de nuestro país de las más vitales oportunidades de existencia” (...). “ante la falta de oportunidad de trabajo, ante el retiro del Estado de sus cuestiones indelegables como la educación, la salud, la alimentación y la producción, entre otras, comenzamos a trabajar y seguimos trabajando con mucho esfuerzo” [Pregón on line 25/11/2002 Año VII N° 2167]

Neste auto-reconhecimento, os integrantes da *Red* explicitam sua tomada de posição diante da realidade em que vivem, pois manifestam que sua razão de ser está na luta e no trabalho, o que implica em uma confrontação com os políticos que promovem as políticas neoliberais que, em parte, são as responsáveis pela realidade em que se encontram o território e o país. Assim, constitui-se o *par de oposição* entre os “beneficiados” e os “marginalizados” por estas políticas. Entre os primeiros encontram-se as grandes empresas nacionais e estrangeiras que ocupam as posições superiores na hierarquia social, isto é, de dominantes. Estes agentes conseguem impor sua visão de mundo e interesses nas políticas públicas e, deste modo, são beneficiados pelas ações dos governos. Entre os marginalizados pelas políticas neoliberais encontram-se a maior parte da população, entre eles situam-se os membros da *Red Puna*, e são os que estão ocupando as posições de dominados.

Posteriormente, no documento identificam-se a falta de trabalho e o novo papel assumido pelo Estado, como as formas por meio das quais se materializam as políticas neoliberais que têm deteriorado, ainda mais, a qualidade de vida dos habitantes do território. O documento continua,

“ [La Red Puna entre sus demandas, requiere que] “se agilice y se concrete la entrega de nuestras tierras a las comunidades aborígenes de la Puna y Quebrada”, exige, “políticas de apoyo a nuestra producción” ya que “la crisis ha provocado una disminución en nuestros ingresos familiares. Nuestros productos siguen valiendo lo mismo en los mercados, mientras los principales productos básicos de nuestra canasta familiar y los insumos para producir han aumentado más de 3 veces su precio, por lo que muchas familias no contamos con dinero suficiente para reiniciar el ciclo productivo” Ante esto es que las organizaciones solicitaron “políticas de promoción que favorezcan los mercados para los productos, campesinos y aborígenes y la defensa de nuestros productos regionales mediante leyes adecuadas de protección, subsidio y préstamos económicos; fondos de emergencia climática y económica para poder reiniciar los ciclos productivos”. Además pidieron participación de las organizaciones en la gestión de la Ley Ovina (...) “Creemos necesario implementar políticas activas que beneficien a los que menos tenemos, con la participación plena de las organizaciones de Puna y Quebrada, que permitan el acceso a la tierra de los que queremos vivir y trabajar en el campo. Esto debe ser entendido como una forma de preservar los recursos naturales, la cultura, poniendo la tierra al servicio de toda la sociedad. Nosotros los aborígenes, campesinos somos capaces con nuestro trabajo familiar de producir los alimentos sanos que nuestro pueblo necesita preservando la vida de la naturaleza para las próximas generaciones” [Pregón on line 25/11/2002 Año VII N° 2167]

Neste fragmento, os membros da *Red Puna* a partir de reconhecer-se como produtores agropecuários realizam reivindicações próprias de sua condição social e profissional, isto é, reivindicações de pequenos produtores agropecuários e de artesãos, fato que é uma novidade no território. Esta perspectiva, evidencia a visão de mundo que têm os membros da *Red*, no que diz respeito às soluções que eles identificam para promover o desenvolvimento no território. Além disso, explicita o estilo de vida que querem levar, ou seja, de produtores familiares e não de operários.

De certo modo, esta nova visão de mundo que, como tal, é uma outra versão do que pode ser a realidade social no território, está contida na palavra de ordem da caminhada, na qual os membros da *Red* expressam “*Queremos deixar de sobreviver. Queremos viver com dignidade em nossa terra*”. Esta frase é um questionamento à realidade social e, portanto, a ordem social que existe no território, o qual fica evidente quando se expressa o desejo de deixar de sobreviver para começar a viver com dignidade. Em outras palavras é um questionamento ao estilo de vida que foi imposto aos habitantes do território por meio das políticas de governo. Opondo-se a esse estilo de vida, estes agentes levantam a possibilidade de viver com dignidade no território, isto é, procurar as possibilidades de progresso no território e não por meio da migração.

O analisado acima, representa um desejo de mudar o modo em que vivem que, ao ser levantado publicamente por uma classe mobilizada, converte-se em uma outra versão do que o mundo isto é, do que a vida no território pode ser e, como tal, converte-se em um discurso

alternativo e entra em disputa com a visão dominante. Um aspecto que é importante salientar é que esta nova visão de mundo é proposta por aqueles agentes que historicamente migraram fora do território para buscar uma vida melhor, fato que demonstra o processo de *auto-socioanálise* que estão realizando estes agentes.

Os membros da *Red* dirigem suas demandas ao governo provincial, fato que significa responsabilizar os políticos da província por manter ou reverter a realidade social do território. Entre outras demandas salientam-se: o outorgamento do título de propriedade das terras às comunidades aborígenes, a formulação de políticas de promoção e incentivo da produção agropecuária local e um marco legislativo apropriado à realidade dos pequenos produtores.

Nesta outra versão do que a realidade social pode ser no território, não se demandam políticas de assistência ou contenção social que é o que demandam e propõem os políticos locais. Deste modo, os membros da *Red* ao reivindicar-se como produtores agropecuários, não só estão propondo uma alternativa de desenvolvimento no território, mas também estão questionando a visão dominante, a qual sempre viu o território como um lugar pouco produtivo sendo sua função social a reprodução de mão-de-obra e extração de minerais.

O fato de estes agentes solicitarem apoio do Estado, não só se deve a sua condição de “pobres” e/ou “pequenos produtores”, isto é, carentes de recursos econômicos, mas também a viabilidade da execução de empreendimentos produtivos no território. Este último, em palavras dos agentes ganha a forma de “*somos capazes*”, de cumprir uma função social. Em particular, esta função está vinculada a garantir a segurança alimentícia (produção de alimentos saudáveis) e a proteção do meio ambiente, aspectos estes que, neste momento, são considerados de interesse para a sociedade em geral. Estes problemas originam-se na produção agropecuária convencional, de grande escala e de uso intensivo de insumos agropecuários que é praticada na maior parte do país e no sul da província. No entanto, os produtores familiares do território, não fazem uso de *agro-químicos* ou fazem em reduzida quantidade, trabalham em pequena escala e com variedades nativas. Deste modo, outro aspecto que surge como uma subversão aos esquemas cognitivos do território, é o fato de os

nativos do território reconhecerem-se capazes de exercer uma função social por serem aborígenes e camponeses, o que implica em possuir um conhecimento nativo.¹⁰⁰

Outro aspecto interessante de ressaltar é o fato de *Red Puna* demandar uma vaga para representar a seus membros ante a comissão da Lei Ovina. Nesta solicitude, por um lado, fica evidente que não se sentem representados pela atual delegada do território (a presidenta das *Warmis*) e, por outro lado, põem em jogo que sejam reconhecidos como representantes legítimos dos produtores. De fato, como já foi analisado, a pretensão desta organização é assumir o papel de mediador entre os moradores do território e o Estado, e isto novamente se põe em jogo a partir da mobilização de 35 organizações de produtores à capital da província.

As reivindicações apresentadas no abaixo-assinado, também se referem a outras dimensões da vida, como ser saúde e educação,

“Pensamos que el derecho a la salud, vale decir a mantenernos vivos y sanos en esta tierra, es un derecho inviolable, por eso pedimos que se garantice salud gratuita para todas las comunidades; insumos y medicamentos; combustible para las ambulancias y giras médicas, dinero para mantenimiento de vehículos y equipamiento; leche para los chicos; especialistas para los hospitales del interior; que se recupere la medicina tradicional andina; y que se pague en tiempo y forma al personal de los hospitales y puestos de salud”. (...) Así mismo exigieron que el Estado “garantice igualdad de oportunidades para el desarrollo de las personas. La educación pública ha quedado sin dinero, si esto sigue así, sólo los hijos de ricos que tienen para pagar una enseñanza de calidad, tendrán asegurado un futuro. Lo mínimo que solicitamos es que se hagan llegar materiales didácticos, pedagógicos y culturalmente adecuados a la región; que se garanten los recursos económicos para que puedan funcionar los comedores escolares; becas para estudiantes primarios, secundarios y terciarios universitarios de las comunidades”. En este plano pidieron que se concrete la creación de escuelas de alternancia secundaria en las localidades de Chalgumayoc y Chocoite y dos escuelas primarias en San José del Chañi y Lipán. Por último requirieron que “se de continuidad a los recursos para garantizar el funcionamiento de los comedores de la Puna y Quebrada”. [Pregón on line 25/11/2002 Año VII N° 2167]

Neste ponto, é interessante analisar o destaque que faz o documento da necessidade de garantir o direito a saúde e educação mas respeitando a especificidade cultural do território. Isto fica evidente no documento quando se manifesta que “se *recupere a medicina tradicional indígena*” e que se entregue material didático “*culturalmente apropriado*”. Assim, a partir do momento em que os membros da *Red* constroem uma identidade grupal, na qual “o originário do território” está presente com uma conotação positiva, a cultura originária começa a ser

¹⁰⁰ Como foi explicado no capítulo 2, na visão de mundo dominante na província, os nativos e, em especial, os moradores do âmbito rural são portadores de uma cultura ancestral que tem seu valor apenas desde o antropológico, ou seja, como um resquício de uma cultura antiga. No entanto, esta cultura não é valorizada pela sua contribuição ao presente e ao futuro, em outras palavras, ela não tem nenhuma contribuição para levar o progresso ao território, quanto muito, só como um atrativo turístico.

valorizada nas diferentes dimensões da vida. Neste fato fica evidente que os próprios agentes começam a construir suas próprias representações de sua identidade e cultura e, conseqüentemente, começam a questionar a visão que tentam impor os grupos dominantes.

Conforme, Bourdieu,

“O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalçadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo. Na verdade como toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce sua autoridade e para cuja produção enquanto grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências. A eficácia do discurso herético reside na dialética entre a linguagem autorizante e autorizada e as disposições do grupo capazes de autorizar essa linguagem e de se verem assim autorizadas...” (1996 p. 119)

Neste ato público a *Red Puna* expressa a sua versão do que a realidade do território pode ser o qual é legitimado pelo fato de esta organização estar realizando empreendimento produtivos e sociais com sucesso. Este aspecto foi aproveitado pela organização durante estas jornadas, pois ao tempo que a *Red* denunciava a situação em que vivem os habitantes do território e exigia políticas de promoção social e desenvolvimento, apresentava à imprensa uma exposição com os diferentes projetos que são executados pelas organizações demonstrando que suas propostas são viáveis e, conseqüentemente, legitimando sua visão de mundo.

Assim, na luta simbólica a acumulação de capitais tem um papel fundamental na acumulação de poder. Em particular, o capital social ganha um papel especial naqueles agentes que ocupam as posições de menor hierarquia no espaço social pelo fato de o capital econômico e o cultural serem de difícil acesso para estes agentes.

Resumindo, neste capítulo, evidenciou-se que a partir dos anos 1990, surgem no território novos mediadores, em especial, da sociedade civil. Em particular, destaca-se a *Red Puna* que começa a disputar com os antigos e novos mediadores, o papel de representante legítimo dos moradores do território

Nesta disputa não só está em jogo ser reconhecido como mediador legítimo do território mas também, a visão de mundo legítima. Neste sentido, existem visões contrapostas em

relação às causas que geram a baixa qualidade de vida dos habitantes do território e as possibilidades de reverter esta situação. Na visão dominante o clima é um impedimento para promover o desenvolvimento do território, motivo pelo qual se adjudica a este o papel de reprodutor de mão-de-obra pouco qualificada e de extração de minerais, explicando-se assim, a baixa qualidade de vida de seus moradores.

Não obstante, a *Red Puna* propõe uma visão alternativa na qual se responsabiliza os governantes pela baixa qualidade de vida dos habitantes do território, questionando assim a ordem existente. Estes agentes, por sua vez, não só propõem uma visão de mundo alternativa, mas também demonstram que ela é possível de ser levada a cabo por meio das ações que realizam.

Nesta nova visão de mundo, contrapõe-se aos símbolos que historicamente fizeram parte da visão de mundo dominante, novos símbolos que contêm os interesses dos membros da *Red*. Em primeiro lugar, à idéia de que o território é improdutivo contesta-se que nele pode-se desenvolver uma produção agropecuária de qualidade e respeitando o meio ambiente. Por outro lado, à representação que existe da cultura nativa como um resquício de uma cultura ancestral, contrapõe-se a idéia da vigência desta cultura, apresentando-a como algo atual e a partir da qual os membros da *Red* constroem sua identidade. Por último, os próprios nativos começam a questionar seu próprio “silêncio” e sua reciprocidade com as relações de patronagem assumindo uma atitude de confronto com os políticos e disputando o poder àqueles agentes do território e da província que ocupam os espaços dominantes.

O engajamento efetivo dos membros da *Red Puna* nesta luta simbólica só é possível a partir do momento em que estes agentes se reconhecem como grupo dominado e começam a assumir um papel ativo na geração de seus próprios símbolos e visão de mundo. Deste modo começam a comportar-se como um grupo ou classe mobilizada promovendo o seu reconhecimento pelo outros agentes do território. Este reconhecimento origina-se em sua capacidade de organização e mobilização social, ou seja como produto de sua dotação de capital social que ao ser reconhecida pelos outros agentes converte-se em capital simbólico. Este último é o que outorga legitimidade ao grupo e, em conseqüência, a suas propostas abrindo-se assim, a possibilidade que se gerem mudanças no contexto territorial. Neste sentido, a possibilidade de ampliar a dotação de capital social, que freqüentemente se materializa em vínculos com organizações, é um aspecto chave para o *empoderamento*

daqueles agentes que ocupam as posições de menor hierarquia no espaço social e estão engajados em lutas simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seção final desta dissertação pretende-se avaliar a validade das hipóteses apresentadas e retomar alguns elementos que surgiram ao longo da investigação com o objetivo de sistematizar as idéias que podem contribuir para responder aos problemas da pesquisa.

No que diz respeito ao primeiro problema de pesquisa: *Quais fatores intervieram na formação da Red Puna?* Propôs-se como hipótese, que a formação da *Red Puna* seja produto da convergência de diferentes processos sociais que ocorreram no território. Por um lado, as transformações sociais que ocorreram nas últimas décadas na Argentina, e em particular no território onde se localiza o objeto de estudo, afetaram as estratégias de reprodução social dos habitantes do território. Estes, diante da dificuldade para vender mão-de-obra, tiveram que redefinir suas fontes de renda, tendo as relações sociais que envolvem capital social um papel significativo na identificação de novas atividades produtivas. Por outro lado, a presença de ONGs, que promoveram a articulação social no interior das comunidades e entre elas, contribuiu para este processo acontecer. Neste mesmo sentido, a disposição para o trabalho coletivo que está inscrito no *habitus* dos habitantes do território foi um elemento decisivo para que a ampliação das relações sociais que envolvem capital social pudesse ocorrer.

Estas proposições foram confirmadas ao longo da pesquisa. Em relação às transformações sociais e estruturais de maior relevância no território, destaca-se a diminuição da demanda de mão-de-obra nos pólos tradicionais de atração dos habitantes do território, a saber, complexos mineiros, engenhos de açúcar e nas grandes cidades do país. Esta mudança na contratação de mão-de-obra é consequência da radicalização na implementação de políticas neoliberais, no início dos anos 1990, na Argentina.

Muitas das famílias do território ao verem-se impossibilitadas de vender mão-de-obra, sofreram o deterioro de suas rendas familiares. Esta nova realidade obrigou as famílias a reformular as suas estratégias de reprodução social. Assim, a produção agropecuária e de

artesanatos, além de destinar-se ao consumo familiar também se converteram em uma fonte de renda familiar, via comercialização dos excedentes.

Não obstante, produzir para o mercado converteu-se em um desafio para as famílias rurais devido à falta de capital, ao desconhecimento das lógicas de mercado, à falta de capacitação para a produção de novas culturas e, principalmente, à assimetria nas relações de poder com os compradores da produção.

Neste contexto, as ONGs, que no fim dos anos 1980 e início dos 1990 começaram a intervir no território com projetos de desenvolvimento rural, se converteram em agentes que, de certo modo, deram respostas, em relação à capacitação e ao financiamento, para as famílias rurais. Ao mesmo tempo, estas ONGs promoveram o fortalecimento das relações sociais de cooperação e reciprocidade ao estimularem a realização de empreendimentos produtivos e comerciais que permitiram aumentar a renda das famílias rurais.

Este processo contribuiu para fortalecer algumas práticas socioculturais que se estavam realizando com menor intensidade nas comunidades (*minga, señalada*, festas comunitárias, trabalhos comunitários, etc.) e promoveu novas formas de trabalho comunitário (botequins sanitários, *fondos rotatórios*, comercialização associativa, empreendimentos produtivos coletivos, etc.).

A proposta feita pelas ONGs, de organização das comunidades para encontrar uma solução coletiva à precária situação que estavam atravessando as famílias, teve uma significativa receptividade nas comunidades. Isto se deveu em primeiro lugar à urgência das famílias em encontrar uma resposta produtiva para garantir a sua reprodução social e, em segundo lugar, à existência da disposição ao trabalho coletivo que existe nos nativos do território, em larga medida uma herança de antigas lógicas comunitárias originadas nas sociedades pré-hispânicas, que ainda hoje se perpetuam no *habitus* dos habitantes do território.

Por outro lado, devido à diminuição da demanda de mão-de-obra nos pólos tradicionais, viu-se reduzida a emigração temporária e definitiva dos moradores das comunidades, o que aumentou a permanência dos homens e dos mais jovens em seus lugares de origem. Isto, não só aumentou a população das comunidades como também foi fundamental no fortalecimento das relações sociais no interior das comunidades.

Adicionalmente, as mudanças que ocorreram na legislação Argentina, com a Reforma da Constituição Nacional em 1994, possibilitaram as comunidades aborígenes a terem acesso à propriedade comunitária da terra. Isto, favoreceu o processo de organização das famílias em nível comunitário.

Assim, na primeira metade da década de 1990, observa-se um fortalecimento das relações sociais de reciprocidade e cooperação que foram fundamentais na geração de capital social grupal e comunitário. Este fortalecimento pode ser apreciado pelo aumento do número de grupos e organizações de base no território.

Neste contexto de rearticulação e reorganização do tecido social local, em 1995, iniciou-se um processo de articulação em rede de diferentes ONGs e uma instituição pública, que trabalhavam na promoção social do território. Este “encontro de organizações”, denominado *Red Puna*, embora no início estivesse constituído por organizações de apoio, com o tempo foi mudando a sua composição, a partir do momento em que começam a participar organizações de base, na sua maioria beneficiárias dos projetos das ONGs. Esta mudança na composição da *Red*, somado ao fato de que ocorreu um processo no qual as organizações participantes ganharam confiança, começaram a identificar-se entre si e definiram objetivos comuns, gerou uma mudança na dinâmica da organização, passando de ter um comportamento de rede a ser uma organização de base de segundo grau.

Em outras palavras, em um segundo momento, evidencia-se um processo de articulação dos diferentes grupos, organizações sociais e comunidades do território, o que significa uma ampliação do capital social externo dos agentes intervenientes. Neste processo, a *Red Puna*, por intermédio de suas lideranças, teve um papel relevante, pois, na construção da identidade grupal recuperou-se a identidade nativa e territorial, que redundou no fortalecimento de práticas comunitárias (*cambalache, mingas, señaladas*, etc.), as quais envolvem capital social.

No que diz respeito ao segundo problema de pesquisa formulado, *Quais interesses almejam os agentes no seu engajamento com a Red Puna?*, havia sido proposta a hipótese de que os membros da *Red Puna* articulam-se com a organização com o objetivo de acessar as fontes de financiamento, capacitação técnica, assim como para estar em melhores condições (no que se refere a relações de poder) para negociar com os políticos locais e provinciais. Em outras palavras, o engajamento com a organização faz parte das estratégias de reprodução social dos agentes.

Esta hipótese também foi confirmada ao longo da pesquisa. De fato, existe um objetivo comum entre os membros das organizações que integram a *Red Puna*, que é garantir a reprodução social das suas famílias, a partir da articulação com este novo espaço que facilita o acesso ao financiamento, à assistência técnica e possibilita condições de comercialização mais favoráveis para os produtores familiares.

Contudo, apresentam-se diferenças no papel que a *Red Puna* tem nas estratégias de reprodução social dos diferentes agentes. Por um lado, estão aqueles agentes (bases e lideranças comunitárias, na sua maioria) que vêm na *Red Puna* mais um agente externo à comunidade, com o qual se podem articular para ter acesso a recursos financeiros e humanos e, assim, melhorar a renda familiar. Estes agentes, nas suas estratégias de reprodução social, articulam-se com diferentes agentes externos à comunidade (políticos, organizações religiosas e sociais, entre outros) para receber apoio e, nestas relações, reproduzem-se vínculos clientelísticos ou de patronagem. Não é casualidade o estabelecimento deste tipo de relação entre as famílias das comunidades e os agentes externos, de fato a dominação simbólica no território historicamente tem-se apoiado neste tipo de relações as quais são reproduzidas pelos nativos.

Por outro lado, identificam-se aqueles agentes, em especial os dirigentes da *Red Puna*, que a partir do momento em que reconhecem a posição subordinada que ocupam no espaço social começam a ver neste novo agente coletivo uma organização por intermédio da qual podem acumular poder e estabelecer uma disputa para subverter a ordem social no território.

Para estes agentes, a *Red Puna* é um meio pelo qual podem produzir respostas e oferecer alternativas à precária situação econômica local, assim como acumular poder para inverter a dominação simbólica em que se encontram. Este objetivo, de certo modo, converte-se no bem simbólico de intercâmbio do grupo, tomando a forma de um objetivo que procura gerar uma mudança social no território. Neste sentido pode-se afirmar que, por meio da organização, os agentes pretendem subverter a ordem social e com ela as relações de dominação às quais estão sujeitos os membros da *Red*.

As diferentes representações que os agentes têm da *Red Puna*, como também o papel que eles assumem na organização, estão vinculados principalmente a sua posição social e a sua trajetória.

Em relação à posição social, a diferença está entre os técnicos e os demais membros da *Red*. Na grande maioria, os técnicos têm sua origem social nas classes médias urbanas das principais cidades do país (ou seja fora do território) e possuem formação universitária. Por outro lado, compartilham o fato de terem uma visão crítica da realidade social; que é decorrente de sua origem social e de sua trajetória de militância nos movimentos cristãos ou nos movimentos universitários, dependendo de cada caso. Neste sentido, tentam articular sua atividade profissional com uma militância social, assim estabelecendo uma aliança com os demais membros da *Red* para colocar à disposição destes os capitais culturais que possuem e, assim, promover a sua concepção de mudança social.

Em relação aos produtores familiares, as diferentes tomadas de posição estão relacionadas às diferentes trajetórias. Por um lado, encontram-se aqueles que vêm na *Red Puna* um agente externo por intermédio do qual recebem apoio para melhorar sua renda, motivo pelo qual não se engajam de modo mais efetivo na organização e assumem apenas o papel de beneficiários da mesma. No geral, estes agentes não tiveram experiências anteriores de participação em organizações sociais e, freqüentemente, têm uma visão “encantada” dos políticos. Por esta razão, continuam a estar fortemente atrelados aos líderes políticos e submetidos a relações de patronagem.

Em contraposição, os agentes que assumem o papel de dirigentes na *Red*, em geral, são pessoas que tiveram experiências anteriores em organizações sociais (sindicais, partidos políticos, etc.) ou receberam uma capacitação diferenciada por meio das ONGs. Estes agentes têm uma opinião negativa do agir dos políticos locais e provinciais, motivo pelo qual vêm na *Red Puna* uma forma de fugir ao clientelismo político que estes geram e sustentam. Estes interesses explicam seu maior engajamento político na *Red Puna* e sua vontade de gerar uma mudança social no território.

Finalmente, no terceiro problema de pesquisa formulado, interrogava-se sobre qual tipo de *disputas que ocorrem, tanto no interior da Red Puna como no território, em consequência do surgimento deste novo agente coletivo?* Para este problema de pesquisa tinha-se formulado a hipótese que tanto no interior da *Red Puna* como em nível territorial, os agentes estabelecem disputas para impor sua visão de mundo. Em nível territorial, os membros da *Red Puna* responsabilizam os políticos pela precária qualidade de vida dos habitantes do território e estabelecem uma luta simbólica na tentativa de subverter os condicionamentos sociais que historicamente marcaram a construção do território.

A partir da realização da pesquisa, fica evidente que no interior da *Red Puna* estabelecem-se disputas em torno do papel que deve desempenhar a organização frente às problemáticas dos seus integrantes, sobretudo em relação às temáticas que deveriam ser abordadas pela rede. De certo modo entram em confronto os diferentes interesses de cada agente em relação à *Red Puna* como um todo.

Por um lado, estão aqueles agentes que entendem que a *Red Puna* deveria se concentrar no apoio às atividades produtivas, à comercialização e a outras questões sociais, como a gestão para criação de escolas, capacitações em saúde reprodutiva, promoção do esporte, etc. Neste sentido, consideram que a *Red* não deveria assumir um papel sindical ou político, ou seja, não deveria assumir o papel de representação dos interesses dos seus membros ante os políticos.

Por outro lado, encontram-se aqueles agentes que acreditam que um dos principais objetivos que deveria assumir a *Red Puna* seria a representação dos interesses dos seus membros e, em particular, deveria denunciar e pressionar aos políticos locais para que as políticas de governo sejam em favor dos interesses dos habitantes do território e que não beneficiem apenas aos políticos e aos grupos ou classes dominantes. Os agentes que partilham desta posição, são aqueles que romperam com as relações de patronagem com os políticos.

Não obstante, dentro deste último grupo, existem agentes que entendem que, para realizar o processo de mudança social, além de acumular poder por intermédio da *Red Puna* (isto é, o capital social contido nas relações sociais existentes na organização), é preciso ocupar os espaços oficiais de representação política, o que implica ocupar espaços no interior do Estado (comissões municipais, prefeituras, etc.). Em contraposição, encontram-se alguns agentes, na sua maior parte técnicos, que não consideram que o poder que existe nestes espaços possa ser utilizado pelos membros da *Red* sem serem captados pelas lógicas clientelísticas que existem no interior do campo político e, deste modo reproduzirem as mesmas lógicas de dominação simbólica que existem há tempo no território.

Outra disputa que existe no interior da *Red* refere-se ao papel que assumem e exercem os técnicos. Neste sentido, existem agentes que consideram que os técnicos deveriam ser capacitadores e representar os membros da *Red Puna* nos espaços públicos, em circunstâncias nas quais os dirigentes não possam participar. De certo modo, isto significa delegar aos técnicos o direito de falar e representar o grupo e, portanto, decidir por este.

Entretanto, existem agentes, na sua maioria dirigentes da *Red*, que entendem que são os dirigentes que têm legitimidade e formação para representar e tomar as decisões, e não os técnicos. Nesta perspectiva, o papel dos técnicos seria o de “acompanhar” e “facilitar” a execução das ações definidas pelos dirigentes, mas não participar ou direcionar as suas decisões.

Frente a esta disputa pelos espaços de decisão no interior da *Red Puna*, ocorreu uma redefinição do papel que devem exercer os técnicos, fato que significa uma reformulação dos termos da aliança por homologia estrutural de posição que existe entre os técnicos e os produtores familiares.

Em nível territorial, a *Red Puna* passou a investir energias para construir uma identidade de organização de base, que representa os interesses dos membros das organizações sociais que a integram. Neste sentido, esta organização iniciou uma disputa para impor a sua visão de mundo sobre a visão que historicamente predominou no território e na província. Na forma de ver e conceber o mundo, dos dirigentes da *Red*, destacam-se os seguintes aspectos:

- i. a precária realidade social vivida pelos habitantes da Puna e da Quebrada de Humahuaca deve-se a forma pela qual os grupos dominantes de Jujuy, historicamente, conceberam estas regiões. Na visão dos grupos dominantes, o território é visto como um lugar onde é impossível a promoção de desenvolvimento devido às adversidades climáticas, motivo pelo qual se adjudicou a estas regiões a função de reprodução de mão-de-obra e de extração de minerais, sendo portanto destinatário só de políticas assistencialistas. Em contraposição, o sul da província, lugar onde estão localizados os interesses das burguesias provincianas, foi beneficiado com políticas de investimento e incentivo à produção agropecuária e agroindustrial;
- ii. em nível territorial, as práticas clientelísticas dos políticos teriam levado os produtores familiares a estar sob uma lógica de dependência com os primeiros. Deste modo, a partir da estrutura do Estado, beneficiam-se os políticos e não os habitantes do território;
- iii. existiria uma desvalorização da cultura nativa nos diferentes âmbitos sociais que leva os nativos a terem uma baixa auto-estima diante do agente de origem ocidental. Isto estaria na raiz da baixa valorização da cultura nativa, fazendo com que os indivíduos de origem indígena assumam uma atitude submissa frente ao agente externo; e

- iv. existiria a possibilidade de melhorar a qualidade de vida dos habitantes na medida em que se respeitasse a cultura nativa e terminasse o uso clientelístico que os políticos fazem através das estruturas do Estado. Neste sentido, acreditam que o Estado deveria assumir a responsabilidade em relação à saúde e à educação e formular políticas que favorecessem a produção agropecuária e de artesanatos (entrega da propriedade da terra, políticas impositivas, de créditos, tecnológicas, etc.) de acordo com a realidade dos produtores familiares.

A partir desta outra visão e versão da realidade proposta pela *Red Puna*, a organização começa a disputar os espaços de mediação social e política para impor a sua visão de mundo, o que significa estabelecer uma luta simbólica para impor uma outra visão de mundo, isto é, subverter a ordem social atual.

Esta luta simbólica é estabelecida entre os mediadores do território, entre os quais se destacam: os políticos locais, os representantes da Igreja Católica e dirigentes de organizações sociais. Ao longo deste estudo verificou-se que esta luta simbólica expressa-se na disputa dos seguintes espaços:

- a) acessar aos meios de comunicação (nacional e provincial) com o fim de divulgar a sua versão da realidade social, que muitas vezes toma forma de denúncia;
- b) ter o controle da execução dos programas de assistência social financiados pelo Estado;
- c) ocupar os espaços oficiais de representação dos habitantes locais;
- d) influir na ação dos habitantes locais para que os mesmos tenham um comportamento corporativo. Com isto, os dirigentes da *Red Puna* procuram alterar o comportamento de seus membros para que deixem de reproduzir as lógicas de patronagem e comecem a ter melhores condições de negociação com os políticos, e assim, influir nas políticas dos municípios de maneira que nelas estejam contemplados os interesses dos habitantes;
- e) disputar cargos nas prefeituras e comissões municipais, com os políticos tradicionais, embora esta não seja uma estratégia consensual entre os dirigentes da *Red*,

Neste sentido, ao longo da dissertação fica evidente que os agentes que ocupam as posições de menor hierarquia no espaço social começam a acumular poder, investindo nas relações sociais que envolvem capital social, e visando estabelecer uma luta simbólica com o objetivo de subverter a forma de ver e construir o mundo, e a ordem social em que vivem. Isto

é possível a partir de uma aliança, por homologia de posição, que se estabelece entre os técnicos e os habitantes do território. Nesta aliança, os técnicos põem a serviço dos produtores o seu capital cultural e simbólico para que estes últimos possam criar os símbolos que respondam aos seus interesses. Isto só é possível a partir de um processo de *auto-socioanálise* no qual os agentes que ocupam as posições de dominados começam a objetivar o seu modo de agir e as suas disposições visando mudar as suas condutas que tendem a reproduzir a dominação simbólica a que estão sujeitos.

Neste trabalho também se demonstra como agentes que ocupam as posições de dominados no espaço social começam a investir na ampliação do capital social e transformam-se em uma classe mobilizada capaz de estabelecer uma luta simbólica com os agentes que ocupam as posições dominantes. Não obstante, torna-se difícil determinar o grau de desenvolvimento desta luta simbólica, o que impede uma afirmação mais categórica em relação à possibilidade real de subverter a ordem social por parte dos que ocupam as posições de dominados.

Com isto, não se pretende afirmar que a luta simbólica no território tem início só a partir da chegada dos técnicos e da conformação da *Red Puna*. De fato, os nativos há tempo que opõem resistência à dominação simbólica no território de diferentes formas. Porém, nos últimos tempos, essa resistência corporizou-se em um agente coletivo em nível territorial, o qual começa a assumir o papel de porta-voz dos nativos. Assim, o papel dos técnicos é relevante no comportamento corporativo que assumiu a luta simbólica no território e na formulação do contradiscurso que se começa a levantar desde a *Red Puna* e que questiona os símbolos e as representações que historicamente constituíram-se como dominantes em Jujuy.

O caso empírico estudado oferece um vasto campo de interesse para a sociologia. Entre as indagações ainda a serem investigadas por pesquisas futuras pode-se interrogar sobre as possibilidades de ampliação do processo que Bourdieu chama de *auto-socioanálise*. Assim, os que ocupam as posições dominadas só podem passar a subverter a ordem social e, portanto, sair da situação de dominação na qual se encontram na medida em que começam a questionar as categorias cognitivas que portam e com as quais conhecem e constroem o mundo. No entanto, estas categorias cognitivas são geradas pelos grupos que ocupam as posições dominantes e, portanto, respondem aos interesses destes e não dos dominados. Neste sentido, somente a partir do questionamento das mesmas podem passar a construir outras formas de ver o mundo nas quais estejam contidos os seus interesses.

Nesta dissertação, evidenciou-se que este processo de *auto-socioanálise* foi apenas realizado por alguns membros da *Red Puna*. Imaginar uma mudança radical da ordem social, somente seria possível na medida em que este processo fosse ampliado a outros agentes da organização e do território. Neste sentido, teria que se avaliar em que medida a *Red Puna* está conseguindo impor e legitimar sua visão de mundo entre os moradores do território.

Por outro lado, a partir do momento em que este processo vai ampliando-se, a luta simbólica à qual estão engajados estes agentes também evoluirá, no entanto, fica a interrogação sobre quais aspectos vão centralizar-se as disputas, em que espaços estas se estabelecerão e qual será a tomada de posição dos diferentes agentes do território. Também seria interessante estudar a evolução da aliança estabelecida entre os produtores familiares e os técnicos.

Com base na recuperação destes aspectos relacionados ao caso empírico estudado, cabe uma breve retomada do debate teórico em torno do capital social, que foi ponto de partida analítica deste trabalho.

Conforme destacado no início da dissertação, as diferenças teóricas entre as abordagens de Putnam e de Bourdieu acabam dificultando o diálogo entre ambas as perspectivas. O fato de que Putnam só entenda que apenas há capital social naquelas relações sociais onde há confiança mútua e onde não houver relações de dominação, é um ponto de ruptura básico com relação à perspectiva de Bourdieu, que percebe em todas as relações humanas disputas por poder e, portanto, dominação.

No entanto, tentando refletir sobre as perspectivas de análises destes autores, pretende-se analisar dois aspectos: o nível de análise para estudar esta nova noção e o papel do capital social nos processos sociais, em especial na melhora da qualidade de vida dos agentes que ocupam as posições de dominados no espaço social.

No que diz respeito ao nível de análises, ao examinar o capital social como um bem das comunidades ou sociedades como um todo, Putnam perde de vista a estruturação do espaço social e as diferenças existentes entre classes ou grupo sociais, os quais não necessariamente perseguem objetivos comuns. De fato, um pressuposto importante na teoria do autor é que os agentes possuem um objetivo em comum, que é procurar a “eficiência da sociedade”, ou seja, melhorar o desempenho das suas instituições, o que levaria ao desenvolvimento econômico e, portanto, ao bem-estar social.

Diferentemente de Putnam, em Bourdieu as instituições sociais e a estrutura da sociedade, em outras palavras a ordem social, é uma arbitrariedade histórica que, como tal, faz parte dos interesses dos grupos dominantes que são aqueles que conseguem impor a sua visão de mundo. Assim, a ordem social não é um objetivo comum, mas ponto de disputas entre os agentes sociais. Nestas disputas, o capital social, como também o econômico e o cultural, tem um papel importante na acumulação de poder para estabelecer estas disputas.

Em outras palavras, na perspectiva de Bourdieu, o fato de tomar a realidade social como uma arbitrariedade histórica e focalizar a análises do capital social em nível dos agentes (individuais ou coletivos) possibilita captar o interesse que os próprios agentes perseguem na geração ou manutenção do mesmo, sem impor-lhes o sentido que o pesquisador pressupõe. Deste forma, o capital social surge como poder que os agentes geram e usam nas suas lutas e conflitos sociais. Assim, o capital social é entendido como poder utilizado pelo agente, com e contra outros integrantes da sociedade à qual pertence.

Em função disto, é importante refletir sobre a pertinência das pesquisas que estudam o capital social em nível de comunidade ou sociedade, sempre que o capital social seja entendido como poder e não com modalidades de organização social. De fato, lamentavelmente, a partir do trabalho de Putnam, na Itália, instalou-se, em uma parte do âmbito acadêmico, uma perspectiva de análise que tende a avaliar a “dotação do capital social” de uma sociedade a partir dos mesmos indicadores utilizados pelo autor para o caso italiano. Estas pesquisas, além de quantificar a dotação de capital social, visam realizar comparações entre sociedades e estabelecer relações “mecanicistas” com diferentes esferas ou aspectos da vida social, em especial com o desenvolvimento econômico. Porém, o que estas pesquisas estão fazendo não é comparar as dotações de capital social de diferentes sociedades, mas com que intensidade se manifesta o capital social segundo as modalidades avaliadas por Putnam nas sociedades estudadas (isto é segundo a forma contida implicitamente nos indicadores selecionados) já que não se levam em conta as outras formas nas quais o capital social pode expressar-se.

Cada sociedade e os diferentes grupos ou classes sociais que a integram possuem as suas particularidades e as suas formas de relacionarem-se, sendo difícil padronizar indicadores aplicáveis a todas as sociedades. Esta observação ganha maior relevância quando se pretende quantificar o capital social que não se expressa em organizações sociais

institucionalizadas ou formalizadas, como, por exemplo, as relações de reciprocidade e cooperação que aparecem nas relações diádicas entre agentes.

Em relação ao segundo aspecto, o papel do capital social nos processos sociais, em especial, os que têm a ver com a melhoria da qualidade de vida das populações, um relevante debate instalou-se a partir de Putnam, ao propor a existência de uma relação positiva entre capital social e desenvolvimento econômico. De fato, esta conotação positiva (com a qual surgiu este conceito) tem-se convertido no seu próprio “estigma”, já que uma parte da literatura acadêmica rejeitou a sua relevância teórica pelo uso normativo e utilitarista que se tem feito deste.

Não obstante, o fato de alguns autores terem incorporado a sua “face negativa”, em uma e em outra situação, este conceito ficou envolvido em uma análise valorativa. Neste sentido, em ambos os casos, para evitar cair neste tipo de análise na qual o pesquisador fica atrapalhado em seus próprios valores, torna-se pertinente perguntar-se se os efeitos do uso que os agentes fazem do capital social são bons ou ruins, para quem e vistos desde que posição. Novamente, só é possível compreender e analisar o que está em jogo no investimento que os agentes fazem no capital social, focalizando a análise em nível do agente e recuperando os interesses e as disputas que estão em jogo. O capital social é uma forma de poder, e o poder é uma energia utilizada para conseguir ou adquirir coisas que não estão facilmente ao alcance, motivo pelo qual no geral implicam disputas.

Neste sentido, as conseqüências positivas observadas por Putnam e os pesquisadores que aderem a sua perspectiva teórica, só podem ser consideradas como “positivas” à luz dos interesses ou visão de mundo dos pesquisadores, já que são eles que definem o que é bom e o que é ruim para as sociedades. No caso de Putnam, os pressupostos teóricos de Tocqueville, com os quais o autor concorda, vão no sentido da consolidação das “instituições democráticas”, os quais estão vinculados a consolidar a ordem social atual, que não é neutra. Neste sentido, a perspectiva proposta por Putnam visa à coesão e integração social, o que é o mesmo que reforçar a ordem social atual.

Todavia, é válido refletir sobre a universalidade desta forma de ver o mundo, o que envolve as formas de organização social que passam a ser induzidas desde os programas de “desenvolvimento”. Outro aspecto a avaliar refere-se aos interesses que contêm estas propostas (isto é, de que grupos ou classes sociais) e em que medida contêm os interesses das

diferentes classes sociais. Neste sentido, a posição de Rist (2002) é esclarecedora, pois o autor chama a atenção para a arbitrariedade histórica e cultural que contém a idéia de “desenvolvimento”, estreitamente vinculada à idéia de modernização econômica, que os organismos internacionais “preocupados com a problemática de desenvolvimento” estão impondo às sociedades do Terceiro Mundo. Nestas estratégias de intervenção, tem-se valorizado o papel do capital social e da cultura para impor as transformações sociais e econômicas que estas organizações patrocinam. Isto levou a que diferentes autores considerassem ao capital social como a nova “panacéia” do desenvolvimento.

Tanto Bourdieu, como os autores da corrente anglo-saxônica, concordam que uma das propriedades do capital social é a sua possibilidade de conversão em outras formas de capital. Não obstante, na *perspectiva normativista* do capital social esta propriedade tem virado “lei”, produto da tautologia que introduz Coleman na definição deste conceito e que, posteriormente, foi reproduzida por Putnam. De fato, nesta perspectiva a existência de capital social supõe um benefício econômico.

No entanto, isto nem sempre acontece na realidade social e o caso empírico de referência deste estudo sugere que não só se necessita da ampliação do capital social para convertê-lo em capital econômico como também capital simbólico para estabelecer disputas simbólicas e mudar as regras do jogo do campo em que se está intervindo, neste caso o econômico, para assim garantir a conversão de capital social ao econômico.

Na presente pesquisa, ficou evidente que um grupo de agentes situados na base da hierarquia social, e com as suas rendas deterioradas, começam a reorientar suas estratégias de reprodução social. Nestas últimas, ganha interesse especial o investimento em capital social visando melhorar a produtividade dos produtores familiares e a venda dos seus produtos no mercado.

Embora os produtores familiares ao vincular-se à *Red Puna* tenham conseguido ampliar seu capital social e aproveitá-lo para gerar alternativas produtivas e de comercialização, aparentemente este só vai converter-se integralmente em capital econômico (e, assim, permitir que os produtores familiares escalem posições no espaço social) na medida em que esta organização consiga influir nas políticas públicas, pressionando para que sejam sancionadas leis impositivas, sanitárias, etc. que estejam de acordo com suas necessidades.

De fato, na medida em que estes agentes conseguiram colocar seus produtos na capital provincial também se defrontaram com os interesses dos grandes comerciantes e grandes produtores agropecuários do sul da província, que estão em melhores condições sociais e políticas para impor os seus interesses nas políticas públicas.

Por outro lado, a partir do momento em que os membros da *Red* organizaram-se e passaram a prescindir dos comerciantes locais, tanto na venda como na compra de produtos, lentamente conseguiram gerar um benefício econômico para si próprios, mas atingiram os interesses econômicos dos intermediários locais.

Assim, novamente retorna-se aos conflitos de interesses entre as classes sociais, o qual parece sugerir que dificilmente os que estão nas posições inferiores possam escalar posições no espaço social sem que os que estão nas posições privilegiadas não vejam afetados os seus interesses. Logo, fica evidente as limitações que tem a perspectiva normativa que vê no capital social uma via através da qual possa ser erradicada a pobreza sem serem alterados os símbolos que estruturam o espaço social e que contribuem para a reprodução da ordem social.

A acumulação de capital social é um processo de *empoderamento*. Neste sentido, as evidências empíricas parecem sugerir que a forma mais factível para os agentes que ocupam as posições dominadas no espaço social acumularem poder é por meio do investimento em capital social, pois o capital econômico e o cultural se apresentam escassos e de difícil acesso para eles. Mas, uma vez que os agentes conseguem acumular poder, o uso que fazem deste pode ser muito diferente, pois o capital social pode ser utilizado pelo agente para reproduzir-se na posição que ocupa no espaço social, para escalar posições ou para estabelecer uma luta simbólica por subverter a ordem social.

No caso empírico estudado, evidenciou-se que o uso que os agentes realizam do seu capital social é muito diferente. Por um lado, estão aqueles que reproduzem as relações de patronagem, tal como o faziam com os políticos locais, com o fim de reproduzir-se no espaço social. É difícil acreditar que com este modo de agir possam escalar posições no espaço social, já que na lógica de patronagem estes agentes ocupam as posições subordinadas e têm menor possibilidade de apropriar-se dos benefícios que brinda a relação. Pelo outro lado, estão aqueles que vêem a possibilidade de, por intermédio da *Red*, estabelecer uma luta para sair da posição de dominados na qual se encontram e impor a sua visão de mundo.

Tanto em um caso como no outro, as lógicas de ação dos agentes estão vinculadas a suas disposições e a trajetória que eles tiveram. Porém, os que utilizam o capital social para disputar a visão de mundo dominante e tentar impor uma outra são aqueles que participaram de um processo de *auto-socioanálise*. Neste processo estes agentes conseguiram objetivar as suas lógicas de ação e começaram a construir seus próprios símbolos e visão de mundo que contém seus interesses.

Assim, parece que só a geração de capital social não é suficiente para que os que ocupam as posições dominadas possam mudar a sua condição social. De fato, o que gera as condições de “pobreza” e a “marginalização” na qual vivem grandes frações das populações não é a “escassez de capital social” que estas possam apresentar (no hipotético caso que esta situação exista), mas a forma de ver e conceber o mundo que se impõe como dominante nas sociedades as quais tem um papel relevante na estruturação social.

Sendo assim, parece difícil que a noção de capital social possa vir a cumprir esse papel “mágico” de promotor do desenvolvimento, ou seja, “a nova panacéia do desenvolvimento”. De fato, o que parece estar em crise, como manifesta Rist (2000) não são as estratégias de intervenção para gerar desenvolvimento, mas a própria idéia de desenvolvimento.

Neste sentido, parece difícil compatibilizar a idéia de desenvolvimento com a de bem-estar geral, entendida com uma situação na qual os interesses de todos os grupos sociais sejam contemplados. Se uma situação parecida existisse, seria aquela em que a distância entre as classes ou grupos sociais existentes no espaço social fossem menores, o que significaria uma distribuição mais equitativa de poder. Nesta situação, as relações de poder entre classes seriam menos assimétricas, portanto todos os agentes estariam em melhores condições de impor a sua visão de mundo e os seus interesses. Provavelmente nesta situação a luta simbólica adquiriria a sua maior dimensão.

Bibliografía referenciada

ABDUCA, R. Campesinos con ocupación obrera. Relaciones campesinas y dependencia salarial en una cabecera de valle argentino-boliviana. In: Trincherro, H. (ed.) **Producción doméstica y capital: Estudios desde la antropología económica**. Buenos Aires. Editora Biblos, 1995. p. 80 – 130.

ABDUCA, R. Unidad campesina y semiproletarización: el caso de Yavi, Jujuy. **Cuadernos de Antropología Social**. Universidad de Buenos Aires. n. 6, p. 5 – 43, 1992.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Revisão bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. n. 4, p. 65 – 79, 1999.

ARZENO, M. e CASTRO, H. Agricultura y modernización en la Quebrada de Humahuaca. In: **Jornadas de Estudios Agrarios Horacio Giberti**. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA. 13 e 14 de agosto de 1998.

BASCO, M. e TSAKOUMAGKOS, et alli. Diagnóstico y alternativas de desarrollo rural para un área de la puna jujeña. San Salvador de Jujuy, SEAG, 1986. apud ABDUCA, R. Unidad campesina y semiproletarización: el caso de Yavi, Jujuy. **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires, UBA. n. 6, p. 5 – 43, 1992.

BEBBINGTON, A. e CARROLL, T. Induced social capital and federations of the rural poor World Bank. Social Capital Initiative, **Working Paper** n. 9, março 2000.

BELLI, E. e SLAVUTSKY, R. Recuperar el territorio: migración de retorno y conflicto social en las yungas jujeñas. Tilcara, Jujuy, 2001 (mimeo).

BELLI, E. e SLAVUTSKY, R. Rutinas de precaridad laboral en la Puna jujeña. In: **Trabajo y Población en el Noroeste Argentino**. PANAIÁ, APARAICIO e ZUNITA (coord.) Buenos Aires, Editora La Colmena, 2000. p. 197 – 219.

BID e PNUD Índice de Desarrollo de la Sociedad Civil de Argentina. Buenos Aires. Editora Edilab.2000.

BID e PNUD El capital social: hacia la construcción del índice de desarrollo de la sociedad civil argentina. Buenos Aires, Editora Edilab, 1998.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor alimentar. In: CAVALCANTI, J. (org) **Globalização, trabalho e meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife, Editora da UFPE, 1999, p. 47 – 94.

BOUDRIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva (ed.), p. 3 – 26, 1992.

BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer. São Paulo, USP (ed.), 1996.

BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. Réponses. Paris, Du Seuil (ed.), p 79-99, 1992 apud GUTIERREZ, A. **Pierre Bourdieu. Las prácticas sociales**, Posadas, Argentina, Editora Universitaria de Misiones, 1995.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, n. 31, 1980, p. 3 – 2.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S., 2000.

BOURDIEU, P. Os fundamentos históricos da razão. In: BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**, s/l. Oeiras e Celta (eds), 1998, p. 79 – 112.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. UK, 1986, p 241 - 260.

BOURDIEU, P. The social space and the genesis of groups. **Social Science Information Studies**. vol. 24, n. 2, Junho 1985.

BUITRAGO, L. et al. El clima de la provincia de Jujuy. S. S. de Jujuy, Argentina. Cátedra de Climatología y Fenología Agrícola - Facultad de Ciencias Agrarias. Universidade Nacional de Jujuy, 1994.

COLEMAN, J. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**. Supplement v. 94, p 95-120, 1998.

COWAN ROS, C. ONG's de desarrollo rural: estructura, dimensión y estrategias ante el nuevo siglo. In: **ONGs y Estado: experiencias de organización rural en Argentina**. BENENCIA, R e FLOOD, C. (comp.). Buenos Aires, Editora La Colmena, 2002. p. 41 – 64.

COX, K. Redefining territory. **Political Geography Quarterly**, v. 10, n.1. p .5-7, Janeiro 1991.

CURCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. São Paulo. Editora Bauru: EDUSC, 2001.

DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?**. Santiago de Chile. División de Desarrollo Social, CEPAL, 2000.

DURSTON, J. **Building social capital in rural communities (where it doesn't exist). Theoretical and policy implications of peasant empowerment in Chiquimula, Guatemala**. CEPAL Trabalho apresentado no Encontro da Latin American Studies Association, Chicago 24 – 26 setembro 1998.

DURSTON, J. El capital social en seis comunidades campesinas de Chile: adelantos y desafíos de una investigación en marcha (pp 39-51) In: DURSTON, J. e MIRANDA. F. (comp.) **Capital social y políticas públicas en Chile. Investigaciones recientes**. Santiago de Chile, CEPAL, v. 1, serie Políticas Sociales, n. 55, 2001.

GARCIA, J. **El conflicto entre las comunidades indígenas y el artículo 17 de la Constitución Nacional. La propiedad, las comunidades indígenas y su espacio vital**. <www.pueblosindigenas.net/garcia.htm> Acesso em: 3 de dezembro de 2002.

GUTIERREZ, A. **Pierre Bourdieu. Las prácticas sociales**. Posadas, Argentina. Editora Universitaria de Misiones. 1995

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSO –INDEC- **Censo Nacional Agropecuario 1988. Provincia de Jujuy**. Buenos Aires, República Argentina. Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos. Secretaría de Programación Económica Regional. 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSO –INDEC- **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001**. Datos Provisorios. Buenos Aires, República Argentina. Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos. Secretaría de Programación Económica Regional. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSO –INDEC- **Los municipios de la Provincia de Jujuy**. Buenos Aires, Argentina. Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos. Secretaría de Programación Económica Regional. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSO –INDEC- **Situación y evolución social provincial Jujuy**. Buenos Aires, República Argentina. Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos. Secretaría de Programación Económica Regional 2000. Síntesis n. 1.

ISLA, A. Dos regiones, un origen. Entre el silencio y la Furia. In: ISLA, A. (comp.) **Sociedad y articulación en las Tierras Altas jujeñas: Crisis terminal de un modelo de desarrollo**. Buenos Aires. Proyecto ECIRA, ASAL y MLAL. 1992. p. 167 – 215.

JANOSCHKA, M. Procesos migratorios en la Quebrada de Humahuaca In: **Revista Estudios Sociales del NOA**. Buenos Aires. Instituto Interdisciplinario Tilcara, Facultad de Filosofía y Letras de la UBA. a. 4. n. 3 , 2001, p.199 – 229.

KARASIK, G. Intercambio tradicional en la Puna jujeña. **Revista RUNA, Archivos para las ciencias del hombre**. Buenos Aires. Instituto de Ciencias Antropológicas. UBA. v. 14. 1984.

KLIKSBERG, B. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo In: KLIKSBERG, B. e TOMASSINI L. (comp.) **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires BID, Fund. Felipe Herrera, Univ. de Maryland e Editora Fondo de la Cultura Económica. p. 19 – 58, 2000.

KRISHNA, A. e SHRADER, E. Cross-cultural measures of social capital: a tool and result from India and Panama. World Bank. Social Capital Initiative. **Working Paper**. n. 21, outubro 2000.

KUSCHNIR, K. Trajetória, mediação na política. In: KUSCHNIR, K. e VELHO, G. **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro Ed. Aeroplano. p. 138 – 164, 2001.

LANDE, C. Group of politics and dyadic politics. Notes for a theory. In: SCHMITT, S. W. et al. (edit.) **Friends, follownees and factions**. California, Berkley University of California Press. 1977.

MARSDEN, T. Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. UK. **Revista: Sociologia Ruralis**, v. 29, n. ¾, p. 312 – 317, 1989.

MINISTERIO DE ECONOMÍA, Panorama Económico Provincial, Jujuy. República Argentina. Secretaría de Hacienda, Subsecretaria de Relaciones con Provincias, Dirección Nacional de Programación Económica Regional. Setembro 2002

NEVES, C. Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas. **Cadernos da Sociologia**. Porto Alegre, PGS-UFRGS. n. 9, p. 7 – 9, 1998.

NEVES, D. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: **Para pensar: outra agricultura**. DAMASCENO FERREIRA, A. e BRANDENBURG, A. (orgs). Curitiba. Ed. UFPR.. 1998. p. 147-165.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York, Cambridge University Press, 1990.

OCDE Best Practices in Local Development, LEED Notebook 27. 1999. [Disponível on line 14 de novembro de 2001:<http://www.oecd.org/subject/growth/neweco.pdf>].

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolutions of institutions for collective action** New York, Cambridge University Press, 1990.

PAGLIARO, M. Análisis de la economía pastoril en una localidad de la puna jujeña: manejo del espacio y el riesgo productivo. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**. Buenos Aires. n. 16. p. 103 - 119. 1995.

PNUD **Aportes para el desarrollo humano de la Argentina**. Buenos Aires. 2002.

POGGI, G. **Images of society: essays on the sociological theories of Tocqueville, Marx and Durkheim**. Standford, Standford University Press, 1972.

PORTES, A. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Reviews Sociology**. v. 24, p. 1 – 24, 1998.

PORTES, A. e SENSENBRENNER, J. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. USA. **American Journal of Sociology**. v. 98, n. 6 may, p. 1320 – 1350, 1993.

PUCCI, R. Evolución de la pobreza estructural en el norte argentino según los censos de 1980 y 1991. In: **Trabajo y Población en el Noroeste Argentino**. PANAIÁ, APARICIO e ZURITA (coord.) Buenos Aires. Editora. La Colmena,. 2000, p. 95 – 114.

PUTNAM, R. The Prosperous Community. **The American Prospect**. USA. v. 4, n. 13, 21 may. 1993.

PUTNAM, R. The Strange Disappearance of Civic America. USA. **The American Prospect** v. 7, n. 24, december 1, 1996 . <www.prospect.org/print/v7/24/putnam-r.rhtml> Acesso em: 25 de fevereiro de 2002.

PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy** v. 6, n.1, p. 65-78, <http://muse.jhu.edu/demo/journal_of_democracy/v006/putnam.html> Jan 1995. Acesso em 1 de março de 2002.

PUTNAM, R., LEONARDI, R. e NANETTI, R. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getulio Vargas. 1996.

REBORATTI, C. Estructura y Crisis del Mundo Campesino del Noroeste Argentino. In: **International Annual Studies Conference: Ciudad y Campo en América Latina**. Osaka, Japón. p. 219 – 234, 1997.

REBORATTI, C. “La Naturaleza y el Hombre en la Puna. Salta, Argentina. Proyecto GTZ Desarrollo Agroforestal en Comunidades Rurales del Noroeste Argentino. Colección Nuestros Agroecosistemas.1994.

REBORATTI, C. Santa Victoria. Estudio de un caso de aislamiento geográfico. **Revista Desarrollo Económico**. Buenos Aires Instituto de Desarrollo Económico y Social.. n. 55, v. 14, p. 481 – 506, out.-nov. 1974.

RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBURG, B. e TOMASSINI L. (comp.) **Capital social y cultura: claves estratégicas para el**

desarrollo. Buenos Aires, BID, Fund. Felipe Herrera, Univ. de Maryland e Editora Fondo de la Cultura Económica 2000. p 129 - 150.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. In: Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas. **Cadernos da Sociologia** Porto Alegre. PGS-UFRGS. n. 9. p.189 – 200. 1998.

RUTLEDGE, I. **Cambio Agrario e Integración. El desarrollo del Capitalismo en Jujuy (1550-1960)**. Buenos Aires. Proyecto ECIRA, Fac. Filosofía y Letras, CICSO, UBA-MLAL. 1987 (p.297).

SARACENO, E. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. In: **European Review of Agricultural Economics**. v. 4, n. 1 Italia, p. 451 – 474, 1994.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da. UFRGS. 2003.

SIISIÄINEN Two concepts of social capital: Bourdieu vs Putnam. Paper presented at ISTR **Fourth International Conference The Third Sector: for what and for whom?** Dublin, Ireland Trinity College, July 5-8, 2000.

STUMPO, G. Un modelo de crecimiento para pocos. El proceso de desarrollo de Jujuy entre 1960 y 1985. In: **Sociedad y articulación en las Tierras Altas jujeñas: Crisis terminal de un modelo de desarrollo** Isla, A. (compilador) Proyecto ECIRA, ASAL y MLAL. 1992, p. 43 – 114.

TOCQUEVILLE, A. **Democracy in America**. New York. Garden City. Anchor Books. 1969. p. 52 - 58.

UPHOFF, N. e WIJAYARATNA, C. Beneficios demostrados del capital social. La productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka. **World Development**. v. 28, n.11. 2000.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação In: KUSCHNIR, K. e VELHO, G. **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro. Editora Aeroplano. 2001. p 13 - 27.

WOLF. E. R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas. In: WOLF **Antropología social de las sociedades complejas**. s/ed, s/local, s/ano, p. 19-38.

WOOLCOCK, M. Social Capital and Economic Development: Towards a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society** v. 27, n. 2, p. 151 – 208. 1998.

WOORTMANN, E. Herdeiros, parentes e compadres. **Estudos Rurais**. São Paulo Editora. HUCITEC e EDUNB. 1995.

Outras fontes consultadas

Publicações da Red Puna

- ✓ Documento institucional da *Red Puna*
- ✓ *Boletín Red Puna*: N° 7 (março 2001), N° 8 (maio 2001), N° 10 (setembro 2001), N° 11 (novembro 2001), N° 13 (março 2002), N°14 (maio 2002), N° 15 (julho 2002), N° 17 (novembro 2002)
- ✓ Red Puna, “Puna, promesa y olvido” 1997.

Páginas de internet consultadas

Página oficial do Governo da Província de Jujuy www.jujuy.gov.ar
 Intertournet www.intertournet.com.ar/rutas/pl.htm

Página Web de Jornais

- ✓ Pregón on-line www.pregon.com.ar
- ✓ La Nación www.lanación.com.ar
- ✓ Clarín www.clarin.com.ar

ANEXO A Roteiro de entrevistas

A. Roteiro de entrevista a membros e dirigentes das organizações de base –OB- e a técnicos integrantes da *Red Puna*.

Nome do/a entrevistado/a:

Comunidade ou cidade onde mora:

Organização:

Microrrede da *Red Puna*:

Cargos ou responsabilidades que assume na OB e na *Red Puna*:

Local:

Data:

i. Características da comunidade (perguntas realizadas a membros e dirigentes das OB)

Número de famílias que moram na comunidade:

Principais atividades produtivas:

Organizações que existem em nível de comunidade:

Atividades que realizam as organizações:

Ano de fundação das organizações:

Quais características tem atualmente a migração? (tipo de migração, destino, membros da comunidade que migram, etc.)

Quais aspectos mudaram no que diz respeito à migração no período 1970-2003?

Com respeito aos membros da comunidade que emigraram e voltaram a morar na comunidade:

- De que trabalham quando voltam à comunidade?
- Que vínculo têm com a organização comunitária e com os eventos comunitários?
- Quais são as suas demandas para com a organização comunitária?

ii. Trajetória do/a entrevistado/a

Lugar de nascimento (local, zona rural ou urbana):

Atividade profissional dos pais:

Escolaridade (anos de estudo no primeiro, segundo grau e estudos universitários):

Experiência em migração:

Teve alguma experiência de migração? Que tipo de atividade realizou no destino de migração?:

Em que ano começou a migrar? Que idade tinha? A quais lugares migrou e por quanto tempo?

Em que ano deixou de migrar? No destino da migração teve alguma experiência de participação em organizações de base, partidos políticos, sindicatos, etc? Que avaliação faz de essa experiência?

Experiência em participação de organizações sociais no território

Teve alguma experiência de participação em organizações sociais, religiosas, sindicais ou políticas?

Em que lugar (no território ou fora dele)? Ocupou cargos ou assumiu algum tipo de responsabilidade nestas organizações? Como avalia sua experiência de participação nessas organizações ?

iii. Formas em que se expressa o capital social (perguntas realizadas a membros de OB e dirigentes)

a Em nível comunitário

Referido à atualidade

Quais atividades se realizam em forma grupal na comunidade?

Quais são motivos que levam a que essas atividades se realizem em forma grupal e não em forma individual?

Que integrantes da comunidade participam nestas atividades?

Como se organizam os membros da comunidade para:

- Distribuir a terra (para cultivos e para pastagem)
- Distribuir a água para irrigação,
- Realizar a manutenção dos canais de irrigação e as defesas contra a erosão do rio,
- Solucionar conflitos entre famílias
- Organizar eventos (festas, esportivos, etc.) comunitários

Referido a 1970-1990

As atividades ou eventos comunitários que se realizam atualmente com que intensidade ou frequência se realizavam neste período? Quais podem ser os motivos?

Que outras atividades se realizavam no passado que hoje já não se realizam?

Existem diferenças em relação a como se realizavam estes eventos nesta época e atualmente?

b Entre comunidades

Que tipo de atividades realizam de forma conjunta com outras comunidades? Com quais comunidades? Quais são os motivos? Quais membros da comunidade participam destes eventos? Quem organiza ou planeja estes eventos?

Com anterioridade a 1990:

Tinham algum vínculo com outras comunidades? Compartilhavam algum tipo de atividade? Quem organizava e quem participava destas atividades? Com quais outros indivíduos ou organizações (Igreja, ONG, partidos políticos, organizações sociais, etc.) vinculava-se a comunidade? Com quais instituições ou pessoas os integrantes da comunidade se vinculavam? Quais eram os fins? Como era esse vínculo?

iv. Organização de Base

a Vínculo do entrevistado com a organização

Tem algum vínculo com a OB? De quais atividades participa? Quando começou a participar? Com que motivações ou objetivos? Que avaliação tem das atividades que realiza a OB? Ocupa algum cargo ou responsabilidade na OB? Em que ano assumiu o papel de dirigente/coordinador/animador da OB? Por que foi eleito para ocupar esse papel na OB?

b Características da Organização de base

Em que ano se funda a OB? Quantas pessoas a integravam no início? Com que objetivos formaram a OB? Que atividades realizavam? Receberam ou recebem algum apoio de alguma ONG, instituição pública ou de outro tipo? Em caso de haver recebido apoio, como foi esse vínculo? Tiveram algum vínculo ou articulação com outras OB? Como foi a evolução da organização? Tiveram algum problema para cumprir as metas propostas? Mudaram os objetivos que a organização tinha

estabelecido no início? Que atividades realizam na atualidade? Quantas famílias ou membros participam da OB? Os membros da OB têm predisposição a participar das diferentes atividades? Que integrantes da comunidade têm maior disposição a participar (jovens, adultos, mulheres, homens)? Quais são as principais demandas dos integrantes da OB aos dirigentes? Com quais problemas se defronta a organização para cumprir as suas metas?

v. Red Puna

a Perguntas realizadas aos membros das OBs

Como conheceu a *Red Puna*? Participou de algum evento ou atividade da *Red Puna*? Quais são as atividades da *Red Puna* que considera mais importantes? Quais coisas deveria fazer a *Red Puna*?

b Perguntas realizadas a técnicos e dirigentes das OBs

Como se vinculou a OB a *Red Puna*? Com que objetivos/motivações participaram da primeira reunião da *Red Puna*? Mudaram esses objetivos/expectativas? Por que a OB hoje continua participando da *Red Puna*? Que coisas têm em comum (os membros de) a OB com os demais integrantes da *Red Puna*? Em que coisas a OB se diferencia das outras OB da *Red Puna*? Que avaliação faz da *Red Puna*?

vi. Representação sobre a realidade social do território

Qual é a situação atual da região? Quais são os principais problemas que têm os moradores do território? Qual é a causa(s)/origem(ns) desses problemas? Como se pode reverter essa situação? Que papel deveria assumir a *Red Puna* perante esses problemas? Como caracterizaria o desempenho dos políticos no território?

B Roteiro de entrevista a prefeitos e comissionados municipais do território

Nome do entrevistado:

Prefeitura ou comissão municipal:

Cargo:

Data:

Trajetória do entrevistado/a (idem A ii.)

Qual é a situação atual da sua jurisdição?

Quais são os principais problemas que têm os moradores do território?

Qual é a causa desses problemas?

Quais são as ações que esta realizando a sua gestão para reverter esta situação?

Com que atores sociais ou políticos se articulam para dar resposta a esses problemas?

Quais são as organizações da sociedade civil de maior peso no território?

Que opinião tem do agir destas organizações?

Que opinião tem da *Red Puna*?

C Roteiro de entrevista realizado a dirigentes de Organizações sociais do território, não membros da <i>Red Puna</i>

Nome do/a entrevistado/a:

Organização:

Cargo que ocupa na organização:

Local:

Data:

Trajetória do entrevistado/a (idem A ii.)

Em que ano se forma a organização? Com que objetivos? Que atividades realizam?

Receberam ou recebem algum apoio de alguma ONG, instituição pública ou de outro tipo?

Como foi a evolução da organização desde o começo à atualidade?

Tiveram algum tipo de vínculo com outras OB do território ou da província?

Quantas famílias ou membros participam da organização?

Que diagnóstico tem da realidade social do território?

Quais são os principais problemas que tem os moradores do território?

Qual é a origem desses problemas?

Como é o desempenho dos políticos perante esta realidade social?

Com quais atores sociais ou políticos se articulam para dar resposta a esses problemas?

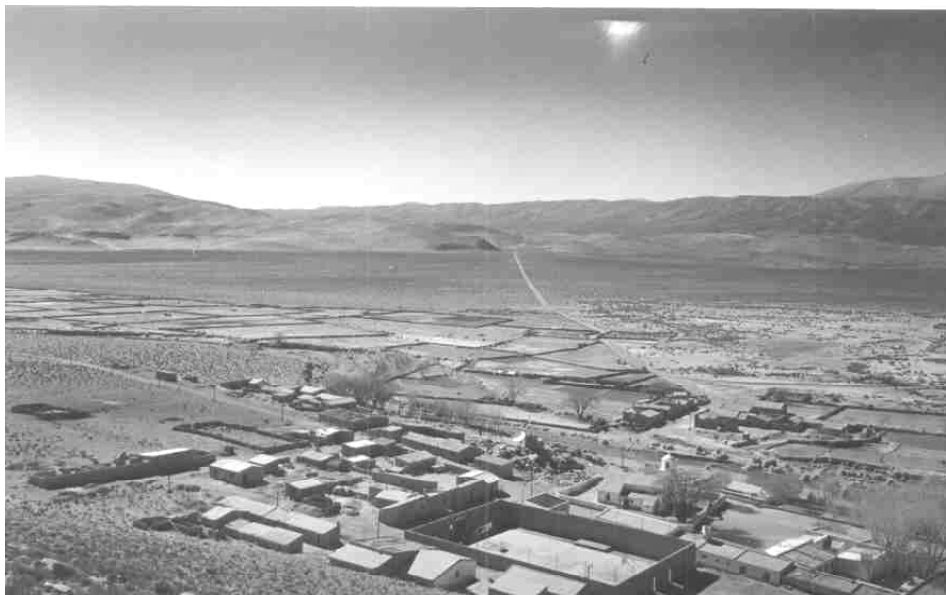
Quais são as organizações da sociedade civil de maior peso no território?

Que opinião tem do desempenho destas organizações?

Que opinião tem da *Red Puna*?

ANEXO B Contexto regional

Foto 1 Comunidade de El Moreno, departamento de Purmamarca, Puna Sul, Inverno do ano 2001.



Fonte: elaboração própria. Julho 2002

Na foto observar-se a distribuição típica de uma comunidade, com os *barbechos* (roças) localizados na beira do rio, as moradias a continuação da zona de lavoura e a zona de pastagem (o resto da meseta) é para a alimentação das ovelhas e lhamas.

Foto 2 Comunidade de Casti, departamento de Yavi, Puna Norte. Verão do ano 1993



Foto: elaboração própria, janeiro 1993

A comunidade de Casti, está localizada em um vale úmido do departamento de Yavi, Puna Norte. A foto foi tirada no mês de janeiro, quando existe maior disponibilidade de água e a vegetação está mais verde.

Foto 3 Tilcara, Quebrada de Humahuaca, Verão do ano 1998.



Fonte: elaboração própria, janeiro 1998

Na foto observa-se parte da cidade de Tilcara (zona com arvores) e a zona de lavoura. Tilcara localiza-se no vale da Quebrada de Humahuaca. Ao comparar com as Fotos 1 e 2, observa-se a maior vegetação da Quebrada de Humahuaca em comparação à Puna, devido a maior disponibilidade da água.

ANEXO C Práticas comunitárias

Foto 4 Realização de uma *señalada* na comunidade de Suripujoy, departamento de Yavi, Puna Norte



Fonte: elaboração própria, janeiro de 1994

Na foto observa-se a realização de uma *señalada* de lhamas, no curral de uma família onde participam diferentes casais de uma comunidade. As atividades começaram às 5 PM e depois de terminar a marcação dos animais o grupo continuou *señalando* as ovelhas de outro dos casais que participavam da *señalada* concluindo esta atividade às 3 AM do outro dia. Esta prática é um evento, originado na cultura nativa, na qual coexistem o trabalho e a festa. O evento inicia-se *chayando a terra* (ver Foto 5), depois se começa a marcar os animais de a pares, quer dizer, um macho e uma fêmea o qual simboliza a “união em casamento” dos animais. Na marcação cortam-se as orelhas dos animais e amarra-se lã com as cores que identificam à família. Levando em conta, que a marcação também faz parte do “casamento dos animais”, estes são decorados com lã colorida em diferentes partes do corpo e dá-se lhes de beber *chicha* (bebida alcoólica a base de milho). Durante toda a *señalada*, a família dona do rebanho oferece comida e bebida aos convidados que participam do trabalho. Na foto também se observa a vestimenta típica do lugar e as características étnicas dos nativos.

Foto 5 Oferenda à *Pachamama*, inauguração Feira Campesina de El Volcán, Quebrada de Humahuaca



Fonte: elaboração própria, junho do ano 2002

O ato de *chayar* a terra, é um agradecimento a *Pachamama* (Mãe terra). A terra se *chaya* ao começo de diferentes atividades: *señalada*, *minga*, lavoura, inauguração de um evento ou prédio, etc. Nesta prática faz-se um buraco no chão e oferece-se a Mãe-terra o melhor que se tem: fumo, bebidas alcoólicas, folha de coca, refrigerante, comida, entre outras coisas.

Foto 6 *Desentierro del Diablo*, Comunidade de Villa San José, departamento de Yavi, Puna Norte.



Fonte: elaboração própria, fevereiro do ano 1993

Na área rural o carnaval estende-se uma semana, começando no dia de carnaval (conforme o calendário) com o desentierro do diabo e terminando após uma semana com seu enterro (ver Foto 7). No dia do desentierro a comunidade sobe a um cerro e se *chaya* a terra (lugar onde estão as rochas). Posteriormente, desenterra-se ao diabo e começa o carnaval. O diabo, é um membro da comunidade fantasiado (ver em foto pessoa ajoelhada) que durante a festa faz “malandrangens” aos convidados. Cada comunidade tem uma bandeira de carnaval e uma orquestra de músicos. Depois do desentierro do diabo, os participantes descem do cerro e dirigem-se para a comunidade onde cada família oferece bebida e comida aos convidados dando início à festa.

Foto 7 Enterro do Carnaval, Comunidade de San José, departamento de Yavi, Puna Norte.



Fonte: elaboração própria, fevereiro do ano 1993

No último dia do carnaval, a comunidade volta a subir o cerro, para enterrar ao diabo, o que representa o fim do carnaval e da semana da alegria.

ANEXO D Organizações membros da *Red Puna***Quadro 3** Organizações sociais integrantes da *Red Puna* no período 1995-2002

Organizações de promoção

Nome	Ano de fundação	Atividades que realiza	Área de influência	Período de participação na <i>Red Puna</i>
Organización Claretiana para el Desarrollo –OCLADE-	1983	Promoção social e desenvolvimento produtivo	Puna Norte, Centro e Quebrada de Humahuaca (140 comunidades)	1995-1999
Estación Experimental Abrapampa del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária –INTA-	S/i	Investigação e geração de tecnologias	Puna Norte e Centro	1995-1995
Agencia de Cooperación Técnica Alemana –GTZ-	1992	Promoção social e desenvolvimento produtivo	Puna Norte e Puna Sul.	1995-1996
Instituto de Capacitación y Organización Social –ICOS-	1992	Promoção social e desenvolvimento produtivo	Puna Sul (comunidade de El Moreno e vizinhas)	1995- 1998
Asociación para la Promoción Integral –API-	1995	Promoção social e desenvolvimento produtivo	Puna Norte e Q. H.	1995 – atualidade
Asociación de Promotores en Desarrollo de Comunidades Aborígenes –APRODECA-	1997	Capacitação e coordenação de promotores de comunidades aborígenes	Q.H. e Puna norte, centro e sul.	1997 – atualidade
Centro de Desarrollo Aborigen - CEDEA-	1995	Promoção da organização e capacitação produtiva	Puna Centro (6 comunidades rurais)	1996 – atualidade
Cooperativa Por Um Nuevo Hombre Americano –Coop. PUNA)	1988	Capacitação, produção e comercialização de artesanatos em lã.	Puna Centro (Abrapampa –dep. Rinconada)	1995 – atualidade

Organizações de base -OB-

Microrred	Organização	Ano de formação	Área	Objetivos	Número de membros ¹⁰¹	Organizações que apoiaram à OB	Período de participação na Red Puna
Quebrada de Humahuaca	<i>Asociación Civil de Ocumazo</i>	1972 (ex C.V.)	Rural	Serviços comunitários, desenvolvimento produtivo	50 famílias	PSA, API	1997 - atualidade
	<i>Asoc. de Productores San Cayetano de Huella</i>	1996	Rural	Desenvolvimento produtivo Propriedade de terras	20 famílias	PSA, API	2000 - atualidade
	<i>Unión de Productores de San Roque</i>	1994 (ex CV)	Rural	Desenvolvimento produtivo Acesso a propriedade de terras	20 famílias	PSA, OCLADE, API	2000 – atualidade
	<i>Centro Vecinal El Volcán</i>	2001	Rural-urbana	Serviços comunitários e desenvolvimento produtivo	55 famílias	Red Puna	2001 - atualidade
	<i>CAUQUEVA</i>	1996	Rural	Cooperativa de comercialização e serviços	150 sócios	<i>PSA, Unidad de MInifundio</i>	1998 - 2001
	<i>Flor del Cardón</i>	1996	Urbana	Geração de emprego (confeção e comercialização de artesanatos)	8 mulheres	<i>API, Coop. Punha, Prefeitura Tilcara</i>	1999 - 1999
	<i>Agrupación Juvenil Sol de Ocumazo</i>	2001	Rural	Grupo juvenil. Geração de empreendimentos produtivos	10 jovens aprox.	Red Puna	2001- atualidade
Puna Sul	<i>OCA de El Colorado</i>	1996	Rural	Serviços comunitários, Propriedade de Terras e desenvolvimento produtivo	90 famílias (de 6 comunidades)	COAJ, ICOS, API	1997 - atualidade
	<i>Comunidad Cerro Bayo</i>	S/i	Rural	Idem	6 famílias	Red Puna	S/i
	<i>Comisión de Servicios de El Agosto</i>	1990	Rural	idem	6 famílias	<i>OCA Sol de Mayo, API, Red Puna</i>	2001 - atualidade
	<i>Asoc. Padres por una Escuela de Alternancia</i>	1994	Rural (El Moreno)	Criação e gestão da Escola de Alternância	50 famílias	ICOS	1996 - atualidade
	<i>OCA Sol de Mayo</i>	1995 (ex CV)	Rural (El Moreno)	Serviços comunitários, Propriedade de Terras e desenvolvimento produtivo	50 famílias	ICOS	1996 - atualidade

¹⁰¹ As cifras estão referidos para julho do ano 2002.

Organizações de base (continuação)

Microrred	Organização	Ano de formação	Área	Objetivos	Integrantes ¹⁰²	Organizações que apoiaram nos inícios	Período de participação na Red Puna
Puna Centro	Comisión Central de Comedores de Abrapampa MASI MAKI	1997	Urbana	Gestão de refeitórios infantis	6 grupos	OCLADE e Coop. PUNHA	1998- atualidade
	Club Atlético Provincias Argentinas –CAPA-	1988	Urbana	Promoção do esporte	> a 30 sócios	---	2000 – atualidade
	Asociación de Básquet Abrapampeña –ABA-	1995	Urbana	Promoção do esporte	4 clubes	---	1999 – atualidade
	Asociación Juvenilla	1999	Urbana	Agrupação juvenil, serviços comunitários	10 jovens	Igreja Católica	2002 – atualidade
	Centro Vecinal Provincias Argentinas –CEVEPA-	S/d	Urbana	Serviços comunitários	S/d	OCLADE	S/d – 2001
	Asociación Agroganadera Aborigen de Quebraleña –AAAQUE-	1994	rural	Desenvolvimento produtivo	12 famílias.	----	1996 – atualidade
	OCA Tinaté –CATI-	1996	rural	Serviços comunitários, Propriedade de Terras e desenvolvimento produtivo	22 famílias	CEDEA	2001 – atualidade
	OCA Rumi Cruz	2001	rural	idem	1 comunidade	CEDEA	2001 – atualidade
Puna Norte	Asociación de Pequeños Productores de la Puna –APPP-	1996	Rural	Idem	200 flias (12 comunidades)	GTZ e API	1997 - atualidade
	Mujeres Puneñas	1995	Urbana	Geração de emprego (fiação de lã)	20 mulheres	Coop. PUNHA	1999 – atualidade
	Asociación de Ayuda a la Familia Coya –AYFACO-	1998	Urbana	Idem	18 mulheres	Coop. PUNHA	2000 – atualidade
	OCA Barrio Santa Clara.	2002	Urbana	Serviços comunitários	1 Bairro de La Quiaca	S/i	2002 – atualidade
	SUYAI	2001	urbana	Grupo juvenil	10 jovens	----	2002-atualidade

Fonte: elaboração própria baseada em informação oferecida pelas organizações.

¹⁰² As cifras estão referidas para julho do ano 2002.

ANEXO E Trajetória dos dirigentes da *Red Puna*

Quadro 4 Alguns aspectos da trajetória de dirigentes da *Red Puna*

Iniciais	Zona onde		Idade (anos)	Sexo	Experiência migratória				Experiência em participação em organizações sociais prévia a sua participação na <i>Red Puna</i>					Escolaridade
	nasceu	mora			Duração da migração	Destino	Tipo migração	Tipo de emprego	Partido político	Sindicato	Igreja	ONG	Org. De base	
F -O	Rural	rural	50 (aprox)	Masc.	> 10 anos	Mina El Aguilar	definitiva	mineiro	Não	Sim (dirigente)	Não	Não	Org. comunitária	P.G.C
S. -O	Rural	rural	50 (aprox)	Masc.	> 30 anos	Mina El Aguilar	definitiva	mineiro	Não	Sim (dirigente)	Não	Não	Org. comunitária	P.G.C.
E.L-SR	Rural	rural	45 (aprox)	Masc.	> 10 anos	Mina El Aguilar	definitiva	mineiro	Não	Não	Católica	OCLAD E	Org. comunitária	A.
M-SR	Rural	rural	33	Masc.	Não	-----	-----	-----	Não	Não	Idem	OCLAD E	Org. comunitária	P.G.C.
C-EA	Rural	rural	45 (aprox)	Masc.	2 anos	Minas na Prov. Catamarca	temporária	mineiro	Sim	Não	Não	Não	Org. Comunitária	P.G.C.
M.G-CB	Rural	rural	30	Fem.	3 anos	S. S. Jujuy, Baires, Patagonia	Temporária	Fagineira, auxiliar de enfermagem	Não	Não	Católica (animadora comunitária)	Não	Não	P.G.C.
N -EM	Rural	rural	33	Fem.	5 anos	S.S. Jujuy	definitiva	Funcionaria em uma escola	Sim (foi candidata)	Não	Não	Não	Não	P.G.C.
JC-EC	Rural	rural	29	Masc.	Não	-----	-----	-----	Não	Não	Não	Não	Org. Indigenista	P.G.C.
F-Q	Rural	rural	55	Masc.	33 anos	Ing. Ledesma, El Aguilar, Abrapampa	definitiva	safrá, minero, funcionário público	Sim	Sim (dirigente)	Não	Sim	formou duas Org. Sociais	P.G.I.
FI.-Q	Rural	rural	21	Masc.	Não	-----	-----	-----	Não	Não	Não	Não	Não	P.G.C.
MV-PM	Rural	rural	42	Masc.	10 anos	S.S. de Jujuy	definitiva	Pedreiro e outros empregos	Sim (ocupou cargos)	Não	Não	OCLAD E - API	Org. Comunitária	P.G.C.
L - C	Rural	rural	40	Masc.	20 anos	Ing. Ledesma, Mendoza, Salta	Temporária	safreiro	Não	Não	Testigo de Jehova	API	Org. Comunitária	P.G.C.

Iniciais	Área onde		Idade (anos)	Sexo	Experiência migratória				Experiência em participação de organizações sociais prévia a sua participação na <i>Red Puna</i>					Educação formal
	nasceu	mora			Duração	Destino	Tipo migração	Tipo de emprego	Partido político	Sindicato	Igreja	ONG	Org. de base	
S – S	Rural	rural	40	Masc.	S/i	S/i	S/i	S/d	Sim (dirigente)	Não	Evangélico	CADIF / API	Org. comunitária	P.G.C.
M – L	Rural	rural	21	Fem.	2 anos	S.S.Jujuy, Salta	Definitiva	Empregada doméstica	Não	Não	Não	API	Org. comunitária	S.G.I.
O – T	urbana	urbana	30	Fem.	Não	-----	-----	-----	-----	-----	S/i	API	Não	S.G.C.
A – A	urbana	Urbana	31	Masc.	Não	-----	-----	-----	Não	Não	Não	Não	Clube esportivo	T. G. I.
JV-A	Urbana	rural	39	Masc.	7 anos	S.S. Jujuy, Baires	Definitiva	Pedreiro, outros trabalhos	Não	Não	Não	OCLAE (foi promotor)	Não	P.G.C.
N – A-	Urbana	Urbana	40	Fem.	S/i	S/i	S/i	S/i	Não	Não	S/i	OCLADE	Não	S.G.C.
S – A-	Rural	Urbana	31	Fem.	Não	-----	-----	-----	Não	Não	S/i	S/i	Coop. Punha	S.G.C.
E – A	S/i	Urbana	40 aprox	Fem.	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i	S/i
I – A	S/i	Urbana	51	Fem.	S/i	S/i	S/i	S/i	Não	Não	S/i	OCLADE	S/i	P.G.I.
EZ-M	Urbana	Urbana	50 aprox	Masc.	Não	-----	-----	-----	Sim (dirigente)	Não	Não	Não	Sim	Profess or de escola

Fonte: elaboração própria baseada em dados outorgados pelos entrevistados

Referências

Educação Formal

A = analfabeto

P.G.I. = primeiro grau incompleto.

P.G.C. = primeiro grau completo.

S.G.I. = segundo grau incompleto

S.G.C.= segundo grau completo

T.G.I.= estudos terciários ou universitários incompletos

Sexo Masc = masculino Fem = feminina

S/i: sem informação

ANEXO F Identidade e luta simbólica

Foto 8 Participação da *Red Puna* no desfile cívico realizado na cidade de Abrapampa no 31 de agosto do ano 2001



Fonte: Red Puna

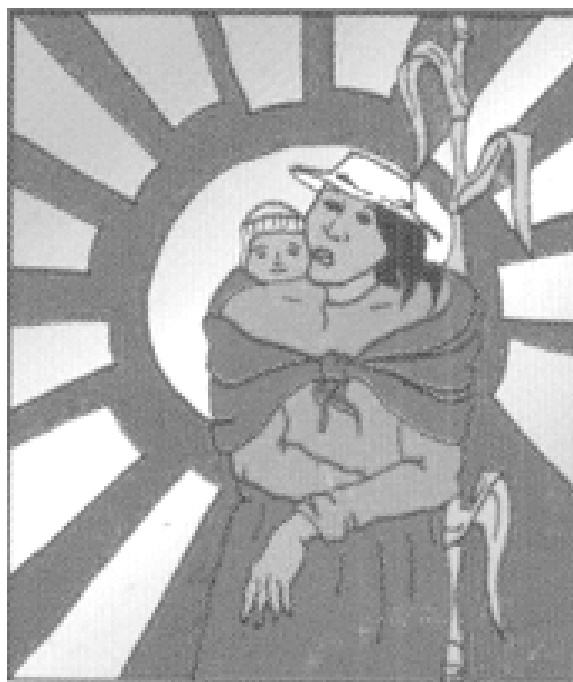
Foto 9 Caminhada convocada pela Red Puna no 18 de Julho do ano 2002, na cidade de La Quiaca,



Fonte: Red Puna

A mobilização ocorreu durante o II Encontro Latino-Americano de Jovens realizado em Yavi. Na bandeira que ia na frente encontrava-se a voz de ordem da marcha, “Terra, Trabalho, Educação e Justiça”. Estas reivindicações foram alguns dos temas trabalhados no Encontro, ao qual assistiram 1200 jovens do país, e de países limítrofes.

Figura 4 Emblema da Red Puna



No emblema da *Red Puna* estão representados símbolos a partir dos quais os membros da organização constroem sua identidade. Encontra-se uma habitante (gênero) originária (aborígene) da Puna (territorial) a qual carrega nas costas seu filho e no fundo encontra-se um sol (territorial) e uma planta de milho (profissional e cultural). O milho tem uma forte vinculação com a cultura nativa e está presente nas diferentes festividades. A *chicha*, bebida alcoólica originária na cultura nativa, é preparada a base de milho e se bebe só em carnaval.

Foto 10

Capa do Boletim da Red Puna N° 14, Maio 2002



Boletín

RED PUNA

UN ESPACIO DE ENCUENTRO ENTRE ORGANIZACIONES DE PUNA Y QUEBRADA

M. Dominguez N° 20 - Humahuaca - (4630) - te. 03887 421 548 - e mail- eugenia@imagine.com.ar

Año 3 - N°14 - Mayo 2002

empecemos a vivir

Productores de la micro red Quebrada, principalmente dirigentes de la escuela de formación, quisieron compartir con toda la RED, algunas reflexiones en estos momentos que a todos nos toca vivir.

- Nosotros en la RED PUNA, venimos compartiendo inquietudes, proyectos, la alegrías de encontrarnos en algunos espacios, y en este caso como integrantes de la Escuela de Formación de Dirigentes (EFD), queríamos compartir la realidad que estamos viviendo, para ver si podemos construir un espacio, un poder social.

- En este momento que estamos viviendo, no podemos ser meros espectadores de la realidad, la verdad es que no se puede mas. Estamos tocando fondo. No hay una perspectiva de aquí a un corto plazo, hay movilizaciones, gente que está perdiendo el miedo y que tiene bronca, y ¿Nosotros?, ¿Qué vamos a hacer?. ¿Qué se puede hacer? Tenemos bronca, pero ni protestamos, ni hacemos nada. Por eso nos gustaría organizar una fuerza que no solo nos permita sobrevivir, sino vivir. Porque nosotros en realidad hasta ahora venimos sobreviviendo. Queremos empezar a reclamar lo que nos corresponde.

- De esta forma que estamos viviendo, no podemos vivir más. Ahora, para sembrar se han aumentado las semillas,

los remedios, los viajes de abono. Vimos que es importante empezar a pensar qué se puede hacer.

¿Cómo hacemos para exigir nuestros derechos, nuestra dignidad? Este es un tema fundamental, cómo buscamos estrategias. Tenemos que luchar por lo nuestro, tendríamos que luchar por los derechos, defender a nuestros habitantes.

-Tenemos que poder decir que estamos vivos. Los precios de nuestros productos no aumentan, nos pagan lo mismo que antes y ahora, la canasta familiar aumentó.



¿Cómo construimos un poder social para reclamar nuestros derechos? Nosotros creemos que **Construimos poder social cuando varias organizaciones se ponen de acuerdo para exigir por sus derechos.** Vemos que lo que pasa no es justo. Queremos ver si nosotros estamos vivos, hacer una manifestación. Las organizaciones del campo nunca hemos salido a la calle.

- Estamos sobreviviendo, porque estamos marginados. Recién vamos a vivir cuando tengamos todo lo que nos corresponde. Comer un pan blando todos los días, tener trabajo, mandar a nuestros hijos a la escuela, un hospital que nos atienda bien; se nos tienen que cumplir todos los derechos que dicen, tiene que tener todo ser humano.

- Muchas veces hemos escuchado a nuestros mayores decir, que en momentos como estos tendremos que conformarnos y volver a comer agua con harina.

Pero no creemos que esto debe ser así esta vez. Tenemos derechos y debemos exigirlos, puesto que vivimos en un país que tiene de todo.

- Por ahí tenemos miedo de que nos digan que esto que nosotros decimos no sirve. Pero también, tenemos miedo de morimos de hambre. De nuestra parte, el hecho de poder compartir con ustedes, de contar esto, nos alivia. La idea es comenzar a construir.

- Los invitamos a pensar juntos cómo podemos hacernos escuchar; que en la RED podamos hablar libremente y entre todos mandando mensajes al boletín, en las micro redes, en las comunidades, en las reuniones, ¡cómo hacemos para dejar de sobrevivir y empezar a vivir!.